

Prosa *Poeteiro* Verso
Iba Mendes

Literatura



José de Alencar
Escritos Políticos



Iba Mendes
www.poeteiro.com

José de Alencar

Escritos Políticos

Publicados originalmente de 1865 a 1873.

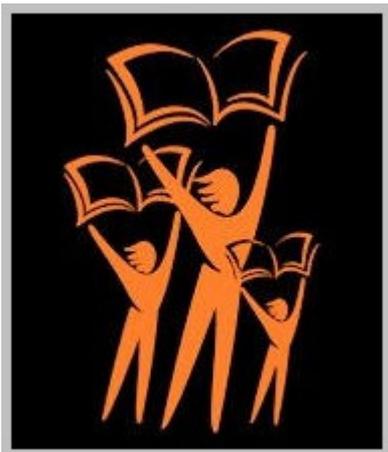
**José Martiniano de Alencar
(1829 – 1877)**

“Projeto Livro Livre”

Livro 495



Poeteiro Editor Digital
São Paulo - 2014
www.poeteiro.com



Projeto Livro Livre

O “Projeto Livro Livre” é uma iniciativa que propõe o compartilhamento, de forma livre e gratuita, de obras literárias já em domínio público ou que tenham a sua divulgação devidamente autorizada, especialmente o livro em seu formato Digital.

No Brasil, segundo a Lei nº 9.610, no seu artigo 41, os direitos patrimoniais do autor perduram por setenta anos contados de 1º de janeiro do ano subsequente ao de seu falecimento. O mesmo se observa em Portugal. Segundo o Código dos Direitos de Autor e dos Direitos Conexos, em seu capítulo IV e artigo 31º, o direito de autor caduca, na falta de disposição especial, 70 anos após a morte do criador intelectual, mesmo que a obra só tenha sido publicada ou divulgada postumamente.

O nosso Projeto, que tem por único e exclusivo objetivo colaborar em prol da divulgação do bom conhecimento na Internet, busca assim não violar nenhum direito autoral. Todavia, caso seja encontrado algum livro que, por alguma razão, esteja ferindo os direitos do autor, pedimos a gentileza que nos informe, a fim de que seja devidamente suprimido de nosso acervo.

Esperamos um dia, quem sabe, que as leis que regem os direitos do autor sejam repensadas e reformuladas, tornando a proteção da propriedade intelectual uma ferramenta para promover o conhecimento, em vez de um temível inibidor ao livre acesso aos bens culturais. Assim esperamos!

Até lá, daremos nossa pequena contribuição para o desenvolvimento da educação e da cultura, mediante o compartilhamento livre e gratuito de obras sob domínio público, como esta, do escritor brasileiro José de Alencar: “*Escritos Políticos*”.

É isso!

Iba Mendes
iba@ibamendes.com
www.poeteiro.com

BIOGRAFIA

José de Alencar (J. Martiniano de A.), advogado, jornalista, político, orador, romancista e teatrólogo, nasceu em Messejana, CE, em 1º de maio de 1829, e faleceu no Rio de Janeiro, RJ, em 12 de dezembro de 1877. É o patrono da Cadeira n. 23, por escolha de Machado de Assis.

Era filho do padre, depois senador, José Martiniano de Alencar e de sua prima Ana Josefina de Alencar, com quem formara uma união socialmente bem aceita, desligando-se bem cedo de qualquer atividade sacerdotal. E neto, pelo lado paterno, do comerciante português José Gonçalves dos Santos e de D. Bárbara de Alencar, matrona pernambucana que se consagraria heroína da revolução de 1817. Ela e o filho José Martiniano, então seminarista no Crato, passaram quatro anos presos na Bahia, pela adesão ao movimento revolucionário irrompido em Pernambuco.

As mais distantes reminiscências da infância do pequeno José mostram-no lendo velhos romances para a mãe e as tias, em contato com as cenas da vida sertaneja e da natureza brasileira e sob a influência do sentimento nativista que lhe passava o pai revolucionário. Entre 1837-38, em companhia dos pais, viajou do Ceará à Bahia, pelo interior, e as impressões dessa viagem refletir-se-iam mais tarde em sua obra de ficção. Transferiu-se com a família para o Rio de Janeiro, onde o pai desenvolveria carreira política e onde frequentou o Colégio de Instrução Elementar. Em 1844 vai para São Paulo, onde permanece até 1850, terminando os preparatórios e cursando Direito, salvo o ano de 1847, em que faz o 3º ano na Faculdade de Olinda. Formado, começa a advogar no Rio e passa a colaborar no Correio Mercantil, convidado por Francisco Otaviano de Almeida Rosa, seu colega de Faculdade, e a escrever para o Jornal do Commercio os folhetins que, em 1874, reuniu sob o título de *Ao correr da pena*. Redator-chefe do *Diário do Rio de Janeiro* em 1855. Filiado ao Partido Conservador, foi eleito várias vezes deputado geral pelo Ceará; de 1868 a 1870, foi ministro da Justiça. Não conseguiu realizar a ambição de ser senador, devendo contentar-se com o título do Conselho. Desgostoso com a política, passou a dedicar-se exclusivamente à literatura.

A sua notoriedade começou com as *Cartas sobre a Confederação dos Tamoios*, publicadas em 1856, com o pseudônimo de Ig, no *Diário do Rio de Janeiro*, nas quais critica veementemente o poema épico de Domingos Gonçalves de Magalhães, favorito do Imperador e considerado então o chefe da literatura brasileira. Estabeleceu-se, entre ele e os amigos do poeta, apaixonada polêmica de que participou, sob pseudônimo, o próprio Pedro II. A crítica por ele feita ao poema denota o grau de seus estudos de teoria literária e suas concepções do que devia caracterizar a literatura brasileira, para a qual, a seu ver, era

inadequado o gênero épico, incompatível à expressão dos sentimentos e anseios da gente americana e à forma de uma literatura nascente. Optou, ele próprio, pela ficção, por ser um gênero moderno e livre.

Ainda em 1856, publicou o seu primeiro romance conhecido: Cinco minutos. Em 1857, revelou-se um escritor mais maduro com a publicação, em folhetins, de O Guarani, que lhe granjeou grande popularidade. Daí para frente escreveu romances indianistas, urbanos, regionais, históricos, romances-poemas de natureza lendária, obras teatrais, poesias, crônicas, ensaios e polêmicas literárias, escritos políticos e estudos filológicos. A parte de ficção histórica, testemunho da sua busca de tema nacional para o romance, concretizou-se em duas direções: os romances de temas propriamente históricos e os de lendas indígenas. Por estes últimos, José de Alencar incorporou-se no movimento do indianismo na literatura brasileira do século XIX, em que a fórmula nacionalista consistia na apropriação da tradição indígena na ficção, a exemplo do que fez Gonçalves Dias na poesia. Em 1866, Machado de Assis, em artigo no Diário do Rio de Janeiro, elogiou calorosamente o romance Iracema, publicado no ano anterior. José de Alencar confessou a alegria que lhe proporcionou essa crítica em Como e porque sou romancista, onde apresentou também a sua doutrina estética e poética, dando um testemunho de quão consciente era a sua atitude em face do fenômeno literário. Machado de Assis sempre teve José de Alencar na mais alta conta e, ao fundar-se a Academia Brasileira de Letras, em 1897, escolheu-o como patrono de sua Cadeira.

Sua obra é da mais alta significação nas letras brasileiras, não só pela seriedade, ciência e consciência técnica e artesanal com que a escreveu, mas também pelas sugestões e soluções que ofereceu, facilitando a tarefa da nacionalização da literatura no Brasil e da consolidação do romance brasileiro, do qual foi o verdadeiro criador. Sendo a primeira figura das nossas letras, foi chamado “o patriarca da literatura brasileira”. Sua imensa obra causa admiração não só pela qualidade, como pelo volume, se considerarmos o pouco tempo que José de Alencar pôde dedicar-lhe numa vida curta. Faleceu no Rio de Janeiro, de tuberculose, aos 48 anos de idade.

Academia Brasileira de Letras

ÍNDICE

Ao Imperador: cartas de Erasmo (1865-1866).....	1
Ao redator do diário (1866).....	70
Ao povo: cartas políticas de Erasmo (1866).....	77
Ao visconde de Itaboraí: carta de Erasmo sobre a crise financeira (1866)...	142
Ao Marquês de Olinda (1866).....	154
Ao Imperador: novas cartas políticas de Erasmo (1867-1868).....	161
Voto de graças: Discurso que devia proferir na sessão de 20 de maio o deputado J. de Alencar (1873).....	244

AO IMPERADOR

CARTAS DE ERASMO

I

SENHOR,

A verdade, filha do céu, como a luz não se apaga. No seio da escuridão mais densa jaz a centelha que afinal propaga a chama.

Em todos os tempos, quando a corrupção invade a sociedade e o vício contamina as fontes da vida pública, Deus suscita um apóstolo para salvar no meio da geral dissolução a dignidade da razão humana. Às vezes é um historiador como Tácito, ou um poeta como Juvenal; outras é Demóstenes, o orador, ou Sêneca, o filósofo.

Através do zumbir da lisonja, do riso aparvalhado das turbas, do resfolgo opresso das consciências, no meio das bacanais públicas; ergue-se vibrante e sonora a voz da verdade, semelhante ao canto do cisne de uma sociedade que sucumbe.

O Brasil passa neste momento um transe bem doloroso. Se a rotação dos estados tem seus dias e suas noites, nós chegamos já às sombras crepusculares de uma tarde medonha; os pródromos da tormenta são sinistros; a calma podre da opinião assusta os espíritos mais intrépidos.

Um publicista, tão robusto no raciocínio, quanto profundo na observação, Montesquieu, deixou escritas estas palavras:

“A desgraça de uma república é a carência de luta; sucede isso quando corrompem o povo; ele torna-se frio e se afeiçoa ao dinheiro; mas perde o gosto aos negócios. Sem interesse pelo governo e pelo que lhe propõem espera tranquilamente o salário.” (Esp. das Leis – Liv. 2.o, cap. 2.º)

Quem não sente a presença desse grave e terrível sintoma de corrupção, na infeliz atualidade, em que tudo se merca e barateia, voto, honra, e reputação?

À região superior em que vos colocou a soberania nacional, não sobem, senhor, nem o pó que torvelinha, nem os rumores que se escutam, no estádio onde se agita a pátria, aflita do presente e temerosa do futuro. Os miasmas da terra não costumam atingir as eminências.

Mas é tempo que a verdade penetre os paços imperiais para falar-vos só e desassombrada. Arroste embora os motejos da turma se espoja na praça pública pronta a escarnecer da gente séria e a apedrejar a virtude. Assanhe as iras dos iludidos amigos que pensam engrandecer-vos defendendo vossa pessoa à custa de vossa glória.

Não choque o melindre imperial a pouquidade do instrumento que maneja a Providência para iluminar-vos o coração. Em vossa inteligente religiosidade haveis de adotar muitas vezes a sabedoria divina, até no humilde inseto de efêmeras asas que anuncia a aproximação do temporal.

Cerrai por instantes os ouvidos ao cortejo oficial e à linguagem de aparato para escutar uma voz áspera, mas sincera; é também devota e mais leal do que muitas outras que entoam melodiosas nas manifestações públicas; e sardônicas trauteiam pelos escusos recantos.

Fala-vos um amigo verdadeiro. Crede-o, senhor, crede sem hesitação. Ele sente em si a coragem do louvor cordial e franco, porque tem a consciência do reparo justo e moderado.

Monarca, eu vos amo e respeito. Sois nestes tempos calamitosos de indiferentismo e descrença um entusiasmo e uma fé para o povo. As esperanças que brotaram na primeira metade do vosso reinado, se murcharam ao sopro mau do presente, ainda podem reflorir sob os raios de vossa coroa. O cidadão livre se aproxima sereno de vosso trono porque nunca aí sentou-se a tirania; sua dignidade não se vexa, ao reclinar-se para beijar-vos a destra augusta, porque em vós acata ele o pai da nação.

Homem, eu vos prezo e admiro. Virtudes cívicas e domésticas adornam vossa pessoa. Na cúpula social onde a nação vos colocou, sois para a sociedade brasileira mais do que um rei, sois um exemplo. Quando por toda a parte se ostenta impune o pungente espetáculo do relaxamento do dever e obliteração do senso moral, a alma da gente honesta se expande contemplando em vós um tipo de homem de bem.

Em uma palavra e ela resume vosso elogio. Bem poucos monarcas diriam como D. Pedro II: – “Nunca em um reinado de vinte cinco anos, estreado com a inexperiência da juventude, nunca abri meu coração a um sentimento de ódio, nunca pus meu poder ao serviço de mesquinhas vinganças.”

Sem receio, pois, senhor, inclinaí a frente à minha palavra; por ventura austera alguma vez, mas sempre respeitosa, não há de ofender-vos a majestade. Não esquece o cidadão que fala ao primeiro magistrado da pátria, nem o brasileiro que se dirige à inteligência superior de quem, só, o país espera e instante

reclama a salvação. Se alguma vez o quadro for em demasia carregado, se obedecerá ao judicioso pensamento de Joubert: “A graça da verdade é aparecer vendada”. Deslizou-se pouco há a pena nestas palavras estranhas – coragem do louvor – ! Dizer novo e característico da época. A lisonja tem infelizmente grassado por tal forma, que o cidadão cauto e discreto evita manifestar todo o bem que sente a vosso respeito com receio de confundir-se!

Ouvi senhor!

Neste momento mesmo, em que resolvo fazer um supremo apelo à vossa augusta e nobre consciência, estruge pelos teatros e praças a vozeria da gente leviana que entre hinos e flores vos saúda como o herói da Uruguaiana! A inconsideração chegou a ponto de projetar-se uma espada de triunfo que vos devia ser oferecida em nome da nação!

Vossos amigos sinceros, ainda cheios de regozijo pela volta de seu adorado monarca, se entreolhavam sucumbidos ouvindo estas aclamações. Receosos de divulgar o pensamento, se interrogavam mudamente, na dúvida de que tal ostentação escondesse uma sátira amarga.

Porque seríeis herói em Uruguaiana, onde não se feriu batalha, nem celebrou vitória?

Pela magnanimidade do perdão? Já era D. Pedro II herói antes de lá ir. Não tem conta as vezes que ele perdoou a seus inimigos as injúrias e doestos com que armam a popularidade. Esta clemência foi maior e mais difícil, porque era de vosso próprio agravo. O bárbaro insulto feito à dignidade da pátria, não sei que poder algum tivesse faculdade para o absolver e até honrar emprestando-lhe o caráter de guerra.

Que faríeis da espada triunfal que vos pretendiam ofertar, a vós, rei constitucional?

A espada do soldado é sem dúvida um instrumento de civilização e liberdade, como é o gládio da justiça ou o báculo da igreja. Mas vossa destra, a Providência a armou de mais sublime insígnia; do cetro, que é símbolo de governo.

É neste ponto que os reis são feitos à imagem de Deus.

O Supremo Criador, fonte de vida e inteligência, não se incumbe de influir o universo de sua própria essência; nem se move de um a outro ponto para ativar a rotação das esferas. Ele permanece no centro da criação; e instituiu seus ministros a luz, o ar, o fogo, a terra, a água, todos os elementos que dirige em sua eterna sabedoria.

O critério que possuis em alto grau inspirou-vos desta vez. Apenas chegado, reduzistes ao silêncio aquela indiscreta lembrança dando outro destino às joias que deviam adornar a sonhada espada. Praza aos céus que essa energia vos assista sempre para ir espancando com um cenho da majestade, tantas e tão inconvenientes aberrações do pundonor, como por aí fermentam a cada canto.

Que esvairar incompreensível de gente irrefletida! Ao passo que ali celebram como um grande feito a vitória incruenta do algarismo e do tempo; aqui se lembram do simbolizar esse triunfo em um instrumento essencialmente guerreiro!

O decoro da majestade vossa e o brilho do nome brasileiro exigem um pronunciamento vigoroso contra semelhante perversão da razão e senso público. A mentira escandalosa ateia por todo o país e afronta de colo alçado a indignação dos caracteres circunspetos. A pátria cala-se, mas cora: e o estrangeiro já não esconde o riso de mofa.

Proponho-me, senhor, a dizer-vos a verdade inteira a respeito do país; sobre os homens, como sobre as coisas; e quero enunciá-la em público, ante a nação, para que ela saiba que enfim já não a ignorais e se regozije com a esperança do pronto remédio.

Não tenho ambição nem interesse em cujas aras sacrifique; não tenho despeito ou ódio a cevar com alheio sofrimento; mas sinto ardente o amor da pátria e veemente a impulsão do dever que arroja o homem ao martírio da justiça e da verdade.

Levanto apenas o pendão de uma cruzada santa. Convocai para ela, senhor, vós que podeis, todos os homens honestos; congregai-os ao redor de vosso trono para que sobre as ruínas dos antigos partidos desbaratados pelo egoísmo, se eleve o grande partido da lei e da moralidade.

O povo espera de vós: – que aniquileis os bandos de ambiciosos que se associam para explorar as desgraças públicas em proveito seu: – que expulseis dos santuários da nação os réus de improbidade política, como Cristo enxotou os mercadores do templo: – que ordeneis aos poderosos o respeito à moral e à justiça dando vós primeiro o exemplo do desprezo pelos caracteres poluídos, qualquer que seja a altura a que tenham galgado. Cometei a empresa, senhor. Erigi acima de todas as pequenas conveniências, como das vaidades enfatuadas, esses dois títulos que rutilam em vossa coroa imperial, e devem daí refletir nas páginas de vosso reinado – virtude e inteligência –.

Quando houverdes consumado esta gloriosa conquista, não sereis o herói de qualquer vila, nem o vencedor de um ridículo tiranete. Podereis desvanecer-vos de ser o herói de um império e talvez de um século americano; tereis esmagado a hidra da corrupção que ameaça devorar a pátria.

A nação inteira irá depositar a vossos pés, não espadas ou despojos opimos de hinos e flores; mas um troféu que raros conquistadores já mereceram e tiveram; o coração agradecido de um povo orgulhoso de seu monarca.

Avante, senhor!

Ao mote brasileiro – “Pela cruz, pela coroa, pela lei” replicai com esta nova divisa – “Pela honra” – e caminhai à glória, à glória pura e excelsa que Deus destina aos reis. A parte sã do país vos acompanhará cheia de fé e entusiasmo; a outra sentirá, vendo-vos passar, o remorso precursor do arrependimento pungir na consciência.

De meu canto, desconhecido e não obstante votado à execração dos maus, eu vos aplaudirei.

Se alguma vez o fervor da convicção arrebatá-me a palavra, que ela, apesar do meu firme propósito, vos magoe a justa suscetibilidade, perdoai-lhe, senhor, essa rispidez da sinceridade. E assim, perdoadando e ouvindo, sereis defendido pelas duas virtudes que Salomão disse fazem a guarda do rei. *Misericordia et veritas custodiunt regem.*

Nessa e em sua santa guarda, rogo eu a Deus vos conserve muitos anos para felicidade do Brasil.

II

Rompa-se o véu à miséria da pátria. Contemplai, senhor, vosso império.

É este o Brasil florescente que há dez anos perlustrava com soberbos cometimentos a larga senda do progresso?

Decênio fatal foi esse que ao vigoroso império, cheio de seve, transformou em país decadente, salteado de temores, oberado de males.

Longe de carregar as sombras ao quadro, busco rarear o fumo para menos afligir vosso coração patriótico.

A política, alma da nação, espírito que a vivifica e anima, que ruim vício a corrompeu, senhor, que dela fogem como da peste cidadãos eminentes, seus antigos e mais ferventes apóstolos?

Outrora, nos tempos condenados de lutas ardentes, a política foi uma ocupação importante para o povo, e uma dedicação profunda para os cidadãos que aspiravam à direção dos negócios públicos.

Viam-se passar nestas ruas do Rio do Janeiro, a pé, na rudez do traje e modéstia de sua honrada pobreza, os Feijós, Vergueiros, Andradas, Paulas Souzas, Limpos, Torres e Paulinos. Não se anunciavam pelo rodar das carruagens, e contudo a nata do povo os via de bem longe e depois de saudá-los os acompanhava respeitosa e com o olhar.

Evaristo para governar a opinião do país não carecia de salas douradas e lautos saraus; o singelo balcão da pequena livraria que, ainda bem pouco tempo há, se viu na Rua da Quitanda, servia de modesto altar à liberdade.

Ali concorriam em número a beber as ideias de um homem de bem e sincero liberal patriotas dedicados; não os levava a esperança de pingues empregos ou cobiçadas condecorações.

Eheu! prisca fides!... Atualmente a política é para as massas um simples folgar, quando não é um pacto indecoroso.

Sabeis, senhor, onde hoje em dia se encontra vosso povo, aquele mesmo povo entusiasta que fez a independência, a abdicação e a maioridade?

Nas audiências dos ministros, nas casas dos patronos de maior voga, à porta da matriz onde se arremata a eleição em hasta pública. Se aí não estiver, é porque forma o cortejo de alguma leviana donzela trajada à militar, ou aplaude com frenesi as chocarrices da farsa e as corridas do circo.

Cobiça e prazer – *panem et circenses* – eis o que move as massas quando as desampara a crença da liberdade e a dignidade popular.

Rasga-se a constituição, entorna-se sem medida a renda nacional, calçam-se as leis da segurança, ofende-se a propriedade individual, engana-se despejadamente o país zombando de sua boa fé.

O povo não se move; ri às vezes, com o grosso rir do bonachão que se diverte à custa própria.

Os homens que pretendem atualmente foros de estadistas e chefes de uma opinião formam contraste perfeito com os antigos patriotas. Para eles a causa pública não é devoção, porém repouso apenas de ocupações mais lucrativas.

A política já não cria como de princípio mártires da liberdade, servidores de uma ideia, cidadãos eminentes; agora distribui sorrisos e favores àqueles que a requestam. Aos felizes arranca-lhes a flor da reputação, que uma vez crestada nunca mais tornará a viçar; aos desprezados sopra-lhes o desanimo n'alma!

Deploro, senhor, esta depravação da substância nacional, que é o exercício da soberania e a expansão das forças vivas do povo; mas não ousou condenar as vítimas do terrível contágio.

E como, se culpados somos todos nós, que nos encerramos no alvéolo de nossa individualidade, quando o dever de cidadãos nos manda reagir fortemente contra o torpor fatal?

A influência climatérica é também uma verdade filosófica no mundo moral: a alma tem como o corpo sua atmosfera, em cujo ambiente respira. É forçoso que o espírito se inteirice na temperatura glacial da dúvida e incerteza.

Ninguém dá atualmente à política mais que vislumbres de uma inteligência embotada pelo receio e apatia; também nenhum favorito granjeia dela senão lucros e vaidades.

A verdadeira glória, a alma popularidade que dilata as nobres e ousadas ambições, murchou. Os bordados fardões, recamados de ouro, ostentando os emblemas de subidos cargos e altas dignidades, não arrastam após si os votos e respeitos da multidão! E alguns há não somente dignos, mas credores desse justo tributo.

Outra coisa era a casaca rapada que envergavam os chefes da maioria em outras eras, quando generosos de seu nome e individualidade se misturavam com o povo para o dirigir.

Não deveis, portanto, admirar-vos, senhor, da esterilidade dos últimos anos; a fé, que é o calor fecundante do coração, desertou daqueles que deviam inspirar o país. “E os grandes pensamentos, disse Vauvenargues, vêm do coração”.

As atas legislativas desta década fatal não encerram uma ideia digna da inteligência e adiantamento do povo brasileiro.

O primeiro reinado em oito anos legou-nos a constituição, belo padrão de sabedoria e liberalismo; o código criminal; a organização das municipalidades e a instituição dos juizes de paz.

A regência foi rica de trabalhos; o ato adicional, a organização das províncias, o código do processo, a ordem judiciária e financeira, além de muitas outras medidas administrativas.

O segundo reinado até 1854 deu-nos as melhorias da organização judiciária e do regime eleitoral, o código mercantil, a abolição do tráfico, o restabelecimento das finanças, o desenvolvimento do crédito e espírito de associação; prosperidade no interior, glória no estrangeiro.

Nos últimos dez anos o poder legislativo depois de deturpar sua origem, o sistema eleitoral, não deixou outros vestígios senão o rastro desolador de um longo desperdício dos dinheiros públicos.

Era lógico. As câmaras, filhas da venalidade do voto, deviam ser essencialmente mercantis e industriais. À margem as ideias grandes, passem adiante os orçamentos caudados, terríveis cometas que arrastam o todo e mais da renda pública.

Semelhante perversão da política produz um lastimoso fenômeno renovado todas as vezes que uma mudança ministerial se opera.

Longe da solenidade que devia ter e já teve esse acontecimento indicativo da ascensão de um partido ao poder, provoca ele modernamente uma inconveniente hilaridade.

A crise, ou com mais propriedade, a dissolução ministerial é anunciada previamente por zombeteiros anúncios, róis de caricatos personagens, apresentados como aspirantes ao conselho da coroa.

Liberdade da imprensa!... dizem. Desgarros da licença, que não ousara tanto, se a opinião reagisse com indignação contra esse insulto à soberania representada no poder! Mas por desgraça nossa o riso e o exemplo insuflam tais misérias!

O ministério, exposto ao motejo público, responde por alguns arrancos, e de repente desaparece atrás do reposteiro, sem que o país saiba a razão verdadeira por que veio e se foi.

Trata-se da nova organização. As versões ridículas, as mais extravagantes chacotas correm as ruas. É do tom lançar passando algum dito chistoso sobre o cômico assunto. Justam os de arguto engenho na mordacidade e sarcasmo.

Triste e aflitivo lance de um povo escarnecendo de sua própria dor e vergonha!

Opera-se logo uma covarde deserção. Os vultos salientes da situação, geralmente indigitados, se esquivam. O organizador nesse abandono, vacilante entre a abnegação do alto posto de honra e a justa ambição de servir a coroa e o país, é forçado a lançar mão de personagens secundários.

Publica-se nos princípios de cada sessão uma lista de nomes dos deputados com o fim de facilitar o conhecimento de suas respectivas moradas. Esse papel...

Deverei dizer-vos, senhor?... É doloroso, mas é necessário patentear-vos toda a profundez da úlcera que chaga a nação e de instante a instante se conflagra!

Esse rol, arranque-se a palavra, já apontou ministros à vossa coroa! E estes, filhos da sorte, são talvez preferíveis a outros, meros clientes, apresentados por famosos patronos.

Aqueles que estavam habituados a venerar a majestade na altura inacessível onde não deve subir o bafo das paixões que rastejam, sentirão confranger-se a alma, assistindo ao amesquinamento das mais altas posições.

Os olhos medem a imensidade do firmamento pela majestade dos astros que fulguram nos céus. Imagine-se que em vez desses ministros esplêndidos da luz, mal bruxuleiam pequenos meteoros, e a ideia majestosa do infinito afoga-se na dúvida.

Efeito análogo há quando se grupam em volta do trono, onde só deve subir o civismo provado e o prudente saber, nomes desconhecidos, alguns até mesmo pela sua mediania. Por força que declina a sumidade onde paira a coroa.

A administração ressenete-se profundamente dessa subversão da política.

Homens novos, sem prestígio, de chofre surgidos da obscuridade, entrando nos conselhos da coroa tomados da vertigem da súbita ascensão, escalando o ministério com o arrojo e orgulho dos favoritos da fortuna; não podem imprimir ao país uma direção prudente com energia, forte com moderação.

Não se violenta debalde a ordem natural, porque ela breve reage contra o insulto; a planta de que se arranca um fruto temporão, a infância de que se precipita o desenvolvimento mínguam logo e se exaurem.

Quantos representantes da nova geração política não se teriam habilitado no trato dos negócios para aproveitados estadistas, que uma elevação precoce aos

mais altos cargos eivou! Passados os breves intumescimentos de uma felicidade caprichosa, apenas resta a vaidade que insufla a ambição, porém sufoca o estudo e o trabalho.

Os delegados do governo nas províncias, cargos de suma importância, são medidos pela craveira ministerial. Aqueles que entraram na vida pública anteriormente aos jovens ministros, ou já adquiriram certa reputação, desdenham qualquer presidência.

Algum chefe que por ventura resolva aceitar a comissão, como Sila e Mário levavam nas águias de suas legiões o voto do senado e povo romano, transporta ele consigo a porção correspondente do poder executivo e investe a ditadura.

A repercussão do que se passa no cimo da hierarquia vai de ponto em ponto degradando até os últimos e inferiores agentes da administração; é um efeito infalível do exemplo, essa grande eletricidade do espírito.

O povo menoscaba a autoridade; esta desdobra um aparato de força, como o charlatanismo ostenta galas de ciência; mas cônica da real fraqueza não ousa afrontar-se com os poderosos e suas clientelas; imola os humildes.

É usual, nos tempos correntes, ver enfurecida e armada contra a autoridade, que saúda o crime aristocrático ao passar no soberbo trem borrifando-a de lama.

Amiudaram ultimamente os atentados do governo contra a constituição; nunca o executivo alardeou com maior desgarro sua onipotência; e entretanto nunca ele pôde menos, nunca tremeu tanto. Sob essa ostentação de vigor, resvalam os favores, e rola o ouro, que adormecem a opinião. *Audendo magnus tegitur timor.*

Chamfort, em uma breve máxima, traçou o caráter político das principais duas nações da Europa; disse ele que – “o inglês despreza a autoridade e respeita a lei; o francês despreza a lei e respeita a autoridade.”

Não viver atualmente o ilustre moralista que descobriria em nós um duplo contraste!

Não respeitamos a lei, porque falta-nos aquela fé robusta de sua autonomia que tem em alto grau o povo inglês para quem a lei é como uma consciência nacional.

Não respeitamos a autoridade, porque ela não reveste o lustre que em França constitui sua maior força. Essa Atenas moderna como a antiga se embriaga facilmente de glória e talento.

Volvi agora, senhor, vossa conspícua atenção para as finanças, que são as forças musculares da nação.

O espírito que tenta devassar a situação econômica do império vacila, como o olhar de quem sonda as profundezas de um abismo imensurável que fascina. E há realmente na atualidade financeira uma voragem, para onde remoinha o país com espantosa rapidez.

O que apavora os ânimos, senhor, não é o déficit maior da terça parte da renda ordinária, confessado pelo governo na última sessão quando a guerra ainda em princípio não patenteava a enormidade dos sacrifícios que exige do país:

Não é a dívida crescida que já contraímos dentro e fora do país e a nova ainda mais avultada a que seremos forçados muito breve para remir nossos empenhos:

Não são as despesas tamanhas, já não orçadas, que se vão decretando desordenadamente, sem prudência e medida, para ostentar um supérfluo armamento predestinado à rápida deterioração:

Não é, enfim, a exaustão dos recursos presentes, que incute o terror aos que refletem sobre a situação financeira; é sim o golpe profundo desfechado ultimamente em nosso crédito.

País recente na civilização como na independência, a Europa divertia-se a zombar da nossa infância social; não obstante inspirava o Brasil tal confiança, que nossa firma foi sempre respeitada no primeiro mercado do mundo, ainda mesmo nos tempos difíceis da organização.

De repente abateu-se o crédito brasileiro ao nível de uma velha nação arruinada e do pequeno Estado de uma federação assolada pela guerra mais devastadora dos tempos modernos.

A nação agitou-se com uns assomos de indignação pensando que a tinham sacrificado; o governo emudeceu, naturalmente de tristeza; e acaba de selar com um ato de contrição aflitivo, a certeza de falência de nosso crédito.

A reintegração do negociador do último empréstimo em suas funções diplomáticas é a confissão feita pelo poder da impossibilidade de obtermos do nosso banqueiro melhores condições. Tal confissão, nas vésperas de um novo

empréstimo e no coração de uma guerra mais pecuniária que belicosa, é a bancarrota.

Não vos iludi, senhor; a insolvabilidade acompanha de perto a perda da confiança; e por opulento que seja vosso império, seu território não se transforma em renda e numerário, às palavras mágicas dos fabricantes de orçamentos.

Se a alta do algodão, e a uberdade do solo, fizeram nos últimos tempos crescer a receita, estes bafejos de prosperidade, em vez de serem motivo para serenar vosso espírito, o devem amargurar.

As colheitas exuberantes são alternadas pelas escassas; a grande concorrência e a paz americana ameaçam o algodão de uma baixa. Demais, ainda persistindo esse acréscimo de receita nem sequer equilibraria os orçamentos anuais.

A este quadro lastimoso junta-se a crise das duas fontes principais da renda pública. O comércio jungido a uma liquidação forçada, que principiou em 10 de setembro de 1864 e terminará ninguém sabe quando, aniquilando cerca de dois terços da fortuna particular; a agricultura ameaçada pela questão magna da emancipação que avança a grandes passos e estremece até o imo a sociedade.

Eis, senhor, em largo esboço a medonha catadura da situação, que buscam velar a vossos olhos com falso brilho de uma glória marcial, e os vislumbres embaciados de falazes esperanças.

Arredai os andrajos, ponde a destra ungida no coração da pátria e escutareis as palpitações redobres e tênues.

Se alguma coisa há de mais aflitivo do que a miseranda fisionomia da pátria, é esse desânimo que apoderou-se dela: a confiança a desamparou, vagam-lhe em torno os olhos pávidos, e não enxergam senão indiferença e egoísmo nos maus, angústia dos bons que a deploram impotentes para defendê-la. Só vós, senhor, podeis ainda salvá-la; e apressai-vos para que não seja tarde.

Confiai mais na própria força e no poder supremo que a nação depositou em vossas mãos.

Quando um povo livre abdica o pleno exercício da soberania, é dever imperioso do monarca, seu primeiro representante, assumir essa grande massa inerte de poder, para evitar que ela seja dissipada por um grupo de ambiciosos vulgares.

Ache ao menos a liberdade que desertou a alma sucumbida da pátria um abrigo à sombra do manto imperial para que não morra conspurcada nos tripúdios da anarquia.

III

Senhor,

A abdicação de sua autonomia pela nação não é um fenômeno recente. Seu traço vem de longe; em 1848 já se desenha saliente na história pátria.

Volver ao passado, quando a atualidade na avidez do futuro devora com sôfrega impaciência os sucessos contemporâneos, é afrontar a indiferença pública.

Mas eu não sacrifico à fátua curiosidade que só estimulam o picante do escândalo e os adubos de grosseira especiaria. Levo os olhos, além, na prosperidade da nação e brilho do vosso trono. Vou devagar, porque vou longe; *lente festino*.

Enfim dirijo-me à vós para quem as páginas de vosso reinado devem ser como os refolhos da consciência imperial abertos à posteridade.

Naquele ano de 1848 o país observou atônito o suicídio do grande partido que já em 1837 esbanjara no poder sua popularidade e fortaleza. Foi aos lampejos sinistros da revolução francesa, quando por toda a parte a democracia exultava, e a realeza estremecia com a repercussão do terrível desmoronamento da monarquia de julho, que esse ato se consumou.

Os liberais brasileiros, senhores da opinião, representados no parlamento por uma mocidade ilustrada que dirigiam os mais ilustres veteranos da política, resignavam pelo órgão de seu chefe Paula Souza a direção do país.

Esta fase caracterizada por um mote que se tornou histórico – a *quebra dos remos* – foi a solene confissão que fez o liberalismo de sua impotência. Alguns chefes mais enérgicos, dos quais a fé não se evadira de todo, protestaram contra a exautoração do partido; o espírito público reagiu em duas províncias; mas domado pelas armas vitoriosas do governo, sucumbiu.

Como a república romana expirou com o austero Catão nos campos de Útica, o partido liberal brasileiro finou-se com Nunes Machado sincero patriota, no ataque do Recife.

Anos depois, em 1853, soou a hora para os vencedores.

O partido conservador, que havia inaugurado seu domínio cheio de vigor, sentiu por sua vez a caducidade precoce. Não lhe valeram nem sua plêiade de eminentes estadistas, nem a aspiração geral dos espíritos para o repouso das lutas. Realizado o grande benefício da extinção do tráfico, desenvolvido o progresso material, melhorada a administração, quando se abriam ante seus esforços largos horizontes, ei-lo que abandona o poder; sua dispersão começa.

Eusébio de Queirós, vulto proeminente, se retira do gabinete de 29 de setembro com Mont'Alegre, presidente do conselho, um dos decanos da política, e Tosta, já notável pela sua energia. O ilustre abolicionista do tráfico, cercado de grande popularidade, insinuou como motivo da retirada uma fadiga que sua então robusta virilidade contrastava.

Foi essa a primeira convulsão do partido conservador; o desânimo dos chefes não era senão o contágio do torpor que invadira as camadas inferiores.

Dois chefes, dois grandes nomes, Torres e Paulino, resistiram ainda; talvez para tentar um esforço que de novo consolidasse o partido; talvez porque julgavam empenho de honra consumir a obra começada. A guerra argentina estava concluída com glória, o princípio da autoridade firme e respeitado, o progresso material em rápida ascendência; mas era preciso desenvolver a política brasileira no Rio da Prata, dar impulso ao crédito, e pôr em execução a organização recente das finanças e diplomacia.

O gabinete recomposto sob a presidência de Torres, e logo após modificado, teve afinal de deixar o poder em setembro do ano seguinte. Esse acontecimento assinala o começo de um segundo período da decomposição sempre crescente do partido conservador. O desânimo prostrara mais dois valentes lutadores.

Nota-se, então, senhor, uma anomalia que prognostica o futuro. Ao tempo em que se relaxam os elos desse partido, que ao número opunha a compacidade e ao entusiasmo a disciplina, seu adversário, o liberal, feito para a oposição, longe de ressurgir dos destroços, cada vez mais se aniquilava.

Os antigos e ilustres chefes, uns ceifava-os a morte, outros recolhiam à vida privada para se finarem na pureza de suas crenças. Flutuavam, porém, uns sobejos de lidadores que, muito moços ainda para se encerrarem no sarcófago do passado, aspiravam a novos cometimentos; com eles se encontram os conservadores que, rotos os antigos vínculos, já vogavam à discrição.

Essa corrupção geral dos partidos e dissolução dos princípios, que tinham até então nutrido a vida pública no Brasil, é o que se convencionou chamar

conciliação: termo honesto e decente para qualificar a prostituição política de uma época.

Paraná, que às antigas reminiscências de sua vida parlamentar e administrativa, acabava de juntar as recentes glórias da missão especial no Rio da Prata, incumbido de organizar o gabinete de 6 de setembro de 1853, tentou, mas desistiu da formidável empresa de consolidar o partido. E entretanto se alguém havia para tal esforço era ele, o homem das grandes audácias e heroicas resistências, o deputado do 30 de julho e da maioria, o presidente do Rio de Janeiro em 1842 e de Pernambuco em 1848.

Desamparado pelos chefes a que se dirigiu, forçado a organizar com um amigo e cinco nomes novos um gabinete que só do seu reflexo recebia força; essa vontade rígida, sentindo que o chão de suas glórias antigas vacilava, tirou da posição crítica novo arrojo. Apoderou-se da enguia nojenta que resvalaria em outras mãos; e fez da conciliação uma política, emprestando-lhe ideias e aspirações.

Os chefes conservadores deploraram a tendência do novo ministério; mas, companheiros de lutas e amigos do organizador, remeteram-se ao silêncio; apenas a espaços ouviram-se as vozes, do Marquês de Olinda, em formal oposição, de Eusébio de Queirós, protestando contra a inconstitucionalidade da reforma eleitoral.

Entretanto, Paraná lançava os fundamentos de sua política, atraía a si a flor da inteligência e mocidade, deslumbrava a população com projetos de engrandecimento material, e arrancava das câmaras a lei dos círculos que se lhe afigurava a verdade do sistema representativo, quando devia ser o aviltamento. Com a popularidade e energia de que dispunha conseguiria o estadista comover até as entranhas a nação, e arrancar-lhe novos partidos, novos entusiasmos? Deus o chamou a si antes da decepção. Seu ministério decapitado arrastou-se até a abertura da sessão de 1857, em que evadiu-se do poder.

A esperança na formação de novos partidos, que alentara o prestígio do marquês de Paraná, esvaíra-se mal viu o país que as três sumidades políticas da época, Eusébio, Itaboraí e Uruguai, não saíam da sombra para arrecadar a herança do ilustre inovador. Coube a tarefa de continuar a política chamada da conciliação ao único dos chefes conservadores que a havia combatido de frente e, com vigor, ao Marquês de Olinda.

Tal era o baralhamento de ideias, homens e tradições, tal a confusão que reinava nesse amálgama dos sobejos de partidos corruptos, que um cidadão venerando, ilustrado com a suprema magistratura da regência, no último quartel da vida em que o espírito como o corpo se torna mais sedentário,

rejeitava todo seu longo passado, recentemente avivado, para dar um passo adiante da conciliação.

Em outras condições, esse acontecimento se chamara uma apostasia; nas circunstâncias que o acompanharam, foi uma sujeição implacável à ordem providencial dos acontecimentos. Era necessário que o título estimado de partido liberal e alguns nomes históricos que permaneciam puros na sombra da vida privada tornassem à cena, a fim de serem também por sua vez submergidos nessa voragem de paixões mesquinhas e sórdidos interesses, que devorou a escol da antiga e a flor da nova geração.

Para galvanizar os fragmentos do extinto partido liberal e consumir assim a obra de sua degeneração, a Providência designou o mais acérrimo dos adversários, o último campeão que na tribuna do senado levantara o enérgico protesto contra a conciliação e defendera a pureza das tradições conservadoras.

O ministério de 4 de maio de 1857 foi de coalizão; surgem com ele nomes históricos, que figuravam nas antigas lutas; seu reaparecimento na cena produz grande efeito moral nos restos esparsos do antigo partido liberal; pululam esperanças, que os orvalhos do poder vão regando aqui e ali.

Vem o gabinete de 12 de dezembro de 1858 que precipita com a questão econômica a marcha dos acontecimentos; o lismo que de muito tempo já se notava na maioria parlamentar abre fenda; ainda o pudor ou o hábito conseguem, senão unir, demorar a completa ruptura, com a organização do ministério de 12 de agosto, mútua e solene mistificação.

O Marquês de Caxias, amado no exército e simpático ao país, organizou o gabinete de 4 de março de 1861, derradeiro esforço dos conservadores arcando com a decomposição.

Assim como aparecem a espaços convulsões que subvertem a natureza bruta, haverá na história dos povos períodos funestos, nos quais uma causa ignota conturbe os espíritos?

É preciso crer nesse fenômeno para não duvidar da provada inteligência e critério de muitos homens dos que ultimamente atravessaram a cena política do Brasil. Há circunstancias, dizia o ilustre Chateaubriand, em que o talento é completamente inútil, e o maior ministro se achata e desaparece sob a ponderação das coisas. (*Revoluções Antigas*. – Cap. 34).

O ministério de 4 de março, proposto à regeneração dos conservadores, forte do elemento militar para debelar o espírito de agitação em fermento, foi justamente o que desfechou no partido o golpe de misericórdia. Rotas as

últimas junturas da maioria parlamentar, o poder resvalou com a fração dela para os bancos da oposição.

Em 20 de maio terminou a agonia do partido conservador.

Estes últimos três anos são preenchidos pelas repulsivas contorções de uma coalizão, que à semelhança dos répteis, estorteja depois de morta e decepada.

A esmo repetem ainda essas denominações de conservador e liberal; os partidos a que elas correspondiam, bem vedes, senhor, que estão realmente extintos.

Não se concebe um partido sem imprensa, especialmente o da ordem, que rejeita o concurso do braço, e só combate com a palavra. Todos os esforços empregados para criar na corte um órgão conservador tem sido vãos!

Faltam chefes. Os antigos, venerandos pelos grandes serviços, mas vergados ao peso dos anos ou feridos pela enfermidade, reclamam o repouso a que têm direito. Os novos não se formaram; a luta que os prepara e o triunfo que os consagra tinham passado; nenhum se acha com força de reunir os fragmentos esparsos.

A oposição é a convalescença dos partidos, debilitados no poder. Como Anteu, cobram novas forças tocando o chão da arena política. Quando o partido conservador, abatido há três anos, jaz no mesmo profundo letargo, é porque decididamente o espírito o abandonou.

O outro, que se chamou progressista, nunca foi partido. Repelem tal designação a decência e a dignidade de alguns caracteres sisudos que figuram na situação.

Amálgama de quantos despeitos e ambições gerara o desbarato político dos últimos anos com as puras mas iluses aspirações de poucos homens honestos, eis a liga. Apenas no poder desarticulou-se, como as várias peças de um esqueleto; por toda a parte aparece a cárie, e desprendem-se esquirolas nojentas cobertas de sânie.

A áurea que a exaltou ao poder e saudou com júbilo seu triunfo, muito há que a abandonou enjoada. Os próprios truões da farsa quando recolhem aos bastidores gargalham das visagens e esgares com que armam à pingue receita.

Plaudite, lictores!... Debalde; o país oficial é quem primeiro se lastima por tanta ignomínia; homens laboriosos, que juntaram em longos anos cabedais de conhecimentos práticos, trazam cruéis humilhações, vendo-se ludibrio da ignorância e fatuidade.

Refleti, senhor, esta página sucinta da história pátria, que deixo aberto ante vossos olhos e repassai-a dos lumes de vossa razão egrégia.

Os partidos, no sistema representativo, são a milícia da nação; velam sobre o exercício da soberania; defendem as instituições e preservam simultaneamente o monarca e o povo. Destruídas essas legiões da ideia, ficam em campo as guardas pretorianas que fazem e desfazem ministros, como outrora imperadores.

Durante oito anos tivestes, senhor, nove gabinetes, e maior fora a proporção, se as ambições assanhadas não encontrassem óbices em vossa prudência

É preciso ainda mais nausear-vos com o aspecto repulsivo dessa putrefação dos partidos?

Aí está o parlamento. Se algum já mereceu a qualificação dada à desprezível assembleia enxotada por *Cromwell Rump Parliament*, é sem dúvida o que durante o decênio fatal presidiu aos destinos do Brasil.

A legislatura de 1853 vota sob a ameaça da dissolução a lei dos círculos, proposta como um corretivo à impureza das eleições; e depois de se confessar ilegítima perante o país, funciona um ano ainda!

A de 1857 suporta a coalizão liberal do Marquês de Olinda, contrária à feição da quase unânime maioria; recebe o gabinete Abaeté, puro conservador, e logo o repele a pretexto de uma questão econômica; afinal junte-se ao ministério Ferraz, que a condena às forcas caudinas, arrancando-lhe a lei bancária, antes repelida.

A de 1861 aceita complacente um ministério organizado em desprezo dela; dá no seguinte ano o triste espetáculo de uma maioria movediça que viu três ministérios em oito dias; e acaba pasmando, aterrada ante uma combinação numismática, subversiva do governo parlamentar.

Da atual estão na tela as indecências. Três ministérios foram devorados; três outros já ela abortou. O sétimo não existira, se não acreditassem que, como Palas, saíra armado do cérebro de Júpiter; por isso a câmara ofereceu-lhe sem hesitação o holocausto de sua dignidade. Que não dará ela para que a desprezem a ponto de a esquecer?

Admira, senhor, como cidadãos individualmente probos e cordatos se consolidam assim com a escória em uma liga monstruosa, que humilha a cada um no recesso da consciência.

É o efeito lastimoso da atração do vício, à qual deveis opor quanto antes a coesão da virtude, operada ao influxo da majestade!

Devo falar-vos do povo.

Mas onde está ele, senhor, que o não vejo?

Nas urnas só acho as cédulas pagas à vista ou descontadas com promessas de pingues empregos e depreciadas condecorações.

Os três poderes do povo, como os chama Brougham, a imprensa, o júri e os comícios, apenas vislumbram.

A imprensa está bem desenhada nesta grande capital que mata as folhas políticas e só fomenta as gazetas industriais. O júri, ônus insuportável, de que se esquiva o cidadão, ainda mesmo pagando. Os comícios, espetáculos divertidos, nos teatros públicos, quando não são o rosnar da fome, como em 1860.

Que resta, senhor, do país? Há alguma parte onde viva ainda e pulse a soberania?

O povo inerte, os partidos extintos, o parlamento decaído!... Restam, é verdade, alguns cidadãos eminentes, abrigados na tribuna vitalícia; como as relíquias do senado romano, esperam tranquilos em suas curules o momento de morrer com a liberdade que amaram.

São fracos, porque estão descridos; mas acendei-lhes a fé no coração enregelado, que se tornarão fortes e vigorosas. Com esse elemento do passado podereis ainda corrigir a têmpera desta geração caquética.

IV

Senhor,

Quando o poder executivo absorve uma grande porção da soberania, é natural que o povo colocado em plano inferior atribua o fato à ação da coroa situada na cúpula do sistema.

À medida que os partidos se corromperam no Brasil e a vitalidade da opinião esmoreceu, foi surgindo de entre essas ruínas políticas uma ideia que a pouco e pouco tem grassado no país.

A existência do governo pessoal está na crença de muitos brasileiros.

Deleita-se a malignidade em cultivar semelhante convicção, interpretando a jeito alguns fatos recentes, ou pondo em circulação uma cópia de anedotas de reposteiro; fábulas, que fugindo à luz da publicidade e pululando quais imundícias no lodo escuro, não são esmagadas como deveram.

Insôfregas ambições já tem por mais de uma vez formulado positivamente a acusação. Mas deveis regozijar-vos, senhor; são elas próprias que ao aproximar-se do trono mais se alucinam na atmosfera superior e dão ao público o grotesco espetáculo de sua ebriedade cortesã.

O povo que os vir partir rígidos e indomáveis em sua rusticidade democrática, logo percebendo-os de longe vacilantes e balbos, acaba por acreditar que flutua realmente nas altas regiões do poder um princípio corrosivo da liberdade.

Se há falsa prevenção é esta que se tem estabelecido a respeito do governo pessoal. Minha convicção vai muito além. Não somente nenhuma influência direta exerçais no governo; mas vosso escrúpulo chega ao ponto de frequentes vezes concentrar aquele reflexo que uma inteligência sã e robusta como a vossa deve derramar sobre a administração.

Rei constitucional, vossa missão é a do sol; não aquele astro fatídico e abrasador de Luís XIV, que condensou a borrasca de 1789, mas o foco brilhante que rege todo um sistema e dardeja luz e calor para a nação.

Quando as brumas das paixões se interfiram entre vossos raios benéficos e o povo para quem viveis, é vosso dever espancá-las para que se veja sempre na limpidez da alta política o régio aspecto da majestade cingido de esplendor.

Como é possível que se propague esse erro deplorável do estabelecimento de um governo pessoal, quando as atas contemporâneas a cada passo o dissipam completamente?

Aberração do espírito público; tanto mais extravagante, quanto os fatos geralmente assinalados com o cunho da pretendida influência da coroa são aqueles em que mais se acusa uma escrupulosa imparcialidade. Senão, percorram-se os sucessos dos últimos anos:

O acontecimento talvez mais saliente e que logo fere o espírito é a composição anômala dos ministérios e sua marcha vacilante. Propalam que os vícios orgânicos, a efêmera existência e as matizadas combinações de várias opiniões, *tesselated pavement*, como as chamou Burke, tudo é devido à ingerência direta que tendes na política.

Protesto alto contra semelhante imputação, e não quero mais prova que o próprio fato; dispenso os argumentos que poderia tirar do vosso critério e austeridade de princípios.

Não fôsseis quem sois, um rei que não fascina o império, e vos tomasse acaso a ambição do mando absoluto; qualquer dos últimos gabinetes, fracos e apenas protegidos com a sombra imperial seria um instrumento dúctil à vossa vontade, nenhuma das câmaras modernas, que o menor jeito desarticula e a só lembrança da dissolução estreme-ce, vos houvera resistido. Esta verdade está na consciência pública.

Que necessidade pois obrigaria um soberano usurpador, secundado em seus projetos, a mudar frequentemente o ministério, afrouxando por tal forma a nação administrativa que fora de seu interesse robustecer com a permanência e solidariedade dos agentes?

Que empenho teria esse monarca de reunir, em um mesmo gabinete, não só adversários políticos, mas inimigos pessoais ou charras mediocridades, desmoralizando assim a autoridade e debilitando o governo com surdas reações de rivalidades latentes?

O cálculo da própria ambição repelira semelhante atropelo.

Jorge III, notável pela inflexibilidade de caráter, apesar da decidida influência que exerceu no governo, foi coagido a mudar repetidas vezes seu ministério, e até a recorrer à célebre coalizão de North, Fox, Cavendish, Keppel, Burke e outros.

Mas a razão?

No parlamento inglês lutavam partidos vigorosos, que à inflexibilidade da coroa opunham a firmeza e rigidez de seus princípios. A guerra americana lançara a Inglaterra em uma crise aterradora. Nesse transe, entre a ameaça da abdicação por parte do rei e o formidável aspecto da oposição, os chefes *whigs* sacrificaram-se para salvar a nação e a coroa.

Estadistas como Fox e Burke, para quem o ministério era um declínio, podiam fazê-lo com sobrançeria, ainda mais quando levavam ao poder a franqueza das crenças e a probidade das convicções. Mas a justiça do povo inglês é severa para os partidos, como para os cidadãos, que delinquem da honra. Fox perdeu a imensa popularidade; e só muito depois de sua morte a posteridade lavou a mácula que ofuscara tão bela reputação. Cinquenta anos expiou o partido *whig* sua avidez de mando; lição dura aos partidos que se aviltam.

Não sois Jorge III, senhor. Se dele tendes a abnegação do império, tendes mais que ele as virtudes do rei e do cidadão. As coalizões que se operam em vosso conselho não resultam como em Inglaterra da reação de partidos poderosos contra a tenacidade da coroa, nem as inspira o mesmo pensamento nobre e franco; são apenas uma aliagem de individualidades na esperança de engrandecimento pessoal.

Fora, porém, vossa posição e vosso caráter idênticos aos daquele infeliz monarca. Não vendo como ele em torno de vós uma plêiade ilustre de varões, digna dos melhores tempos de Grécia e Roma, não havíeis de ser tão pródigo da pureza e prestígio de vossos estadistas. Ao contrário o lustre de vossa glória vos estimularia a poupar nestes tempos escassos os raros nomes estimados e os caracteres íntegros que formam a riqueza moral da pátria e servem de colunas ao trono.

Onde está o Pitt brasileiro, para vir depois do desbarato dos nossos estadistas, assoberbar a crise e restituir o país à sua anterior prosperidade?

Em alguns atos inconstitucionais do poder executivo, pretendem igualmente divisar, bem transparente vossa vontade imposta a ministros frágeis que não ousariam tanto sem a certeza do apoio da coroa.

Vosso espírito de retidão é reconhecido; acredito que nutris o desejo de ver a magistratura depurada da imoralidade que por ventura a deturpa. Mas ousa afirmar que, se uma generosa indignação vos arrancasse um ato de força contra a corrupção escandalosa, não se limitaria a dar com a aposentadoria o repouso à venalidade de alguns magistrados; mas havia de fazer justiça plena, imprimindo o estigma da culpa em todo que o merecesse, magistrado e administrador, humilde e soberbo.

É tal o delírio, que simultaneamente com esse ato de severidade vos atribuem o de uma benevolência excessiva para a fraude: as medidas tomadas por ocasião da crise mercantil! O simples cotejo mostra a toda a luz que as duas ideias não são filhas de um só e mesmo pensamento, mas da confusão e diversidade de homens que de repente sobem à tona do poder para logo sumir-se no pego de sua obscuridade.

A instituição dos voluntários está longe também de ser de vossa iniciativa. Apreciais devidamente o exército, que ama com entusiasmo seu monarca e zeloso protetor. Não era possível que cogitásseis um meio de desgostá-lo profundamente, estabelecendo preferências a favor de bisonhos soldados, com preterição de bravos veteranos cheios de serviços, e já traquejados pela vitória.

Em todas estas medidas, o que se revela bem patente é a precipitação e temeridade de ministros efêmeros que peregrinam pelo poder, sem cuidar dos estragos que vai deixando sua passagem. A fraqueza os excita à audácia; e quando alguma reação fugaz do espírito público surde contra seus desatinos, não trepidam em esconder-se sob o manto imperial descobrindo a coroa e perturbando a placidez da majestade.

Mas uma prova longa de que não existe no Brasil governo pessoal é a guerra do Rio da Prata.

Quando o ministério de 31 de agosto, surpreendido pela situação grave que se desenhou de repente para a nossa política internacional, teve necessidade de um hábil diplomata que dirigisse sobre o terreno as negociações, a escolha recaiu com espanto geral sobre o Conselheiro Paranhos.

Se vossas inspirações se traduzissem na marcha do governo, não colocaríeis de certo na posição inconveniente de missionário de uma política adversa a um dos mais reputados estadistas desta geração, de quem podíeis muito breve carecer para criar uma nova situação.

Menos ainda havíeis de consentir que o despedissem sem aquela polidez costumada entre pessoas decentes, para substituí-lo por um escritor de talento incontestável, mas alheio aos homens com quem ia tratar e baldo das provas essenciais em tão crítica emergência.

O desejo que nutris desde o princípio da guerra de ver a frente dos exércitos brasileiros, nosso primeiro, senão único general, é de todos conhecido. O ministro da guerra se dirigiu ao ilustre Marquês de Caxias, o qual tão dedicado cidadão, quanto leal soldado, não declinou de si a honrosa, mas árdua comissão.

Chefe político, nome prestigioso em quem numerosos conservadores viam ainda um símbolo de restauração, olvidou sua elevada posição, com seu repouso, para acudir ao reclamo da pátria; e o fez desinteressado e modesto, sem as exigências que soem encarecer certas dedicações.

Uma só condição pôs ele, e essa em bem da campanha que ia dirigir; a substituição do presidente do Rio Grande do Sul por uma pessoa de sua inteira confiança. Aquela província fronteira, que devia ser o centro de nossas operações, reclamava uma administração militar, imediatamente sujeita ao general dos exércitos em guerra. Sem essa uniformidade de vistas e unidade de ação, infelizmente raras em nosso país, nada se faz de grande e insigne.

Quem o diria?... Apesar do voto de vossa prudência que era o da maioria do país sem distinções políticas, não foi substituído o presidente do Rio Grande do Sul, porque à potestade que o patrocinava não aprouve condescender com essa medida. Prescindiu-se então do general, que significava a vitória no campo da honra, pelo orador de quem se esperava o apoio na tribuna do senado. Para preservar da queda seis ministros, quantos brasileiros não pereceram em Paissandu e nos hospitais, que seriam salvos por uma prudente e sábia direção da campanha!

O generalato brasileiro confiado a um valetudinário ficou em vergonhosa interinidade, quando as moléstias agravadas obrigaram o Barão de S. Gabriel a escusar-se. Substituiu-se, em vez de um presidente, um ministro, o da guerra; e escolheu-se homem que só tinha mais que o antecessor um mérito, o de tornar impossível o nobre Marquês de Caxias.

Correm os tempos. À falta do ilustre general, já familiar com o bastão de chefe e respeitado pela vitória das margens do Prata, devemos talvez a inconveniente igualdade do tratado de aliança. Mas era necessário à voracidade do gabinete de 31 de agosto mais esse bocado da dignidade nacional.

Enfim, realizaram-se as previsões: as rivalidades inveteradas, que a influência do pacificador do Rio Grande em 1845 houvera sopitado, atearam de uma maneira espantosa no momento mesmo em que o inimigo invadia a província e calcava o solo da pátria.

Destes, então, senhor, um exemplo de sublime abnegação, que eu peço a Deus não se repita. Arrancando vosso coração às sagradas afeições que o prendem e vossa pessoa à placidez em que a nação a deseja, partistes para o lugar do perigo e da dedicação. Arroastastes as intempéries como o último soldado; e conseguistes ser ainda o primeiro cidadão nas privações como na hierarquia.

Aprovesse à vossa sabedoria dominar a situação, e a marcha do governo teria sido outra muito diversa. Diríeis ao chefe do gabinete: “– A situação é a guerra, pois ela comove todo o império. A guerra carece do primeiro general brasileiro em quem o país espera e o exército confia. Se vós, governo, não podeis satisfazer essa indeclinável exigência da situação, não sois os homens para ela; é vosso dever retirar-vos!”

E a história pátria não teria de corar registrando tantas humilhações que pungem dolorosamente o amor próprio nacional. A numerosa descendência dos Fábios não havia de pulular nesses campos fatais onde já em 1826 um general brasileiro, Lecor, granjeou o sardônico título de *cunctator* segundo.

Guiados por uma espada acostumada a cegar os louros do Prata, e preservada portanto da fascinação dos primeiros fumos da glória, nossos bravos soldados marchariam mais prudentes e mais firmes ao combate. Teríamos jornadas heroicas como as de Paissandu, Riachuelo e Cuevas, porém como a de Caseros, menos ltuosas para a pátria.

Os escrúpulos vos retraíram, senhor, a expectativa. Nela podeis bem parodiar com relação a vossos ministros o chistoso dito de Felipe de Macedônia: “– Em toda minha vida só achei um general, Parmenion; os atenienses fazem dez cada ano.”

Desenganam-se, pois, os abusados a respeito do governo pessoal. Nas páginas em que se desenrolam os últimos acontecimentos, o que está em relevo é a abstenção da coroa levada a um extremo que talvez exceda da imparcialidade constitucional. Vossa augusta pessoa somente se destaca, quando trata-se do sacrifício e abnegação. Então vos debuxais no primeiro plano, reclamando a parte do leão na fadiga e perigo.

Só apareceis onde vossa presença é necessária para cobrir as faltas do governo e seus agentes. No Rio Grande para promover a defesa desleixada por muitos meses e aplacar dissensões. Em Uruguaiana para resguardar o decoro nacional comprometido por grave omissão do tratado de aliança. Na corte para ativar a expedição das tropas e trem de campanha ou zelar o bem-estar do soldado.

Mas é só dedicação e atividade individual que assim dispensais prodigamente; a majestade se envolve na magnânima cordura que releva a negligência e o erro.

Esta é a verdade.

Nem pretextos ofereceis, como vosso pai, à malevolência. Alguns amigos que vos cercam, caprichaste sempre em os ter arredados da política, reservando-os para as diversões do espírito.

O bando dos King's friends, satélites infalíveis do governo pessoal, não é de vosso reinado.

9 de dezembro
ERASMO

V

As crises, senhor, são acompanhadas de excentricidades. Enquanto vos esquivais à política, a nação desabusada dos homens que a governam vos

reclama e solicita com abundâncias de coração. Não sou um discípulo de Dâmocles, nem de Maquiavel. Para falar-vos a linguagem nojosa do cortesão ou encarecer a hipocrisia do absolutismo, não arrostara eu, por certo, a fúria de ódios acesos e famulentas cobiças.

Esta voz dura que eriça as torpezas e imoralidades da época logo se denuncia pela rispidez; não tem a insinuante doçura da lisonja nem a astúcia da dissimulação. É voz de homem livre.

Ela pode repetir as severas palavras do velho Chatham no parlamento inglês: “– O momento é perigoso e tremendo; o tempo não está para a adulação. As blandícias da lisonja não podem salvar-nos nesta crise terrível e solene. Cumpre habituar a coroa à linguagem da verdade.”

Mas sempre se interpõe entre o trono e a nação uma gente ambígua, que vive ao mesmo tempo das graças do poder e da tolerância do povo. Seu interesse é irritar ambos, um contra o outro, para os enfraquecer e melhor dominar. Por isso, quando na iminência do perigo, os liberais sinceros se empenham em estreitar a aliança do monarca com a opinião, a gente bifronte se alvorota.

Pleiteio contra essa improvisada aristocracia da imoralidade o livre exercício dos direitos do povo e dos direitos da realeza, que são as molas do sistema representativo. É natural pois que simultaneamente me denunciem a vós, senhor, como anarquizador; à plebe como absolutista.

Não importa; basta que vossa atenção e os votos dos homens de bem me acompanhem.

Ainda não chegou o ensejo de discutir perante vosso prudente alvitre as transcendentais questões da política, e os meios eficazes de fazer da constituição uma realidade.

Estou desenhando o aleijão desta atualidade; quero pôr ante vossos olhos sua esquálida nudez, com o risco mesmo de molestar o pudor da majestade. Não vos falta a coragem moral para encarar de frente os males do país.

Uma deformidade sensível da época, senhor, é este anelo com que a nação vos está provocando a assumir o governo pleno do Estado!

É impróprio de um Estado livre, mas a evidência do fato se patenteia. Por todos os poros rompe a efusão do país que se abandona e confia exclusivamente da lealdade e critério de seu monarca.

Este povo apático e indiferente às mais nobres funções da soberania ainda sente por vossa pessoa sinceros transportes. Não sereis sua fé única; porém com certeza sois o estímulo das outras raras e sopitadas; o estandarte capaz de nestes tempos inertes levantar entusiasmos em prol de uma causa.

Quereis exemplos?

Em 30 de março de 1862 inaugurou-se a estátua equestre do fundador do império. A democracia protestou contra o monumento da gratidão nacional pela voz dos mesmos tribunos que cerca de ano antes arrastavam à eleição as massas eletrizadas. Pois o povo correu pressuroso a saudar o desmentido de bronze, associando-se com fervor ao vosso júbilo filial e patriótico.

Nos primeiros dias de 1863 as represálias inglesas assaltaram de indignação o país. O ministro que havia descurado a questão em princípio acabou comprometendo a honra nacional. Mas vosso busto foi erigido ante a opinião. De todos os pontos rompem felicitações por um fato que se deveria selar com o altivo silêncio da dignidade mártir.

A aura que bafejou a liga em sua nascença não foi a espontânea e livre expansão do espírito público em favor de uma ideia; mas somente um influxo do prestígio imperial. Lastrou a crença de que vosso tédio pelos conservadores já não se recatava; a atoarda ganhou vulto depois da questão inglesa, com o pretexto de vos terem abandonado as notabilidades do partido. A opinião empenhou-se em satisfazer vosso pretenso desejo de aproximar os liberais do trono.

O gabinete de 15 de janeiro provocou aturdido o rompimento com o Estado do Uruguai; foi apeado do poder quando a coerência exigia que desenvolvesse sua nova política internacional; sucedeu-lhe o gabinete de 31 de agosto, que não estava na altura da situação. O país, enojado de tanta miséria, das infantilidades da liga, como de seus escárnios ministeriais, amou-se. Propala-se porém que a guerra é ideia vossa; as levas surgem, e o povo anima-se com alguns lampejos de entusiasmo.

Anunciais de repente vossa partida para o Rio Grande do Sul. O desgosto pela má direção da guerra; as tristes preocupações deixadas pelas dificuldades da última organização ministerial; os novos receios trazidos com a notícia da invasão da outra fronteira do império; e até o perigo de vossa ausência da corte em tão grave emergência; tudo disfarça o povo. Vistes como se aglomerou em vossa passagem à hora da despedida e da volta.

A desconsolada notícia da rendição de Uruguaiana entrou a barra ao som do canhão. A população magoada com o triste desenlace recalçou seu justo

ressentimento, porque lá estivestes presente, senhor; e ela temeu desgostar-vos lamentando o malbarato dos brios nacionais. Seu respeito foi a ponto de receber como hóspede ilustre o estólido bárbaro que vilmente nos insultara.

Onde quer que brilhe o reflexo de vossa luz, a opinião, como o inseto noturno atraído pela flama, voa a adejar em torno, umas vezes para beber raios de esperança, outras infelizmente para queimar as asas.

Nem é somente nas manifestações solenes que se traduz esse geral sentimento dos brasileiros; diariamente se revela por uma série de incidentes e circunstâncias exíguas. Destacados não teriam significação esses fatos mínimos; porém múltiplos e contínuos compõem a fiel expressão do ânimo público.

Desde certo tempo os jornais atendem com excessivo zelo às vossas menores ações. Durante a questão inglesa se editaram minúcias de vossa pessoa, duplamente nocivas; de um lado vos apresentavam ao estrangeiro desonrado daquela gravidade que é uma insígnia da realeza; de outro faziam alardo da fascinação de uma cidade livre por essas lantejoulas da corte.

Na parte não editorial, são frequentes os artigos pagos com endereço a vossa augusta pessoa. Contém eles queixas de indivíduos de todas as classes sobre minudências do expediente de empregados subalternos! Apela os súditos para vossa autoridade, à qual parecem ter devolvido toda confiança e todo poder.

A literatura e artes desenham também uma face da vida histórica dos povos. Raros livros vinham a lume ou trabalhos se executavam, que não fossem postos sob vossa invocação. Como Luís XIV, Frederico II e Napoleão I, entrais agora no período heroico, que prepara o mitologismo.

Esses grandes monarcas, porém, reviam-se no palco, sob um nome pagão, vendados pela alusão e fraldados da clâmide grega ou toga romana. Para vós o poema, o romance e o drama antecipam a posteridade e preludiam já a apoteose.

Não franqueais os paços imperiais ao aulismo, nem o nutris com as festas da corte; é natural que ele se derrame pela cidade.

Há, senhor, nesse pronunciamento, que brota a cada canto uma demasia que degenera em lisonja e frisa com o ridículo. Mas não convém escarnecer destes desvios, e somente corrigi-los. Todo o entusiasmo do povo é generoso; e neste dos brasileiros por seu imperador, parece que estão realmente concentradas durante a crise as forças vivas da nação.

Ai de nós se partem essa fibra da pátria; a convulsão sobrevirá terrível e instantânea.

Nas camadas superiores da sociedade, onde a luz penetra mais clara, o sentimento de adesão à vossa pessoa não obstante se condensa. A gente sensata, vendo a cada instante se aluírem em torno os nomes de sua fé, e se derrocarem as melhores reputações como as ideias mais sãs, apenas enxerga no seu horizonte pura e sobranceira vossa efígie. Para ela naturalmente convergem todas as esperanças dos bons.

Os mesmos varões fortes que de longe gritam contra o imperialismo e vos atribuem exclusivamente os males da atualidade...

Algum será sincero; do geral quereis provar a têmpera à sua independência?

Aproximai-os do trono. Mais de uma vez já vistes as ambições encouraçadas dos demagogos que empunharam a acha popular contra a tirania abaterem as fúrias ante vossa magnanimidade. Se lhes estendeis a mão benévola, elas se agacham para beijar a cauda do manto imperial.

Quando vos acusam, esquecem o passado alheio e não pressentem o próprio futuro!

Já tive ocasião de faltar-vos do parlamento. Passou a axioma ali que a câmara não pode repelir preliminarmente um ministério organizado em desprezo dela porque esse voto seria um desacato à coroa!

Assim tortura-se o bom senso e incorre-se no escárnio público para disfarçar com a máscara do princípio a depravação de uma instituição política.

É também notório que as maiorias parlamentares já não se fazem pelas convicções e sim pela senha de que os ministros se dizem portadores. Os grupos se aglomeram e se dispersam como a areia ao sopro da brisa que venta de S. Cristóvão, mas pela boca dos éolos fardados.

Qualquer ministro que se apresente com um decreto de aposentadoria de magistrados ou uma doação de alguns mil contos à companhia estrangeira obtém grande sucesso, se tiver a segurança e arte que exige o desempenho do papel. Mal percebam porém que o vizir não traz como inculca o anel e o cordão, o despedem com descortesia.

Enfim, senhor, bem vistes.

A câmara de 1863 onde tinham assento sectários de todas as opiniões, até do ódio ao governo pessoal, foi em corporação felicitar-vos por vossa energia durante o conflito inglês. Com esse voto reconheceu na coroa uma competência administrativa; e de legisladora desceu a cortesã!

Jorge III, a quem acusam, como a vós, de ingerir-se no governo, abrindo o primeiro parlamento felicitou seu ministério pela boa direção que dera à guerra americana; o parlamento respondeu a felicitação do rei com uma oposição enérgica.

A câmara de 1865, quando lhe anunciaram vossa imutável resolução de partir para o Rio Grande, encheu-se de entusiasmo e também votou ovações. Até ali era costume aliciar-se o parlamento com a miragem da coroa. Nessa ocasião a deslumbravam com o aparato de vossa vontade inflexível. Não tarda que a dispersem por um recado arrogante, se não houver aí uma sombra de Mirabeau para o repelir com sangrenta ironia.

Nestas linhas do parlamento estão em relevo os ministérios.

Sem apoio no país e auxílio de partidos, os gabinetes só vivem e se nutrem da confiança imperial. O instinto da conservação os impele a fortalecer-se nela contra as oposições que vai levantando em sua marcha.

O organizador cata algum nome que possa insinuar a ideia de ser a combinação feita vossa; depois cada ministro excogita um ato, pelo qual mais se estreite com o trono. Assim gera-se a crença do governo pessoal; dela resulta para o poder uma força imensa.

Vossos escrúpulos a poupam; quando muito aproveitais migalhas. Mas o gabinete onipotente a esbanja com prodigalidade.

Senhor! A constituição vos fez sagrado e inviolável; a corrupção desta época elimina o salutar princípio e vos responsabiliza ante a nação e a história pelos desvarios de vossos ministros!

A nação vos ama; mas a história vos julgará com severidade.

E havia o súdito amigo que vos respeita encerrar-se em tímido silêncio, deixando com o tempo se acumular sobre vosso reinado este limo?

Aflija-vos embora a verdade; eu devo proclamá-la contra vossos escrúpulos.

Sim, senhor! Uma generosa reserva tolhe à majestade a plenitude das atribuições supremas que a nação lhe confiou. Muitas vezes pela absorção de

exíguas parcelas do executivo, cai em estéril repouso o alto princípio que é o balanceador de todo o sistema.

E o povo que sente o mal-estar da atualidade, fatigado de decepções, atira-se para o monarca. A democracia saúda no trono seu chefe, os tribunos vestem toga e pedem o consulado.

Lá aparece de tempos em tempos um opúsculo renovando a acusação da onipotência imperial. Mas o que seria esse grito descompassado senão uma denúncia da vergonhosa impotência dos ministros e das câmaras para resistir à coroa se ela acaso exorbitasse.

Enfim, quereis a última e a mais cabal das provas?

Ei-la: é a prova negativa, que não falha. Todas as vezes que se tente conhecer o ponto culminante da opinião, o meio certo é colocar-se na oposição que necessariamente e sempre existe: o alvo dos maiores rancores adversos, ideia ou homem, é o cimo da opinião, sua face preponderante.

Que se nota na atualidade?... Quem deseje levar de arrasto após si, como a cauda de um cometa, toda essa aluvião de átomos inflamados que flutuam na oposição não carece nem da ideia superior, nem do verbo eloquente: basta enrustar a palavra vulgar mas audaz contra o trono. A chusma o acompanha.

Só há nesta quadra dois caminhos para a popularidade; a audácia ou a lisonja: atacar ou rojar. A verdade transita corrida e apedrejada entre os cegos amigos insaciáveis de louvores, e os fofos demagogos que à semelhança dos camaleões mudam de cor a cada ambição.

Austera lição porém inflige a esses delírios vossa atitude nobre. Quando o brilho da majestade e os esplendores da realeza fascinam

por tal forma todos os que levantam os olhos para o trono, vós, senhor, colocado no foco da irradiação, no seio mesmo da pompa imperial, permaneceis calmo; e respeitais o sono do povo!

Forte é a têmpera da virtude que repele as instantes provocações do poder. Sob a púrpura imperial palpita em vosso peito um desinteresse de Cincinato e Washington!

Mas, senhor, há virtudes que não o são para os reis; a abnegação é uma. Lembrai-vos que vossa mão escreveu estas palavras sentenciosas – a sujeição do cetro.

O trono que a nação vos confiou é um posto de honra. Deveis a Deus e ao povo sua guarda severa. Não podeis esquivar-vos a ela sob pena de deserção.

Sois um brioso soldado da Providência; não faltareis na grande batalha da liberdade que está iminente e vai decidir da sorte do vosso povo.

A suma questão da atualidade é esta, da vigorosa iniciativa que deveis tomar em prol da constituição; nela está a chave de todas as outras tendentes à realidade do sistema e restauração do país.

O tempo das teorias passou; as necessidades públicas estão salientes; as reformas se descarnam de si mesmas e patenteiam ao menor exame. O que falta é somente a força para cavar o leito às ideias através da corrupção e indolência da atualidade.

Essa força, porém, há de produzir-se dentro do termo fatal. Ou desça do trono, ou suba da vasa, a revolução se há de consumir. Do alto de onde todos a desejam virá gradual, lenta e benéfica; de baixo quem pode calcular os ímpetos da convulsão?

Vosso pai fez para o povo brasileiro uma constituição liberal; fazei vós com essa constituição um povo livre. E vossa glória será maior.

VI

Senhor,

A situação está patente à vossa razão ilustrada.

Vistes primeiro sua máscara, exprimindo às vezes uma indiferença extrema, outra um desânimo aterrador: sintomas da atonia popular, que pressagia grandes desastres, se não for combatida com vigor.

Penetrando depois no âmago da atualidade, conhecestes a natureza do mal, que há dez anos agravou-se. É a depravação do organismo político, de que resultou o amortecimento das crenças, a extinção dos partidos e a corrupção espantosa tanto do poder como da opinião.

Observastes que a recrudescência do mal sopitando o espírito público tornou devoluta a grande massa de soberania que reside no povo. Esta força tem-na esbanjado os corrilhos ministeriais à sombra da coroa e com a responsabilidade moral de vosso nome.

Finalmente sentistes no coração da crise o sinal mais significativo do abastardeamento do sistema representativo no Brasil; o afã com que a nação desenganada das seitas e dos homens se confia só de vossa prudência e virtudes.

Qual é, porém, a causa originária do mal que assola o país? Nenhum estudo me parece mais digno de vossa atenção neste momento decisivo e culminante da crise.

Os sintomáticos publicistas que não passam da superfície, ou quando muito da cútis das questões, andam a tatear causas em qualquer fenômeno real ou aparente que lhes fere os olhos. Para uns é a onipotência da coroa, para outros é o falseamento do sistema eleitoral. Cada pensador assinala um motivo e com ele o corretivo infalível.

A causa radical do marasmo em que se acha o país está bem saliente; facilmente se acompanha na história do império seu rastro assolador. Para fazer dela evidências, basta designá-la.

É a falta de educação política.

A monarquia representativa, de todos os sistemas de governo o mais difícil e complicado, exige em maior grau que outro qualquer, compreendida a própria democracia, um povo ativo e ilustrado, prático na escola da liberdade, fortalecido por convicções robustas, e animado do espírito do trabalho. A razão é óbvia.

Na república toda reputação, influência ou poder não só nasce do povo, mas conserva sempre sua base no povo; e o cimo nunca plaina sobranceiro à opinião. A onipotência da maioria, em um período mais ou menos longo, abate as popularidades gastas, erige novas e inverte aquela crosta superior que se vai formando sobre as massas.

O povo não luta, pois, na república senão consigo mesmo, com as paixões próprias, que os tribunos costumam explorar em proveito seu e detrimento da pátria. Grécia e Roma foram republicanas; mas o governo misto que Tácito e Cícero declararam impossível na antiguidade só pode realizar-se com o influxo da civilização moderna.

Na monarquia representativa, além da realeza, princípio hereditário e permanente há o elemento aristocrático, infalível nessa forma de governo. Nos países de origem moderna como o nosso apenas restam do feudalismo umas veleidades caducas e fofas de nobreza genealógica; mas com o tempo se vai formando uma classe superior pela ilustração, riqueza e posição independente:

é a aristocracia burguesa das monarquias representativas, com a qual a própria landocracia inglesa apesar de seu orgulho já foi obrigada a transigir.

Nesta forma de governo, portanto, o povo tem de lutar alternadamente com a realeza, cuja tendência unitária e absorvente é natural, ainda mesmo nos príncipes liberais; e com a burguesia aristocrática, compacta pelo espírito de classe e apoiada nos cargos vitalícios, nos cabedais criados pela indústria, nas clientelas de numerosos pretendentes.

É necessário já muita força para que a democracia resista à pressão da classe superior, que dispõe de todos os meios de influência. Se porém a simpatia ou tolerância da coroa insufla esse elemento ele acaba subjugando o povo à sombra da realeza e ameaçando a coroa com o espectro da revolução.

Governa, então, a pior tirania, de que fala Montesquieu: “– aquela que se exerce à sombra da lei”.

Só um povo doutrinado na escola do patriotismo e hábil no manejo da soberania pode arrostar a influência perniciosa, reivindicando pelos meios legais a sua autonomia e restabelecendo o império da constituição e da moral.

Está o povo brasileiro neste caso?

Não, senhor. Este povo nobre e digno das instituições que o regem; este povo, precoce para a liberdade, pois ainda na infância colonial já se eletrizava com ela, não foi educado, como merecia, para a monarquia representativa que aliás adotou de coração.

Recaia a culpa sobre aqueles que podiam dirigi-lo e não souberam, ou não quiseram.

Em 1821 a independência se fez no entusiasmo da liberdade. O Brasil conquistou simultaneamente o governo dos brasileiros pelos brasileiros, e o governo do povo pelo povo.

Desde 1808 com a vinda do rei e a invasão de Portugal a emigração da metrópole para a colônia fora muito crescida; havia pois ao lado da população nata uma população adventícia, mas já ligada à outra por identidade de língua, laços de sangue e relações domésticas.

Com a independência não era possível refundir de repente nem expelir essa colônia. Ela permaneceu no país, à sombra das instituições, oferecendo uma base natural a qualquer ideia de oposição que por ventura surgisse. D. Pedro I, que tinha o pecado original de seu nascimento além mar, devia muitas vezes

injustamente carregar com a responsabilidade dessa resistência, na qualidade de seu chefe nato.

Os partidos no Brasil se geraram desse antagonismo de nacionalidades; ser liberal significava ser brasileiro do mesmo modo que ser português ou aliado dos portugueses, valia tanto como absolutista. A revolução de 1831, que trouxe a abdicação, foi como a consagração da independência; aí a monarquia completou sua metamorfose e fez-se brasileira em vossa pessoa, senhor.

Mas enquanto viveu vosso pai, ainda o antagonismo de origem preponderou francamente. Com sua morte se desvanecem os receios de que a velha nacionalidade portuguesa absorva o recente império americano. O partido da independência, que era todo o país liberal, divide-se.

Aí acabam os partidos pátrios e nacionais; e começam os partidos políticos.

Nota-se por esse tempo um período de atividade que durou desde 1827 até a reforma constitucional de 1834. A imprensa se desenvolve; os patriotas procuram instruir o povo nas máximas da liberdade. Essa efêmera animação passou.

Os partidos logo se tornam estéreis; algumas ideias que surgem só têm em vista a conquista ou a manutenção do poder. Não obstante o povo se interessa na luta, porque ainda o estimula, embora sob uma forma latente, o antagonismo de origem.

A emigração portuguesa continuava. Influência do clima ou espírito aventureiro que se desenvolve no emigrante, a atividade desses hóspedes os colocava logo em posição avantajada no comércio e indústria. O partido conservador que absorvera os restos da facção absolutista, em geral atraía a si essa colônia, que nele encontrava filiações de raça.

Era do comércio português e aderências que o partido conservador tirava principalmente sua força e os recursos com que sustentava a luta. Por isso também sempre que o partido liberal, exasperado em sua pobreza, agitava o facho da revolta, o primeiro grito que se ouvia era contra o lusitanismo.

Tão íntimo era esse ciúme pátrio, que ainda em 1848, vinte seis anos depois da independência, produziu ele em Pernambuco cenas deploráveis; e mais modernamente fez hastear na tribuna como um programa político a ideia tacanha da nacionalização do comércio.

Mas, senhor, por mais forte que fosse a têmpera de semelhante antagonismo, ele havia de gastar-se com o tempo. O comércio nacional desenvolveu-se;

grande parte da emigração portuguesa refundiu-se na população nata; estrangeiros de outras nacionalidades concorreram em grande escala; e finalmente os costumes se limaram, os receios se desvaneceram.

A lei da raça predominou, logo que o ódio da família se extinguiu. Sendo essa aversão de origem a mola real com que os partidos governavam a opinião, gasta ela, sentiram os chefes a sua impotência.

Por outro lado algumas raras ideias governamentais que os políticos haviam lançado em circulação foram motivo de amargas decepções. O partido conservador servia-se da indústria para subir; e no poder, longe de proteger as duas principais indústrias do país, o comércio e a agricultura, as oprimia com direitos protetores de fábricas e manufaturas não existentes nem sonhadas no país.

O partido liberal depois de ter feito da regência que o país lhe confiara um juguete, traíndo o voto nacional, excita em 1842 o povo à resistência, para de novo traí-lo governando de 1845 a 1848 com a lei de 3 de dezembro, causa da revolução de Minas.

A estupefação e desgosto da nação atingiu o último grau, quando de 1853 em diante ela viu homens dos diversos partidos que a tinham dilacerado a abandonarem, conciliando-se para mais cômoda e suavemente explorar as graças do poder.

O voto, que era a expressão da ideia, tornou-se para os ambiciosos um tento no jogo político. O povo então achou natural vender a sua mercadoria.

Bem vedes, senhor, em vez de educarem o país na liberdade; incutir-lhe os costumes e hábitos do governo representativo; desenvolver a imprensa pondo-a ao alcance de todos; instituir os comícios e leituras públicas; não se fez até agora senão dissipar o tempo e a riqueza nacional para exagerar o elemento aristocrático e corrompê-lo.

O que é a nossa atual aristocracia?

Composta em geral de duas classes de pessoas, os abastados de inteligência e escassos de cabedais, e os ricos de haveres mas pobres de ilustração; raros, bem raros são os que têm a força de se conservar em sua órbita. Aqueles, urgidos pela sedução do luxo e mesmo pela necessidade, buscam nos altos empregos públicos e elevadas posições uma renda ou as facilidades de alianças e estabelecimentos avantajados. Estes, pruridos pela vaidade, se oferecem aos desejos dos primeiros em compensação de graças e consideração.

Há, senhor, caracteres íntegros nesta classe; há talentos pobres e riquezas modestas. Desgraçados de nós se não houvessem; mas infelizmente são poucos; e os outros têm o cuidado de os deixar na sombra.

O mais profundo publicista inglês escreveu uma página que parece traçada sobre a nossa atualidade política:

“Se toda a elaboração da sociedade que exige uma organização concertada, vistas largas e compreensivas estivesse em poder do Estado; e todos os empregos do governo fossem ocupados pelos homens mais capazes, toda a cultura do espírito e inteligência exercida do país seria concentrada em uma numerosa empregocracia; desta empregocracia o resto da comunhão esperaria tudo, a direção e impulsão para as massas, o acesso para os homens inteligentes e ambiciosos.” (Stuart Mill. *On liberty*.)

Para dar o último toque a esse esboço fiel observarei que a hereditariedade, se não tem força de lei, goza do vigor do costume. Os nomes da geração passada que figuraram na política são títulos bastantes para o ministério.

Em tal situação qual é o remédio enérgico para o mal?

Os utopistas que afaçam um ou outro pensamento bonito, bebido no último livro folheado, falam em eleição direta, descentralização, reforma judiciária e muitas outras ideias sem dúvida aproveitáveis; mas não se lembram dos meios de realizar a reforma.

Se a reforma é sincera, lealmente democrática e eficaz bastante para restituir o povo brasileiro ao exercício pleno de seus poderes; por certo que a empregocracia que tudo domina se há de opor vigorosamente.

Consultai a página da obra que citei e vos é conhecida. Em seguida diz o ilustre publicista que o mundo exterior não é capaz de criticar ou moderar a ação da empregocracia; e nenhuma reforma se efetuará contra os interesses dessa classe poderosa. Ela exerce um veto tácito sobre as leis, não as executando: o veto da inércia.

Não podia Stuart Mill escrever melhor se houvera observado a nossa sociedade. Contra a vontade da aristocracia oficial não tem o povo força para realizar uma reforma. Prescinda-se embora do mandato especial, quem há de votar na legislatura ordinária senão a parte mais interessada da aristocracia, o parlamento? E quem há de fazer e desfazer os votantes senão os agentes dessa aristocracia nas arbitrarias qualificações?

Mas eu dou já como certo que o povo se anime e queira a reforma; entretanto que nas condições presentes o problema mais difícil é arrancar da inércia e torpor o espírito público, inoculando-lhe novos estímulos políticos, já que os antigos se aniquilaram.

Para despertar do egoísmo as unidades esparsas; criar nelas dedicações; unir essas individualidades em massa compacta que transmita às outras o entusiasmo da ideia, só existe um meio: a imprensa.

A tribuna, onde quer que a levantem, no parlamento ou na praça pública, não vale sem os ecos poderosos e as formidáveis repercussões da imprensa. Outrora o orador que subia ao *bema* em Atenas ou ao *rostrum* em Roma tinha certeza de ver no auditório um povo; atualmente os costumes e leis sociais são outras; os comícios não se improvisam, nem se levam a efeito sem o meio indispensável da publicidade.

A imprensa, bem o sabeis, senhor, é um luxo entre nós; as leis fiscais a fizeram tal. O povo é pobre e não pode pagá-la. Alguns periódicos aparecem com sacrifícios enormes, que vegetam em estreito círculo e afinal acabam inânimos.

As folhas diárias de grande formato e circulação, essas constituem o feudalismo da publicidade. Suas colunas abertas à concorrência mal chegam para os abastados; a emissão das ideias ali importa uma despesa não só de inteligência e estudo, mas do grosso cabedal.

Esta observação não depõe contra o caráter honesto e retas intenções das pessoas que dirigem no Brasil a imprensa diária; antes revela seu critério e moderação no uso de uma força que levemente manejada podia causar males incalculáveis.

Mas não é razoável esperar dessa imprensa, que tem suas raízes como suas ramificações na aristocracia burguesa, que ela se empenhe em prol de uma reforma tendente a derrocar a onipotência da classe superior e restituir à realeza e à democracia os seus direitos usurpados?

De modo algum. Qualquer reforma que se opere nas atuais circunstâncias será um engodo. A empregocracia para aplacar alguns assomos de impaciência concederá uma lei de aparato como em 1856 e 1860; mas na execução sua inércia há de pôr o veto. Os deputados por eleição direta ou indireta sairão do mesmo círculo e sempre filhos da fraude e venalidade.

O único meio eficaz de salvar o país, senhor, é união firme dos homens de bem, de que sois o chefe legítimo contra a imoralidade. É aliança sincera da realeza com a democracia, para regenerar o elemento aristocrático, restringindo sua

influência perniciosa e inoculando-lhe novos brios e estímulos que o preservem da corrupção.

Se na atual aristocracia alguns caracteres estão irremediavelmente perdidos, em compensação outros de rija têmpera se conservam puros; e na máxima parte a eiva felizmente não passou da superfície. Mas a corrup o lavra com velocidade; se não for debelada quanto antes, ninguém pode avaliar seus estragos.

O que ela não contaminar arroj r  para fora da política.

O mal urge, senhor. Esta crise   daquelas coisas das quais se disse que o silêncio   clamor. *Dum tacent clamant.*

25 de dezembro
ERASMO

VII

Senhor,

Sentida a urgência indeclinável de vossa iniciativa, como o único meio eficaz e prudente de tirar o país da estagna o em que há anos se debate, cumpre estudar o modo prático por que essa revolu o pacífica se pode consumir dentro dos rigorosos limites da constitui o.

Esse estudo abrange a importante questão do sistema segundo o qual deve funcionar a coroa na monarquia representativa.

Não   propósito meu instaurar aqui uma controvérsia escolástica a respeito dessa tese eminente do direito público. Quanto pudesse eu catar nos livros de melhor nota e aduzir de meu próprio raciocínio, acredito que vos   trivial.

Deixo de parte a sediça erudi o. Algumas considera es sucintas que desejo submeter-vos, desprendem-se das teorias e assentam sobre a prática e experiência.

Tem muita voga entre os homens políticos a conceituosa antítese das palavras reinar e governar como o mais perfeito contraste da porão de poder que vos compete em rela o ao ministério. Nenhum cabedal faço dessa máxima, invento de um povo que se adstringe muito às palavras e pouco penetra no âmago das coisas.

Minha convicção a respeito da função da coroa é nas conclusões idêntica ao axioma do rei reina e não governa; mas prefiro bebê-la na lição fecunda do povo, mestre em ciência governamental, inventor do sistema representativo e seu modelo.

A constituição brasileira confere ao imperador o título apenas de chefe do poder executivo; e para não deixar que pairasse dúvida sobre o sentido óbvio da qualificação meramente honorífica advertiu que exercitaria esse poder por meio de seus ministros.

Colocado na cúpula do sistema, investido de atribuições majestáticas sobre todos os poderes, o monarca brasileiro é nessa qualidade de alto moderador e chefe natural não só do executivo, como também do judiciário. Em relação a este último a constituição não o declarou expressamente; mas seu espírito é tão claro que em todos os tribunais as sentenças são expedidas em nome do imperador.

Em Inglaterra o rei é qualificado de fonte da justiça, *fountain of justice*; e por isso não se arroga a mínima fração do direito de julgar, confiado aos magistrados que o exercem em seu nome. É um título de honra, atributo da majestade, como a nossa frase constitucional chefe do poder executivo.

Nenhum voto, portanto, compete ao monarca a respeito do exercício das atribuições meramente executivas; nem mesmo o voto de qualidade; aliás impossível à vista da maneira peculiar da organização do ministério.

Há diferença profunda entre os corpos deliberantes e os corpos executores. Nos primeiros a fração vencida se isola da maioria e não participa da responsabilidade em que por ventura incorra o voto ou conselho. Nos segundos a opinião dominante absorve as dissidentes; a solidariedade prende quantos presidam à execução do ato.

O ministério é de todos os corpos executores o que mais obedece a esta regra; os publicistas ingleses costumam dizer que o gabinete é um só homem – *one man*. Nessa opinião compacta e unânime que forma a resolução ministerial, não há interstícios por onde a vontade do imperador penetre. É um todo indivisível que se destruiria fracionando-se.

O conselho de ministros em Inglaterra é secreto; o rei não assiste a eles. “Costume altamente benéfico, diz Lord Grey, Gov. parlamentar, que data do tempo de Jorge I”. No Brasil os ministros fazem apenas entre si umas conferências preliminares e celebram depois em vossa presença o conselho. Aí renovam as anteriores divergências individuais, solicitando vosso apoio ou pelo menos resistência contra a maioria.

Compreendeis a inconveniência de semelhante proceder e a excelência da praxe inglesa.

Os ministros podem levar para o conselho vários e encontrados alvitres a respeito de uma questão importante. Na discussão os argumentos são desenvolvidos, ponderadas as objeções. Afinal sucede que dos retalhos das convicções, por mútua concessão, constroem uma opinião média, que não sendo de nenhum ministro individualmente, seja a do ministério.

Se vosso olhar, senhor, devassasse o segredo dessa mútua abnegação, a solidariedade se despedaçara; esses homens desceriam por força em vosso conceito. Podéis discriminar os vencidos dos vencedores, os condescendentes dos convictos. Desde esse momento estava o ministério moralmente decaído; sua permanência no poder seria um mau exemplo.

A verdade do sistema representativo e a dignidade dos caracteres exigem o segredo impenetrável do conselho de ministros. Aquele membro que o trair, ainda mesmo com o monarca, deve ser imediatamente arredado, por haver rompido a solidariedade que é o princípio de coesão desse corpo.

As resoluções do gabinete são apresentadas à coroa quando carecem de sua assinatura. Em Inglaterra costuma o rei, quando julga conveniente, ouvir seu conselho privado, que está fora da política e tem por fim unicamente esclarecê-lo. É como um livro da sabedoria e experiência nacional.

Cabendo ao monarca o direito inconcusso de recusar sua assinatura ao ato proposto pelo ministério, pode-se induzir daí argumentando do maior para o menor, a legitimidade de sua ingerência na resolução do conselho de ministros, durante a deliberação.

Cumpre meditar bem este ponto.

Se o imperador pudesse revogar a proposição ministerial por uma espécie de recurso ou apelo obrigatório, o argumento gradativo fora procedente. Mas tal não há. O imperador não anula o ato do ministério; apenas impede a sua realização. Como poder moderador demite o gabinete; mas não revoga a medida assentada em conselho.

O princípio exato é este. A coroa é depositária de uma simples fórmula, mas essencial para o cumprimento do ato executivo. Tal forma lhe dá um direito de resistência, semelhante ao que se estabelece entre diversos poderes independentes, e é condição do equilíbrio constitucional.

Recusando sua assinatura, o imperador perturba o livre exercício do poder executivo confiado ao ministério. Imediatamente se estabelece o conflito. Se o gabinete entende que sua política, a lealdade ao partido e fidelidade às ideias não sofrem; é dever de prudência e acatamento à majestade condescender com seus escrúpulos. Então se desvanece o choque.

Quando, porém, o gabinete entenda que não pode prescindir do ato, a dignidade de homens e sinceridade de políticos exigem que incontinentemente deem, e não peçam, sua demissão respeitosa. Uma hora mais que permaneçam no poder deve ser contada por anos que expiem no esquecimento sua culposa fraqueza.

Subsistindo o conflito, a solução dele devolve-se ao poder moderador. Encerra-se pois nesta órbita a função constitucional da coroa em relação ao poder executivo.

Não é fora de propósito advertir a razão por que a nossa constituição de acordo com o direito público, separando o poder ministerial do imperador, deixou-o contudo preso por essa fórmula da assinatura e esse título de chefe. À primeira vista parecia mais curial que destacasse inteiramente os dois poderes executivo e moderador como propôs B. Constant.

A razão é óbvia. O poder executivo pela sua natureza exige, antes do ato, certa reserva, e depois tal firmeza, que o poder moderador, incumbido de velar sobre sua marcha, não poderia esbarrá-la em tempo de evitar o perigo. É para que o poder moderador acompanhe de perto a trilha da administração e observe seus rumos, que ele foi instituído chefe titular do executivo.

Longe de ser hostil à pessoa do monarca, esta sã doutrina é a mais propícia ao seu poder e grandeza. Desprendendo-a do dédalo inferior das atribuições executivas, eleva-se a coroa ao apogeu de sua força.

Ponderai somente este ponto, senhor. Nada é mais possível do que se esvairar e corromper a opinião de um país; exaltando, em vez dos excelentes, os caracteres dobres e pervertidos. Deve o monarca participar com tais homens do uso de uma autoridade que eles profanam?

Em Inglaterra podem ser ministros do rei seus próprios inimigos, como era Canning de Jorge III, sem desgosto da majestade que se não associa ao gabinete, e sem quebra de dignidade por parte do estadista, que não faz à ambição o sacrifício das convicções.

No Brasil, ao contrário, dizem que as maiores notabilidades de ambos os partidos, não somente se retiravam do poder, mas desquitavam-se dele; e a

recusa que em 1858 vários estadistas fizeram de organizar o gabinete confirmou o boato.

Que absorvíeis da administração? Um simulacro apenas, mas bastante para magoar o amor próprio, que tem a cútis por demais susceptível.

Não é, pois, do poder executivo, senhor, que deveis tirar a força para debelar a crise; esse poder não vos compete. A mínima fração dele, que a tibieza dos ministros vos obriga a exercitar, em vez de robustecer, ao contrário amesquinha e debilita a majestade.

É esta uma verdade incontestável. Desde que o monarca desce um só grau da cúpula eminente onde a nação o colocou, ele confunde-se com o turbilhão que reina nos espaços atingidos pela ambição. Os ministros transformados em cegos instrumentos, longe de guardar a coroa, servirão somente para macular-lhe o prestígio; a opinião a fará moralmente responsável por quanto desvario e culpa se praticar à sombra do poder.

Dessa sentença inexorável, não vos absolveria, senhor, nem a inviolabilidade da constituição, nem a rigidez das virtudes que vos enobrecem.

Vossa força, tão grande quanto benéfica, está nas atribuições supremas que em outros países se qualificam de prerrogativas da coroa, e nossa constituição reuniu em um poder, sob o título de moderador. Aí repousa a majestade cingida de todo o esplendor; aí reside aquela porção importante da soberania popular, que a nação desprende de si, e encarnou em um homem superior, para a advertir em seus erros, e resistir à veemência de suas paixões.

O poder moderador é o eu nacional, a consciência ilustrada do povo. Assim como a criatura humana no correr da vida é admoestada por um senso íntimo, que a obriga a refletir sobre a moralidade do ato que vai praticar; a nação recebe do monarca o mesmo serviço; e muitas vezes o remordimento precursor da má paixão evita suas consequências, obrigando o povo a refletir.

O estudo deste fecho do mecanismo constitucional será profícuo se cotejar os acontecimentos dos últimos anos, que o tem traduzido na prática.

Permiti que interrogue vossa memória.

Qual o uso que tendes feito do poder moderador em relação à política durante vinte cinco anos de efetivo reinado?

Destacam-se três períodos bem distintos na história da política imperial.

Até 1853 consistia essa política em alternar no poder com espaços quase iguais os dois partidos existentes no país. Quando um enchia seu tempo de governar, começava a sentir uma resistência surda; receoso de precipitar a queda ia contempORIZANDO, até que sua persistência se fatigasse ou vossa paciência se exaurisse.

Assim caíram os ministérios liberais em 1844 e 1848; os conservadores em 1844 e 1853. A crise prolongava-se mais ou menos conforme o caráter dos indivíduos.

No período da conciliação de 1853 a 1862, nota-se uma alteração muito sensível em vossa política. Os ódios das antigas lutas tinham magoado vosso coração realmente bom; doía-vos reinar sobre um povo que vivia a se dilacerar, e para o qual o exercício de vossas atribuições constitucionais era o sinal de uma hecatombe.

Adotastes, então, uma política de tolerância e concórdia em vez das transições bruscas do período anterior, reinou uma flutuação do poder, obrigado a moldar-se às menores asperezas da opinião.

Em 1862 começa a última fase. Chamando para organizar o gabinete de 24 de maio ao Conselheiro Zacarias, chefe da oposição na câmara, revelastes a intenção de cingir-vos às máximas do governo parlamentar. Com vigor era estreada a nova política, pois cortando pelas tradições nacionais, implantava-se no país o estilo inglês, segundo o qual o *leader* da oposição nos comuns é o diretor nato da situação por ele criada.

O primeiro obstáculo, produzido pelo voto explícito de desconfiança dado ao 24 de maio, vos retraiu. Em vez do Visconde de Uruguai, que se divulgou ser o nome proclamado pelos conservadores em sua assembleia do partido; em vez do Conselheiro Torres Homem, chefe da maioria parlamentar, tirastes da penumbra um cidadão respeitável, mas anacrônico para a situação.

Contudo, vencida essa hesitação natural, o pensamento do governo parlamentar parece preponderar em vosso espírito até maio deste ano em que novo obstáculo, desviou-vos do *leader* da oposição parlamentar para cair de novo no mesmo anacronismo de 1863. Os ministérios de 15 de janeiro, 31 de agosto e a incumbência de organizar o sucessor dada ao Conselheiro Saraiva emanam daquela tendência de vosso espírito.

Creio ter sido fiel na exposição dos fatos; serei sincero e respeitoso em sua apreciação.

Em nenhuma das três fases a política imperial parece ter sido a mais adequada às circunstâncias.

Na primeira fase, quando lutavam dois partidos organizados, nenhum deles teve tempo e meios de realizar suas ideias no governo: eles alternavam-se em períodos regulares e apenas no poder eram esterilizados pela resistência demasiada que encontravam na moderação e prudência da coroa.

No tempo da conciliação, a política imperial, aliás com intenções louváveis, longe de promover a restauração dos antigos ou criação de novos partidos até certo ponto concorreu para agravar esse estado anômalo, com a conhecida repugnância de usar da prerrogativa de dissolver a câmara.

Nos últimos anos a coroa foi nimamente condescendente.

No estado de decadência a que chegou o parlamento era impossível conhecer os verdadeiros diretores da opinião, pois de fato não existiam. Pequenas saliências, a presidência da câmara, um banquete ou qualquer circunstância insignificante apontavam à situação um homem talvez na véspera nulo.

Nos países onde o governo parlamentar funciona regularmente, o poder não oscila à mercê de qualquer fátua manifestação de um grupo de deputados: segue a direção firme que lhe imprime um partido organizado, com raízes na população.

O imperador não pode sem dúvida desprezar a opinião pública; se porém a opinião se extravie e contamina com a mais feia imoralidade, ele, probo e austero, tem não só ante a nação, porém ante Deus, a obrigação indeclinável de resistir em nome da lei e da moral.

Quando a nação não ouça a paternal admoestação e se aprofunde no vício, deturpando a virtude, elevando ao redor do trono maus caracteres e almas prostituídas, então...

Seria a circunstância única em que um rei teria o direito de abdicar sem fraqueza, abandonando à justiça de Deus o povo que delinuiu!

Mas não haja receio. O Brasil vos ama; e responderá dignamente ao vosso apelo.

VIII

Senhor,

Os eixos sobre que deve girar o poder supremo confiado à coroa são diversos daqueles em que trabalhou até agora o nosso mecanismo representativo.

Situado na cúpula do sistema, neutro e inacessível, o monarca, poder nacional, plaina sobre os outros, meros poderes políticos. Ele não exprime somente, como a legislatura, uma delegação da soberania; exprime um depósito permanente e sagrado. O imperador é mais do que o primeiro representante da nação; é seu defensor perpétuo, o magistrado supremo do Estado.

Chamo-o poder nacional para significar a quase comunidade em que se acha com a nação. Nele reside uma parte da soberania popular, que isolou-se em princípio e se consolidou nessa grande individualidade, a fim de resistir aos desvios da opinião.

Nada caracteriza melhor a natureza desta sublime instituição e a excelência da monarquia representativa do que o voto de Madison e outros ilustres colaboradores da constituição americana.

Reconhecendo a necessidade de uma força moderadora, que servisse de salutar corretivo à onipotência da maioria; depois de laboriosas investigações confessaram os sinceros publicistas a impossibilidade de resolver o problema na forma de governo puramente democrática.

Esse poder, senhor, a mais alta expressão da majestade, a constituição brasileira vos confiou privativamente. Não podeis tolerar, sem quebra de vosso juramento, que vontade alguma, qualquer que ela seja, penetre no recesso inviolável das atribuições soberanas.

Os liberais sinceros se empenham com razão em desenvolver a coroa das atribuições do poder executivo e a exaltam à região superior, para evitar que sature-se das paixões e intrigas que gera nos homens a cobiça do mando.

Mais funesto será o mal, se os ódios e interesses de partido atingirem a elevada esfera do poder moderador e a contagiarem. Em vez do princípio conservador que aplaque os ausos da opinião esvairada, as prerrogativas imperiais na mão audaz dos aventureiros políticos se transformarão em instrumento de compressão ou anarquia.

A plenitude das atribuições supremas, com exclusão de qualquer poder, é uma das mais fortes garantias da liberdade. Lá da sumidade do trono, senhor, guardais a nação, melhor que nenhuma outra instituição, melhor do que a própria maioria. Nas eminências o olhar se explana; e quando a base conturba-se, o primeiro ponto que oscila é o cimo da pirâmide.

Os liberais brasileiros, do tempo em que os havia sem mescla e de marca, se intuíram tanto desta verdade, que em 1834 extinguiram o conselho de Estado. Assim isentaram ainda mais a coroa do elemento aristocrático, arredando até esse mínimo estorvo que podia tolher-lhe, com o pretexto das conveniências, os generosos impulsos.

Não há contestar este ponto. Os atos do poder moderador são de exclusiva competência vossa: para exercê-los não dependeis de agentes e atualmente nem de conselho.

A constituição vos conferiu em sua inteireza o título, como a efetividade, das prerrogativas imperiais. Basta que vossa vontade se enuncie de um modo positivo e solene; torna-se logo de sua própria virtude e essência fato consumado. No domínio da lei não se concebe resistência para ela.

Só a nação, assumindo a plenitude da soberania constituinte, a poderia revogar, se a justiça o reclamasse.

Não renovarei a controvérsia exausta da responsabilidade ministerial em relação ao poder moderador. Esta questão, na qual se fez maior gasto de talento do que de ideias práticas, é ociosa; carece de assunto.

Os atos do poder moderador, na qualidade de atos soberanos, são de sua natureza legalmente irresponsáveis. Emanam daquela fração da soberania orgânica e primitiva que se destacou na massa geral para lhe servir de contraste.

Se com o imperador está a maioria da nação, seu ato é onipotente; não há na terra tribunal para o julgar, a não ser o da consciência universal.

Se é a opinião mesmo injusta da minoria que a majestade apoia, seu ato é inocente; significa apenas o protesto do fraco, a defesa do vencido, ante o supremo júri nacional que vai decidir do pleito político.

Quando a tirania popular desterra Aristides por ser justo e sacrifica Luís XVI por ser bom; a minoria não é responsável pelo voto contrário. Sua opinião, subjugada embora, é um direito tão sagrado, como a opinião triunfante.

Quem estuda com profundidade a sublime instituição do poder moderador reconhece essa natureza essencialmente inóxica. Ao passo que sua ação benéfica é de alcance imenso para o Estado, cuja salvação muitas vezes depende dela: não está em sua esfera cercear uma só atribuição de qualquer poder, nem restringir os direitos individuais do cidadão.

A substância dessa instituição é o grande princípio da resistência, reconhecido pelo voto unânime dos publicistas, como o nervo do governo representativo. A luta, que se observa em maior ou menor grau por toda a trama do sistema, manifesta-se aqui na mais alta expressão: entre o povo e o rei, entre a soberania manente e a soberania vigilante.

Nem todas as funções moderadoras são coligidas no monarca; certas costumam ser confiadas ao senado vitalício e ao poder judiciário; outras, completamente inertes, ficam depositadas na lei fundamental do Estado.

Nossa constituição fornece um exemplo frisante das últimas.

O povo brasileiro, que aceitou a lei fundamental de 25 de março de 1824, tinha sem contestação o direito soberano de a revogar, apenas se convencesse que não era a mais própria para sua felicidade. Receando-se porém da própria precipitação, opôs-lhe embaraços nos trâmites estabelecidos para a reforma constitucional. (art. 174 a 177).

Esse impedimento criado a si mesma pela soberania é uma função moderadora. Vossas atribuições, senhor, têm igual caráter e maior virtude. Sois uma lei também; mas lei viva, solerte, enérgica, armada, para defender a nação contra suas paixões, e obrigá-la a refletir nos transes solenes.

As democracias grega e romana no tempo de sua indomável independência sentiram a necessidade desse corretivo e o buscaram na religião. O oráculo foi o poder moderador para os povos primitivos.

O abuso das prerrogativas imperiais retarda momentaneamente a marcha do país; mas não perturba as evoluções regulares do sistema. Cumpra cada um o seu dever; que dentro da órbita da lei o equilíbrio se restabelecerá.

A nação, cônica de sua justiça, forte pela convicção, assumirá uma atitude digna, e no termo preciso obterá pelos meios constitucionais revogar ou restringir o depósito da porção de soberania confiada à coroa.

Quando a controvérsia da responsabilidade ministerial nas prerrogativas imperiais escapasse à censura de ociosa; seria para incorrer na pecha de fútil.

Essa fórmula só prestaria a dois fins: a restringir o uso das atribuições supremas da coroa, tornando a manifestação de sua vontade dependente de influências parlamentares elevadas ao ministério; a resguardar a coroa de toda a imputabilidade, ainda mesmo daquela íntima e recôndita que escapa à ação da lei e à censura pública.

Ambas as pretensões além de inconstitucionais são impossíveis. Não há torpeza imaginável que não encontre homem ainda mais torpe para a praticar. Um rei perverso nunca deixa de fazer o mal por falta de ignóbeis instrumentos para suas crueldades. Carlos IX arcabuzava ele próprio o povo de Paris por divertimento, não por necessidade.

Também força alguma é capaz de subtrair um fato ao influxo dessa opinião ambiente, elástica e sutil que insinua-se por todos os poros, e circula, como o ar na atmosfera.

Fez Deus a consciência humana tão elevada, que nem a Sua própria onipotência criadora eximiu ao senso íntimo da criatura, quanto mais a majestade humana.

Se o ato do poder moderador irritar o espírito público em um país intolerante, é inútil atravessarem por diante qualquer barreira; a opinião há de rompê-la para ir à vontade superior que perante a constituição é a fonte exclusiva dos decretos soberanos. A autoria lhe pertence ou haja iniciado, ou simplesmente aprovado a medida.

O povo francês entendeu que Luís Filipe não o tinha bem governado; cassou-lhe a soberania e desaforou-o da pátria. Aqueles que referendaram seus atos são cidadãos franceses: e talvez fossem ministros do império, como foram do reino, se Napoleão III quisesse aproveitar-lhes os serviços.

A responsabilidade ministerial nas prerrogativas da coroa só tem um efeito real, e esse deplorável; o de rebaixar ministros, investidos das importantes funções do poder executivo, a instrumentos cegos e passivos, manivelas que a coroa rejeitaria mal as sentisse perras em sua mão.

Fazei cumprir a constituição, senhor. Não consenti que sob vossa rubrica se escreva outro nome qualquer. Essa lauda, que transmite vossa vontade, representa a superfície onde se exerceu o poder inviolável e sagrado. A assinatura de um ministro aí é uma invasão à soberania e uma profanação à majestade.

Relevai, senhor, que a propósito desta tese constitucional eu refira-me a um fato bem recente.

Correu que a nomeação de alguns conselheiros de Estado fora adiada pela oposição que a dois nomes fizeram certos ministros. Se este fato que chegou até a minha obscuridade é verdadeiro, por ele avaliaremos da casta de solidariedade ministerial que voga em nosso país. Vereis como a inviolabilidade da coroa é a cada instante exposta à censura pública.

A nomeação do Conselheiro de Estado é de vossa privativa competência. A respeito dos primitivos a constituição o declarou positivamente e por duas vezes (art. 137 e 139).

Se entrasse na intenção da lei fundamental atribuir essa nomeação ao poder executivo, a deixaria implícita na generalidade do art. 102 § 4.º onde bem coubera.

Não podia essa faculdade da nomeação de conselheiros figurar entre as prerrogativas mencionadas no art. 101; porque não é como elas uma atribuição moderadora, e apenas uma cláusula ou formal inerente ao exercício dessas atribuições.

Outras competências tem o imperador individualmente, como a de dar tutor ao menor que lhe sucede (art. 130), resolver o casamento da herdeira presuntiva (art. 120), nomear mestres para seus filhos e mordomo de sua casa (art. 110 e 114). Nenhum desses atos exclusivamente imperiais foram mencionados entre as prerrogativas; porque são, com a nomeação dos Conselheiros de estado, a moralidade da coroa.

Quando no domínio da constituição, em que a audiência do conselho de Estado era obrigatória, a nomeação foi privativa do imperador; a dúvida seria impertinente no domínio da lei ordinária que restabeleceu essa instituição.

Atualmente a audiência do conselho de Estado é ato espontâneo da coroa. Haveria incoerência da lei em privar a escolha do conselheiro, quem o pode condenar a eterno mutismo, recusando-se a ouvi-lo jamais.

Enfim há verdades que calam. Se competisse ao executivo tal nomeação, talvez o vosso conselho se compusesse de homens, que, embora notáveis no seu partido, não tivessem a vossa estima e confiança, condições essenciais do cargo!

Eis uma ocasião oportuna, senhor, para arrancar à onipotência ministerial uma parcela cerceada à majestade.

No momento em que vossa vontade tenha sua manifestação autêntica e solene; os escolhidos estão nomeados. Ao ministério cumpre pura e simplesmente executar o ato.

Se a solidariedade ministerial impede vossa interferência nas resoluções do executivo; aqui é a inviolabilidade da coroa que rechaça qualquer contestação do gabinete.

Depois do ato executado, entendendo o gabinete ou algum dos membros que não deve tomar a responsabilidade de suas consequências, renuncia ao poder e vai ao parlamento declarar abertamente sem figuras nem rodeios os motivos de sua retirada. O país julgará do critério deles.

Que o ministro não pode negar execução ao ato do poder moderador, sem incorrer em traição, é evidente. O contrário importaria uma restrição indireta do exercício das atribuições supremas. Com a ameaça da demissão em circunstâncias melindrosas, se tolheria o impulso da coroa.

O ato moderador é irresponsável; sua realização tem a mesma natureza; a imputabilidade só é possível em relação à forma abusiva de execução.

Estudo da maior importância é o da natureza do poder moderador. No complexo das atribuições que lhe são conferidas se destacam duas ações bem discernidas, duas forças inversas; conservação e restauração.

A força conservadora está na faculdade concedida ao imperante de modificar o exercício de um poder político, sem contudo o alterar: pelo veto, a lei; pela reunião extraordinária da assembleia, a administração; pelo perdão ou anistia, a justiça.

Nas condições normais do sistema essa força preventiva basta para aplainar as escabrosidades que por ventura impeçam a rotação do mecanismo político, ou para conter os movimentos acelerados e imprudentes.

Os diretores da opinião são chamados a governar o país; a maioria parlamentar, de que eram chefes ou pelo menos vultos proeminentes, apoia sua administração. O monarca repousa na confiança do partido cujas ideias a nação adotou. Se julga que o poder executivo delas se afasta, fá-lo comparecer ante a maioria que o elevou para que lhe tome contas severas.

Mas há circunstâncias excepcionais em que a simples conservação seria insuficiente para preservar o sistema da ruína. Tais crises, motivadas pela extravasão de um poder ou inércia de outros, produzem o emperramento de todo o mecanismo político e logo após a corrosão e completo aniquilamento.

Momento semelhante é o da nossa atualidade. A depravação do poder legislativo e dependência do judiciário, de um lado, exorbitância do executivo, por outro, paralisaram entre nós o governo representativo. A atonia do povo e sua rudez política, a par do espantoso desenvolvimento e corrupção do elemento burocrático, dão ao mal uma enormidade assustadora.

É para estas graves crises que a constituição armou o monarca também de uma ação impulsora, capaz de restaurar o sistema. “Quando as molas desarranjadas se chocam, embatem e travam, é necessário uma força que as reponha em seu lugar” diz B. Constant, atribuindo ao poder real a ação preservante e reparadora. (*T. de Política* – cap. 2.º)

A alta e suprema iniciativa da coroa não se contunde com a iniciativa de esfera menos elevada, que imprime o movimento à administração. Esta é regulamentar; a constituição a reservou na máxima parte para o poder executivo.

O *discrímen* da iniciativa imperial, que a distingue essencialmente de qualquer outra, é de funcionar acima da própria constituição. Esta atitude reclama um termo novo. A força ativa do poder moderador é sobreconstitucional; ele se exerce em um espaço superior, intermédio entre a constituição, soberania escrita e anterior, e o voto, soberania latente e atual.

O imperador com um ato seu modifica ou altera um poder; não na essência jurídica das atribuições, mas na essência moral da personalidade. Muda o ministério, dissolve o ramo temporário do poder legislativo; suspende os magistrados.

Nenhum poder, nem mesmo o povo, tem, no domínio da constituição, faculdade igual.

A nomeação e demissão do ministério é o primeiro momento dessa iniciativa. Do imperador emana direta e exclusivamente a organização desse corpo executivo, que dá o impulso ao Estado. Tem pois a coroa o incontestável direito de inaugurar uma nova ordem de coisas, escolhendo para o gabinete homens que sirvam de intérpretes ao seu pensamento político.

Quando no país existem partidos governamentais organizados, cada um deles atrai as melhores inteligências e se torna depositário de uma soma de ideias práticas. A missão do monarca é respeitar a opinião, deixando aos princípios por ela exaltados a liberdade de semearem o bem que encerram. O ministério sai, então, do seio da maioria parlamentar, que representa a excelência da opinião. Mas os partidos se corrompem; a eles sucedem facções perigosas, ou uma burocracia formidável que impõe à coroa os ministros e ao povo os representantes. O estilo da organização parlamentar do gabinete suspende-se. O monarca está investido do direito de escolher os homens que entender, sem restrição alguma; *alone without any advisers*, dizem os ingleses.

Admirai, senhor, a sabedoria de nossa constituição, que mencionando esta atribuição, a firmou com uma palavra enérgica, não usada em relação às

anteriores: livremente. Como nenhum obstáculo pode surgir na órbita das outras prerrogativas, não houve necessidade de as robustecer; bastou indicá-las. Nesta era possível que se opusesse a razão do costume e a suscetibilidade parlamentar; desatou-se pois a majestade dessas filigranas.

Como remate ao pensamento salutar, deu-se maior amplitude e facilidade à escolha; já isentando o cargo de ministro de habilitações exigidas em outros de menos importância; já dispensando a audiência do conselho de Estado, que era necessária em todos os atos do poder moderador, até mesmo na nomeação de senadores.

Quis o legislador colocar essa atribuição majestática em tal plenitude, que não achasse o imperador estorvos senão em sua consciência e no voto nacional.

Mas a iniciativa imperial seria nula se não fosse apoiada pelo ato complementar da dissolução, que avoca ante a soberania o grande pleito entre a coroa e o parlamento.

A dissolução não é, senhor, um ato violento como falsamente o consideram os partidos sem base, que aspiram ao poder, só pelo poder. É um ato às vezes de energia, às vezes de consumada prudência; mas em todo o caso essencialmente liberal.

Sempre que o monarca se põe em face de seu povo, ele dá testemunho de respeito à soberania nacional. Também sempre que a câmara temporária se restaura no seio da nação, ela volta das urnas mais forte e vigorosa; é a opinião revestida da sanção popular.

Não se pode sinceramente contestar à coroa esse alto e sublime atributo de influir no país pela formação livre do gabinete uma nova ideia e propor à vontade nacional uma política estranha aos partidos atuais.

Tal iniciativa é um alvitre dado à nação por seu conselheiro supremo.

O rei constitucional não é uma cifra, diz Brougham, escritor da mais pura escola liberal. Reduziria o poder moderador a essa nula expressão quem pretendesse privá-lo da faculdade de imprimir melhor direção à política do Estado e experimentar no governo novas ideias em substituição de outras gastas.

Despido do poder executivo, de que lhe não compete mais que o título honorário de chefe; obrigado no uso das prerrogativas a adstringir-se a um ou outro partido; a coroa, em vez de pêndulo diretor, seria como leve grimpá móbil aos sopros da opinião.

Que se devera esperar de um rei tão completamente anulado na parte mais nobre da personalidade?

Uma razão, condenada ao sacrifício perpétuo das convicções, reduzida a refranger como uma superfície polida as ideias estranhas, breve se havia de embotar e perverter na ociosidade. Semelhante rei seria um luxo dispendioso para o Estado.

Tem-se visto sob a púrpura todas as variações do espírito humano desde a tirania até a imbecilidade; porém esse aleijão político nunca existiu, nem há de existir. Um homem, Sieyès, ideou semelhante indecência com o título pomposo de grande eleitor. O sarcasmo de Napoleão esmagou o sonho: “Que homem de brios há aí que se sujeite à condição de um porco com alguns milhões para ceva?”

A constituição brasileira, promulgada por um príncipe heroico, elaborada por conspícuos varões, não podia deixar imperfeita a cúpula do grandioso edifício. A coroa aí está revestida de tal pujança, que sendo necessário pode fazer parar a nação um instante, como Josué fez parar o sol.

O profeta recebia sua possança de Deus; o imperador a recebe da lei. Se a constituição a visasse em restringir a iniciativa do imperador não devia de lhe atribuir a nomeação e demissão do gabinete, para que este saísse infalivelmente do seio da maioria parlamentar. Quando julgasse o poder neutro necessária uma mudança na política, a provocaria pela dissolução da câmara.

O país elegeria novos representantes, que sustentariam o mesmo gabinete ou o arredariam do governo. Assim a iniciativa partiria da opinião: e as funções da coroa se limitariam à de um simples vigia colocado na eminência para dar rebate.

Bem diverso, porém, é seu preceito. O pensamento político emana prévia e exclusivamente da coroa; ao parlamento, representante próximo e recente da opinião, cabe aceitá-lo; se o não faz a nação é chamada a decidir em última instância.

Essa provocação do imperador tem efeitos muito salutareos no sistema representativo. Ela entretém a animação na vida pública e desenvolve o vigor da opinião. O fluxo e refluxo de ideias entre o trono e o povo corrige e lima o elemento aristocrático, o qual por sua vez contrai os fortes impulsos dos princípios extremos.

O povo, cuja cabeça não encerra uma vontade firme, se enerva na indolência, enquanto a classe burocrática, ilustrada e ativa, adquire uma exuberância de

força, que muitas vezes produz a congestão do poder. É como um indivíduo apático; as extremidades se relaxam; o ventre se avoluma.

É preciso que o rei saiba querer, para que o povo aprenda a resistir; assim instruem-se mutuamente, o rei na ciência do governo, o povo na ciência da liberdade.

Além dessa iniciativa legal exerce o monarca a influência moral inerente à majestade e realçada por seus méritos pessoais. O simples agrado do soberano virtuoso encerra, diz B. Constant, “um tesouro inesgotável de opinião para a monarquia”.

Em Inglaterra os pares, membros natos do conselho privado, têm o direito de entreter o rei em audiência particular sobre os negócios públicos. Os altos magistrados e membros da administração pertencem também àquele conselho e frequentes vezes consultam diretamente a coroa.

A transmissão constante de ideias ente o monarca e os cidadãos principais aproxima do trono a classe ilustrada e permite que por meio dela se derrame no país o influxo das ideias do primeiro cidadão e as luzes de sua experiência. Opera-se uma consubstanciação da coroa e do espírito público. Maior influência e mais grata não pode exercer sobre a administração um monarca ilustrado, do que essa da virtude e saber. Escusa fatigar-se com o trabalho ministerial quem dirige a opinião de que o gabinete é apenas um instrumento.

Há, é certo, no país uma escola que se teme do prestígio imperial, porque ofusca muito ouropel. Pretende ela que a expansibilidade do monarca destrói o equilíbrio dos outros poderes.

Faz-me isso lembrar, senhor, de uma zombaria de Swift sobre a diplomacia europeia. – “Quereis vosso equilíbrio tão perfeito que, se um pardal imprevisto pousar nalgum canto, derrocará todo o edifício.” –

7 de janeiro
ERASMO

IX

Senhor,

A atitude que deveis tomar ante a crise está desenhada pelos traços vivos da situação.

Tendes o poder que vos confere a constituição; a força que vos transmite o povo.

Que resta?

Vontade para querer não vos há de faltar. Só esperais que vos advirta a consciência do momento oportuno. Não tarda. O silêncio profundo que enche as regiões superiores já foi abalado pela surda repercussão da crise.

Não tenho o desvanecimento de patentear à vossa razão esclarecida ideias que lhe sejam desconhecidas. Quanto disse e acrescente não é mais que transunto de vossa meditação sobre a causa pública.

É usual, nas graves situações, darmos ao pensamento uma forma sensível, para assim fazê-lo comparecer ante a mente calma que melhor o afere e critica. Sou para vossa consciência essa voz ou página íntima.

Permiti, pois, que continue a trazer perante ela as reflexões cabidas que em vós despertam os sofrimentos da pátria.

A primordial necessidade da política, podeis agora palpá-la, é recolher à sua órbita legal o elemento aristocrático, para restabelecer o equilíbrio entre os três princípios cardeais da monarquia representativa.

Não se trata de reproduzir a obra ingrata da assolação das notabilidades, que em 1858 cometeram alguns cavadores de ruínas, sob o pretexto de oligarquia. Empenharam-se em aluir as grandes reputações e derrocar os nomes puros, melhor riqueza da pátria, acumulada em muitos anos de trabalho.

Todo esse ímprobo afã para substituir a influência legítima do saber e virtude, uma nova e então verdadeira oligarquia! Esta sem base no passado e confiança no futuro, sedenta de mando, desenvolveu em larga escala a corrupção, como o único meio de se manter e firmar.

A missão da atualidade é restaurar e não demolir. Aquela propaganda foi inspirada pela ambição e despeito; seu fim era somente mudar as figuras do xadrez político. O empenho atual tem nobre motivo; é o restabelecimento do princípio. Não se indaga das parcialidades, mas das boas doutrinas do sistema; não se inquirem nomes, e só capacidades.

Quando, pois, aludo à influência perniciosa da burocracia, senhor, destaco a parte sã atualmente anulada; só me refiro a essa classe ambígua, sem princípios nem crenças, que parece ter arrematado em hasta pública a empreitada da alta

administração. Os empregados honestos e as ambições nobres, que buscam a carreira pública, sofrem sua arrogante opressão.

A aristocracia é um elemento infalível e salutar no governo e na sociedade. Deus a estabeleceu dando ao homem cabeça e coração, inteligência e virtude. Sem o estímulo da elevação a humanidade ficaria eternamente jungida à sua animalidade.

A excelência da monarquia representativa é tirar a esse elemento o privilégio de casta, que o torna odioso e absurdo. A ação popular constantemente o revolve, vazando-lhe no seio nova e robusta substância.

De todas as aristocracias, a que se forma da classe administrativa e da influência oficial é reconhecida pelos publicistas como de maiores vantagens para o país. Ela desenvolve a ciência do governo, acumula avultado cabedal de tradições e mantém a firmeza e persistência na marcha do Estado. Esses benefícios são compensados muitas vezes por inconvenientes tais como a rotina, o amesquinamento das grandes individualidades e a compressão das jovens inteligências.

A nossa aristocracia é burocrática: não que se componha somente de funcionários públicos; mas essa classe forma a sua base, à qual adere, por aliança ou dependência, toda a camada superior da sociedade brasileira.

Para o desenvolvimento espantoso que tem esse corpo oficial entre nós, não concorre, como pensam, o número dos empregos; sim a tendência absorvente da administração a par da falta de iniciativa particular.

A mais acertada organização do elemento burocrático é assunto de grande importância, que virá oportunamente. Cure-se agora somente de extorquir ao atual conventículo a soberania usurpada que opõe invencível obstáculo à realidade do sistema.

Quando o elemento aristocrático está personificado em uma classe na máxima parte honesta e moralizada, ela impressiona-se logo com a exuberância do poder que adquiriu e sente a necessidade de restringir no interesse próprio.

Onde impera a virtude, o egoísmo das mais nobres ambições acaba por submeter-se.

Diverso é quando a corrupção invade a aristocracia de um país. Produz-se então uma compacidade do vício, que sufoca interiormente a parte sã e opõe no exterior uma superfície impenetrável a qualquer esforço.

A coesão é sua força; há de viver assim, para não deixar de viver. O instinto da conservação a adverte do perigo de ser penetrada pela ação da lei, que a traspassaria até o imo, desmoroando-a.

Essa é situação da classe superior no Brasil: a desmoralização infelizmente a infestou. Os caracteres íntegros obtêm muito preservando-se do contágio; isolados pela depravação que os cerca e insinua-se entre, sem o apoio dos generosos impulsos do povo, qualquer esforço individual seria um suicídio político.

A mocidade, opulenta de seve, rica de nobres estímulos, longe de influir viços na geração gasta, é logo crestada. Ante ela, nos umbrais da vida pública ergue-se a ambição, como a Circe da fábula; e as jovens inteligências se imolam às torpes seduções, para escapar, como os companheiros de Ulisses, à condição de brutos.

Volvi os olhos em torno, senhor, e procurai um homem superior que se tenha elevado do seio do povo, na robustez de suas crenças, na virgindade de sua inteligência, na amplitude enfim de sua personalidade!

Não o encontrareis, eu vos garanto. A ambição, longe de soltar, corta as asas aos mais nobres talentos. Almas opulentas, que deviam exuberar com a seve própria, se querem vingar, são obrigadas a se enxertar nos troncos podres e carunchosos.

No Brasil a burocracia não é ainda o povo brasileiro; como outrora em Roma o patriciado foi o povo romano. Mas tem o arbítrio de fazer e desfazer das massas que habitam o império uma nação artificial.

Ela outorga e cassa ao cidadão brasileiro o voto, que não é somente um direito político, feixe de todos os outros, mas uma fração de soberania ativa reservada a cada individualidade, para o governo do Estado.

Depois de concertada a nação fictícia, levam-na às urnas a fim de decidir de qual das duas porções da aristocracia devem sair os deputados. Nestas ocasiões, para estimular seu bando, os cabos empregavam outrora o ódio atualmente a cobiça é de uso geral.

Desta manipulação a que é submetido o dízimo do país real sai o parlamento; a cor e a forma do produto divergem; mas o processo para a preparação é sempre o mesmo.

Não é menos curiosa a maneira por que a burocracia fabrica a opinião pública no Brasil.

Os jornais, como tudo neste império, vivem da benevolência da administração. No instante em que o governo quiser com afinco, a folha diária de maior circulação descerá da posição que adquiriu. Basta trancar-lhe as avenidas oficiais e subvencionar largamente outra empresa com o fim de hostilizá-la.

Acarretaria esse extermínio crescida despesa, sem dúvida; mas quem atira à mão larga milhares e milhares de contos, para encampação de certas companhias e indenização de outras, não recuará quando se tratasse de abater um inimigo formidável.

Não há imprensa no Brasil capaz de afrontar-se com a classe superior em prol da democracia e dos verdadeiros princípios constitucionais; nem haverá enquanto o povo não a puder acoroçar.

Os escritores têm legítimas ambições. Outrora o mundo oficial os considerava meros instrumentos, remunerando-os com empregos subalternos; atualmente foram admitidos ao grêmio, mas sob a condição rigorosa de respeitar as tradições e render culto às conveniências.

É escusado insistir em uma demonstração que diariamente se está fazendo ao vivo nos próprios fatos.

Empresas industriais, associações mercantis, bancos, obras públicas, operações financeiras, privilégios, fornecimentos, todas essas fontes abundantes de riquezas improvisadas emanam das alturas do poder. A burocracia as despeja a flux para os prediletos e estanca para os desvalidos.

Há fortunas avultadas, laboriosamente adquiridas; outras que se formam lentamente no comércio e agricultura fora do bafo protetor da administração. Essas mesmas não obterão a consideração que almejam e o respeito a que têm direito, se não renderem preito à suserania oficial.

Cometam esse atentado, e o cofre das graças, escâncaro para tantas mediocridades, nunca se abrirá ao trabalho honrado. O subdelegado da paróquia, no primeiro ensejo favorável, descarregaria sobre o ousado todo seu despotismo vilão!

Assim, os diversos elementos de que se deve compor a mente nacional ficam sopitados; o espírito agrícola, mercantil, literário e artístico, tolhidos no desenvolvimento, não concorrem a formar a opinião pública.

Só vive, pensa e governa no Brasil o espírito burocrático. Ajeitados o parlamento e a opinião, a burocracia espera da coroa o

ministério para governar.

Stuart Mill, a propósito da onipotência da aristocracia russa, diz, com muita graça, que o Czar pode mandar para a Sibéria todos seus membros um por um; mas não tem força para governar contra a vontade dessa classe.

No Brasil os ministros são nomeados pela coroa; mas quem faz o gabinete é somente a burocracia; nela reside a soberania popular fraudada à nação.

Quaisquer que sejam os nomes por vós escolhidos, senhor, caracteres íntegros, vontades rígidas, o corpo oficial logo os absorve e amalgama formando deles membros de tal monstro, que seus próprios amigos os desconhecem.

A aristocracia entre nós não tem felizmente, como em outros países, força própria e intrínseca, ou base sólida e profunda. É parasita e superficial. Extrai o suco das outras classes estranhas à administração, jungindo-as ao seu carro. As raízes que a prendem ao poder são frágeis, porque nem repousam na permanência dos cargos, nem na popularidade.

Tal é o motivo do culto rendido à realeza. Todas essas individualidades esperam com impaciência um fragmento do poder; cegamente submetem-se à sombra da vontade imperial, julgando que este é o caminho mais breve e fácil para subir às eminências do governo, pelo qual se mirram.

Na mão de um usurpador esse corpo sedento de ambição fora um instrumento maleável para qualquer despotismo, que o admitisse à partilha na lisonja e lhe acenasse com larga cota de vaidades.

É provável que, reunidos em assembleia, hesitassem um instante; questão de pudor em uns; de desconfiança em outros. Mas escalados em grupos, e postos em face das radiantes promessas, nenhum resistiria à tentação, a não ser pela mesquinhez do salário.

Eis como sob as exterioridades do sistema representativo coexistem duas coisas até certo ponto contraditórias; a soberania burocrática, sobreposta à nação, e a ditadura ministerial, disfarçada com a máscara do governo pessoal.

Sempre que nas monarquias o elemento aristocrático toma proporções amplas, observa-se uma convergência mútua entre a realeza e a democracia. Natural pendor as aproxima.

Desde 1860 que eu observo a tendência de vosso espírito, senhor. Rompendo com a anterior reserva, começastes a prodigalizar a augusta pessoa em certos atos, aproveitando as ocasiões de entrar mais no seio do povo.

Esse impulso que assusta o mundo oficial não é sintoma de absolutismo como a muitos se afigura; sim a aspiração legítima da realeza, para quebrar o círculo de ferro que a estreita e renovar a aliança constitucional com a democracia.

O instinto do povo brasileiro o adverte da nobreza e justiça dessa nova atitude da coroa. Ele responde constantemente com transportes de gratidão e assomos de esperança às intenções do soberano.

Mas esses esforços não bastam para aluir a barreira compacta da burocracia. Enquanto a coroa temporiza e a opinião espera, a corrupção lastra e adquire uma intensidade perigosa.

Alguns espíritos bem intencionados, que se preocupam com o aspecto carregado da atualidade, trazem a lume suas ideias elevadas. São sementes atiradas na polida superfície da rocha; avelam.

A continuar semelhante estado, porque a geral timidez fuja de ofender suscetibilidades, e levantar rancores; a catástrofe será infalível. Chegamos àquele ponto do desfiladeiro em que já se não resvala, porém rola; algum tempo mais e o país se despenhará.

Absolvamo-nos do passado, sim; mas depois de o ter remido; e o meio de o remir é a confissão plena, sincera e contrita dos erros comuns. O silêncio com que se amortalha e sepulta a história contemporânea, se não fosse um terror supersticioso, seria uma fraude à opinião.

Que valeu a censura à aristocracia francesa?

Chegado o momento fatal, o povo fez o inventário do passado, balanceou os seus sofrimentos e rompeu os diques. Quanta riqueza de heroísmo, nobreza, virtude e talento inocentes não foi imolada para resgatar as torpezas dos maus!

Melhor é ter a justa consciência do próprio estado e sondar a úlcera para lhe conhecer a profundez.

A conservação acorda então a energia abatida e dá a coragem necessária para amputar o membro gangrenado.

Debelar a corrupção, eis o grande programa nacional, o grito da pátria, que não sufocam nem as complicações da guerra, nem as conveniências oficiais, mordanças com que se pretende abafar a opinião.

Vossa missão é árdua, senhor, mas é sublime, é quase a missão da Providência; incutir a fé nos bons e o terror nos maus.

Bem sei que a severidade vos pesa tanto, como vos praz a clemência; mas há circunstâncias, e esta é uma, em que a tolerância para a culpa seria um menoscabo à virtude.

Usai do inexaurível tesouro de opinião que vos dá a majestade e vossa grande popularidade aumenta. O olhar, a palavra, o agrado, de que fala B. Constant, são raios que animam esperanças quando brilham e desmaiam as vaidades donde se retiram.

Estava eu bem longe ainda deste mundo político, em outro onde não reina o egoísmo, quando ouvi a um velho circunspecto falar de vossa repugnância invencível por certo homem público. Tinham exibido as provas de ato feio por ele praticado como juiz; e desde então recusastes vossa rubrica a qualquer decreto onde se lia seu nome!

Senti, ao ouvi-lo, os ditames da moral que me haviam ensinado vibrarem com força maior e se imbuírem no coração. Sou homem, sujeito ao erro, senhor; naquele instante creio que fui invulnerável.

Ingrata profissão é atualmente a da probidade! Em contágio com o vício triunfante, expostos à indiferença quando não ao motejo público, sem a mútua adesão, os homens honestos temem-se às vezes de sua própria consciência.

Achem eles ao menos na majestade um exemplo consolador, que os anime e preserve.

X

Provaste, senhor, que em vosso reinado não há homens impossíveis: completai o magnânimo pensamento, mostrando que também não os há necessários.

Seja necessária somente a benemerência, como só deve ser impossível o vício, ainda quando o adornem as galas de um espírito superior.

Coisa acerba é a prostituição de uma bela inteligência! É o cancro no rosto, o lodo na pompa! E perigosa; produz a fascinação do mal; se a imoralidade fosse estúpida; a irrisão a expulsaria do mundo.

Era uma grande capacidade Bacon. Subiu aos mais altos cargos; porém estreara sua carreira pela vilania, coroou-a com a concussão. Foi apeado das honras e para sempre expelido da carreira pública.

Tais exemplos, senhor, repousam o espírito na história, e lhe dão vigorosa têmpera. O alto magistrado decaído recolheu à vida privada; a expiação foi digna dele. Essa grande alma depurou-se no fogo sagrado da ciência. A posteridade a absolveu.

Talentos aparecem neste país que precisam de igual redenção. A expiação do estudo e labor seria proveitosa aos seus créditos e à glória da pátria; enquanto que sua permanência na política dana o país, contagia a mocidade que desponta.

Muitos, como dizia Napoleão do indigno Talleyrand, “vivem em estado permanente de traição, mas sempre de cumplicidade com a fortuna”.

Quem são esses?...

Oh! Não temei, senhor, que desacate a majestade. Amiúde vos fazem assistir desgostoso ao espetáculo cesariano da luta de gladiadores que se dilaceram no circo público.

Não seja eu que, à semelhança dos antigos atletas, me dispa na praça, cinja os rins com o látigo, rebolque-me na poeira, e assim preparado nas regras da arte, arraste à arena uma reputação e trave com ela a luta de corpo.

Acometo com uma indignação funda e muito tempo socalcada a corrupção que invade meu país; as vítimas deploro-as, não as conheço. Sei eu parte mínima deste grande enfermo, se o miasma já incubou-se em mim?

Vosso mesmo olhar de supremo juiz quiçá não devasse o caos de paixões acumuladas durante tantos anos; nem penetre a incrustação espessa de que o ódio ou a lisonja cobrirão as reputações.

Talvez seja mais justo selar com a clemência este passado aflitivo, do que revolver-lhe as cinzas que ainda escaldam. Reparti, senhor, a culpa por todos nós, que todos nela incorremos, uns pela avidez, outros pela fraqueza, a máxima parte pela indiferença.

Vamos, ante o altar da pátria, pôr em comum os nossos erros e as nossas virtudes, para remir aqueles e fortalecer estas.

Mas também cresça a severidade depois dessa geral remissão. Daqui em diante seja o mínimo desvio grave culpa. Discrimine vosso olhar austero os bons e maus; afaste estes dos cargos e honras, e anime os esforços daqueles. Dareis assim à opinião apática um exemplo necessário.

Não vos há de retrair nessa missão benfazeja a resistência que por ventura oponha a corrupção. Ela é forte sem dúvida, mas há de abater-se ante vossa inflexibilidade.

No momento em que assumirdes a atitude firme e severa, produzir-se-á na gente honesta uma comoção agradável que espanque o torpor. Abundam ainda felizmente os corações retos que anelam pela restauração dos costumes e das leis.

O receio abafa as manifestações; as rivalidades dividem e extraviam os melhores impulsos. Não há um elo capaz de prender todos esses movimentos generosos. Os nomes ilustres, se ainda granjeiam respeitos, já não inspiram confiança.

O chefe, por quem a parte sã da população almeja; o pensamento diretor contra o qual não se concebem rivalidades; o centro para onde convirjam as unidades esparsas; sereis vós, senhor.

A flor do país se reunirá ao redor do trono. Esse há de ser vosso partido; o grande partido nacional da regeneração, de cuja substância devem sair os novos partidos políticos.

O resto são fezes, que só dão matéria vil para facções.

No seio mesmo da corrupção há uma parte, não eivada, e apenas comprimida. É natural que a repercussão a agite também e lhe dê forças para sacudir o jugo da imoralidade.

Enfim, senhor, ponde ao serviço dessa causa pura os entusiasmos populares, que vosso nome desperta e atualmente se desperdiçam em estéreis manifestações! Quando o monarca tira sua força de Deus e do povo, ele é invencível e todo poderoso no Estado.

Estes atos, porém, não são mais que acessórios, embora importantes, da grande iniciativa que deveis tomar em relação à marcha do país.

Adotais uma política, ou liberal ou conservadora, qual à vossa alta sabedoria pareça mais acertada; porém uma política firme, honesta e franca, enunciada ante o país com civismo, realizada com energia.

Parece-me que vos estou ouvindo com a habitual concisão enunciar em termos claros e sóbrios o pensamento capital da futura administração:

“A necessidade máxima da crise é educar o povo e moralizar a autoridade. Cumpre executar com boa fé e lealdade as leis que temos, enquanto não é possível melhorá-las no que se avisará desde já e com o preciso critério.

Não se toque na lei das leis, nem para a violar, nem para a iludir. O dolo é mais pernicioso que a violência. Esta não deixa precedente; é exceção de força. Aquele é vício que fica entranhado e corrompe.

Para restaurar o sistema representativo não se há mister de alterar a constituição, mas somente de a realizar; quando for tempo de aperfeiçoar as instituições, então recorra-se ao meio extraordinário.

A eleição dupla sobre larga base é mais democrática do que a eleição censitária. O grande partido liberal nunca, desde a independência até época de seu apogeu, achou embaraços neste sistema que a reforma democrática de 1834 respeitou.

Não sejamos tão pródigos e desdenhosos do bem já adquirido. Convém extrair das instituições atuais toda a substância possível até agora votada ao mal e empregá-la a produzir o bem. É um esforço mais modesto que o das belas teorias; porém de suma utilidade.

Qual for a tendência das ideias, sua base essencial e nosso primeiro empenho deve ser a restauração do espírito público. Restitua-se ao povo o exercício do direito de voto, de que é mero titular, e o uso dos três poderes democráticos atualmente passivos.”

Para realizar estas ideias, escolheis um estadista que as partilhe sinceramente, caráter são, vontade firme, boa inteligência. Forma-se um ministério na altura da situação, um ministério exemplo, que infunda respeito e levante dedicações. Fortificai-o, senhor, com a vossa confiança plena, para que ele possa arrostar os primeiros arremessos da inveja e o pânico dos perdidos.

Se acometido o intento, devesse a coroa dele recuar, melhor seria não decidir-se; porque, frustrando-se essa derradeira esperança, a decepção e estupor do país serão terríveis.

Não é de presumir, de um gabinete organizado sob tais auspícios e honrado com a mais nobre confiança, que se desvie da senda do dever. Quando, porém,

cometa semelhante fraqueza, e duvidando de si transija com a corrupção, suprimi-o, senhor, incontinente. Vossa energia excitará novos transportes.

“A honra é sempre a melhor política”. Foi não somente uma bela frase, como uma obra gloriosa de Washington. Atualmente que se desenvolve entre nós um fervor de americanismo, seria para desejar que, antes dos braços e artefatos, transportassem de preferência para esta América as virtuosas tradições daqueles rígidos cidadãos, que primeiro civilizaram a liberdade no novo mundo.

A prosperidade material, que muitos sonham e esperam da colonização, das estradas de ferro, da navegação dos rios, o que fora sem a regeneração moral do país? Matéria para a combustão; pasto aos vermes.

A grandeza material deste império é obra de Deus. A exuberância do solo, a força criadora do clima hão de fazê-lo opulento infalivelmente. Do que mais necessitamos é da grandeza moral; das virtudes que ornaram a juventude dos povos; e já mareamos nos impérios de ontem, nos vícios das nações decrépitas.

O primeiro ato do novo gabinete, creio que será pedir-vos a dissolução da câmara. A exposição dos motivos desse decreto valerá ante o país como a declaração formal e completa da política inaugurada.

Ainda que a Câmara estivesse disposta a aceitar a nova ordem de coisas, a verdade do sistema representativo e o decoro parlamentar exigiam a provocação às urnas.

A câmara, representante imediato do povo, exprime a opinião do país, a opinião que vigorava desde o tempo de sua eleição até o momento presente. Quando o monarca entende que o bem do Estado reclama outras ideias, estranhas às lutas existentes, é preciso que a opinião se pronuncie explicitamente sobre a nova política proposta pela coroa.

A câmara anterior é anacrônica para essa política futura; seu apoio não patentearia o voto nacional: o senado não saberia qual atitude tomar. Por outro lado ficaria pairando sobre a fácil assembleia uma forte suspeita de corrupção ou fraqueza.

É por isso que o ministério de 30 de maio de 1862 subverteu as formas parlamentares. Inaugurando uma terceira política, estranha às duas faces da opinião reinante no parlamento, não provocou, como devera, o pronunciamento nacional.

Qual foi a consequência? A nova legislatura apenas instalada repudiou o gabinete; declarando por tal modo que a nação fora governada cerca de dois anos contra seu voto.

Os vícios do nosso sistema eleitoral, ninguém os desconhece; não obstante, sob a influência regeneradora da revolução iniciada pela coroa e a ação de um governo justo, devemos esperar que a nova câmara seja pelo menos sã e moralizada. Em pior regime se elegeram a constituinte e as legislaturas de 1826 e 1830, assembleias notáveis pelo patriotismo e independência.

Quando, porém, aconteça que a nova legislatura saia das urnas contaminada pela venalidade, ou se deprave na verificação dos poderes; dissolvi-a de novo, senhor, e sem hesitação, embora preste decidido apoio ao gabinete. Será um exemplo de moralidade. A posição que assumirdes perante a nação, há de acordar a consciência pública. O país sentirá que desejais reinar sobre um povo moralizado.

Essa insistência da coroa é legítima e salutar, apesar do que pretendam certos terroristas.

Um dos maiores políticos dos últimos tempos, Cavour, também pensava que a dissolução, longe de ser uma violência à vontade nacional, é o meio de imprimir à sua manifestação maior solenidade. Ele dissolveu uma legislatura não obstante a grande maioria que o apoiava; era necessário fazer sentir ao senado, que resistia, a firmeza da opinião do país a respeito da secularização dos bens eclesiásticos.

Não tereis necessidade, porém, de insistir, senhor. Essa expansão veemente do espírito público a respeito de vossa augusta pessoa é nuncia de uma crise salutar, que se há de operar sob o influxo da iniciativa imperial. A nova legislatura corresponderá à situação e votará as reformas mais urgentes, apoiando francamente o gabinete, porém mantendo ilesa sua dignidade.

Deve aparecer no país uma oposição; qualquer que seja a perversão de seus instintos, desde que combater um governo honesto, será coagida a moralizar-se para lutar com vantagem. Dizia o grande Pitt: “se não tivéssemos uma oposição seria necessário inventá-la.”

O primeiro e grande benefício de vossa política será a restauração dos partidos e sua depuração. A virtude reassumirá seu império; a emulação para o bem voltará. As ideias atualmente sufocadas pelo egoísmo poderão sair a lume; em vez das grosseiras ciladas da corrupção, os princípios combaterão com as armas leis e nobres da inteligência, que não geram rancores.

Eles sentirão a necessidade de buscar o apoio das diversas classes do país, cujas tendências formam as moléculas da opinião. A agricultura, o comércio, as letras, as artes terão a par da administração voto na causa pública e pesarão na balança social.

Restaurados os partidos, o feudalismo das posições oficiais desaparecerá para dar lugar à verdadeira aristocracia do mérito, corrigida pela opinião e renovada pela seiva popular. Ao ciúme e egoísmo que aleijam o talento, há de suceder a emulação que desenvolve as valentes inteligências.

Os ministros notáveis não ofuscam o brilho do trono, antes o realçam. A história não mostra um só grande rei, isolado dessas vigorosas individualidades que são na frase do evangelho “o sal da terra” e a creme dos povos.

Creai, senhor, estadistas eminentes; suas obras, como seus nomes, serão raios de vossa glória.

Quando os ilustres representantes da geração que vai sumir-se possam encher os seus dias com uma velhice de Chatham e Palmerston; quando aos novos estadistas, que se estão gastando em um doloroso atrito de paixões acerbadas, se ofereça a longa carreira de Canning, Russell e Gladstone; e à mocidade brasileira não se antolhe um sonho impossível a rápida ascensão de um William Pitt e Robert Peel; a coroa que vos cinge a augusta frente estará na altura de vosso nome.

O Brasil era menor há vinte anos; porém, estava então mais alto, porque na sumidade que domina o trono brilhavam os grandes nomes de nossa história, de que bem raros e eclipsados restam. A pátria valia mais aos próprios olhos e à consideração das nações estrangeiras. Homens de grande mérito e alta posição eram enviados nas missões diplomáticas, hoje quase abandonadas.

Desbatem-se as clientelas para se formarem os nomes gloriosos que atestam a existência de um grande rei e de um grande povo. Eles são como as árvores gigantes que medram nas encostas das altas montanhas, onde exuberam o húmus da terra e manam do alto ricos mananciais.

Senhor,

O penoso sacrifício está consumado.

Muitas vezes arranquei a verdade do coração rebelde que a recusava; outras mais senti a mágoa de a ter proferido: porém ante a majestade, não sou um homem; sou uma ideia, como ela é uma instituição.

Há uma força fatal e invencível que impele as ideias a prorromperem através de uma época, ainda quando o indivíduo que lhes serve de condutor deva ser despedaçado. É um projétil que arrebenta; deixá-lo; o canhão arremessará outros.

Não têm nome as ideias. A verdade é o único batismo, como a razão é o único foro, para os indivíduos que se fazem ideias e se incorporam na massa da opinião.

Minha individualidade não foi estorvo à censura. Se alguma parte ela teve nos fatos que a razão a frio condena, a culpa lhe cabe e mais grave que às outras.

Não a defendi contra a própria consciência; não a defenderei agora de vossa justa severidade.

AO REDATOR DO DIÁRIO

12 de janeiro de 1866

Sua folha, sempre lida com prazer trouxe-me, há dias, grande satisfação.

Não foi produzida pelo esmero da cortesia que recebi; essa é própria do elegante escritor; eu a esperava.

Sinto que me inibisse de a retribuir. Copiosa é a língua portuguesa, especialmente em assunto de galanteria tão culto dos nossos maiores. Sobejou, porém, a gentileza que a exauriu na página seleta onde só desmerece o motivo.

Reverter a bizarria com os mesmos termos seria sobre monótono, cediço. Frequente nas colunas editoriais do Diário sente o publico o fino quilate de uma alma de lei, e o brilho de uma inteligência da melhor água.

A satisfação a que aludo, e satisfação íntima, tem outra causa. Vou confessá-lo em toda ingenuidade. É o receio que de envolta com muita simpatia manifesta o nobre redator de ser eu arrastado pelo desencanto até o absolutismo.

Imagino a aflição de um sacerdote inspirado da liberdade, a pensar que o devoto sincero do mesmo culto sagrado vacila na fé e resvala já para a apostasia.

Na mesma ocasião em que eram enunciados tão cordiais sentimentos, publicou seu jornal uma carta de S. Paulo. Devo ao hábil correspondente lindos elogios, que por meu mal foram logo rebatidos em praça com usura.

Sou nada menos do que – “o crocodilo feroz do despotismo disputando admiração dos poucos crédulos que ainda restam e os tênues almejos do magnânimo coração do rei insonte...”

A reticência não é minha; sim do indignado escritor que some-se por ela e logo após surge para mandar-me literalmente ao diabo sob a conduta de Horácio. Não sabia que eram conhecidos velhos o lírico latino com o anjo decaído.

Nova dose veio aumentar, a minha satisfação na tarde seguinte: esta chegava dó Norte.

Seu correspondente da Bahia tacha-me de feiticeiro e naturalmente já se deleita com meu auto-de-fé. – “Em todos os países os misticismos de Erasmo têm

trazido para os espíritos vertigens e desvairamentos. Erasmo reduzindo todo um edifício a pó pretende reedificá-lo? Com que materiais?”

Também nesta carta há anteriormente uma reticência à palavra perigosas... Aí sem dúvida mergulhou o prudente escritor o monstro, que, desta vez, para guardar a cor local, deve ser algum caramuru. Não o afundou tanto, porém, que se não veja ainda a sombra terrível.

Encheu-se a medida ao contentamento que transbordou. É para expandi-lo que dirijo esta carta ao meu sempre generoso adversário, principal redator do Diário.

E já que a palavra outra vez caiu da pena precise-se a intenção em que foi desde o começo empregada. Somos neste momento adversários porque estamos em posições opostas e temos rumos ponteiros.

O coração entusiasta do nobre redator caminha do presente para o futuro; leva os olhos no horizonte límpido que douram os raios de sua inteligência. Já perlustrei esta senda; desando-a agora. Venho do futuro para o presente; da aurora para a noite; tudo é triste e árido.

Mas a ambos nos impele a mesma nobre aspiração, a liberdade. O jovem lidador marcha à sua conquista nas regiões encantadas; o desiludido alvanel esforça arrancá-la das ruínas que a obstruem. É natural que o malho do operário alua muito pardieiro, que a arma do campeão perpassa e desdenha.

Desponte a luz, porém, onde quer que seja, do seio de suas esperanças, ou do fundo do meu desencanto, ela nos reunirá, espero em Deus. Já não seremos adversários.

Torno à minha satisfação.

Estes ecos da imprensa, partidos de vários pontos e condensados aos surdos rumores que burburinham nos círculos da Corte, são indícios de uma crise salutar. Anunciam eles que a pena de Erasmo não fez a autópsia de um cadáver; operou sobre corpo vivo e robusto, onde são prontas as reações.

Nas seis primeiras cartas limitei-me a estereotipar a atualidade. Para que nenhuma consideração me tolhesse, desprendi-me da minha individualidade e, de envolta com as outras, fundi-a no crisol de uma razão severa.

Se, pois, ao contemplar o quadro fiel da situação, ergue-se ante os olhos de patriotas sinceros um vulto pavoroso, não é da imaginação do escritor que

surgiu; mas do seio desta crise que tudo subverte e confunde, até o espírito dos homens bons.

Meus escritos nem são reflexos; apenas esboços. O original, buscai-o em torno; ele aí está, vos toca, envolve e oprime, como fluido deletério que abate os ânimos e entorpece os sentidos.

Pasmosa alucinação é esta que sofrem os povos em épocas decadentes. Assemelha-se à pungente ilusão dos tísicos; doce placidez enleva, quanto mais se agrava o mal. Não os lastimem, que é irritá-los.

Diariamente saem à praça, se arreganham em público transitam livremente por vielas e ruas sucessos que estão de contínuo atestando um deplorável desvio da opinião. Ninguém os contesta; passam incólumes, respeitados aplaudidos e entram placidamente no domínio dos fatos consumados, onde são logo condecorados com o título de precedentes.

Um escritor lembra-se de coligir tais acontecimentos e, unindo-os pelo fio que os prende, expô-los no seu complexo à atenção dos homens cordatos. Os que aplaudiram a realidade revoltam-se contra a imagem. O entusiasmo os deslumbrava então; punge-lhes agora a reflexão.

Muito tempo havia que Roma despedaçara sua constituição livre. Como disse um historiador, a Cidade Eterna levantara um trono que esperou vago cerca de século por um possuidor. É pertinente lembrar que foram os Gracos que mataram a república.

Já a liberdade tinha desertado do Capitólio, onde nunca mais devia entrar; e o povo romano solicitava um senhor a quem servir! Contudo, o nome de rei era ainda ali um objeto de aversão e horror, como fora em Atenas o título de tirano.

Aclamavam-se ditadores perpétuos com poderes soberanos; decretavam-se triunfos, erigiam-se estátuas; deferiam-se honras imortais. Mas a lisonja ousada, que se atrevia até o sacrilégio, não tentou reunir as três letras execradas para saciar as ambições vaidosas.

César aceitou a estátua que o povo romano colocou no Capitólio a par de Júpiter, com a inscrição de semi-deus: e apesar de seu gênio, não se animou a receber o diadema que em público lhe ofereceu o Cônsul Marco Antônio.

Esta página da história antiga é cheia de fundas tristezas e implacáveis lições; é o transe da devassidão do maior povo da terra. Na decrepitude de uma raça, imensa na virtude e imensa no vício, todos os países acham estímulos para a glória e advertências na miséria.

Nossa felicidade é possuímos a monarquia para socalcar as ambições afoutas; e na monarquia um príncipe reto, liberal, invulnerável aos assaltos da paixão. Não fossem estas duas guardas que Erasmo em vez da árdua tarefa teria se limitado a escrever na página atual dos anais brasileiros: *Fuit libertas!*

O absolutismo?... Quem não o vê? Não convive ele conosco? Onde a minoria subjuga a maioria, aí está a tirania; seja de um, seja de muitos. Repimpado nas poltronas ministeriais, espreguiçando-se nos sofás da assembleia, pedante nas repartições públicas, risonho e sedutor na imprensa, empertigado nos fardões, mostra-se em toda a parte esse Proteu da nossa política.

Só não penetrou ainda o coração daquele a quem devera mais seduzir e a alma de alguns cidadãos prudentes que há muito sentiram o liso declive por onde resvala o país.

Alguém apareceu que tirou de seu dever coragem para afrontar o delírio. Arrancou o monstro do parlamento, da administração, do jornalismo, da opinião, dos últimos refúgios e o arrastou ante o país para que o contemple em face!

Volta-se toda a cólera contra o imprudente! “Carregue-se este bode emissário com os nossos pecados políticos e expulsem-no do grêmio; que vá pagar no deserto a culpa do absolutismo!”

Em boa hora venham tais assomos de indignação que, se doem ao escritor por ingratos, prazem ao coração brasileiro! Sim; como na cerimônia hebraica de bom grado me carregarei dos nossos erros passados e comigo arrastarei ao olvido o ódio e remorso deles. Mas floresça no meu país a liberdade constitucional e restaure-se o império da lei e da moral.

Sobra-me espaço. É mais um momento ao prazer desta prática. Desejo apagar os receios que nutre a meu respeito.

Não vacilo, como supõe; nem sulco em frágil esquife ondas aparceladas. É terra firme e chão sólido que discorro: o campo foi longamente roteado; os rumos aviventados pela experiência. Não se oscila neste terreno que é o das instituições juradas.

A lei e a honra, quando não se provoca a nação a assumir a plenitude da soberania, permita o nobre redator que o afirme, só têm uma acepção; é a constituição executada com probidade; é o direito e a moral; a justiça e a virtude.

Reli com atenção as cartas publicadas, investigando a frase onde o espírito de tão refletido pensador pudera ter sentido meus deslizes para o absolutismo. Cego talvez pela própria obstinação, não a encontrei.

Será na dedicação de Erasmo à pessoa do monarca; na confiança que manifesta pela ação benfazeja da Coroa; no apelo à energia da majestade?

Mas á na esfera da constituição que se dilatam essas aspirações liberais. Invoca-se a Coroa, para reclamar dela a verdade do sistema.

Avisou com prudência o sisudo jornalista em adiar a discussão para quando tenham as ideias seu completo desenvolvimento. Não me afastarei do acerto; mas prezo em tanto sua adesão, que anelo por esboçar-me de uma maneira mais saliente, por isso que mais solta de outras considerações.

Quero a constituição como foi escrita, não como a aleijaram. Na constituição aparecem bem distintos os três princípios cardeais da monarquia representativa; a Coroa, o povo e o elemento intermédio ou misto, que, em falta de melhor termo, chamo aristocrático.

Estes três princípios se engrazam na vida política, à semelhança de rodas dentadas; não se move uma sem que as outras girem igualmente. Dessas evoluções concertadas nasce a vida representativa, a mais nobre função dos povos livres.

Nosso mecanismo constitucional está inerte; não há quem o desconheça. As molas se oxidaram; os eixos ficaram perros. Para repô-lo e lhe restituir o movimento, é necessário o impulso pelo menos de uma das três peças; todas a um tempo fora excelente; mas era empresa para forças magnas.

Erasmo tem consciência das suas, mesmo para o mínimo empenho receia que sejam somenos. Cumpria-lhe escolher dos três pontos o mais acessível.

Acreditei o nobre redator que a opção não se fez sem pausada reflexão e estudo acurado.

Viu Erasmo o povo ralado por grandes decepções, descrente dos homens que o dirigiam, entorpecido pela ignorância ou indiferença, vexado com as tribulações do presente; reconheceu que sua palavra não tinha possança para comover tantos milhões de almas derramados por vasta superfície. E se falhando o intento apenas chegasse ao ponto de conturbar a onda, sem ter o poder de a aplacar e dirigir-lhe o curso?... Não seria tremenda a responsabilidade que pesaria sobre ele?

Erasmus recuou.

A aristocracia?... O elegante escritor há rompido, armado do seu talento, a crosta espessa e glacial, que sopita as ideias neste belo país criado para as magníficas expansões. Conhece o gesto pretensioso, o riso de mofa, o esgar da inveja, que mangram as melhores inspirações.

A classe superior apresenta todos os sintomas de decomposição. A desmoralização obceca uns e apavora outros. Homens que deviam tomar o passo aos acontecimentos andam vagos, múrmuros e mais tímidos, quanto mais elevados: a altura dá vertigens. Muitos a esta hora me supõem possesso de grande cobiça ou estulto delírio.

Erasmus sentiu a impotência de sua palavra para assoberbar esta avalanche aristocrática, assim como a sentira para revolver a onda estagnada da opinião popular.

Restava a Coroa.

Ali está a cabeça da nação. Não toldam a lucidez da mente superior sombras que projete a inveja. Sua abnegação e civismo estão provados.

Grato e fácil é o desígnio de convencer uma razão reta, quando se tem outro prol além da verdade. Mais ainda; se a convicção já ali despontou e só aguarda espaço e vez de produzir-se.

Eis por que Erasmus se dirigiu ao trono. Lá está o que o egoísmo e a vaidade lhe recusariam em muita parte. Ouvido benévolo para o escutar; dedicação pronta para o compreender; ilustração magnânima, que não desdenha a ideia, e corrige o erro sem mofa.

É duro, quando se professa como o nobre redator o culto à verdade, sair à praça para esmolar de indolência em indolência óbolos de leitores; e recolher, após afanoso lidar, travado de amarguras, com mesquinha coleta.

Para ser lido e meditado pelo imperador, Erasmus não carece de proteção, nem de engodo; basta aparecer. Acordem os de voz estentórea a nação; congreguem os que dispõem da senha mágica aos capazes. Eu, que não fui talhado para esses trabalhos hercúleos, faço muito elevando ao monarca os gemidos da pátria.

Pertinaz visão deve encher os olhos àqueles que enxergam nas minhas cartas o espectro do absolutismo. Não se reclama a constituição para a conspurcar; não se invoca a honra para consumir uma obra de traição e deslealdade; não se

ostenta com escandalosa publicidade um plano, cujo sucesso está no mistério, na surpresa, no silêncio.

Quem por ventura deseje o absolutismo dorme placidamente embalado pela corrente e foge de torvar a veia: segue o curso dos acontecimentos. Mas penso eu que se ilude; o sono do povo brasileiro, confiado na virtude de seu monarca, é possível; sua servidão, não acredito.

Na América a liberdade foi contemporânea da terra, disse Chateaubriand. Tudo neste solo tem um cunho de independência. A natureza quebrou aqui os antigos moldes e fundiu coisas desconhecidas. Estes mares rejeitaram durante séculos o domínio do homem. A selva disputa ao lavrador com tenacidade sua conquista

Enfim, foram os Estados Unidos que deram à França o exemplo da liberdade, que dali reverberou por toda a Europa. Escapou um canto na extrema meridional, onde o velho despotismo português repastava. Nós lhe mandamos primeiro aviso em 1789 e segundo em 1817.

Assim, a civilização vem da Europa para a virgem América; a liberdade vai da América, onde se refugiara desde a antiguidade para a decrépita Europa.

Acredito que o Brasil, destinado a representar no Novo Mundo as gloriosas tradições da raça latina, não há de esquecer o que deve à sua origem americana. Mas é certo que a própria opulência o dana. Ele desperdiça a liberdade julgando que nunca lha poderão arrebatá-lo; esbanja o tempo, porque a mocidade se lhe afigura eterna; dissipa sua riqueza, confiado neste solo cujas entranhas de ouro jamais se hão de exaurir.

Se o desbarato das forças continuar, não há vigor que resista. Estamos cercados de exemplos palpitantes dessa extenuação precoce da substância nacional. Aprenda neles o Brasil a zelar os tesouros que a Providência lhe confiou. É tempo.

Não demos razão a esta palavra de Daniel Webster: – Que as esperanças da liberdade repousam unicamente sobre a inteligência e vigor da raça saxônica!

AO POVO, CARTAS POLÍTICAS DE ERASMO

Nemini Cedo

São publicadas regularmente nas terças-feiras.

Cada carta conterà nunca menos de oito páginas.

As pessoas que as desejem receber em suas casas terão a bondade de deixar seus nomes em qualquer livraria.

Não se aceitam assinaturas.

O Editor.

I

Foge o tempo: cada instante que se escoá é mais um sopro a esvair-se do hálito vital deste mísero país.

Dignidade, grandeza e progresso da pátria arrastam por estas ruas quais torpes andrajos de nação indigente e decrépita.

Houve tempo em que a alma do país se voltou para o trono, de onde esperava a redenção de tamanha calamidade. Concentrava-se toda a confiança na virtude e sabedoria do monarca excelente.

Largo espaço este veemente impulso da nação para se abrigar à sombra de seu legítimo e perpétuo defensor perdurou com igual intensidade. Relaxaram-se, porém, as fibras nacionais tão ansiosamente destendidas.

Agoniza, enfim, a robusta esperança, se já não acabou de morrer. A própria voz que, último eco do sentimento público, repercutiu

essa verdade e a levou ante a coroa, a voz de Erasmo, sempre amiga e dedicada ao soberano, já não ousa balbuciar esta crença, tão válida outrora.

E como?

O sangue generoso do Brasil é neste momento entornado a jorros nos charcos do Paraguai pela imperícia dos generais mercenários, que o governo assoldou a preço de milhões para comandar nossos bravos.

Malfadada pátria! Teu solo é daquela argila vigorosa de que Deus plasma os heróis: e contudo não acharam entre eles um digno de conduzir teus irmãos à vitória!

O suor cruento do povo extenuado corre a esta hora vazado em ouro pelas campinas do Rio da Prata. Entanto os chefes das famílias brasileiras, aniquilado de repente o desvelado patrimônio, sentem, como pais que geram a prole para a desgraça.

A miséria, com seu cortejo ignóbil de crimes e devassidões, já fez sua entrada triunfal neste opulento império que parecia dela preservado por seus imensos recursos. Nunca há, porém, ouro bastante para o rodo da dilapidação.

Rumores surdos, assomos de impaciência das classes inferiores, circulam a cidade. Como as repercussões do solo indicam as cavernas subterrâneas, tais ecos anunciam profundos ressentimentos do espírito público.

No vértice deste cataclismo, que ameaça submergir-nos, o ministério se recosta nas poltronas ministeriais “com a mesma placidez com que busca o leito do repouso.”

E a voz excelsa que devia espavorir tanta indiferença emudece. As falas do alto vão assoalhando coisas incríveis, mas que os fatos de todo o dia confirmam.

É nas colunas do trono onde o atual gabinete, foragido da opinião que o repele, se escora para ainda suste-se no poder com arreganhos de força.

Usaram em tempos remotos infligir ao parricida terrível suplício. Atavam-no ao cadáver de sua vítima. A própria consciência indignada flagelava o filho perverso e desnaturado.

Talvez influa esse pensamento para manter ainda o gabinete de 12 de maio jungido ao cadáver do governo brasileiro. Vão intento! Não se incute o remorso de sua obra a quem dela não tem a consciência.

O atual gabinete acredita que beneficia o país; cumpre render este justo tributo a sua boa fé. É vítima de um fanatismo governamental.

A situação presente semelha a uma terrível quimera.

Um motivo ignoto, que devemos crer justo e nobre, tolhe nesta cri-se formidável a suprema ação da majestade. Os recentes sucessos patenteiam à evidência a triste realidade. Não será do alto que romperá a iniciativa da regeneração.

O coração do rei é inescrutável, disse o profeta. *Cor regum inscrutabile*. Devera ao inverso ser para seus povos como o firmamento, aberto e descortinado. Nele veria a soberania nacional o anúncio da serena monção da liberdade, ou as brumas da próxima tormenta.

Se o olhar do povo brasileiro penetrasse no fundo do coração íntegro e virtuoso, que a Providência colocou no fastígio do poder; se na limpidez da augusta consciência vira se refletirem claros horizontes de futuro; certo que aplacara o pavor.

Outra vez renascera a confiança, e a nação paciente aguardaria a hora da redenção.

Longe disso; enquanto se esbroa por terra e se desfaz em pó a construção laboriosa e não acabada de quarenta anos difíceis, a densidade da política imperial cada vez se obscurece mais.

Ninguém sabe o que esconde essa atmosfera espessa das altas regiões; se uma esperança tenaz, se um profundo desânimo...

Terrível fatalidade pesa nesta hora sobre o império brasileiro. Com a rara fortuna de possuir um monarca exemplar na virtude e notável na inteligência, forte pela solidez das instituições e pelo amor dos súditos; o Brasil não pode ser arrancado ao abismo, para onde se precipita, pela mão de seu amado imperador.

Aquém da revolução inglesa figuram dois reis da mesma família, Carlos II e seu irmão Jacques II. É escusado repelir o paralelo; a história do presente reinado está virgem dos escândalos das velhas monarquias.

Um dos mais conspícuos historiadores britânicos, Macaulay, refere uma palavra do sagaz Buckingham, que desenha com um só traço, mas profundo, a fisionomia de ambos aqueles monarcas e a sorte da pátria em época tão desastrosa:

“Se Jacques pudesse, se Carlos quisesse...”

Sinto uma dor pungente ao lembrar que o historiador brasileiro, quando contemple do futuro a uma e outra margem do sete de abril os vultos egrégios dos dois primeiros monarcas brasileiros, possa repetir aquele conceito.

Tal é esta dor, que ela revive a esperança extinta. Esforço crer ainda, esforço subtrair a mente ao turbilhão de fatos clamorosos que envolvem e aturdem o cidadão.

Custa conformar a plena confiança na pessoa com o desengano de seus atos. É minha convicção inabalável que o poder superior quer e pode salvar o país; mas uma força adversa e misteriosa, a fatalidade, frustra os benéficos efeitos da vontade imperial.

Pois que uma causa ignota priva o soberano de salvar a nação pela sua atitude enérgica, urge que o povo acorde para defender o patrimônio sagrado de suas liberdades e gloriosas tradições.

Será lento, porque a letargia é profunda; e tardio porque o mal se despenha incessante. Mas abaixo da Providência o povo já não tem senão a si mesmo, sua prudência e constância.

Eis a razão por que Erasmo se dirige agora ao povo, como outrora se dirigiu ao imperador; volta-se para onde rompe um vislumbre de luz.

Caminha para o oriente da liberdade; se fugaz clarão o fascina para o deixar outra vez nas trevas, paciente aguarda nova luz que o guie.

Vou falar ao povo brasileiro e proferir verdades que ele nunca ouviu, nem de seus ditadores, nem de seus tribunais.

Cidadãos deste já florescente império!

Antes de ocupar-me de vossos máximos interesses, quero dizer-vos poucas palavras sobre o homem que empreende neste momento a árdua empresa de arrancar-vos à vergonhosa apatia.

Não venho, transfigurado pelo despeito, desfazer a obra conscienciosa que trabalhei recentemente: alijai esse pensamento, que sem dúvida acaba de inspirar-vos a desabrida imoralidade desta época abominável.

Mais que o mesmo homem, sou a mesma opinião, a mesma ideia, o mesmo sentimento. Ante o povo, como ante o imperador, sempre Erasmo; sempre a verdade e nada mais do que a verdade. Proponho-me, como então, a renovar a aliança da realeza com a democracia. Quero restituir o monarca e o povo, um ao outro. É o meio de conspirar a catástrofe.

Sei que há no povo, como no trono, uma majestade, e portanto uma magnificência. Qualquer delas esparge favores sobre os seus cortesãos; e talvez com profusão maior sobre quem a desdenha.

Por isso muitas vezes ceifa-se melhor as graças no comício e colhe-se mais fácil a popularidade nos paços da realeza.

Não sego eu neste ou naquele campo. Nem a majestade imperial, nem a majestade popular tem o que dar a quem presentemente nada ambiciona delas para si e só muito para os outros.

O que Erasmo deseja, sinceramente, não lhe podem negar o imperador e o povo; a estima, o primeiro, e a atenção, o segundo. Não lhe podem negar, porque o soberano assim o deve à sua virtude e o povo ao seu interesse.

Não se infira destas palavras uma completa abnegação política. A ambição é a esperança ativa e laboriosa, como a esperança é uma ambição inerte. Quando ela abandona o homem, morre-lhe a vida inteligente.

Um homem sem ambição é o sepulcro de uma alma extinta. A palavra que dele exala vem gélida e lúgubre como os ecos do túmulo.

Erasmo tem grandes ambições; nem se peja de confessá-las. Mas nesta quadra as ambições lisas e puras recatam-se pelo receio de torpe contato com a sórdida cupidez.

Tantos cidadãos notáveis que atravessam esta crise mudos, concentrados, arredios dos negócios... Em geral os consideram presas de um seco e frio egoísmo. Engano; são crisálidas senão urnas de nobres ambições refrangidas.

Trabalho, pois, não a causa de minha ambição, que não é desta época, sim a causa de toda ambição honesta: a causa do futuro.

De resto, para saciar a ardente aspiração de minha alma, há um favor que não depende nem dos reis, nem dos povos; uma graça de maior valia que a munificência da coroa e o sufrágio popular: é a benção da posteridade.

Se me for dada obtê-la!... Afirmo que não a troco pelas mais preciosas do presente.

Já vedes que não sou tribuno; não careço de arremedar a fofa e retumbante eloquência da gíria demagógica; nem revolver na vasa social os maus instintos da plebe.

Dirijo-me ao povo; e por povo entendo o corpo da nação sem distinção de classes, excluídos unicamente os representantes e depositários do poder.

Aos grandes como aos pequenos, falarei a linguagem que me deu a natureza; compreendam-me os capazes, pelo raciocínio; os ignorantes, pela intuição misteriosa, que em todos os tempos há inoculado a verdade no seio das massas.

Carecia dizer-vos estas coisas. Conheceis agora o homem que tomou o firme empenho de comover-vos, malgrado vosso. Desta vez haveis de acordar, eu o garanto; tenho, infelizmente, nos brios nacionais indignados poderoso reagente que vos arranque ao torpor.

Cumprireis vosso dever, povo!

É preciso que vossa energia, como em 1834, salve a nação e preserve o trono. É preciso mais; que defenda contra a fatalidade que o coage nosso virtuoso imperador.

II

Dizia um sábio dos tempos antigos, notável pela excentricidade, que “dos animais selvagens o mais perigoso é o caluniador e dos animais domésticos o adulator.”

Ambas as castas, a que babuja e a que morde, constantemente vos cercam, povo. Preservai-vos delas com igual cuidado: o veneno de qualquer é violento e mortífero.

A lisonja mais despejada com que vossos cortesãos costumam embalar-vos é a da liberdade, palavra tão inebriante para os povos, como a da beleza para as mulheres.

Ousam proclamar que sois um povo livre!

Essa grande falsidade, à força de repetida, tornou-se um mote de nossa política. É uma frase oca, mas sonora; produz belo efeito nos monólogos da comédia parlamentar.

Pesa-me arrancar o povo brasileiro a essa doce ilusão; e agravar os males que o acabrunham, com o desengano cruel de um belo sonho de quase meio século. Mas é meu timbre a verdade; devo à majestade popular a mesma franqueza que usei com a majestade imperial.

Ouvi-me! Entre as nações civilizadas não há outra menos livre do que é presentemente o Brasil.

Parece-vos, cidadãos, que proferi uma blasfêmia política. Sem dúvida me julgais alucinado pela paixão, ou pervertido pelo interesse, pois me arrojai a semelhante acerto.

A nação brasileira menos livre que a França de Rouher, e a Prússia de Bismarck?

Pausadamente, com a consciência aberta e a razão atenta, vos respondo que sim. Ainda mais, afirmo que semelhante convicção está incubada no fundo de todo o espírito reto; e não se produziu somente por um certo pudor da opinião.

Não contesto que exista em nosso país uma grande massa de liberdade, mais avultada do que na própria Inglaterra. Não falo dos Estados Unidos, porque ali reina o despotismo da multidão.

De tão enorme volume de liberdade, porém, a máxima parte jaz ainda em bruto, como a natureza de nossas regiões magníficas; o resto constitui o monopólio de um pequeno número.

A liberdade no Brasil está, como dizia Nodier, na mão dos fortes e na bolsa dos ricos. Dos sobejos que eles repartem, ou das migalhas que ficam pelo chão, vivem os fracos e os pobres; por outra, a maior parte da nação.

País civilizado em relação aos costumes, vivemos ainda nos tempos selvagens da política; o cidadão não vale na medida de seus direitos; mas sim na proporção dos benefícios que pode dispensar ou segundo o quilate das próprias forças.

Temos a glória de possuir a mais liberal das constituições. Livro de ouro dos sábios patriarcas do império, figura como um código de moral política, respeitável pelo culto que as gerações novas costumam prestar aos seus progenitores.

Lei, porém, não é; carece de majestade e império; não a vivifica o espírito da soberania nacional; encerra apenas o conselho dos anciãos e as máximas de sua sabedoria.

Não está a situação patenteando a desconsoladora realidade?

Por menos livre que seja um povo, tem ele dois bens sagrados para o governo; e são, a substância da vida – o sangue; o fruto do trabalho – o suor.

O tributo que o filho deve à mãe-pátria a ela somente cabe o direito de o exigir; o poder tem apenas o dever de solicitá-lo, como um dos meios indispensáveis para cumprir sua missão administrativa.

Os próprios reis absolutos, que dispunham dos povos como de um patrimônio da família, respeitavam o sangue e o suor dos súditos. Só o empregavam no engrandecimento e glória da pátria comum.

Aqueles que desperdiçavam o precioso bem e exauriam o país eram logo condenados pela voz do povo ao labéu de tiranos: galé perpétua da memória execrada dos opressores da humanidade.

Olhai neste instante para a velha Europa. Vereis como os soberanos da Áustria, da Prússia e da Itália hesitam em disparar o primeiro tiro; e, contudo, fundos rancores exalam os brios nacionais. Mas, se alguns deles têm esbanjado os direitos dos súditos, ao menos do sangue são parcós.

Entretanto, vós, povo brasileiro, não dispodes nem do suor nem do sangue vosso.

As provas se acumulam, insultando vossa magnanimidade.

Quisestes acaso esta guerra nefasta, que de repente se despenhou sobre o império, como um sopro da cólera celeste? Abristes com as próprias mãos este abismo para sorver milhares de vidas e os recursos de talvez um século de existência?

Acreditá-lo seria fazer violência à verdade e injúria ao vosso bom senso. Aceitastes a guerra com dignidade, quando vistes a honra nacional comprometida; mas no âmago da consciência nacional está latente a indignação, que mais tarde há de cair sobre os obreiros da calamidade pública e assoberbá-los.

O brasileiro cordato e brioso almejava, é certo, pela mudança de nossa política no Rio da Prata.

Duas fases já teve essa política desde seu princípio; na primeira, que data dos tempos coloniais e prolongou-se ainda pelos primeiros anos do império, dominou o princípio de conquista; na segunda, inaugurada em 1829 e sempre mantida até agora, mais ou menos habilmente, desenvolveu-se o sistema da intervenção.

A expulsão de Rosas, o mais brilhante resultado dessa política sábia e moderada, foi também o desengano amargo para os homens eminentes que mais a haviam trabalhado.

O ilustre Visconde do Uruguai, o pensamento iniciador das negociações de 1851, e o lembrado Marques de Paraná, o executor dessa obra gloriosa, reconheceram, antes mesmo de lhe pôr o remate, a impossibilidade de insistir no futuro sobre a continuação de semelhante política.

O Brasil não podia representar eternamente o papel mesquinho de expulsor de caudilhos, que renasciam não das cinzas, mas da rabadilha um do outro.

Ontem Rosas, hoje Lopes, amanhã Urquiza, depois qualquer outro, e talvez dos nossos pretensos amigos.

Não são coisa vil e somenos as vidas e cabedais de uma nação nova, para derramá-los à profusão na terra estranha e ingrata, onde a boa semente só brota profundos rancores, miseráveis impropérios!

Um novo sistema, de abstenção e sobranceira, sem dúvida formulou-se no alto senso dos dois estadistas promotores das negociações de 1851. O certo é que desde então começou ele a filtrar na convicção dos cidadãos atentos a essa magna questão.

Ultimamente estava a ideia radicada no espírito público. Esperava a nação que o primeiro impulso dado pelo governo à política platina, depois da pausa havida, seria, naquele sentido, para firmar a atitude sobranceira e digna que convém a um grande império em face de pequenos Estados.

O Brasil não precisa do território de seus vizinhos, pois o tem de sobra e ubérrimo; também não é essencial para seu bem-estar a paz e equilíbrio das repúblicas americanas. A política de intervenção fora sobretudo filantrópica: exprimia a caridade internacional de um povo por seus irmãos dilacerados. Quanto ao interesse que nosso país tirava dela, reduzia-se aos subsídios ou empréstimos não pagos, além dos ônus de uma guerra sempre iminente.

Grande e amarga foi, portanto, a decepção do país, quando viu, pasmo, uma nova situação que se dizia salvadora, ir catar, na guarda roupa do passado, a diplomacia já abandonada ao pó e às traças.

O Brasil tinha sem dúvida para o futuro uma guerra em aberto com as repúblicas do Prata, não esta ou aquela, mas com todas. Nossa história guardava páginas em branco, esperando o registro de muitas e brilhantes vitórias.

Era um legado transmitido pelo sangue heroico de que provimos. Os manes de Afonso Henriques e D. João I exigiam esta homenagem.

Era uma dívida sagrada à memória dos valentes soldados portugueses que desde o século 17 defenderam, contra a cobiça castelhana, a fronteira sul do Brasil. Era um empenho que contraímos com a Providência quando ela nos assinou a primazia na América do Sul.

Isto como raça.

Como povo, a guerra exprimia a reparação de um longo passado de injúrias, e a imposição solene da nova política. Seu resultado infalível havia de ser a definitiva solução de todas as questões pendentes, e o respeito que aplainaria qualquer futura dificuldade.

Mas essa guerra, imensamente popular no Brasil, essa guerra justa, útil e gloriosa, é por ventura a ruínosa complicação que nos forjou o tino dos progressistas?

De forma alguma.

Aquela guerra era uma questão de futuro para a qual nos devíamos preparar com todo o cuidado; senão por necessidade, ao menos por decência. É indecoroso para o gigante lutar com o homúnculo; castiga-o e passa além.

Ainda mais, as tradições nacionais, as justas suscetibilidades da raça, impunham ao Brasil a obrigação indeclinável de fazer a guerra, só e exclusivamente. A aliança com o inimigo de ontem e de amanhã será admissível em uma questão de interesse; mas em ponto de honra nacional é trair o povo ou menoscabá-lo, aceitar o supérfluo concurso de quem já o ultrajou covardemente.

Qual honra é uma que se acomoda à injúria atroz para vingar outra injúria? Será decorosa a desafronta da dignidade nacional comprada com uma longa série de humilhações?

À cediça evasiva é que fomos provocados.

Não acrediteis em tal mistificação, povo. Foi vosso governo, de sua própria vontade, que no remanso da paz e quando tratava de ainda mais desarmar o país, lembrou-se de repente de enviar às margens do Prata dois emissários para nos importar a guerra.

Os índios de nossas florestas tinham essa usança. Como o combate lhes era alegria e festa, quando passavam algum tempo sem ele, faziam partir um ou mais guerreiros para o campo dos inimigos a fim de provocá-los com alguma fanfarronada. Chamava-se isso buscar a guerra.

Assim fizeram conosco: em maio de 1864 partiram os emissários; mas a guerra desencadeou-se com tal fúria que os espavoriu.

Hei de escrever mais tarde a história desta guerra tão repassada de heroísmo brasileiro, quanto repleta de erros e desvarios. Agora não; o presente aqui está conosco instante e despótico, que não consente volver ao passado.

Tenho eu razão de afirmar que não sois um povo livre, quando sem vosso consentimento se decreta uma guerra, sorvedouro de vosso sangue e suor?

Nossa constituição, essa velha cartilha que os políticos de hoje só estudam, como os navegantes sondam os escolhos, para os evitar; nossa boa e leal constituição dispõe que ao poder executivo compete declarar a guerra e fazer a paz.

Deste preceito se ajudaram os fabricantes da grande calamidade pública para, de surpresa, sem audiência da nação, na emergência dos embaraços financeiros, arrastar-vos a uma luta desastrada.

Se o legislador constitucional, ao escrever aquelas palavras, pressentisse o que seria o poder executivo de sua pátria nos anos da desgraça de 1863 até..., certo que a mão lhe tremera. Talvez preferisse deixar na grande obra uma falha, a consagrar com a majestade legislativa a futura ruína do jovem império americano.

O governo arrogando-se, à sombra daquele artigo, uma prerrogativa soberana da nação, inaugurou o mais cruel despotismo.

O direito de paz e guerra é o direito de vida e morte do Estado; é, ainda mais, o direito da glória ou opróbrio de um povo. Armados com a feitura e execução da lei, os déspotas oprimem um país e o mutilam; investido por ventura do poder beligerante de um governo inconsiderado pode assassinar ou desonrar a pátria. Era possível que o povo brasileiro da independência, que recebeu o batismo da liberdade nos cárceres e patíbulos do absolutismo, se despesse dessa porção mais importante da própria soberania para a dar ao governo?

Ninguém há que o pretenda. O direito de paz e guerra pertence à nação, que o exerce pelos seus imediatos representantes: a constituição foi positiva.

O nervo da guerra é o dinheiro; o músculo é o soldado. Ambas essas fibras se prendem ao povo. A iniciativa do imposto de sangue e suor pertence ao ramo temporário da legislatura; é também aos deputados, representantes da democracia, que o governo pede as leis anuais de força e orçamento.

Há na guerra, como em qualquer outro fato governamental, duas partes, a deliberativa e a executiva; a primeira é a lei; a segunda o ato.

A deliberação da guerra, o estudo de sua necessidade e alcance pertence ao poder legislativo; as forças e orçamentos extraordinários são a lei que decreta o Estado bélico.

O ato do governo, simplesmente executivo, consiste na declaração da guerra e sua direção até a oportunidade de celebrar uma paz digna e vantajosa.

É só a execução do mandato legislativo que a constituição outorgou ao governo no art. 102. Essa faculdade não tem alcance e natureza diversa das outras.

Também o ministério nomeia empregados, provê benefícios, concede títulos, vela na segurança pública; mas dentro da órbita da lei. É executor e não legislador.

Suscitar uma guerra, sem ter obtido da assembleia geral, com os meios essenciais a aprovação legislativa, é uma traição à pátria. Seja embora a guerra injusta e desastrosa; a honra nacional porá em coação os representantes do país.

Sois livre, povo brasileiro, vós, cuja vida e morte, cuja honra e humilhação dependem da bília de um só ministro?

Já a luva de uma duquesa, tarde apanhada, deu causa à conflagração da Europa. Ao menos fizeram as nações provas de galanteria.

Na América do Sul foi também um arrufo o motivo da guerra atual; arrufo, não de duquesa, mas de vaidade igualmente suscetível. Um chefe parlamentar se amou por causa da poltrona senatorial.

Se o governo, declarando a guerra por sua conta, ao menos tivesse com o parlamento a cortesia de o instruir dos acontecimentos! Nunca o desdém pela assembleia geral se ostentou com desgarramento maior; parece já brasão e timbre da farda ministerial.

O que têm feito vossos representantes em relação à esta crise tremenda?

Duas vezes, o ano passado e este, votaram de tropel, em horas escassas, resoluções mal amanhadas, ou antes cartas brancas ao ministério para gastar do sangue e suor brasileiro larga porção esmada à fantasia.

Passou a axioma, que vossos presumidos representantes não são os verdadeiros escolhidos do povo. Ninguém ignora que o voto, que já sai das urnas poluído, mais se deturpa nas cercanias do poder.

Entretanto basta o título de representante da nação excitar a invencível repugnância do governo. Ele sofre a presença das câmaras com um tédio e irascibilidade que nem mais procura disfarçar.

Lembraís-vos de Mirabeau? Era uma alma originalmente aristocrática, na qual não obstante a verdade derramava profundas e esplêndidas irradiações democráticas.

Propunha ele como um dogma constitucional a permanência da sessão legislativa durante a continuação de guerra. Seria o parlamento a fonte de força e opinião, onde, sob essa crise melindrosa, o governo fosse constantemente acrisolar a ação administrativa e receber nova pujança.

O governo brasileiro, não somente esquivou-se de apressar a reunião do poder legislativo quando ateou-se a guerra, mas levou o menoscabo ao ponto de o despedir, como um credor importuno. Bem entendido, depois de obtida a reforma da letra.

Durante esta guerra o poder legislativo não fez mais do que uns remendos informes às leis ânuas.

Apenas o ano passado amanhou essa tarefa ridícula, deu-lhe férias o gabinete. É natural agora que o enxote de uma vez, para livrar-se do ruído incômodo das discussões.

O governo deseja concluir a guerra; e a assembleia geral o atrapalha nesse importante trabalho. Já basta a impertinência de algumas vozes soltas, que na imprensa destoam do *laus perennis*.

Muito bem, senhores. Acabai de provar a este povo que ele está bem longe de ser um povo livre; tirai-lhe a última ilusão, para que enfim se recolha ao silêncio e à resignação perdida até a veleidade da queixa.

ERASMO

III

Se exaurindo teu sangue e suor, infeliz povo, ao menos regassem

com eles os louros nacionais!...

Ah! Eu vejo agora a figura solene da pátria, que assoma ante a mente respeitosa. Traz lágrimas nas faces e luto dentro d'alma.

As lágrimas são de consolo; correm pelos filhos valentes que morreram pelejando com denodo no campo da batalha. Mas o luto é acerbo e pungente; o Brasil o sente pela sua honra de nação vilmente sacrificada.

É tempo de soltar um brado de indignação contra essa lenta e fria ignomínia a que filhos ingratos condenaram a mãe-pátria. Praza aos céus que a esta hora os soldados brasileiros tenham enfim vingado com uma batalha esplêndida nossos brios conculcados.

O abismo nos invoca. Só não o veem diante aqueles a quem alucina a vertigem do poder. Esses, enquanto o país estorteja, deleitam-se na compostura de frases perluxas e nos guisos de suas ocas palavras. Pensam eles que se conjura calamidade tamanha com a fofa presunção e o talento da ninharia.

Não bastam vinte longos meses de aviltamento para patentear a incapacidade da facção que arrastou o Brasil a uma guerra nefasta?

De dia em dia nos aprofundamos na abjeção e impropério. Se o obscuro cidadão, perdido na turbamulta, já sentiu mais de uma vez queimar-lhe o rosto a vergonha de sua pátria; que não será da face augusta, para onde volvem os olhos do mundo, a contemplar nossa atitude em tal momento!

Quero falar sem paixão. Calco os assomos que me assoberbam; declino de atenções pessoais e considerações políticas. Quando se trata de salvar o decoro do nome brasileiro, só conheço um princípio, – o pundonor.

Esta lauda da nossa história relata à humanidade mais um exemplo do triste fenômeno a que estão sujeitos os povos, como os homens. Fomos vítimas de súbita demência política; estranha revulsão sopitou em 1864 o bom senso nacional. Os cômicos episódios da questão inglesa já anunciavam os pródromos do mal.

A época infeliz que vamos atravessando não é realmente outra coisa senão um grande e longo desvario da razão pública. Incompreensível insânia transformou em desassissado libertino o circunspecto e prudente império da América do Sul.

Quem recorda a prova gloriosa de sensatez que em 1831 deu o povo brasileiro, acéfalo e privado de seu chefe natural, pasma ante o assombroso espetáculo da atualidade.

Em anos anteriores o absurdo surgia a períodos como o grande resolutivo de nossas questões políticas. Desde certo tempo passou a Estado permanente e crônico. Seu domínio foi com a ascensão da liga definitivamente inaugurado na alta direção do país.

A guerra que sustentamos é desde sua origem um tecido de incongruências e desacertos. Só há em toda ela de nobre, digno e consolador, a intrepidez de nossos marinheiros e soldados. Virtude espontânea do homem e do povo produziu-se independente do governo, e apesar dos esforços adrede empregados para abafá-la.

É incrível! A tática desta guerra parece dirigida ao fim inaudito de fazer do soldado brasileiro um covarde. Mercê de Deus não o conseguiu: a sofreguidão do inimigo por fortuna desencadeia às vezes o valor de nossos bravos, que deprime ainda a culposa indolência do governo e seus agentes.

Desde o começo da luta até o presente, mais de ano, ainda não ferimos um só combate por impulso e arrojo próprio. Nossa missão parece a defensiva; é o inimigo, cansado de esperar, quem se atreve a afrontar-nos em nosso próprio acampamento.

Invadidos ou atacados, eis como se batem os exércitos aliados. Para dar um passo avante aguardam os tardos generais com paciência inesgotável que o inimigo nos abra espaço.

Foi justamente na ocasião em que verificamos o completo desarmamento do país, a propósito da questão inglesa; quando o horizonte de nossa política interna se toldava com as graves complicações econômicas; foi nessa delicada emergência, que, de chofre, sem preparativos, o governo brasileiro provocou o Estado do Uruguai.

À repentina atitude bélica deu-se como causa aparente e confessável a tolerância da república vizinha a respeito dos atentados cometidos contra cidadãos brasileiros dentro de seu território e em nossas fronteiras.

Mais nobre e poderoso motivo de guerra não o há. Um só compatriota insultado impunemente em país estrangeiro bastava para comover nossos brios, sem contudo perturbar a razão nacional.

A facção que havia à sombra da violência britânica empalmado uma situação tirou da nova injúria pretexto para uma política externa que disfarçasse a intestina dissolução. Se, ao menos, posta a nação ao serviço de interesses partidários, lhe esbanjassem unicamente a riqueza, mantendo ileso sua honra!

Mas que fizeram até agora em desafronta da injúria? Precipitaram o país de sobressalto em uma guerra desastrosa para obter satisfação dos agravos sofridos na pessoa de nossos irmãos. Entretanto, depois de bravatas impróprias de uma nação que se respeita, obrigaram o império a assistir impassível aos novos insultos e vilanias cometidos no Rio Grande pelos caudilhos Muñoz e Aparício, até hoje impunes.

O heroísmo de nossos bravos expugnou com sublime, mas não inimitável, temeridade, a Praça de Paissandu, onde novas afrontas eram diariamente lançadas ao Brasil. Soltaram sob palavra os vis e traiçoeiros inimigos!

Em Uruguaiana, os destroços de uma força paraguaia extenuada desfaleciam à penúria. Esse bando de assassinos não recebeu uma prova sequer de asco e horror. Ofereceram-lhe em nome dos brasileiros as condições de uma honrosa capitulação!

Valia a pena de empenhar-se o país em uma guerra desastrosa para alcançar tantas humilhações?

Se a honra, vida e propriedade do cidadão brasileiro, é coisa some-nos ao juízo do governo, que ele perdoa em Paissandu, Montevideu e Uruguaiana os mais graves atentados contra aqueles direitos sagrados, como explicar o melindre de pundonor no momento de empreender estouvadamente a guerra?

De que serviu ao Brasil correr às armas para garantir no futuro uma de suas fronteiras contra as agressões dos orientais; quando nessa mesma ocasião deixava o governo ao desamparo e franca aos paraguaios outra e importante fronteira, abandonando assim criminosamente Mato Grosso à ruína e assolação?

Em um momento a ofensa à pessoa dos brasileiros é uma injúria atroz que brada vingança, um caso de guerra indeclinável e urgente, pois não atende à situação difícil do país. Logo após essa mesma ofensa ou ainda mais revoltante torna-se um ato sem imputação praticado por bárbaros, para quem devemos, nós, povo civilizado, mostrar-nos sobranceiros e generosos!

Meu Deus! Quanto são pródigos da honra e sangue da nação os homens que se erigiram em árbitros de seus destinos?

Se nossa missão nas repúblicas espanholas era toda de união e paz, realizá-la pelas armas parece um grande desatino. Pois se tínhamos de perdoar os flagícios de nossos irmãos e as ofensas da pátria, fora mais digno, econômico e, sobretudo mais humanitário, perdoar em princípio, antes do fatal *ultimatum* de 4 de agosto.

Então perdoaríamos um simples desacato e poucas vidas. Não absolveríamos, como depois sucedeu, insultos cruéis; nem lamentaríamos milhares e milhares das existências tão escassas ainda para este vasto território!

Depois da rendição de Uruguiana que fizemos ainda para desafronta da dignidade nacional agravada?

Marchou o exército aliado para as margens do Paraná, mas com a prudência necessária para não surpreender o inimigo, deixando-lhe tempo folgado de se recolher a seu território e fortificá-lo.

Não restava já um só paraguaio em Corrientes quando levantou o exército seus quartéis de luxo para acampar nas margens do rio, fronteiro ao inimigo.

Durante meses, que foram séculos para a honra nacional, ali permaneceram na mais vergonhosa incúria as forças brasileiras. O sangue precioso de nossos irmãos não corria no campo da batalha, regando os louros da pátria; mas a febre os consumia nos hospitais.

A mais forte armada e o maior exército da América do Sul esbarraram ante alguns troços de miserável tropa recruta, abrigada por toscas paredes insossas!

Debalde a coragem entusiasta do soldado brasileiro o arrojava; debalde ansiavam combater os jovens guerreiros acudidos ao grito da pátria; a incompreensível indolência dos generais comprimia os nobres arremessos, prenúncios da vitória.

O exército passou revista de mostra em grande gala; chegavam uns após outros os boletins das curiosas evoluções dos altos personagens; os jornais, baldos de notícias, se ocupavam em referir os jantares e abraços dos generais.

Nesse ridículo açodamento esvaia-se toda nossa atividade. E assim dilatou-se cruelmente a amarga decepção que desde os primeiros arreganhos em frente a Montevideú confrange e angustia nosso pundonor.

Era necessário, porém, acalantar a impaciência pública. Começaram a vir da campanha notícias aterradoras sobre as dificuldades da passagem do rio. Os obstáculos se antolhavam formidáveis; a perda havia de ser imensa.

Improvisados Homeros de caricatos Aquiles preparavam o cenário para a morte de Heitor. A população, sincera e desprevenida, acreditou na descrição exagerada, e aguardou, em solene e grave silêncio, as glórias enramadas de luto da gigantesca batalha.

Correu o tempo.

Enfim, chegou-nos a nova cansada, não da peleja heroica e brilhante, que devia abrir uma longa série de vitórias; mas de um combate no gênero de Cervantes.

D. Quixote, de lança em punho, atacara o moinho paraguaio! Riso e motejo nos lábios de um brasileiro, quando a pátria veste luto?

Este riso, cidadãos, é o riso acerbo da angústia. O prazer dilata a alma; a dor a confrange; qualquer destes movimentos leva a lágrima aos olhos, o sorriso aos lábios. Choramos no auge da ventura; rimos nos transes da maior aflição.

O motejo aqui não passa de uma abusão do espírito. Pensamos aturdir com a zombaria o pesar que nos assola, e talvez submergi-lo no fel que sempre costuma o sarcasmo extrair do coração humano revolto.

Em face do espetáculo contristador do exército e armada brasileira, esbarrados ante os bandos de um caudilho, não há outra expressão para tamanho sofrimento senão o riso.

Pois o general, chefe de um exército, representa o papel de cossaco, para investir, de lança em punho, com um piquete de doze homens, a margem inimiga e explorar os arredores?

Enfim, pisávamos terras paraguaias; o país inteiro encheu-se de júbilo ao receber desta notícia. Desvanecidas as tristes apreensões, apagou-se também o justo ressentimento do passado. O espírito público pairou outra vez na intensa esperança da grande batalha.

Nova e cruel decepção! Avançamos apenas duas léguas em território inimigo e estacamos. Invasor, queda-se o grande exército à sombra da esquadra e não avança um passo. Criou raízes ali nos charcos pestíferos, que envenenam diariamente nossos bravos soldados.

É o invadido quem busca o invasor e esforça para o expelir de seu território. Ligeiras escaramuças e dois combates foram provocados pelo paraguaio. O de 2 de maio, fatal surpresa que patenteou uma verdade já suspeita; a inabilidade da alta direção da guerra. O de 24 de maio, grande carnificina; duas multidões a se

cortarem sem o menor vislumbre de estratégia, ou um esboço sequer de plano de batalha.

Que se batam assim os paraguaios, os argentinos e orientais não há que admirar; são guerrilheiros, nunca foram soldados: seus generais são comandantes de cavalaria; sabem dar a carga e fugir. O Brasil, porém, tinha indeclinável obrigação de fazer a guerra civilizada; a guerra da tática militar, que abrevia a luta e evita a grande efusão de sangue.

Os matadouros de gente, a carnagem feroz de homens, são dos tempos bárbaros e dos povos rudes. A guerra então é vingança; o combate, um assassinato por multidão.

Nobreza exige. É forçoso que o Brasil mantenha seu nome de nação culta e de segunda grande potência da América; ou então se reduza a uma terra de mercadores.

Se o império tivesse um general e um almirante, Lopes estaria vencido a esta hora e Humaitá arrasado, com imensa economia de sangue e dinheiro. Mas, infelizmente, à frente de nossas forças de terra e mar, só vejo uma lança e um sabre; lança valente, sabre ilustre. Mas não bastam!

Para a vitória esplêndida, sóbria de sangue e fecunda em resultados, é necessário a mão vigorosa que saiba manejar os exércitos ou as esquadras, como o bravo Marechal Osório brande sua lança gaúcha, e o denodado Tamandaré esgrime o sabre de abordagem.

Eis o que nos falta; é essa mão.

Tivéssemos estadistas no governo que eles haviam de a ter já adivinhado, embora desconhecida, e talvez mesmo oculta pela modéstia. Os generais não se fazem; nascem; a praça somente serve de os completar e robustecer.

Propala-se que o exército brasileiro não avança; porque lho inibe a vontade suprema do general-chefe das forças aliadas, o Presidente Mitre.

Semelhante razão, a ser verdadeira, é em tudo conforme com o geral desmancho deste tempo. O Tratado da Tríplice Aliança, página infeliz da nossa diplomacia, que talvez seja ainda arrancada dos protocolos brasileiros, essa doação não insinuada de nossa glória, sangue e ouro ao estrangeiro, não foi ao ponto de jungir-nos assim à soberana vontade do presidente da república Argentina.

Cedemos muito; mas parece que ainda não abdicamos a nossa independência!

A mente vacila a quem atenta para as alucinações desta política. Que significação tem a honra nacional para os homens que arrastaram

seu país a esta situação desesperada, iludindo-o com aquela senha venerável a todo o povo nobre e independente?

Atendei, cidadãos, e afrontem-se vossos brios.

Acataram os dominadores a honra nacional, rebaixando o império ofendido ao ponto de enviar seu representante à barraca do cabeça de uma rebelião para solicitar a paz, que facilitasse a negociação diplomática?

Não fora o Brasil um Estado ofendido, podia prestar esse ofício de amizade, como fez Inglaterra. Na posição de ameaça em que se achava colocado, aquele procedimento foi indecoroso e funesto: o infeliz desfecho da questão oriental ali está incluso naquele ominoso germe.

Prestaram culto à honra nacional sofrendo que o chefe de uma divisão da armada brasileira, depois da intimação das represálias, se oferecesse a saudar o pavilhão oriental à simples reclamação do General Flores, e por virtude da caça a um vapor da república?

A bandeira oriental, símbolo da soberania que nos ofendera, e se negara à satisfação exigida; a bandeira oriental, saudada pelas armas brasileiras, já em atitude ameaçadora e começo de hostilidades!... Que ludíbrio!

É respeito à honra nacional o silêncio profundo em que foram de uma vez sepultados os compromissos tomados pelo Estado do Uruguai e garantidos pelo convênio de 20 de fevereiro?

O país se recorda que o General Flores empenhou sua palavra como garantia à severa punição dos desacatos feitos à nacionalidade brasileira. Uma nova missão extraordinária partiu para obter a fiel execução do compromisso. Até o presente somente constou que Muñoz ia bater-se contra o Paraguai, insultando com sua presença nosso exército e profanando com sua participação a nossa causa.

Foi em homenagem à honra nacional que o Brasil, primeira potência da América do Sul, cedeu o comando de suas forças, muito superiores, em número, aos generais de Estados de segunda ordem?

No momento de celebrar-se o Tratado da Tríplice Aliança estava conhecida e limitada a sede da campanha; não podia ser outra senão a área da província de

Corrientes. A cláusula da reciprocidade estabelecida a respeito do generalato, conforme o território onde operassem os exércitos, não passou de uma burla. Foi engodo à nímia condescendência deste povo bom e paciente.

A imperícia e apatia dos diretores da nossa política frustraram, é certo, a previsão dos fabricantes do Tratado da Tríplice Aliança. Nossa fronteira de S. Borja ficou exposta à invasão; uma força paraguaia penetrou até Uruguaiana. Ainda aí, para cúmulo de vergonha, veio o estrangeiro disputar-nos a primazia do comando.

Deu também o governo prova de zelo pela honra nacional, desaforando nossos batalhões para os colocar sob as ordens imediatas de oficiais estrangeiros, roubando ao país a glória e os feitos dessa porção de bravos?

Soldados brasileiros compõem a máxima parte do exército de um aliado, como atestam os documentos autênticos. A auriflama que foram desafrontar não marcha galharda e sobranceira à sua frente, para lhes infundir o orgulho nacional; vai abatida ante os estandartes ainda ontem inimigos, e nunca afetos, embora hoje associados.

Ah! cidadãos!... A pátria madrasta não tinha o poder tirânico de enjeitar seus filhos. Foi coagida a cometer tão grande impiedade. Infligiram-lhe mais este desar.

Basta de desdobrar páginas lutuosas. Praza aos céus que a bala de nossos canhões e a espada de nossos bravos cedo as dilacerem para satisfação dos brios nacionais e reabilitação do nome brasileiro.

Não é preciso compulsar as atas da guerra. Eis a bradar na consciência pública, a revelar-se no geral desânimo, a patentear-se no desgosto do exército e armada, a dura verdade que oprime e esmaga esta situação.

Aqueles que dissimularam os assassinatos perpetrados no acampamento contra os soldados brasileiros, e não exigiam a pronta e severa punição do crime com receio de estremecer a aliança:

Aqueles que, depois de haverem tirado do país levadas numerosas e valentes, deixam apodrecer no acampamento os batalhões e mercadejam as mínimas vantagens que deviam conquistar em múltiplo pelas armas:

Aqueles, finalmente, que expõem o império brasileiro à irrisão do mundo, fazendo-o, há mais de ano, mesquinho e fraco diante da insignificante república do Paraguai:

Esses, maus ou infelizes cidadãos, não são os propugnadores da honra nacional, mas os fatores de nossa vergonha e opróbrio.

ERASMO

IV

É um escárnio, um grande escárnio, o título pomposo de nação livre com que nos ostentam ao mundo.

O despotismo impera no Brasil; a irrisão, que lhe ameniza a forma, inda mais punge a alma do cidadão. A força bruta reveste em sua mesma fereza certa majestade do leão: o escárnio descara a feição ignóbil da inteligência; é o abutre do espírito humano.

Era grave e sincero o antigo despotismo. Oprimia sem reбуço, combatia a rosto descoberto; de um lado o rei, do outro o povo: dois atletas. O rei tinha a dignidade do conquistador; o povo conservava o pudor e brio do vencido.

A grei humana foi assim educada durante séculos para a liberdade. Deus empunhava os reis, como um látigo; *virga mea*, diz a santa escritura. Sua mão onipotente fustigava com este instrumento de castigo os povos corrompidos.

Agora o povo se fez homem; à infância sucedeu a virilidade. Aquele despotismo franco e decidido só pode reinar entre as nações que vivem ainda na penumbra da civilização.

Na esfera da luz, a clausura de um povo tornou-se impossível.

A liberdade não é mais a seita de uma raça, é o catolicismo político: enche o universo. O despotismo já não pode viver no seio da civilização, senão sob a máscara; fez-se hipócrita e reina pela astúcia.

Se fosse possível erigir atualmente uma das antigas monarquias absolutas, breve esse país ficara reduzido a uma grande solidão de homens; só permaneceriam os que nascem para servir; os cidadãos buscariam em qualquer canto do mundo nova pátria.

Não vos fascinem, pois, brasileiros, as fosforescências de liberdade que cintilam a furto no seio desta noite sinistra de nossa existência política. São os fogos fátuos do mau espírito, que nos extravia.

A franqueza com que profiro estas verdades; a audácia de me dirigir ao povo, nome agoureiro que estremece a gente dominante; cuidais vós, cidadãos, que sejam sintomas de liberdade?

Ilusão!

A poderosa liberdade do pensamento, garantida pela constituição brasileira, a voz solene e vibrante do povo, não é de nosso país. A imprensa e a tribuna existem entre nós por mera complacência: há tolerância e favor, direito não.

Escrevemos sem prévia censura ou confisco, porque nos relevam semelhante fantasia. É um fôlego para que a opinião comprimida não sufoque, destruindo o sainete da opressão. Realmente o despotismo sobre a matéria bruta deve ser monótono e charro; o picante está na relutância.

E corre porventura a gente do governo algum risco por causa dessa condescendência que usam com os espíritos inquietos?

Nenhum por certo. A dose de liberdade de pensamento que nos coube em partilha é mínima, e muito inferior àquela que Napoleão III outorgou ao povo francês. Não se discute naquele país muita coisa que entre nós está ao alcance de qualquer; não há direito de exame sobre as instituições e atos do governo.

Mas que importa? A opinião é incompressível; através das restrições em que a pretendem encerrar, escapa uma palavra, um grito, um sarcasmo. É a gota de óleo que filtra do vaso e cai sobre a tela: insignificante agora, logo se propaga com incrível rapidez. E a grande nódoa aí fica indelével no espírito público.

Demais nesse foco de civilização que abrange o centro da Europa, nenhuma ideia pode ser abafada. Se a sopitam ali no solo francês, ela mina surdamente e vai fazer explosão além, na imprensa inglesa, belga ou alemã. A opinião que se quis desviar de seu curso reverte com força maior.

Em uma população ilustrada e ativa a absorção da ideia se faz quase instantânea. Cada cidadão é um poro que perspira e transpira incessante esse ambiente vital do povo, que se chama opinião.

Quando, porém, a população jaz na indolência, ou está ainda em geral submergida na ignorância, o pensamento não pode livremente circular. Por maior força que o revista, ele não penetra jamais a flácida superfície da indiferença.

Quanta influência tem no país a aluvião de palavras, que diariamente se despenha da tribuna parlamentar ou se espraia na imprensa?

Que peso exercem no espírito público as lições da sabedoria e experiência do conselho dos anciãos, ou a palavra magistral e ungida pela sinceridade, de um venerável Itaboraí ou de um provector Pimenta Bueno?

A influência e o peso da gota d'água.

Nem ao menos é a gota na lápida rija, onde sempre cava à força de bater; *guta cavat lapidem*. Não passa de um pingo no oceano ou da réstia no bojo amplo, *in gurgite vasto*. É o imperceptível no imensurável.

O governo descansa, pois, tranquilo a este respeito; imprensa e tribuna são inocentes folguedos para o nosso povo menino. Brincando esse jogo de liberdade, não cura ele do bem real.

Também o imperador dos franceses concedeu aos seus súditos o sufrágio universal e consta recentemente que o rei da Prússia deseja imitá-lo. É uma teteia política semelhante à nossa imprensa livre.

Se alguma vez aparece uma travessura mais forte que de leve incomode os dominadores, sabem eles o segredo infalível de a aplacar imediatamente. Murmuram ao ouvido alguma insinuação e depressa passam adiante; excelente meio de deixar atrás a censura.

Um exemplo. Estas cartas parecem a alguns dos nossos senhores, inconvenientes, a outros extravagantes. Nenhum deles, porém, afianço, ousará contestá-las. E para quê? Basta-lhes soprar na dócil consciência dos satélites; e em breve um sussurro se derrama pela cidade.

Esse sussurro não diz, mas infiltra, de uma banda, que estou fazendo a propaganda do absolutismo; da outra, que provoço o povo à revolução. Como a novo Proteu me emprestam mil formas: ora me apontam através dos reposteiros imperiais, ora julgam roçar-me nas escadas grimpantes do poder.

Deplorável país, onde não concebem o povo senão como o tapete rapado dos dominadores, ou o teto do edifício social que abate; inerte ou revolucionário, lesma ou hidra.

Abominável tempo, no qual é áulico todo cidadão que tribute justiça e respeito ao monarca; e plebicola aquele que esforça abalar o povo para o arrancar à indolência.

A verdade, porém, é, que tais infiltrações subterrâneas da aleivosia no espírito pensante do país são mais poderosas que a palavra enérgica do escritor atirada

às turbas. A chama desta se apaga caindo de arremesso no chão; a faísca da outra vai se propagando, sempre e surdamente.

O povo lê pouco, mas escuta muito o que se diz em voz submissa. Crede-me, pois, vós, que me ledes, antes por curiosidade do que

por patriotismo; crede que não somos um povo livre. Temos, senhores, pela unânime e tácita aclamação da indolência nossa. A fantasmagoria parlamentar que existe no Brasil não é, como lhe chamam, governo representativo, sim representação de governo.

Cause ela algum embaraço maior; o pano cairá; e os espectadores da comédia que recolham ao silêncio, à sujeição, à obediência passiva. Com uma só palavra suprimiram a imprensa, a tribuna, o voto, o júri, todas as instituições democráticas de nosso estatuto fundamental.

Duvidais acaso?

Não vos arrastaram a uma guerra desatinada e imprevidente? Não vos carregaram com o peso enorme de uma dívida espantosa? Não escarnecem de vós há um ano, deixando-vos sem instrumento de permuta para as primeiras necessidades? Não zombam de vossa longanimidade distinguindo de preferência com honras e títulos os homens que comprometem a pátria? Não menoscabam diariamente o parlamento reduzindo-o a uma aula de controvérsia?

Que fizestes?

Sofrestes impassível. Assim haveis de sofrer que vos arranquem um por um os trapos de liberdade que mal cobrem já as vergonhas de um país, livre nascido, e fadado para altos destinos.

Não tendes consciência da força imensa que reside no povo, como o tufão encadeado no seio da nuvem! A opinião é a rainha do universo; sua pujança é irresistível; sua majestade, esplêndida. Fazem-lhe a corte os monarcas e príncipes, os célebres e ilustres. Quanto há de grande e sublime na terra se acotovela no supedâneo desse trono popular.

Oprime-se um povo que se levanta armado para a luta; decepa-se o braço da revolta como se corta um madeiro; varre-se a multidão na praça como se arrasa a mais elevada montanha.

Não há, porém, na terra, poder capaz de abater um povo que pensa e quer energicamente: um povo robustecido pela convicção profunda da soberania e

solidado com a firme adesão das ideias. Este é o Anteu da civilização moderna, para o qual Deus só criou um Hércules, o direito.

O povo brasileiro tem na sua história a viva experiência das duas forças: a força bruta e material da revolução; e a força inteligente da opinião.

Todas as vezes que o braço popular se armou neste país para a revolta, caísse ele abatido pela autoridade, ou se repousasse depois do triunfo, o efeito constante e manifesto foi sempre um passo avante na degradação da liberdade brasileira.

Parta-se da independência.

Em 1824 houve a revolta de Pernambuco, logo debelada. A consequência ninguém a ignora: D. Pedro I, que de sua própria iniciativa oferecera à recém-criação uma constituição eminentemente liberal, profanou sua bela obra, criando os tribunais de sangue chamados juntas militares.

A constituição deflorada em seu berço: eis o fruto do primeiro erro.

Em 1831 a revolução ergueu o colo na capital do Brasil. O fundador do império não aceitou a luta com a pátria que ele criara; de todos os rasgos de heroísmo de que está cheia sua vida, nenhum foi mais do que este sublime. O povo triunfou sem combate.

Marchou, porém, a liberdade depois do sete de abril?

Passados os primeiros entusiasmos, achamos em 1837 a nação a de bater-se nas garras da anarquia. O partido liberal, impotente para defendê-la, se retirava do poder esmorecido: o partido conservador a salvou.

Em 1840 um sopro de agitação, uma efervescência popular, passou; desta vez não se tratava de abdicação, sim de coroação; era a revolução imperial. O partido que a promovera cedo recebeu a punição de sua culpa; o poder que havia conquistado infringindo a constituição escapou-lhe das mãos.

Tentaram os liberais apoderar-se dele no campo da batalha. Minas e S. Paulo se armaram; foram vencidas; e das cinzas da revolta nasceram todas as leis homicidas da liberdade, que hoje nos parecem opressivas e naquele tempo foram salvadoras. Depois de 1842 a liberdade declinava sensivelmente no país; em 1848 começou a agonizar.

A revolução armada, pois, é, no Brasil, o que há sido em toda parte, a febre da liberdade; febre maligna, que traz a vertigem, o delírio e finalmente a consumpção.

Outrora, em tempos que fogem de nós, a árvore da liberdade carecia de ser regada com sangue para florescer. O pensamento não tinha então as asas da imprensa para voar e devassar o mundo; a consciência do povo estava selada à palavra do apóstolo do século, o escritor.

Era necessário, pois, que o pensamento se fizesse história e a palavra tradição; essa elaboração chamava-se martírio. O impostor de ontem era profeta no dia seguinte ao do suplício; as obras e as falas de sua vida, repassadas pelo mistério solene da morte, se gravavam fundas na memória das gentes.

Eis porque o sangue era então fecundo e hoje estéril; mais que estéril, corrosivo e fatal.

Atualmente o solo gordo e pingue, onde viça a liberdade, é aquele que rega o suor do povo, sal fecundo, que borbulha na frente durante as horas da meditação, e escorre do braço robusto do operário.

Se o povo brasileiro quisesse com firmeza, ele havia de ser um povo livre, e sem muito esforço. A vontade nacional exerce grande influência magnética. Não há quem se atreva a subjugar uma população possuída do vivo sentimento de sua dignidade.

O Brasil quis com veemência e afinco a independência, a monarquia, a constituição; teve-as sem grande luta, unicamente pela solene imposição de sua atitude sobranceira e inabalável.

No seio das convulsões que sucederam a 1831 o espírito público aderiu poderosamente à coroa cingida pela cabeça loura do infante imperador, estirpe tenra ainda da dinastia brasileira.

Nenhuma das muitas ambições recônditas, que sem dúvida borbulhavam nessa ebulição dos espíritos, ousou vir a lume. A opinião pública, exuberância da vida social, rebentava por todo o país e sufocava qualquer leve aspiração republicana.

Infelizmente parece que o império já não é capaz dessa vivaz energia, que outrora rebordava em suas manifestações. Demasiava-se ele então na atividade, juntando à palavra o gesto, à ideia o fato. Excede-se agora na apatia incompreensível; sobre a imobilidade a mudez; sobre a inércia a atonia.

Sagaz é a oligarquia que domina o país. Sente que se despisse o governo dos falsos ouropéis e lantejoulas de liberdade, com que o costumam decorar, a opinião política humilhada se revoltara.

Esmeram-se por isso em manter o povo na doce ilusão de que é livre. À sombra de uma constituição que consagra em sua plenitude a soberania da nação, com um parlamento eleito pelo voto quase universal, e uma imprensa que vai até o escândalo e a licença; quem não verá

nessa perspectiva a miragem brilhante do governo representativo? Descarne, porém, o vulto; tire à luz o esqueleto; e olhe. É governo representativo, como o autômato é homem; move-se, fala, calcula; tem a máquina no ventre; a vontade está na mola-poder, a razão no pêndulo-conveniência.

O povo brasileiro entra em si, examina seu país; compara-o com os outros regidos pelo sistema representativo; vê, pelo prisma da ilusão, que possui todas as instituições radicais da liberdade, sem a aristocracia de raça da Inglaterra, nem a demagogia onipotente dos Estados Unidos.

No trono contempla o vulto de um monarca, homem probo, príncipe liberal e ilustrado, rei justiceiro e clemente. A torva suspeita ou o validismo odioso não flutua nessa região imperial; as névoas, que a turvam às vezes, não as impele a paixão; vêm da nímia prudência.

Na geração de estadistas e políticos da atualidade, lobriga o povo entre a chusma das mediocridades, homens eminentes, de quem o nome se prende à melhor página de sua história, administradores de cujo tino e experiência há lição profícua em nosso passado. Deles alguns dirigem neste momento o país.

Com todos estes elementos, com a nação soberana, o monarca excelente, e instrumentos de boa têmpera, o povo, não achando em si a fruição da liberdade, abate-se; não sabe a que atribuir esse mistério;

lança-o à conta da fatalidade; descrê de si e da raça de que provém. Como o enfermo, que um mal oculto vai sutilmente corroendo, langue, definha, sucumbe.

Não sabeis o que vos falta, brasileiros? Quereis que o repita ainda uma vez?

Sois uma bela estátua de varão-povo que Deus amassou desta forte argila americana. Só vos falta a inspiração do sopro vital, *spiraculum vitæ*: alma e consciência nacional; opinião.

ERASMO

V

Em um de seus memoráveis discursos sobre a guerra da América, lançava um impetuoso orador inglês do alto da tribuna estas formidáveis imprecações:

“O parlamento está inteiramente morto aos sentimentos de seu dever e dignidade, que sanciona medidas tão culposas e absurdas: medidas, senhores, que reduziram este florescente reino ao desprezo e à vergonha! Há dias podia a Inglaterra fazer face ao mundo inteiro; hoje seu destino é digno de compaixão!” Depois exclamava aquela voz severa:

“Não conseguireis, senhores, não conseguireis submeter a América. Em que estado se acham ali os negócios, dissei? Ignoramos o pior; e contudo sabemos que três campanhas custaram muito e nada produziram. Ponde tudo em jogo, enrijai as forças, concentraí os recursos, estendei o tráfico até as carnificinas dos déspotas da Alemanha; e eu vos afirmo que todo o vosso empenho será vão e impotente, tanto mais quanto contaís sobre mãos mercenárias!”

Ao homem audaz que assim exprobrava a pátria do seio da representação nacional e lhe expunha em face até onde se havia ela aprofundado na vergonha, na humilhação, ao petulante orador cobriu acaso o estigma e ódio de seus concidadãos?

Oh! A Inglaterra é um país de liberdade e opinião. A estima e respeito público acompanharam sempre em todas as vicissitudes aquele vulto eminente. Nenhuma voz estulta se arrojou a insultá-lo, negando-lhe jamais um coração inglês. Ao contrário, o povo acatava nele a mais bela e venerável personificação dos brios nacionais.

Se há nome, com efeito, de que a Inglaterra livre se deva orgulhar, é o de Chatham, o maior de seus oradores e o mais nobre entre seus grandes caracteres.

Alma romana, apurada pela civilização moderna, sentia-se nela, através dos entusiasmos de uma política vasta e liberal, a antiga rijeza inflexível do cidadão por excelência. “Seu objeto, diz um biógrafo ilustre, era a Inglaterra: sua ambição, a fama.”

Em 1778 já a França tinha reconhecido a independência dos Estados Unidos; o governo britânico hesitava em declarar a guerra àquela potência e solicitava uma aliança com a Holanda. A fulminante eloquência de um grande orador troava assim no parlamento:

“Que é feito do antigo espírito da nação? Onde está sua bravura, onde seu heroísmo? Acaso exauriram também os ministros seu caráter, consumindo o último real do tesouro? Não se envergonham de contemporizar como fazem em seu procedimento com a França?”

Mais enérgica ainda foi nesta apóstrofe:

“Jamais, enquanto rojardes vilmente aos pés da França sem ousar erguer a frente para defender-vos, jamais a Holanda aceitará vossa aliança! Jamais, enquanto conservardes os atuais ministros, ela fará causa comum convosco! Não há potência tão cega na Europa, nem tão insensata, que se alie à fraqueza e à bancarrota. Não há tão estulta que se associe à obstinação, ao absurdo, à imbecilidade.”

Quem foi este inglês degenerado e mau cidadão, que na difícil situação de seu país, no meio das calamidades, cometia o crime de acumular novos embaraços ao governo? Porventura a indignação pública não fez justiça cabal a esse aventureiro, que jogava a honra da pátria na partida ministerial?

Chamava-se Fox o ilustre estadista e orador eminente. Ninguém o excedeu no patriotismo; alma tão cândida e leal, dificilmente se encontra no seio das intrigas políticas, onde a ambição tantas vezes se traja com as vestes da impostura e baixeza. Suas palavras veementes acordaram o governo da abjeta indolência, e nesse mesmo ano a guerra foi declarada à França.

Em tempos recentes, durante a questão do Oriente, houve em Inglaterra um jornal que diariamente expunha ao povo inglês e ao mundo inteiro os erros crassos cometidos na Crimeia pelos generais britânicos. Nada escapava à sua análise rigorosa; sem ambages, nem reticências, fazia o paralelo dos dois grandes exércitos aliados e mostrava a incontestável superioridade da França.

Estaria esse escritor vendido ao ouro francês para deprimir por semelhante modo as coisas pátrias, exaltando o estrangeiro rival? Visaria acaso o aventureiro a algum fim ignóbil, como o de subir ao poder, fazendo capacho da dignidade nacional?

Quem assim compreendeu sua alta e nobre missão foi o primeiro órgão da publicidade em Inglaterra e no mundo, o gigante da imprensa diária, o jornal-rei. Lord Raglan teve o arrojo de ameaçar o correspondente daquela folha de o fuzilar se ele não cessasse com sua incômoda espionagem. Do alto das formidáveis colunas, o Titã da opinião desafiou o general a que levasse a efeito sua despótica ameaça.

O correspondente permaneceu no acampamento e continuou a escrever para o Times. O general britânico recalcou suas iras, curvando a cerviz aos decretos da opinião soberana. Aplacado o orgulho e a obstinação, o espírito cordato reconheceu a justiça das censuras; a energia, antes consumida em nociva relutância, foi melhor empregada em reparar os erros cometidos. No fim da campanha a Inglaterra estava na Crimeia ao nível de seu nome: a imprensa havia salvado sua honra comprometida.

Quanto atenta o patriotismo essa atmosfera saturada de liberdade e constantemente renovada pela discussão! Aí nutre-se a alma das grandes virtudes cívicas; o talento se forma ao impulso de uma atividade fecunda. É nessas regiões puras que se desenvolvem duas criações raras no mundo: o povo e o estadista. Fora delas aparecem apenas goradas tentativas; multidões e ministros.

Infeliz país o meu, onde o cidadão que levanta a voz para arguir os erros deploráveis cometidos em uma guerra infausta é logo coberto com o baldão e o insulto! Seja banido da pátria esse réprobo político, desde que ousou tocar com mão sacrílega o paládio inviolável.

A honra não é mais o sentimento da própria dignidade; o decoro que reveste as ações nobres, obrigando o mundo ao respeito e veneração, não é mais nem a gala da virtude, nem o orgulho do dever, nem a consciência do direito.

Para os defensores desta mísera atualidade reduz-se ao mistério, à dissimulação, à impostura enfim. Um cavaleiro ofendido em seu pundonor mostra-se túbio na desafronta do ultraje. Os indiferentes começam já a estranhar semelhante frouxidão.

Não se dirijam, porém, os amigos sinceros do ofendido ao seu coração, para o advertir com severidade e excitar-lhe os brios. Fugam de tão feia traição! O meio de preservar a reputação vacilante é o segredo.

Saiam à direita e à esquerda, extorquindo com rogos ou ameaças o silêncio de todos!

Semelhante procedimento, que é o do governo em relação à guerra atual, seria ridículo, se não inspirasse, por desgraça nossa, profunda lástima. Punge cruamente ao coração brasileiro que a dignidade nacional, de sublime virtude, descesse no ânimo dos dominadores ao torpe vício da hipocrisia.

Desde o princípio da guerra que todos os esforços convergem a acamar sobre as nossas questões internacionais essa crosta espessa de silêncio e mistério. Acumularam grande provisão de falsas iras patrióticas para extravasá-las sobre

o sacrílego que ousasse profanar o arcano. Passou a dogma que, na emergência de uma guerra, não se deve preferir uma palavra ou balbuciar um receio, para não criar embaraços ao governo.

Esta heresia se escreveu na imprensa de um Estado livre; ecoou em uma tribuna que ainda chamam parlamento. E quando tais blasfêmias se articulavam ante o país, um assomo da indignação popular não esmagou com desprezo merecido esses falsos apóstolos que renegavam a opinião e abjuravam da publicidade!

De modo que é justamente no momento mais grave de sua existência; quando, para defender a soberania e dignidade ofendidas, carece a nação de todas as suas faculdades e órgãos; é nessa ocasião suprema que a aleijam e mutilam!

Cega para não ver o abismo para onde a arrastam; surda para não ouvir a murmuração e escárnio dos estranhos; pasma para não ter consciência do que sofre; eis como deve ser, ao molde desta desgraçada situação um Estado livre em tempo de guerra. Seus senhores lhe fazem a honra de governá-lo, nas horas vagas deixadas pelos arranjos particulares; não há mister que ele se preocupe com seus destinos.

Se for preciso o imposto de sangue, estenda a pátria o colo para que lhe abram a veia; se houver necessidade de a acabrunhar com o peso das contribuições, vergue ela os largos ombros, como uma besta de carga, para suportar o fardo.

À sombra funesta da extravagante doutrina, reina o despotismo infrene. Basta que alguns títeres do xadrez ministerial provoquem uma guerra intempestiva, para que se achem logo, por virtude de seu mesmo crime, investidos de uma perigosa ditadura. O estado beligerante é um estado de alienação para o povo; torna-o incapaz.

Que por parte do governo e seus adeptos se apregoassem tais princípios não é coisa para admirar. O que espanta é o silêncio pensado da oposição, tanto na imprensa como na tribuna. Muitas vezes, é certo, se há tocado no assunto da guerra, mas o pensamento resvala sutilmente pela superfície e teme-se de penetrar a cútis dessa questão soturna.

O país não vê o aspecto medonho da situação: ilude-o a perspectiva falaz do parlamento e do jornalismo. Se alguns rasgos da luz sinistra lampejam, logo desmaiam ante a contestação do governo e se apagam afinal. As causas dessa abstenção variam.

Há uma classe de estadistas que sacrificam muitas vezes o bem público à sua ambição. Mesmo na oposição capricham eles muito em concertar as dobras de

sua toga pretexta, para se mostrarem sempre, e em qualquer circunstância, homens de governo. Não querem também preparar para si o leito de Procrusto.

Esses candidatos eternos ao ministério fogem espavoridos da questão tão melindrosa da guerra como de um antro. Para a tratarem, deviam molestar as suscetibilidades dos aliados, ofender o amor próprio dos generais, excitar enfim uma grande celeuma, que os afastaria das faldas do poder, onde levantaram a tenda.

Outra classe, menos acessível às altas ambições, é influída por sentimentos pessoais; pelo interesse ou pelo temor. Uns não falam das coisas da guerra porque algum fio os prende a essa grande teia; uma porção deles ou da família ganha com o favor de certos personagens. Outros receiam a lógica da difamação, com que usualmente se argumenta e responde aqui à justa censura.

O poder da difamação é como o poder do patronato, uma instituição gerada em nosso país da degeneração do sistema representativo. O escândalo aguça até a mesma atenção pachorrenta dos bons: os maus, esses aplaudem sempre a queda de uma reputação; a calúnia para eles equivale a um nivelamento de caracteres. Assim forma-se uma populacidez, que bafeja sempre os escritos injuriosos. O insulto tem voga certa; a defesa é sediça e monótona.

Não estranhem, pois, que cidadãos de coragem tremam desse assassinato moral, impunemente cometido na maior publicidade. Sua honra preservada durante uma existência inteira, provada por cruéis vicissitudes, recatada às vezes com escrúpulo excessivo, pode afogar-se de repente nos vômitos da calúnia.

Se fosse ao menos um exagerado patriotismo que produzisse essas explosões de ultrajes! Mas as paixões políticas, nobres em geral, não entram nisso; são os mesquinhos sentimentos do indivíduo; as duas mãos do egoísmo, a vingança e a cobiça, que amassam semelhante fermento. Frequentemente atacam as instituições e escarnecem das leis: o primeiro magistrado da nação é vítima de alusões torpes, que revoltam. Ninguém sai a punir estes desvarios; os jornais aonde são levados não escrupulizam em dá-los à estampa.

Toque-se, porém, nos atos de um ministro, diplomata, general ou almirante; todos os obstáculos se erguem à manifestação do pensamento: escasseia o espaço ainda mesmo comprado; e um bando de corvos se abate logo sobre a vítima que os assanha.

A última classe dos que evitam a questão da guerra é a dos estadistas prudentes e cheios de abnegação. Receiam que, patenteando a verdade inteira ao país, ele

sucumba sob o peso da vergonha; e, desenganado cruelmente de quem o governa, recuse os subsídios indispensáveis para vingar a honra nacional.

Sem dúvida enxergam mais longe os consumados estadistas; mas penso eu que os ilude sua mesma prudência.

Este povo, que respondeu generosamente ao apelo de um gabinete inconsiderado, e acudiu pronto em defesa de seus brios, não obstante os erros da política dominante; este povo, cheio de pundonor e heroísmo, não esmorecerá ante as mais duras provanças para desafronta de sua dignidade.

Qualquer que seja a profundez do abismo tão cuidadosamente encoberto, e a enormidade do sacrifício necessário para a conclusão da guerra, nenhum brasileiro hesitará, desde que o poder se ache em mãos hábeis e vigorosas. Haja um governo na altura do Brasil, e o povo se elevará imediatamente ao nível dessa política superior.

O que desfalece o coração brasileiro é o desatino que preside ao desenvolvimento da crise mais assombrosa por que já passou o país. Quando a cada passo se observa o esbanjamento dos dinheiros públicos, a dissipação das forças do Estado, o atropelo erigido em atividade, a inércia com foros de prudência; quando esse torvelinho de erros e escândalos produz na mente pública uma vertigem; então, sim, há motivo para temer-se o súbito desânimo do país.

A população, acabrunhada pela humilhação, pode recusar-se a vaziar o sangue e o suor, que não serve para vingar sua honra; porém só para encher os vampiros e acrescentar glórias ao inimigo. Sim; quanto maiores esforços se exigem do país para vencer o Paraguai, mais vulto se dá à insignificante república, que o Brasil bem dirigido houvera esmagado em alguns meses.

Temam, pois, os provectoros estadistas o desânimo geral, se continuar o silêncio sobre as coisas da guerra. Para evitá-lo patenteiem a verdade ao povo; penetrem eles, que têm a força e os meios, na cova de Caco onde some-se o nosso ouro; destrincem a política enredada e confusa que enleia o país.

É o maior serviço que podem no transe atual prestar à sua pátria. Afrontem com bizzarria a difamação, se ela ousar abrir as fauces e mordê-los. Para recalcar o mau fermento deste presente, têm eles o testemunho de um longo passado sem mácula e o juízo do futuro.

No meio do profundo silêncio que sepultava essa, a mais perigosa das ulcerações nacionais, advertiu-me um íntimo remordimento de meu dever de cidadão. Seria uma traição e uma covardia recusar à pátria, mãe política, e à

futura geração, herdeira de nossa grandeza ou miséria, o débil esforço da escassa inteligência.

A voz do egoísmo murmurou. Com a previdência do receio desenhou a perspectiva que me esperava; o despeito e insulto dos ofendidos; a sonolenta pachorra da atenção pública; a fadiga do trabalho; e a decepção do espírito aos arrancos com a matéria bruta.

Do outro lado a voz da afeição recordava que no turbilhão dos acontecimentos contemporâneos andavam de envolta pessoas estimadas. Respeitasse eu embora o santuário da vida privada, havia de magoar-lhes o coração.

Triunfou o dever.

Tudo lhes ofereci em holocausto. Só faltou atirar a minha individualidade à praça pública, para que aí servisse de pasto à maledicência. Não o fiz por motivo muito longe do temor; era mais uma difamação inútil, mais uma ceva para as paixões abjetas.

Que importam à causa pública as injúrias que porventura se lancem sobre um indivíduo? Que vale para a opinião o nome obscuro e desdenhado de um escritor, se não reflete luz, antes projeta sombras sobre suas ideias?

Há uma circunstância grave em que o anônimo é uma emboscada, recurso vil do covarde; é quando se ataca a individualidade. Mas na arena da vida pública o cidadão torna-se uma ideia ou ato político; para combatê-lo lealmente servem as mesmas armas.

Submetendo-me a consciência a esse preceito de respeitar o recesso inviolável da vida privada, tenho o direito de cobrir-me com a guarda do mistério, que, arredando para longe a minha individualidade, deixa a razão em sua plenitude e serenidade.

Esta longa expansão, brasileiros, não é resposta a murmuradores; na altura a que sobe o escritor para tratar de vossos máximos interesses não descobre esses infusórios das águas turvas. Quando, porém, se consuma um fato de suma importância, a consciência, embora aprovasse antes a intenção, desperta outra vez, e mais severa, ante a realidade.

Depois de ter escrito as duras verdades que lestes sobre a guerra, sentiu a mente um soçobro. Teria a indignação sobrepujado o critério, transviando a palavra? Correria da pena fel que não devia ser espremido de um coração brasileiro? Divulgara eu coisas reservadas e por todos ignoradas?

Carecia de um desabafo ao espírito inquieto. Felizmente a consciência passando e repassando em seu crisol as verdades que enunciei não achou fezes a escumar. Quanto avançou a respeito da guerra é a evidência; evidência dos fatos oficiais; evidência de sua lógica inflexível.

No momento mesmo em que escrevo estas linhas a notícia de mais uma vergonha vem infelizmente encher-me de razões. Eu sacrificara com júbilo meu amor próprio e aplaudira os sucessos que desmentissem minhas palavras severas.

Mas o nosso exército continua enterrado nos mesmos pântanos e sempre insultado pelo vil paraguaio. O Brasil, a primeira potência da América do sul, depois de um esbanjamento louco dos dinheiros públicos, não tem canhões para bombardear o inimigo; e a ele, o selvagem acossado na furna como o tigre, não faltam armas aperfeiçoadas, de longo alcance, para bater-nos na mesma distância!

E a esquadra permanece mera espectadora; seu almirante contempla esse quadro lúgubre com a mesma impassibilidade com que o sofrem aqueles que o mantêm à força e de nome no posto abandonado e devoluto.

Prosseguirei pois no meu empenho. Podem os gritos desgarrados estrugir no intento de me atordoar; pode a estudada indiferença fingir que não percebe estas folhas esparsas; pode a alta imprensa (com exceção do órgão mais ilustrado e mais generoso adversário, o Mercantil, que teria melhores pretextos à esquiva) recusar a estes escritos a cortesia que não nega às futilidades insossas; nada me fará arrefecer a coragem.

Estas páginas ficarão; elas hão de ser mais tarde livro, como as outras. Nas estantes empoadas de alguma livraria aparecerá um recanto onde jazam no esquecimento. Algum dia longe, serão descobertas pelas escavações de futuros antiquários.

Então a nossa descendência, corrida de vergonha pelas tradições humilhantes desta atualidade funesta, pasma da tibieza do espírito público ante uma série interminável de revoltantes escândalos, acabrunhada com os males que sobre ela acumularam nossos erros, se abrigará à sombra destas páginas esquecidas, pobres de talento, mas ricas de sinceridade.

Como elas não levam um nome e são lidas ainda por algumas centenas de individualidades, todos os futuros brasileiros poderão murmurar esta palavra de consolação: “No meio de tão profunda obliteração do senso nacional, nossos pais conseguiram preservar-se do mal; foram eles que levantaram este enérgico protesto.”

E assim ao menos salvar-se-ão os créditos de uma geração, e sobre a memória dos pais não recairá a maldição dos filhos.

ERASMO

VI

A ansiedade pública se dilata neste momento em uma grande interrogação.

Que princípio mantém esta incrível atualidade?

A confiança imperial é sem contestação a base larga da situação; fugisse ela, que todo o laborioso mecanismo tombara por terra e submergira-se no esquecimento, se não fosse no geral desdém.

A coroa está, porém, revestida de uma presunção tão forte de sabedoria que somente cede à sugestão da própria consciência, ou à soberania do voto nacional. Deve, pois, o cidadão acatar o ato do poder irresponsável, como o alvitre de uma razão mais esclarecida; não ficando contudo seu espírito privado do direito de investigar o motivo que opera com tal energia na vontade imperial.

Esse motivo não pode ser um mero arbítrio; cumpre buscá-lo na esfera do governo parlamentar, entre as causas que atuam sobre as evoluções do sistema representativo. Seria difícil a um espírito desprevenido atingi-lo; porém o governo diariamente jacta-se dele.

O voto da maioria parlamentar, e o apoio da opinião pública; tais são as duas muletas a que se arrima o gabinete de 12 de maio.

A maioria constitui sem dúvida o princípio da legitimidade do governo; ela forma o acervo de individualidades de que se extrai a lei, suma e essência da vontade universal. Como todas as forças humanas, essa do número está sujeita a decair e depravar-se.

De que espécie é a maioria parlamentar que sustenta o gabinete? Começo por despojá-la de seu pretensioso título; não se pode qualificar a atual maioria de parlamentar: é manca; existe apenas no ramo temporário da legislatura; e, se este representa o elemento democrático e se renova periodicamente, está não obstante em nosso país mais sujeito a corromper-se. Quem o duvidar lance os olhos para o senado, onde tão rara é a defecção; e coteje esse exemplo de

coerência com a mobilidade de uma câmara que toma anualmente nova fisionomia.

Essa mesma truncada maioria não é sequer homogênea e compacta. As matérias mais estranhas entram em sua composição. Aí estão juntos os verdadeiros partidistas, conservadores ou liberais, espreitando o momento já tardio da completa discriminação; os netos da velha de Siracusa, resignados ao mal com receio do pior; os descrentes, que, perdida a confiança nos homens, se deixam arrastar pelo fluxo dos acontecimentos; e finalmente os progressistas, ainda imbuídos na grande utopia do terceiro partido.

Com tantos e vários elementos não excede essa maioria ao mesquinho algarismo de quinze votos! Tal é a força imensa que sustenta inabalável o gabinete, não obstante a poderosa gravitação que o arrasta! Toda a sabedoria e razão nacional está por certo encerrada nessa meia dúzia de augustas cabeças, que assim decidem dos destinos da pátria! Oito figuras, oito apenas das mais insignificantes da governança, podiam amanhã por uma travessura desmoronar a gigantesca mole.

A que se reduz o sistema representativo pervertido de sua verdadeira índole? A uma caricatura disforme de governo parlamentar, onde a magna questão da salvação e honra de um povo se decide pela maior ou menor aderência do toro de meia dúzia de senhores ao assento das poltronas legislativas!

Em conclusão, tem o gabinete maioria: é justo que governe.

A outra muleta do governo, o apoio da opinião pública, creio eu que se traduz pela adesão ou simpatia da imprensa da corte. Essa força a tem o governo incontestavelmente; o jornalismo fluminense é todo ministerial. Apenas desde algumas semanas os liberais tiram a lume uma pequena folha com um grande título; da parte dos conservadores reina profundo silêncio; dir-se-ia que emigraram por uma vez da imprensa.

Entretanto examine-se de perto para conhecer o que vale no fundo o apoio prestado ao governo pela alta imprensa da corte. Dos três grandes diários, um tem por princípio e hábito antigo de sua marcha aceitar sempre os fatos consumados como a expressão mais sã da verdade em matéria política; os dois outros estão por circunstâncias acidentais nas mãos de amigos da situação; eles exprimem dedicações pessoais e nobres sacrifícios em prol de uma causa.

Mas aquele entusiasmo generoso que borbulha sempre, como o suor, da fronte inspirada em grandes convicções; aquele afogo que vaza a ideia ainda tépida do calor d'alma; já não sente-se ali naquelas colunas em que outrora abundava. A

fé desertou do jornalismo também; as centelhas que ainda luzem a espaços vêm da amizade, não mais da comunhão política.

Se, em favor da atualidade, concorrem as duas grandes razões invocadas, a maioria de quinze votos e a adesão de dois jornais amigos; contra se produzem objeções formidáveis, às quais admira pudesse o gabinete de 12 de maio resistir um curto momento.

Na esfera legislativa se encontra a primeira, o senado, onde o ministério está em considerável minoria. Desde anos que se trata de arredar esse obstáculo incômodo ao trem veloz da política progressista; convém que passe adiante a bagagem de reformas e inovações dos recentes estadistas.

Os extremados, homens de grandes medidas, propõem logo um corte na vitaliciedade do senado; os moderados se inclinam antes à desautoração política da segunda câmara. Em sua opinião é somente no ramo temporário da legislatura que se deve pôr a questão de gabinete, visto que em relação a ela tem o poder o corretivo da dissolução.

Há alguma verdade nessa doutrina, mas travada de um grande equívoco. Sem dúvida o senado, pela sua organização, despido da iniciativa das leis ânuas e encargos mais onerosos à população, afastado da urna, fonte viva da opinião, não exerce, como o representante imediato da soberania nacional, uma influência direta no governo.

Em compensação, porém, está essa corporação respeitável investida de uma fração do poder moderador; ela exerce como o imperador um veto sobre as deliberações da outra câmara. Este veto nenhuma disposição constitucional inibe que se estenda a qualquer ato, seja uma simples lei regulamentar, seja um orçamento ou fixação de forças.

A doutrina contrária equivaleria à mutilação das atribuições conferidas pela constituição ao senado; se houvesse uma qualidade de lei em que essa câmara renunciasse por costume ou precedente ao direito de exprimir um voto em oposição ao governo, a câmara vitalícia ficara reduzida a mera chancelaria.

O senado tem, como a câmara, mais que o direito, o dever rigoroso de recusar ao governo pão e água sempre que em sua consciência entender perigosa a continuação de um ministério no poder. É esta a grande arma popular; nela se embolou o cetro despótico dos reis saxônios; com ela em punho conquistou a Inglaterra suas liberdades.

Convém que certos dos nossos políticos submetam-se a essa verdade, à qual esforçam por esquivar-se. Uma nação que é a única soberana de si mesma tem

o direito de escolher homens que a dirijam. Esse direito ela o exerce recusando ao gabinete os meios da administração, e forçando a coroa a cingir-se à opinião.

A diferença entre o voto da câmara e o do senado é frisante.

A câmara, negando ao ministério as leis ânuas, exprime a vontade da nação no momento de constituir-se a legislatura; por isso a dissolução foi dada à coroa para de novo interrogar a nação, consultando sua vontade atual e iminente ao conflito.

O voto do senado tem outra significação mais complexa; ele pode exprimir ou a opinião atual refletida pela sabedoria e prudência dos consumados estadistas que ali sentam; ou o princípio de resistência da minoria aos desmandos de uma política esvairada. Nesse caso a câmara vitalícia assume sua importante missão de corpo conservador.

Qual é, porém, o corretivo contra essa atitude? Qual a força capaz de cercear os abusos dessa resistência, talvez dilatada ao ponto de formar uma oligarquia?

O corretivo, admira não o vejam aqueles próprios que estão sob a pressão incessante e contínua de sua influência. É o mesmo que opera sobre o poder moderador e coíbe os excessos de qualquer função conservadora delegada pelo povo; é a opinião pública, essa fisionomia sempre vigilante e alerta da soberania nacional.

Se um monarca, abusando de suas atribuições majestáticas, se obstinasse em opor uma barreira invencível à ação de outro poder, como no caso de perdoar todas as penas impostas pelos tribunais; onde estaria o corretivo para aqueles que, na frase de Montesquieu, “só espumam um freio, o da consciência”?

Na opinião pública. O soberano imediatamente seria advertido pelo ofego da nação e, se não entrasse no trilho de suas altas funções, romperia o equilíbrio sobre que repousa todo o organismo do Estado.

Uma escola, em verdade, existe no país que pretende subtrair o imperador, como o senado, à opinião pública. Ela fabrica o sistema representativo como uma máquina onde há algumas peças de ornato que não têm o direito de quebrar; e por conseguinte não trabalham. O imperador, porque é perpétuo, e o senado, porque é vitalício, não têm política. A irresponsabilidade desses poderes, ou melhor, imputabilidade, os constitui incapazes políticos e os sujeita portanto à tutela do executivo.

Aí estão descarnados os tristes eleitos dessa doutrina, que por incompreensível aberração professam os liberais de nosso país. Pela responsabilidade gratuita

dos atos majestáticos, invade o executivo a esfera do moderador; pela abstenção política do senado, sequestra um ramo da legislatura. Assim a opinião escarnecida só encontra essa bossa ministerial da corrupção, que vai absorvendo a seiva do país.

Há um fato que desenha perfeitamente a função da segunda câmara no mecanismo constitucional. Em 1853 o senado piemontês tomou uma atitude oposicionista; uma lei de confiança caiu por doze votos; outra lei também de confiança corria perigo de igual sorte. Nessas condições Cavour pediu ao rei a dissolução da câmara; porque, dizia ele na exposição de motivos, “a atitude do senado, corpo essencialmente conservador e composto de homens graves, só podia se fundar na opinião de que o ministério, embora apoiado por uma grande maioria da câmara eletiva, não possuía na realidade a confiança do país.”

Eis um grande estadista reconhecendo a influência política moderadora do senado. O voto dessa respeitável corporação do Estado não é uma cifra; conta por muito na equação representativa; sua oposição como a da câmara pode levantar o conflito parlamentar, que se resolve pela mudança do gabinete ou pela dissolução da câmara.

Pugna igualmente contra a atual situação o abatimento e prostração do país.

O silêncio é para o povo, como para o homem, uma expressão e uma eloquência. O aspecto mudo e sucumbido da criatura inane compunge mais do que o grito de uma aflição viva e suplicante. Quando em um país o espírito público cabe nesse orgasmo fatal, a opinião se ergue ao ponto culminante; não é possível exprimir com angústia maior o sofrimento de um povo do que por essa atonia das crises fatais.

Em volta, pois, de algumas vozes ilustradas que defendem o ministério, eu apresento milhares de vozes abafadas no surdo arfar da população. É nas cidades entorpecidas por um desgosto funesto; na gente do interior já segregada do centro donde não recebe vida; no tédio da enervação geral, que está a verdadeira e legítima expressão da opinião, durante esta época anômala. Ela inflige ao gabinete o terrível estigma de sua mudez.

Condena também a situação a implacável ironia dos acontecimentos. Os homens são instrumentos nas mãos da Providência, que os afaga ou rejeita, conforme eles servem aos altos desígnios. Jamais essa repulsa manifestou-se com tamanha aversão e veemência, como na atualidade. Cada fato que sucede é um novo menoscabo da fortuna contra os indivíduos que dirigem o país.

A composição do atual gabinete foi o primeiro sarcasmo da sorte. A maior parte dos que são agora ministros podiam sê-lo naturalmente em outra composição. Sua reunião em um mesmo conselho, sua adesão política é um fenômeno só explicável pela derisão dos fatos. A sorte tem, como a natureza, certa malícia; de vez em quando inventa monstros.

Não bastava, porém, esse amálgama de recentes ódios e antigas divergências; o aborto devia ser aleijão. A incoerência levada à infantilidade, as contradições incessantes, a negação eterna de si mesmo, tal é o caráter predominante do gabinete.

Apresenta-se um projeto bancário; no dia seguinte aparece uma demonstração da praça para que o governo renegue o filho. Anunciam próxima a terminação da guerra; e da campanha chega a certeza de sua prolongação. Um paquete é portador de notícias de uma crise financeira que impele o gabinete a fabricar de chofre um projeto de ocasião; com a chegada do outro paquete deserta-se vergonhosamente da questão.

Houve necessidade da nomeação de alguns presidentes de província; não faltam membros conspícuos na maioria; recaiu a escolha justamente sobre nomes que são o corpo de delito formal da coerência e probidade política de certos ministros.

De qualquer lado que se volte, acha o ministério essa mesma fatal e amarga ironia dos acontecimentos. Não é já o passado só, mas o presente, que os moteja desapiedadamente. Em cada hora de seu governo, como em cada tradição de sua vida política, há um momo, uma visagem, uma gargalhada.

A última e sobre todas formidável objeção que se levanta contra a atualidade política é a própria inteligência ilustrada que a criou e a sustenta: a coroa.

No princípio deste ano proferiu o Sr. D. Pedro II algumas palavras notáveis, dessas que os soberanos gravam na história de seu país. Disse que Leopoldo, o falecido rei da Bélgica, “havia realizado com a maior lealdade o grande princípio da monarquia constitucional.”

Na mesma ocasião em que esta frase de alta significação descia até a minha vulgaridade, vi eu no grande órgão da publicidade europeia o busto político do falecido soberano moldado em dois traços magistraes: “Leopoldo, escreveu o Times, não era somente o rei da Bélgica, mas seu primeiro ministro; a Europa não perdeu nele unicamente um sábio monarca, perdeu sobretudo um grande estadista.”

É concebível que o monarca admirador desse modelo do rei constitucional se deixe ir à mercê dos acontecimentos, em vez de imprimir-lhes a direção de sua esclarecida inteligência?

Não; o alto pensamento que serve de centro ao nosso sistema compreende melhor sua função: ele aspira decerto a essa glória de estadista, que representa atualmente como outrora, a de conquistador, a maior ambição dos reis. Só pela profunda lição da ciência política pode, no século atual, um soberano elevar-se acima da coroa que ele cinge.

Nunca em circunstância alguma de sua vida Leopoldo se abandonou à correnteza; nunca ele lançou os destinos de seu país sob a pressão de uma crise medonha ao capricho de alguns homens.

Ao contrário, seu grande talento foi dominar os sucessos e até prepará-los; se alguma vez parecia ceder a eles, como em 1848, era antes uma concentração de forças para superar maiores obstáculos que se acastelavam.

O soberano belga domou uma revolução com estas textuais palavras, onde, através da aparente bonomia, palpa-se a boa têmpera de uma alma rija: “se não me querem mais para rei, digam, que imediatamente trato de arrumar a minha mala.”

Igual deve ser a norma do príncipe ilustrado que aplaudiu esse tipo de lealdade da coroa com a nação.

Não é possível que por mal entendida imparcialidade submeta-se a régia consciência ao alvitre de alguns espíritos que não avultam nem pelos talentos, nem pela inteireza de suas opiniões políticas.

O imperador é também um representante da nação; e de todos aqueles cuja palavra fala mais alto. Quando ele diz – não –, os outros poderes se calam; e só têm o direito de responder-lhe a soberania nacional. Não lhe confiou o povo esse verbo político para que o emudeça qualquer insignificante maioria.

Como primeiro estadista e primeiro cidadão deste império, o imperador é sem dúvida quem acima de todos deplora esta atualidade. Não somente sofre mais profundamente que nós os funestos efeitos dela, porém sente a dor de não a haver subjugado.

Eis, portanto, desenhada a balança política.

De um lado, na concha ministerial, uma dezena de votos e duas ou três vozes ilustradas na imprensa; do outro, na concha nacional, o senado, o desânimo

público, a inexorável condenação dos fatos, e a própria consciência imperial. À direita, algumas réstias; à esquerda, o país inteiro. Entretanto o ministério se mantém firme no poder, e a nação oscila no vago das incertezas.

Que peso oculto e formidável atua para essa aberração de todas as leis do sistema representativo?

É um assunto digno da séria meditação do povo.

ERASMO

VII

A história dos povos está cheia de cenas repugnantes.

Homens ambiciosos, exaurindo a seiva nacional, para fartar sua avidez de mando; governos ineptos esmagando o país com a ignorância crassa; filhos ingratos, que o despeito leva a armar o braço mercenário contra a pátria; todos estes quadros aflitivos se observam na tela do passado.

Faltava, porém, a essa vasta galeria da miséria humana uma cena virgem, a mais dolorosa para a alma do cidadão; o quadro de um governo defendendo com veemência e exaltando com entusiasmo o aviltamento de sua pátria, forjado por mãos estranhas!

A população desta corte... Não: a diminuta fração de brasileiros que ainda tem coração para sentir as calamidades públicas desesperou contemplando há dias perante o senado esse repulsivo e desolante espetáculo.

Nem a religião do lugar onde vagam sombras venerandas, nem o acato à assembleia augusta, nem a comiseração por nossas desgraças, nem o pudor da própria culpa gelaram a palavra ímpia nos lábios dos ministros.

Consumou-se a grande abjeção.

A protelação acintosa e pérfida de uma luta desgraçada, por escárnio dita a debelação da guerra, achou apologistas. O arrasto de nosso bravo exército, que levam de rojo pelos brejos como um réptil inerte, e a torpe frouxidão da armada, a apodrecer nas águas do Paraná, esses tristes poemas de nossa humilhação tiveram cantores.

Causava dó realmente assistir à tribulação desses dois espíritos, aliás esclarecidos, convolvendo-se no sofisma, para arrancar daí alguma fútil razão. Terrível martírio da inteligência se dilacerando a si mesma com as garras do absurdo.

Batidos pela argumentação valente dos ilustres senadores que um após outro ocuparam a tribuna, os dois ministros, desamparados, fizeram esforços hercúleos. Debalde, que a robusta dialética os jungia ao poste que eles próprios levantaram.

Toda a defesa da ominosa política reduziu-se a uma fútil evasiva. Propuseram-se os paladinos, de tão ruim causa a provar, que não competia ao governo formular planos de batalha para remetê-los aos generais, pois assim ficara tolhida a livre ação da tática militar.

Em apoio desta verdade sediça fizeram-se largas escavações na história; tirou-se a arejar a mofada erudição; à falta de razões abriram os diques as torrentes de frases, que no dizer de Voltaire alagam e submergem os desertos da ideia. *Verse un torrent de mots sur un désert d'idées.*

Quem já teve a estulta lembrança de exigir do governo brasileiro que levante planos de batalha e comande nosso exército e armada dos gabinetes ministeriais?

A direção técnica da guerra, a estratégia militar, pertence ao general, homem de ação que opera sobre o terreno; conforme as circunstâncias e a força dos instrumentos. Essa competência deriva da natureza das coisas; a distância e os acidentes locais não alteram a questão; longe ou perto, no Paraguai ou dentro da baía do Rio de Janeiro, o almirante da esquadra brasileira a deve manejar para o combate com a mesma liberdade e inspiração.

Releva entretanto desvanecer uma confusão em que labora o governo. Uma coisa é plano de batalha, e outra muito diversa, plano de campanha.

A guerra, essa mecânica diplomática, é o desenvolvimento de uma força ao través dos obstáculos a ela opostos. Anteriormente à execução, sobre a carta geográfica da área das operações, se pode estudar o traço geral e as linhas estratégicas que mais tarde se devem desdobrar sobre o terreno. Esse mapa da guerra, onde se delinea o itinerário das combinações militares, é o plano de campanha.

Ele constitui o primeiro e mais importante trabalho do cabo investido do comando supremo sobre as forças beligerantes de um país. O governo, ouvindo a respeito o prudente alvitre dos encanecidos generais que já não militam pela

idade avançada, aquilata logo da capacidade do homem a quem a nação confia o que tem de mais sagrado e precioso, a honra do estandarte e o sangue de seus filhos.

Em um Estado como o Brasil, novo e criado na paz, onde portanto não abundam os grandes estratégicos provados nos campos de batalha, devera ser o melhor plano da campanha paraguaia o legítimo título para a escolha do nosso general. Em vez de andar às apalpadelas como cego, para cair ao azar em quem a sorte destinou, imprimiria o governo brasileiro a esta guerra o que especialmente lhe falta, o cunho da inteligência.

Se algum dia o historiador severo, mas imparcial, esmerilhar, entre o dédalo de erros e desatinos que enleia a fatal questão, a força predominante nessa época deplorável, há de reconhecer a existência daquele fenômeno. A inteligência submeteu-se à matéria bruta e entregou-lhe a alta e suprema direção da guerra.

Desde o princípio da luta não tivemos ainda um só plano de campanha. Nosso exército e esquadra vão à discricção das águas e à mercê dos acidentes. O primeiro e único estratégico desta guerra é Lopes, não obstante sua estultice e barbaria. Ele tem a tática selvagem da serpe, que atira o bote e roja para escapar-se; mas, enfim, é uma tática ao menos; sente-se que vive naquele bando de recrutas a alma pensante de um chefe, seja embora de um chefe de salteadores.

Uma só evolução de nossas forças se não efetua que não seja o efeito daquela rude estratégia do inimigo. Foi ele quem abriu e fechou a campanha de Mato Grosso; quem levou a guerra a Corrientes e depois a Uruguiana; quem provocou as duas batalhas de Riachuelo e Tuiuti. Nossas forças são há perto de dois anos o ludibrio do presidente do Paraguai, a cujo cenho se movem.

Custa a um coração brasileiro arrancar do íntimo seio tais verdades, que de acerbos queimam o espírito por onde passam. Sirvam elas de cautério à dor extrema que prostra meu país, sucumbido sob o peso de tanto opróbrio. Reanime-se ele para a desafronta, já que descurou por tanto tempo a guarda de sua honra.

Não exagero. É a força bruta e material que dirige a guerra. Não vence o espírito humano, domando a natureza inerte e estúpida: não vence a estratégia militar, ostentando o poder quase divino do pensamento superior; triunfa a baioneta, a espada, o canhão; ferro ou bronze, vibrado pela coragem heroica.

Por isso, qualquer obstáculo material que possa embaraçar a ação da força física esbarra-nos o caminho. Somos derrotados a cada instante pelo rio que desceu,

pela cavalcada que não chegou, pelos torpedos que assoalham, e por mil circunstâncias de igual jaez.

Toda esta longa aberração é o desenvolvimento natural do primeiro absurdo. A facção que provocara uma guerra, antes de ter preparado os meios necessários, encetou a campanha sem curar de plano, nem de general apto para executá-lo. Imbuíam-se da falsa ideia de ser a guerra o embate de duas massas, onde a maior esmaga a menor; desde então só cuidam em forjar um grande exército e uma grande esquadra; questão de quantidade e peso, a que sacrificam a questão racional.

O plano de uma campanha levantado pelo general não é imutável; há de sofrer necessariamente as alterações que o desenvolvimento das operações inimigas e um melhor estudo da localidade e circunstâncias aconselhem. Não impede também as súbitas evoluções, filhas de uma inspiração de momento, que arrebatam as mais brilhantes vitórias.

Mas as modificações do traço geral são comunicadas ao governo; de modo que este pode em seu gabinete, auxiliando-se da experiência dos profissionais, acompanhar de longe a desenvolvimento da luta. Os vários acidentes, as marchas rápidas, as pausas estratégicas, todos estes pontos obscuros para o vulgo se esclarecem e explicam às vistas da administração; cotejando-os com o plano da campanha.

O governo brasileiro não cura de tais nugas: entregou a direção da guerra aos chefes de sua confiança e espera com uma admirável serenidade a conclusão natural da luta. Sua tarefa administrativa consistia em levantar um exército numeroso e uma esquadra respeitável: desempenhada ela, o resto pertence à espada dos generais.

Tal é a linguagem oficial na tribuna.

Coubera aqui perguntar se o poder executivo está realmente convicto de haver dado generais às forças brasileiras, e inquirir dos fundamentos da confiança obstinada que resiste à insultante ostentação dos fatos. Mas fora isso tomar ao sério palavras que apenas excitam o riso pela sua extravagância.

Em qual país se viu jamais, a não ser nesta pátria adotiva do absurdo, um governo demitir-se da suprema inspeção da guerra pelo fútil pretexto da confiança depositada em seus agentes? Onde já se observou este exemplo lastimoso do poder executivo de uma nação, atado vergonhosamente à cauda de seus instrumentos e recebendo deles a impulsão que devia comunicar-lhes? Só no Brasil... Escapou-me a palavra... Só nesta época desgraçada em que o Brasil desapareceu para deixar o lugar ao império da alucinação e desatino, só

durante esta síncope da razão social, torna-se possível a existência de semelhantes desvarios, e a jactância de os haver praticado!

Nos próprios governos despóticos, onde o povo é apenas matéria talhável para o imposto e o recrutamento, não sofre o homem tamanha degradação. O orgulho da majestade se empenha em levantar bem alto a honra de seu trono. Embora oprimida no resto de sua personalidade, a alma do súdito ao menos se expande com esse esplendor que a coroa reflete sobre a pátria.

Ainda não penetrei, porém, brasileiros, na medula deste grande opróbrio, amassado com o sangue de nossos irmãos, e as lágrimas de tantas mães e viúvas desoladas.

Homens de talento, como são incontestavelmente os ministros da guerra e marinha, não podiam espontaneamente proferir aquela inaudita blasfêmia, nem mesmo em hora avessa e má. Ainda quando afogados no erro, têm os espíritos superiores a nata da essência divina, que sobe à tona; por aí se distinguem das almas grosseiras, onde tudo é lia e se deposita no fundo.

Comprime, portanto, o ânimo daqueles membros, assim como de todo o gabinete, forte coação que encerra no íntimo a inteligência. O instinto da conservação trava de quaisquer ridículos argumentos forjados por gente peca; e com tais armas de Mambrino se arremessa à peleja.

A verdade é esta, cidadãos. O véu cuja ponta já foi por outros erguida, vou rasgá-lo sem escrúpulo: é preciso que o país observe a olho nu o quadro de sua profunda miséria; não há conveniências, nem cautelas, que exijam o mistério em tão grave emergência; o silêncio em tal assunto deixa de ser reserva: passa a traição.

Falo, pois, em plena confiança.

A causa dessa incompreensível obscuridade, que se condensa sobre as coisas da guerra, é a aliança. O governo brasileiro, não satisfeito de subscrever a humilhante cláusula do comando-chefe, excedeu ainda esse grande atentado dando àquela condição do tratado uma interpretação lata. Entendeu-se que a direção tática da guerra competia exclusivamente ao General Mitre, cumprindo ao Brasil sujeitar-se em tudo e por tudo ao seu alvitre.

Que inaudita bajulação a um pobre Estado, que depois da pomposa proclamação de seu presidente mal pode levantar um exército de dez mil praças, e essas mesmas na maior parte armadas à nossa custa!

A jovem nação tão robusta, que a consumpção de seus recursos ainda não pode inanir, o rico império, foco da civilização da América do Sul, foi jungido à carretilha de uma república, a qual não há dez anos nossos valentes soldados pisavam como vencedores! Devem existir ainda em nosso exército veteranos de Moron, se é que já não sucumbiram todos à dor de marchar sob o estandarte que seu valor abateu outrora.

O governo brasileiro não tem voto na guerra: ignora mais do que os particulares, instruídos por cartas confidenciais, o delineamento e sucessão da campanha.

As ordens não vão desta corte, onde está o simulacro do poder; partem todas do estado-maior do general-chefe, umas para o exército e armada, outras – quanta insânia! – para o tesouro e arsenais do Rio de Janeiro. Os ministros as executam fielmente e com uma sofreguidão de atividade que talvez não tivessem para servir diretamente a seu país!

Estava reservado ao gabinete de 12 de maio esse cargo não invejado de comissário do presidente da República Argentina. Nele se resume toda a política brasileira com relação à guerra; fazer contratos de fornecimentos e construção, atopetar os armazéns de uma profusão de objetos dispensáveis, responder com açodamento e saltando por cima de todas as leis às requisições do chefe estrangeiro, tal é o sistema funesto que o ministério adotou para a debelação da guerra!

Não viu toda a população há dias rogar o ministério em um aviso ao seu almirante que houvesse por bem enviar participações oficiais dos combates pelejados? Não admiraram todos a candura do gabinete fazendo sentir que o motivo desse pedido não era a razão do Estado, mas somente o desejo de apascentar a curiosidade pública?

O governo não quer saber do que se passa, nem faz a mínima exigência! Delegou sua razão, seu dever, seu pundonor no árbitro supremo da Tríplice Aliança: se portanto pede algumas explicações é somente para entreter a curiosidade pública. E o papel que transmite semelhantes atos leva o selo das armas imperiais, o signo de honra sob o qual venceram nossos pais, e nós regateamos vergonhas para a pátria!

Ninguém ignora as negociações secretas que precederam a partida de um distinto general, cuja comissão está ainda em segredo. Correram mil versões; cada um tentou decifrar o enigma; e não o conseguiu porque a esfinge lá está nas margens do Paraná, devorando o nosso povo. Carecia o governo do beneplácito do general chefe para modificar o comando de seu exército;

naturalmente com esse fim acaba de partir outra vez para a campanha o plenipotenciário brasileiro.

Houve quem se animasse a defender a cláusula do tratado que conferiu a Mitre o comando geral dos exércitos aliados, sob o pretexto de reciprocidade. Andaram catando para isso exemplos na história, e foram até a profanar a memória respeitada do imperador Carlos V.

O bom senso do país fez justiça a esta mistificação, desprezando-a. Não há, desafio a que o apresentem, um só exemplo de nação briosa ceder o comando de seus exércitos ao general estrangeiro, nas condições em que nos achávamos.

Semelhante concessão se tem realizado em alguns casos raros, quando as nações se acham no mesmo nível de grandeza e civilização, ou quando um dos Estados concorre apenas com uma expedição limitada, e é antes potência auxiliar do que beligerante: essa foi nossa atitude na batalha de Moron.

O fato é possível também quando entra em cena um desses grandes capitães, que trazem a vitória a roço de sua fortuna: então a espada ilustre lançada à balança faz pender a concha a favor de seu país, embora do outro lado esteja maior riqueza e poder. Tal exemplo se acha na história de Gustavo Adolfo durante a Guerra dos Trinta Anos.

Se, porém, as simpatias que cercam o negociador do tratado, cegas pela amizade, esforçaram defender a todo o transe aquela cláusula; ninguém, creio eu, se atreveu ainda a sustentar a interpretação da Aliança, que entrega o Brasil, como um simples instrumento, à mão de um pequeno Estado. É um sistema de política e diplomacia nunca imaginado; consiste em desnacionalizar o país para ilustrar a sua nacionalidade, em desonrar o povo cujos brios pretende desafrontar.

A alucinação de um indivíduo, a quem enxovalhassem o traje e que no intento de o alvejar se aproveitasse da água dos charcos, é a mesma de um governo que pretende lavar uma nódoa pequena, o lanço de um pirata, com o lodo de uma política indigna. A nossa bandeira, enxaguada em Uruguaiana e Corrientes, está agora em lixívia na lagoa meótida do Paraguai.

Para que vingar contra o inimigo os brios deste império que seus ministros afrontam ainda mais cruelmente?

Sabeis agora, brasileiros, por que o governo de vosso país nada comunica sobre a guerra; ele tudo ignora, à exceção das ordens que recebe para cumprir e cujo fim lhe escapa. Os próprios generais brasileiros, julgando-se garantidos por um

tratado de aliança, declararam sua independência. Pois um ditador dá conta aos cónsules do poder majestático que se dignou aceitar para a salvação pública?

Já tínhamos uma tesouraria em Londres; agora remetemos o nosso erário para Buenos Aires; lá se acham também os três ministérios de estrangeiros, guerra e marinha; o ministério da agricultura fez há tempos os maiores esforços para se transportar aos Estados Unidos.

Mais algumas concessões, e terão levado ao cabo essa obra erosrática do escalavro de um país para a fundação de uma colônia.
Basta! O ânimo sucumbe.

.....
Reli estas folhas. No primeiro assombro tive ímpetos de as dilacerar. Duvidei que as houvesse ditado um coração brasileiro.

Recobrei-me porém, lembrando que o Brasil, nossa pátria, não é cúmplice dessa política ominosa, porém sim mártir de uma grande expiação. Redime a culpa de sua indiferença ante a inauguração burlesca desta idade de lama.

Não será tempo ainda de atenuar o castigo? Acaso é o receio de que leais estadistas chamados ao poder penetrem no seio dessa política tenebrosa e a divulguem ao país a razão misteriosa que mantém a atualidade?

Derramem-se, então, estas palavras severas e levem ao seio do povo a plena e cruel intuição de seu infortúnio.

ERASMO

VIII

A majestade, como toda a instituição que tem a raiz na soberania nacional, se alenta sempre com a seve da opinião. A liberdade lhe serve de aura, a publicidade, de luz.

É dos nimbos condensados pelas reservas e conveniências que se geram as intrigas rasteiras, as anedotas de reposteiro, os sussurros palacianos. Estes vermes da palavra, como os outros da matéria, pululam do lodo e na sombra.

No cívico empenho de revestir a coroa de maior esplendor e popularidade, obstina-se o sincero escritor em desenvolvê-la da névoa que cinge as alturas. A

maior ambição minha é ostentar ao país o monarca na limpidez da sua lealdade para o império que jurou defender.

Amiúde o espírito sôfrego invade a perspectiva sombria da política imperial e investiga as profundidades dos fatos contemporâneos para perscrutar o pensamento altamente repostado.

Qual é o princípio da poderosa força de gravitação que suspende aos ares com a tara mesquinha de alguns indivíduos o peso da nação inteira?

Esta ansiosa interrogação em que arfa o espírito público ainda não teve resposta. Proponho-me eu o ousado cometimento de esmerilhá-la nos íntimos refolhos da consciência imperial. Não importa que esteja o trono mais longe de mim do que de tantos menos francos ou leais que lhe gravitam em torno. Nada, nem mesmo os mistérios da criação, escapa à análise viva e árdega do espírito humano: extrai-se a verdade dos seios da alma, como das entranhas do universo.

Na mente augusta, onde se revolvem neste instante os destinos do país, estou vendo à luz da história contemporânea debuxadas as causas da firme persistência da atual situação política. São duas e gêmeas, filhas de uma mesma desconfiança.

Uma suspeita ou um receio; eis sem contestação o esteio real da presente situação.

Pois que a consciência augusta se desnuda assim à lúcida visão do escritor, extirpem-se os sentimentos que aí se insinuaram. Será então permitido descarná-los, sem ofender o suscetível recato da majestade.

Uma suspeita!...

Não há duvidar. A coroa reconhece e sente mais no íntimo a crise perigosa que oprime o país; hesita, porém, acreditar nas causas que geralmente assinalam ao mal, e nas cores negras que assombram o futuro do império. Suspeita que todos esses tons carregados sejam obra do despeito e dá avidez do mando. Figura-lhe a oposição um inimigo derrocando o poder, como uma praça, para melhor tomá-lo de assalto.

Semelhante desconfiança é injusta nas circunstâncias atuais; mas infelizmente houve razão para ela. A coroa chegou a esse estado de dúvida pela mesma rampa escorregadia pela qual resvalaram a opinião pública e as crenças nacionais até soçobrarem no tédio geral.

Também a coroa curtiu amargas decepções durante o fatal decênio. Estadistas eminentes, chefes de um partido, lhe recusaram o valioso auxílio no momento preciso, coagindo-a assim a buscar muitas vezes os ministros na segunda ou terceira camada dos homens políticos.

Para quem frisou a abstenção política dos chefes conservadores e sentiu a nobreza e elevação de seus motivos, não carecem de defesa esses nomes ilustres. Tolhidos na amplitude de suas ideias, abandonaram o poder com a intenção de não voltar. Acolheram-se ao silêncio e repouso; esperaram que os acontecimentos posteriores lhes viessem render a justiça, que todos observam atualmente e à uma confessam. A história parece já ter aberto para eles seu templo.

Aí, no retiro dos negócios, os encontrou um viandante que pela vez primeira perlustrava essas regiões políticas. Foi este mesmo obscuro escritor; surpreso do ocaso prematuro e voluntário de tão belos nomes, sentiu então pulsar a generosa coragem que retinha longe da luta os chefes ilustres.

Eram mártires de sua ideia.

Sim, brasileiros; esses grandes cidadãos, acoimados pelos adversários de egoísmo e pelos amigos de indiferença, submeteram-se a uma tortura moral, amesquinhando a reputação adquirida e esvanecendo a imensa popularidade. Desfiavam a teia de sua glória com tanto desvelo trabalhada.

Mas deviam eles, os chefes do partido conservador, que durante vinte anos arcara contra o liberalismo em defesa do princípio da autoridade, compelidos por meros ressentimentos, abalar a cúpula e fecho de sua ideia? Fora decente que os operários do majestoso edifício da ordem pública, depois do haverem erguido com tanto sacrifício e sofrimento do país, mal concluída a obra, empunhassem o alvião para a desmoronar?

A par com estas, outras reflexões.

Quando os amigos mais dedicados eram contaminados pelo marasmo da geral frouxidão, seria prudente assumirem os chefes uma atitude adversa a essa tendência poderosa dos espíritos? Não recaíra sobre eles a responsabilidade ou pelo menos a ameaça de arrastarem outra vez o país às lutas fratricidas, mal extintas?

A história fará justiça plena aos homens; aos políticos, porém absolverá.

O monarca não é uma pessoa, é uma instituição: assim como não lhe assiste o direito de sentir paixões, também o cidadão, a quem porventura contrarie sua

vontade, não tem o direito de magoar-se. Convém não confundir no respeito à majestade o poder com o indivíduo.

Se a coroa se manifesta diferente do ideal político da constituição, é dever rigoroso do cidadão, que primeiro observa esse desvio, adverti-lo à sabedoria do monarca. Coberto com a égide da lei, armado apenas com a convicção leal, o homem político está na obrigação de acudir em defesa das instituições. Não é um súdito em face do soberano, mas uma opinião confronte a outra; a soberania popular decidirá no momento preciso.

Não podiam os chefes conservadores se esquivar a este dever pelo respeito à majestade, nem pelo receio de uma aparente contradição. Defendendo o princípio da autoridade, não tinham repudiado suas crenças de liberdade; antes trabalhavam em benefício delas, consolidando as instituições.

Foi, portanto, a abstenção o fato saliente daquele período de 1857 a 1862; as causas que arredavam os chefes conservadores do poder, ao qual foram chamados por vezes, ficaram na sombra. O soberano, assim como a nação, a quem mais interessavam, permaneceram na ignorância delas. Dizem que a sabedoria imperial as aventou e quis eliminá-las; mas era tarde ou cedo.

Deste modo, sentindo escapar-lhe os homens preeminentes de um grande partido sem causa patente, e recebendo do lado oposto uma interpretação desfavorável dessa abstinência, era natural que vacilasse no ânimo imperial a confiança. Quem sabe? Visto pelo avesso, talvez semelhante afastamento figurasse uma deserção às ideias e uma dúvida nos princípios.

Cercada pela descrença, a coroa sentiu-se invadir também do calafrio político. Voltou-se então para o partido liberal, que se agitava para recobrar os perdidos espíritos.

Está viva e debuxada na memória do país a época recente da ascensão da liga. Durante anos trabalhava a imprensa oposicionista com afinco em derrocar o partido conservador: o espírito sagaz e trêfego dos escritores insinuava-se pela menor fenda, para injetar o ridículo sobre coisas respeitáveis. Aqueles defeitos inerentes a um partido, usado pelo poder, foram exagerados a proporções enormes.

Assim fermentou-se a opinião contra estadistas notáveis e brasileiros que haviam prestado relevantes serviços ao país. O anátema foi lançado contra a grei dos defensores da constituição. Flutua nas grandes capitais um espírito volátil, exalação das classes menos ilustradas; este mau sopro desencadeou-se com tal ímpeto contra os conservadores, que era um ato de coragem cívica trazer publicamente aquele título.

A liga subiu afagada por grandes esperanças; missionária de uma nova era de progresso e liberdade, vinha regenerar o país caquético pela dominação conservadora. Os próprios adversários decaídos esperavam da situação nascente um benefício: o de infundir na política brasileira aquele nobre entusiasmo que dela se tinha evaporado com o declínio dos partidos.

Dois anos durou o espasmo do aborto; tantos bastaram para fazer de uma idade, que se antolhava de ouro, a idade de lama. Todos os defeitos arguidos ao partido conservador foram requintados: o erro tornou-se vício; o invento passou à realidade.

Descarou-se, então, o monstrinho do filhotismo, que era apenas feto entre os conservadores. O país o viu nédio e rubicundo, a embalar-se nos braços dos chefes liberais, que o acariciavam com mimo paternal. A câmara quase se transformou em ginásio da imberbe juventude.

A liga também quis ter seus medalhões para ornato. Havendo atribuído a abstenção dos chefes conservadores ao desejo de governar por detrás da cortina, como os grandes sacerdotes do oriente, as influências da nova situação desdenharam o obscuro encargo de carregadores de pastas, preferindo o divertimento de manejar o cordel aos manequins. Em vez dos bustos severos e graves das molduras conservadoras, nos apresentaram o emboço de algumas carrancas.

As prebendas administrativas tinham sido um dos obuses de grosso calibre dos liberais. Entendiam estes senhores que o emprego público não era uma profissão nobre e honesta, quando exercida com dignidade. Bafejados pela fortuna ou favorecidos em sua indústria privada, desfrutando pingues rendas, não compreendiam que o Estado remunerasse o trabalho de um estadista ilustre ou de um velho servidor. Consideravam isto uma espoliação ao tesouro.

Entretanto, com a nova situação criou-se mais uma agiotagem, a especulação administrativa, que vai lavrando por todas as indústrias, desde a advocacia e o comércio até o daguerreótipo e a litografia. Nunca, em tempo algum, o governo serviu de manivela ao interesse privado, como nesta idade do ouro; nunca se abriram tantos esgotos subterrâneos à renda do nosso ético erário.

Em suma, desprezando as tradições cívicas e os bons exemplos deixados pelos adversários na administração, parece que a liga caprichou em arremedar somente o que havia de pior, por ela reconhecido e confessado. Sem dúvida tinha o partido conservador muita coisa a corrigir; havia nele erros e mesmo vícios. A continuação no poder o cobrira desse musgo que se acumula sobre as coisas jacentes, e é como a pegada do tempo.

Mas em um partido novo, que saía cheio de viço do seio das urnas, a súbita erupção daqueles mesmos defeitos não era o mofo e a ruga da velhice; sim o sintoma de eiva profunda, a putrefação. Realmente breve se manifestou a decomposição, e do esfacelamento dessa facção surdiu o renovo do partido liberal, que está agora outra vez hasteando. Venha melhor fadado para não recair na grave culpa. Saiba manter em sua altura o grande princípio que representa.

Não passa debalde, pelo espírito mais crente, o atrito de tantas e acerbas decepções. O ânimo imperial devia embotar-se à confiança, especialmente nestes últimos anos, durante os quais foi cada novo gabinete um grau descido na escala do abatimento político. Sentiu a coroa, a par do fatal encadeamento das coisas, a insuficiência dos homens, uns desanimados, outros impotentes, muitos incapazes. Suscitou por um esforço extremo o gabinete de 12 de maio, e colheu nova decepção e nova angústia.

Em tais condições a coroa receia naturalmente qualquer mudança ministerial. Em vez de uma transição para o bem, se lhe afigura que tal acontecimento seria um passo avante no caminho da perdição, um declive maior no plano inclinado do abismo, para onde nos precipitamos.

Colocado o pensador neste ponto da perspectiva, compreende perfeitamente a atitude do imperador. Apoiado em uma escarpa do precipício, julga suster daí com um esforço poderoso o país prestes a despenhar-se. Espera que, aplacados os primeiros anos da ambição por essa firme resistência, se funde o exemplo já perdido de um gabinete permanente e sobranceiro às pequenas maquinações individuais.

Observada por este prisma, a posição do monarca é sem dúvida nobre e digna. Há nesta luta, renhida dentro da esfera constitucional, entre a coroa e a opinião, alguma coisa que recorda o verdadeiro governo representativo. A isso devemos atribuir os lampejos de entusiasmo, que, raros e ainda fugazes, abrem na tribuna e na imprensa. A liberdade é uma reação; desde que há choque do poder, desprende-se a faísca elétrica.

Neste sentido a continuação do atual gabinete seria desejável para os amigos sinceros do sistema constitucional, se por outro lado os instantes de sua existência não se resolvessem em anos de calamidades para o império. A questão no transe atual não cifra-se mais no triunfo de uma ideia sobre outra; é a grande questão nacional da vida e honra do Brasil.

Ante o suplício doloroso infligido ao país, nenhum partido pode emudecer a sua indignação. Não é a gula do poder a açular as ambições o estímulo da oposição

movida a este gabinete. Outra é a fibra, e mais nobre; a pátria, que toca o homem por quanto ele tem de puro e elevado.

Apaga-se, portanto, no ânimo imperial a suspeita que aí depositou como um sedimento a longa cadeia dos fatos contemporâneos. O poder não tem hoje seduções para os partidos legítimos, filhos da opinião: será para qualquer deles antes uma provança dura, do que um troféu.

Sem dúvida hão de existir na oposição algumas das ambições vermíneas, que pastam nos cadáveres; a estas ainda excitam a gula estes sobejos de grandeza. Mas os homens sisudos de qualquer opinião sentem asco e nojo pelo que outrora neles acendia a emulação.

As cadeiras, que já foram como as curules do saber e da virtude, serão agora bancos de réu. Aqueles que aí venham sentar mais tarde talvez respondam ao país indignado por todos os erros passados. Terrível é a herança que deixará a seus sucessores o atual gabinete.

O poder foi infestado por um vírus assolador: tornou-se endêmica aí a lepra política. Os melhores caracteres, que se arriscam nesse foco mórbido, são logo contaminados; todos os homens de préstimo fogem; apenas alguns amigos dedicados sacrificam-se. São, portanto, obrigados os ministros a descer à chusma, que de bom grado aceita a lepra podendo-a cobrir de galas e ouropéis.

Nestas circunstâncias o governo, oferecido, será um martírio; procurado, um suicídio. O partido que atualmente assumir a direção do país sairá da luta dilacerado.

Exaurir o sangue e suor de um país já desfalecido para concluir a guerra com honra; reprimir a corrupção que lastra em seu próprio seio, como por toda a parte; resistir ao embate de uma torrente de despeitos e rancores; levantar sobre a base da moralidade o vulto da lei, diariamente lapidado na praça pública são trabalhos formidáveis que romperão as forças ao mais robusto partido.

Nenhum, porém, nem o conservador nem o liberal, se pode eximir a este grande sacrifício. Tenha embora a política brasileira suas Termópilas. A resistência vigorosa de uma opinião contra a fatalidade, mais poderosa que Xerxes, dará pausa à nação para despertar. Então, como o ilustre espartano, o chefe do partido heroico poderá proferir, sucumbindo à vitória, estas palavras:

“Escritor, vai dizer à posteridade que nós morremos pela liberdade do Brasil.”

ERASMO

IX

Continua a comédia política; houve apenas ligeira mutação de cena. O gabinete de 12 de maio dissolveu-se; traz seu sucessor a data de 2 de agosto.

Rasgou-se o manto rapado da situação; depois de vãos esforços para lhe cerzir a rotura, o voltaram de dentro para fora. O gabinete de 2 de agosto é o forro apenas de seu antecessor; o pelo da liga mais que nunca adere agora ao poder.

Costumam nos países representativos a imprensa e a tribuna se abster durante as crises ministeriais; justa deferência da opinião nacional pela majestade atenta ao exercício das altas prerrogativas.

Terminou, porém, a gestação; o novo gabinete está definitivamente organizado. Chegou, pois, a oportunidade de manifestar-se o espírito público a respeito da solução que teve a recente crise ministerial.

Direi também minha palavra; e seja ela por enquanto a última. Desapareço da cena justamente quando nela assoma, radiante de esplendor, o astro do atual gabinete. Não há neste fato a relação entre o efeito e a causa, porém só mera coincidência.

Aproximava-me do marco de repouso nesta segunda jornada, quando surpreendeu-me, já bem próximo ao termo, o estremecimento do gabinete passado. Aguardei o resultado em silêncio, e estimando com veras recolher em boa hora. Realmente já não há que fazer nesta lua de mel para quem não usa apedrejar os astros no ocaso e adorá-los nascentes.

O epitáfio do gabinete de 12 de maio está escrito; tire-se o horóscopo ao seu sucessor.

A notícia da decomposição ministerial, tantas vezes assoalhada, correu a cidade de par com a asseveração dos esforços que fazia o eleitor de ministros para restabelecer no governo os demissionários. Esta grave circunstância confirmou o que já era conhecido; a completa identificação da coroa com a política vigente.

Desde logo se desenhou a perspectiva da nova organização; alguma variedade de nomes, e absoluta permanência da ideia. Ainda mais se esclareceu o aspecto da situação com o anúncio, bem significativo, do futuro organizador.

Alguns espíritos ingênuos chegaram a acreditar em um gabinete misto; porque se lembravam das palavras proferidas no senado durante a sessão de 20 de

julho pelo Conselheiro Zacarias: “ou nunca houve tempo de coalizão, ou se o houve é este.”

Não refletiram que o presidente do novo conselho, quando faz parte do governo, exige a coalizão unicamente de baixo para cima; um ministério exclusivo, governado por uma só vontade, mas apoiado por todos os partidos; que sonho dourado! Deste não são capazes os romancistas políticos, mas só os graves e sisudos bonzos que a si mesmos se qualificam de eminentes estadistas. Em todo o caso, brasileiros, demos graças à incoerência do organizador do gabinete de 2 de agosto, que nos poupou tão grande imoralidade! Se o pensamento funesto da coalizão, que ele aninhava em seu alto pensamento a 20 de julho, não houvesse batido as asas para as regiões hiperbóreas, veríamos erigir-se mais um padrão da improbidade pública, mais uma combinação híbrida. Graças, pois, renda o país desta vez à versatilidade dos homens positivos que odeiam o romance político!

Foi laboriosa a gestação do gabinete de 2 de agosto: consumiu três longos dias. Se não fossem já fatos reconhecidos a frouxidão dos elos progressistas e sua penúria de homens, ali estava o documento exarado naquela difícil organização, retocada a cada instante.

O país assistiu uma vez ainda ao arremedilho, tão frequente ultimamente, do governo parlamentar. Enquanto, à desfilada para S. Cristóvão, o futuro presidente do conselho, de lápis em punho, amanhava sobre o joelho um projeto qualquer de ministério, a gente grada arruava nas passagens de maior trânsito, que são de ordinário o foco das novidades.

Esse fragmento ilustrado da opinião mostrava ardente avidez de notícias; os indivíduos se inquiriam sôfrega e mutuamente. Grupos se formavam logo para ouvir a última versão que porventura trazia algum noveleiro. Com a mesma facilidade se dispersavam ao vento de outra assoalha, que os impelia a oposto rumo.

Semelhava essa multidão um animal a quem de repente se interceptou o ar e a luz. Preso no antro escuro, arroja-se à menor fenda para receber um sopro ou raio consolador. Assim estuavam, ansiando por uma réstia de notícia, os homens políticos preocupados da sorte de seu partido; os comerciantes inquietos da nova face que tomaria a questão bancária; os empregados receosos da catadura do novo governador; finalmente a grande família dos parasitas do Estado prestes a sugar a seiva dos novos caracteres que lhe deviam servir de estacas.

Todos os interesses, alerta, voltavam-se para o alto, espiando o bruxuleio da luz. De lá, da sumidade, costuma vir todo bem; no trono reside a única força do

império. Cada influência, neste país livre, é bolha de sabão, que enche um sopro: e este vem daquelas eminências propícias.

De um povo que pensa deste modo não há estranhar-lhe o aspecto. É justo que nos transe mais solenes do governo parlamentar, quando se decide dos graves destinos da pátria, a opinião pública ajoelhe nas praças, face voltada para o oriente, cabeça derrubada, mãos no peito, a fim de receber as palavras de fogo do oráculo.

Se fôssemos um povo livre, brasileiros; se, em vez de nos porem ao ganho como carregadores de palanques, nos houvessem educado para o sistema constitucional; outra e bem diversa havia de ser a compostura da população nas grandes solenidades de sua existência política.

A opinião guardara sem dúvida à coroa a cortesia de não perturbá-la no exercício das altas funções majestáticas: mas soubera tomar, nessa mesma polida reserva, uma atitude nobre e digna, como convém à única originária soberania, da qual são todos os poderes delegações.

Côncio de sua possança, o povo havia de achar no próprio seio a última palavra política: e portanto não carecera de a decifrar na sombria perspectiva das alturas. O pensamento da coroa, por certo muito respeitável e importante, tira toda força da opinião. Com ela pode o monarca tudo; é mais absoluto que César. Sem ela reduz-se a uma simples resistência temporária; é o voto de Catão.

Em países verdadeiramente livres não se observará a geral ansiedade destes últimos dias. Os partidos, as classes, os indivíduos fiarão mais da popularidade o triunfo completo de suas ideias. Nenhuma fração sisuda da opinião cometerá a fraqueza de ir acocorar-se ao redor da mesa do festim, para aguardar com a vista das iguarias; ou talvez saltar sobre as migalhas que porventura caíssem ao sacudir da toalha.

Devera a gente sisuda não aparentar só, mas sentir realmente, o tédio que inspira este arremedo do sistema parlamentar. Qual valor tem as pastas que a fortuna depara a qualquer, bom ou mau, na porta de sua locanda, em horas mortas da noite, à sombra do mistério, como uma aventura galante?

O poder é o velocino de ouro, guardado pelo dragão. Só é digno dele quem o conquista pela virtude e talento, em pleno dia, à face do país. Se para obtê-lo o homem público mentir à fé dos princípios, ou estende ao óbolo a mão súplice; ele torna-se labéu, que só podem apagar prestantes serviços à pátria.

Entretanto organizava-se o gabinete.

Conhecida a nova combinação, ficou bem patente o fato da continuação da mesma política; com especialidade a respeito da guerra, que há de ser o aneurisma desta atualidade. O ministro daquela repartição é o mesmo em um e outro ministério. Parece que sua demissão foi concedida unicamente a fim de se tornarem possíveis os instantes esforços para sua volta ao poder!

O elo que prende os dois gabinetes não podia ser mais sólido. O principal ministro repetido; os outros escolhidos entre os mais dedicados aderentes da política progressista; presidente ou chefes da maioria.

As revelações feitas no parlamento, há dias, patentearam a triste certeza.

O nobre Marquês de Olinda assombrou o país com a sua confissão extrema. Declarou que o ministério há muito estava em desarmonia, agravada afinal. Não obstante, a coroa insistia na continuação do gabinete e só lhe concedeu a exoneração à vista de documento autêntico.

O Conselheiro Zacarias narrou a sua epopeia ministerial. Digo epopeia, e não romance: o nobre estadista, ao passo que invectiva este gênero da literatura, cultiva o outro; é sobretudo apreciador do Tasso. Não faço injúria à sua gravidade, qualificando assim os três dias heroicos.

Há nas metamorfoses de Ovídio uma luta admiravelmente descrita entre Hércules e Aquelon. Recebe o rio o primeiro embate do adversário sob a forma varonil; vencido nessa prova toma de repente o aspecto da serpe; estrangulado pela mão possante de Alcide, surge então como um touro, para ser enfim domado.

O presidente do gabinete de 2 de agosto mostrou-se digno êmulo do grande poeta. Também teve ele três dias, em outras palavras, três formas e afinal foi vencido. Podia terminando a narração de sua desfeita repetir o verso de Ovídio: "Meu vencedor é tão grande que ele me consola de sua vitória". *Magnaque dat nobis tantus solatia victor.*

A verdade nua e bem descarnada é esta: o poder moderador sustenta a todo o transe a situação; e os corifeus dela, tão reservados ontem, vêm hoje alardear ante o parlamento a sua missão imperialista, agitando aos olhos dos ambiciosos o símbolo sagrado.

Não tenho preconceito aos nomes; todos se podem reabilitar servindo bem o país. Não tenho ódio aos homens; guardo em mim um tesouro de reconhecimento e admiração para aqueles que obtenham salvar nossa pátria.

Entretanto ainda não consegui dissipar o sentimento de funda tristeza que me entrou com a solução da crise.

Malogro de esperanças para um partido, não; a questão capital não é a da política interna, mas a da honra e decoro nacional. Impressiona sobretudo nesta mutação de cena a robusta solidariedade a respeito dos negócios da guerra. Os dois gabinetes neste ponto se aderem estreitamente; nenhum vestígio aparente de juntura entre eles.

É presidente do conselho do 2 de agosto o mesmo do 15 de janeiro, que encetou em Montevideu a célebre política internacional das impressões; ministro da guerra, o mesmo que referendou a capitulação de Uruguaiana, e aprovou o Tratado da Tríplice Aliança.

Que ilações, meu Deus, não vai o bom senso do país tirar deste fatal conjunto de circunstâncias, sem dúvida fortuitas! Parece-me ouvir já a voz sentida da nação articulando estas palavras lastimosas:

“É verdade, então, o que murmuravam os boatos rasteiros? O erro deplorável desta guerra vem de cima. Ideia talvez sugerida pelo atentado da Grã-Bretanha, e incubada, aproveitou o primeiro ensejo para surdir. Entrava nos altos desígnios que o Brasil se tornasse estado guerreiro!” “A capitulação de Uruguaiana, a locação do império às repúblicas do Prata sob o título de aliança, a longa impertinente apatia dos generais, o desconchavo da direção da guerra; tudo isto se praticou não só com o assentimento, mas também com a adesão e aplauso de quem jurou defender o Brasil!”

Oh! não, brasileiros, repeli semelhantes ideias. Conheço que elas rebentam naturalmente dos acontecimentos que vamos testemunhando e malgrado se apossam do espírito.

A história contemporânea está lembrando que a aparente neutralidade de agora não foi guardada há poucos anos; em 1862, quando a câmara derrotou o 24 de maio; em 1863, quando a maioria manifestou oposição ao 30 de maio.

Houve então firme iniciativa e até contra os estilos parlamentares

Erat in fatis. Já estava decidido o pertinaz afastamento dos estadistas, cuja prudência houvera evitado a máxima parte dos graves erros cometidos posteriormente. A prudência é a virtude dos conservadores, como é o entusiasmo a virtude liberal.

Compreendo que todas estas acerbas reflexões acudiam à mente nacional; mas cerrai-vos obstinadamente a elas; expeli e, caso já se radicassem, extirpai-as de

vosso espírito brasileiros, como uma praga horrível. A fatalidade pesa sobre o império americano; é ela sem dúvida quem urde os acontecimentos de modo a enlevar a majestade, talvez sua maior vítima.

Não desertemos desta fé. Abracemo-nos todos durante os dias de tribulação com o trono; se agora ele parece oscilar às refegas da calamidade, será em todos os tempos a arca santa da salvação. Os povos têm sua índole como os indivíduos; a monarquia é a índole do Brasil. Nasceu o império com ela; não deve, não pode perdê-la sem perder-se.

Em 1831 nos estreitamos com este mesmo trono. Não estava ele ainda vazio da razão viril, e somente ocupado pela inocência infantil? Por que não havemos nestes tempos difíceis de renovar o mesmo ato de patriotismo, ofusque embora o esplendor da coroa uma névoa incômoda?

É necessário ao holocausto mais sangue e suor? Aceitemos de bom grado o sacrifício, povo brasileiro. Imole-se tudo, exceto virtude e dignidade, aos deuses adversos, para que nos deixem eles perseverar na fé da monarquia e no amor do trono. Dê o Brasil ao mundo o grande e sublime exemplo da prudência de uma nação que, tão provocada à resistência, se abstém e resigna.

Demais, quem sabe! Talvez que semelhante insistência seja no juízo da coroa, em vez de solidariedade, uma completa abstenção a respeito da situação atual. Não quer o soberano truncar a obra progressista; deseja que seus autores a levem a cabo ou sucumbam completamente ao peso dela. O documento exigido da renúncia do gabinete passado é uma prova do conceito em que tem a liga. De quantos outros já não se achará munido, para mostrar à posteridade o erro, primeiro, e depois a pusilanimidade, dos chefes da situação?

Infelizmente o país é a matéria vil desse processo; e os inventores de sua desgraça vão a um e um tomando posse do senado brasileiro. Ali recostados negligentemente ao espaldo das poltronas vitalícias se distraíam eles em tecer chistosos epigramas.

Confie também o povo na força misteriosa do disparate que tanto há nos governa. Temos visto nos últimos anos tais aberrações dos acontecimentos, que a mais estranha surpresa não somente já não causa espanto, mas deve entrar em consideração, como uma das soluções mais naturais a qualquer situação política.

É por esta lente que deve ser observada a fisionomia do novo gabinete.

Saído do íntimo seio da maioria, talvez seja devorado por ela própria em sete dias, ou afagado pela oposição durante sete meses. Nada também mais passível

do que transportar-se de repente esse umbigo do partido progressista para um ventre conservador ou liberal. Seria esta de todas a maior desgraça política.

O Conselheiro Zacarias foi o presidente do gabinete que festejou os arreganhos marciais do infeliz General Neto; e soprou a primeira centelha do grande incêndio que nos devora, ordenando ao nosso plenipotenciário a apresentação do *ultimatum* de 4 de agosto. Nada mais incoerente, e portanto mais racional nesta época, do que apresentar-se agora o mesmo estadista, sectário acérrimo da paz, sacrifique embora para obtê-la a todo transe a dignidade do país.

O ministro da guerra andou transviado até o presente; entregue exclusivamente à parte mais grosseira da administração, desdenhou a alta direção da campanha do Paraguai. A esta acefalia se atribuem os erros crassos diariamente cometidos no comando de nossas forças; bem como a inércia vergonhosa em que ali jazemos ainda. Por isso que o mesmo estadista continua na pasta, deve o país esperar, sempre pelo despotismo do absurdo, que o ministro ontem coato entre na plenitude de seu incontestável talento e imprima à guerra um forte impulso.

A Deus praza que essa influência irresistível do absurdo não acarrete dois males que são de temer.

O presidente do conselho dizia no senado em princípio desta sessão que o país carecia especialmente de uma política firmada sobre a base da moralidade. Acaso lamentaremos a inversão deste pensamento e, durante o governo de um homem probo, assistiremos ao espetáculo pungente da corrupção a roer a carcaça deste infeliz império?

O outro mal é o naufrágio de um caráter são, de repente arrebatado pela voragem. O atual ministro da justiça pôde resistir até aqui aos ímpetos da torrente: e contudo muitas vezes as espumas da vaga o salpicaram. Agora lá o arrasta o turbilhão! Terá o país mais tarde, passada a procela, de encontrar sobre a areia, entre tantos outros perdidos, os despojos desta boa reputação?

Quando tanto precisamos de homens puros e capazes, em todos os partidos, a perda de um nome será uma calamidade.

Chego ao termo.

É o momento de retrain-me ao silêncio. Se a intenção não existisse, o fato da mudança ministerial era bastante para inspirá-la. A grande questão atualmente é a guerra; ela significa a reparação da honra nacional e a salvação do império: a política interna importa pela decisiva influência que tem na solução daquele problema.

Se o gabinete de 2 de agosto vem ativar a guerra e concluí-la com honra, o que é possível pela lei vigente da anomalia, não quero ser um estorvo, mínimo embora, a sua marcha. O grão de areia que se introduz entre os eixos pode, não obstante sua miudez, emperrar a grande máquina.

Afasto-me, portanto.

Não levo, ao meu retiro, nem a satisfação do triunfo que aplaca o ardor, nem o desengano que abate a coragem. Se ainda o povo brasileiro não tomou a atitude de um povo livre, não perdi contudo a esperança na sua reabilitação.

O lavrador depois que sachou a terra e acabou o plantio se entrega ao descanso, tanto para refazer as forças, como para dar ao grão o tempo de abrolhar. Também eu estuei durante longas soalheiras a sachar o chão duro e sáfaro da opinião; também aí lancei a minha ideia.

Assim não avele a semente. Forre-me Deus à tarefa ingrata de revolver outra vez e dilacerar as entranhas de uma nação!

6 de agosto. ERASMO

AO VISCONDE DE ITABORAÍ: CARTA DE ERASMO SOBRE A CRISE FINANCEIRA

Honrado Visconde,

De todos os epítetos que vos cabem e andam constantemente unidos a um nome tão puro, escolho o menos cediço neste período de decadência. É sobretudo como tipo de probidade, política e civil, que vossa pessoa destaca na atualidade. Não sois o único, porém um dos poucos contra quem não se atreveu ainda a maledicência.

O país regozijou-se contemplando a posição que ultimamente assumistes no Senado brasileiro. Destes um grande exemplo que há de ser profícuo. Como Odilon Barrot, entendeis que “o desânimo para os homens políticos é uma deserção à causa pública”.

Enquanto a política dos últimos tempos se dirigia só pelo pensamento de dispersar os partidos e estragar seus chefes, retraístes ao silêncio. Sincero monarquista, vos esmorecia a ideia de abalar a grande instituição, travando luta com uma ordem de cousas que afirmou decorrer do alto.

Este nobre escrúpulo é da alçada da própria consciência; não o discutirei, tanto mais quanto já entrou no domínio dos fatos consumados.

Atualmente vossa posição é outra; não mais de abstenção, porém de resistência.

Já não se trata da ingrata exclusão de um partido e do menoscabo de notáveis estadistas, questões domésticas da política. São os destinos da pátria e a estabilidade daquela mesma instituição, cujo respeito vos tolhia e aos vossos amigos, que perigam.

As palavras severas que proferistes no Senado comoveram a opinião. Qual for a sorte que ao Brasil reserve a Providência, reste-lhe de tantos males este consolo: que nos dias da tribulação e angústia se achará com os melhores de seus grandes cidadãos.

No retiro onde vos acolhestes das antigas lides, foram um depois do outro os jovens estadistas que oprimia o imaginário círculo de ferro prestar, coagidos pela necessidade, plena homenagem à vossa consumada experiência. Não vos mostrastes, então, avaro dos cabedais acumulados, como tinham direito aqueles a quem pretenderam encostar à guisa de inúteis medalhões.

Infelizmente as luzes, que de bom grado infundia vosso conselho no espírito dos improvisados financeiros, desmaiavam ali, ou se dispergiavam em constantes oscilações. A situação econômica do país, que pudera ser próspera atualmente se a dirigisse um estadista de vosso quilate, desandou ao ponto de chegar ao estado aterrador em que neste momento se manifesta por todas as faces.

Em países de opinião viva, sempre que uma questão por sua importância e gravidade ressalta na superfície da atualidade, os grandes talentos profissionais logo se apoderam dela e a saturam de razão e ciência. Entrando nos canais da circulação, os luminosos pensamentos filtram pelo espírito público: e a verdade surge afinal, semelhante a uma flama cintilante. Os estranhos, como eu, à especialidade não têm mais que abrir os olhos para receber a luz em cheio.

Quando, porém, falta a seiva da opinião para alentar a discussão e o estudo, as questões mais salientes não provocam a atenção dos mestres senão como assunto de curiosidade; ficam dormidas no gabinete as sábias lucubrações, e o espírito público, estanco, não reflui as ideias suculentas que geram a convicção. Então, cada cidadão, atônito ante a assustadora perspectiva econômica de seu país, não achando na circulação um pensamento para o confortar e dirigir, busca instintivamente dentro em si, no âmago da própria razão, essa confiança que lhe não influi a sabedoria recôndita ou estagnada.

Assim aconteceu comigo. Há dias surpreendi meu espírito a submergir-se pelas profundezas da questão econômica, onde tantos engenhos bem reputados já soçobraram. Trouxe dessa exploração uma ideia, que venho submeter à vossa experiência, como o merecido tributo ao abalizado entre os nossos financeiros. Nada sou nesta ciência em que professais; não pretendo mesmo ao título de discípulo da escola que vos reconhece por mestre. Mas toda a ideia, como todo o produto, é útil; essa criação do espírito, ainda mesmo erro, significa um elo na cadeia da opinião, da mesma forma que toda a criação da natureza, imundície ou monstro, se prende à cadeia universal dos seres.

Se, na minha opinião, houver bom germe, este vingará à sombra de vosso nome; caso não passe de uma ilusão do espírito crente e ansioso do bem público, ainda assim estimulando em vossa mente o senso da crítica, próprio da verdadeira ciência, talvez seja ocasião para nova e sempre útil meditação.

É original a ideia, neste sentido, que me foi ela incutida pela própria observação; recebi-a diretamente dos fatos atuais. Não é nova, porém, a lembrança; se não em sua íntegra, ao menos por fragmentos tem ela já subido à tona da publicidade. Indica esta circunstância que é ela de boa semente, pois vem espontaneamente em vários espíritos.

Ninguém melhor que vós, honrado Visconde, conhece a nossa atual situação econômica e o curso das causas que a produziram e vieram desenvolvendo desde anos anteriores. Houvera, pois, impertinência em quem se propusesse a instruir-vos do que aprendeu em vossos trabalhos recentes.

Careço, porém, de expor a fisionomia da crise, como a vê o relanço de uma vista acanhada, porque este é o quadro dentro do qual deve ser traçado o esboço de um plano qualquer para a restauração do nosso crédito.

Desenha a atual situação econômica um traço bem saliente, a confusão de crédito.

Em todos os países de grande movimento industrial, destacam-se incisivamente as duas espécies de crédito, mercantil e predial. Ambos giram em uma esfera distinta; se rara e indiretamente se atingem, é acidente imperceptível que não perturba a marcha regular de ambos os motores.

Os capitais ativos e arrojados, que se aventuram nas transações com a ambição de multiplicar-se, alimentam o crédito mercantil, essencialmente móbil, rápido em suas evoluções, inexorável em seus empenhos. Em muitas praças esse fundo rolante do comércio arrasta uma parte das reservas particulares, cabedal civil que procura nesse emprego arriscado maior juro.

Os capitais modestos e sedentários que aspiram de preferência a uma renda módica, porém segura e permanente; esses, a quase totalidade da riqueza monetária civil, entretêm o crédito predial, de natureza imóvel, como a propriedade sobre que reside, lento na sua marcha e paciente no reembolso desde que o prêmio for pontualmente satisfeito.

No Brasil os dois créditos se acham envolvidos um no outro, e tão aderentes, que raro banco ou capitalista não os terá confusos em sua carteira e talvez no mesmo título. Todas as nossas transações se prendem por filamentos mais ou menos longos e tortuosos à lavoura, grande raiz de toda essa ramificação.

As causas da anomalia são conhecidas e atuaram em sentido divergente:

De um lado o vício do nosso regime hipotecário afugentava os capitais particulares desse emprego: era aí que pululava a fraude e a usura e se colhiam os lucros enormes, porém arriscados. Esse torvo caráter do crédito predial infundia no dinheiro civil o mesmo pavor que em outros países a agiotagem mercantil.

Ao inverso, a boa fé proverbial do comércio brasileiro, a serenidade em que tinha sempre corrido a nossa existência industrial, quase virgem de grandes

estremecimentos, deviam inspirar nos particulares a maior confiança, e atrair a esse emprego considerado seguro e lucrativo suas economias.

Privado, assim, absolutamente dos subsídios que lhe podiam dar os capitais civis, o crédito predial, especialmente o ramo agrícola, teria perecido e com ele a lavoura, se o comércio embora sob onerosas condições não fosse em seu auxilio.

Assim, operou-se a mistão dos dois créditos; e dessa mistão derivaram mui naturalmente, como vou demonstrar, as dificuldades que travam a situação econômica do Brasil neste momento.

O crédito, ninguém o ignora, é um mero instrumento do capital, que serve para lhe acelerar a marcha, como o vapor precipita a rotação de um cilindro. A mesma soma de capital que, privada do impulso do crédito, apenas realizaria em certo período uma evolução, pode, tocada pelo motor, completar, dentro do mesmo espaço, três e quatro.

Essa rapidez, porém, varia consideravelmente entre as duas espécies de crédito; em nosso país mesmo, a proporção é enorme; o crédito mercantil funciona por meses, o agrícola, por anos.

Desde, pois, que esse último crédito enleava-se no outro, a consequência necessária era entrar a marcha acelerada das operações mercantis jungindo-as à lenta e tardia amortização das dívidas da lavoura. Cada nova letra agrícola, que ia, por intermédio dos comissionários invadindo o domínio do comércio, entorpecia a porção do capital circulante servido por essa fração do crédito mercantil.

Há entre a soma das operações ânuas de uma praça e seu capital rolante um justo equilíbrio, que não se rompe impunemente. Se as operações excedem às forças do capital, dilatadas pelo crédito até o limite racional, a liquidação logo corrige essa exorbitância; se, ao contrário, o circulo das transações se acanha, o crédito retrai-se naturalmente, e o dinheiro abunda.

Ninguém ignora que problema difícil tem sido, nos mais adiantados países, este de fornecer capitais à lavoura. No Brasil, país novo, onde se pode dizer que a grande propriedade está ainda em gestação, e onde por conseguinte não há sobras, é fácil de apreciar os efeitos desse desvio do fundo comercial para a lavoura.

Exaurido a pouco e pouco o crédito mercantil, e indiretamente imobilizado, a consequência devia ser ou a paralisia do comércio por falta de seiva, ou a

extravase da emissão bancária além de suas margens naturais, para poder servir conjuntamente o comércio e a agricultura, que dela se nutriam.

Nestas circunstâncias, o centro e diretor de nosso crédito, o Banco do Brasil, julgou com acordo do governo preferível o último arbítrio, que figurou-se um apelo para o futuro, enquanto o primeiro era aniquilação da indústria nacional. Não é ensejo de instituir exame a respeito desse passo, encetado em princípio com certo receio e afinal sob a influência de acontecimentos aterradores. O fato está consumado.

Com a suspensão do troco das notas em ouro e a elevação ao triplo da emissão em setembro de 1864, coroou-se a latente revolução que se operava desde a criação do Banco do Brasil.

Nessa revolução entrara um elemento secundário, que é oportuno assinalar.

Sempre que um instrumento qualquer de progresso é de novo introduzido em um país, enquanto não se forma certa experiência e destreza no seu emprego, aparecem necessariamente muitos erros e até desastres. Assim devia acontecer no Brasil com o crédito e a associação, cujo desenvolvimento data de quinze anos. Pouco afeito ainda a manejar essas duas poderosas máquinas da indústria, o comércio brasileiro foi vítima da mesma ilusão de outros povos; acreditou que o crédito criava capitais e os multiplicava, quando sua verdadeira e legítima função é unicamente acelerar o giro do capital.

Dessa imperícia no manejo do crédito, junta aos abusos da associação, resultaram graves prejuízos. Certa massa avultada de mau papel se foi acumulando nas carteiras dos negociantes e banqueiros, e alguma dela chegou mesmo a penetrar na carteira dos bancos. A praça começou desde então a ressentir-se de um mal-estar, sintoma infalível de morbidez.

Entretanto, a liquidação se houvera feito com perdas inevitáveis, mas sem profundo abalo, se o crédito mercantil já não se achasse urdido com o crédito agrícola. Imobilizada grande soma de capitais, não sobrava bastante para efetuar a liquidação: esta equivalera a uma insolvência geral. A salvação comum fez convergir, portanto, os esforços de todos para o adiantamento indefinido desse grande balanço que estremecia a praça.

Mas há um cúmulo também para os fatos; atingindo ele o transbordamento, é necessário e fatal. Em setembro de 1864 parece que havíamos chegado a esse ponto, pois a crise, por tanto tempo paliada, fez enfim explosão.

O alargamento da emissão do Banco do Brasil veio encher os claros deixados pela queda das casas bancárias e aniquilamento de considerável porção de

valores, bem como pela retração dos depósitos particulares. Com este auxílio pudera o comércio lentamente operar a liquidação, se novas e instantes necessidades não se estivessem criando a cada momento, que exigiam maiores avanços.

A lavoura atravessa também uma crise; os braços escasseiam de um lado; do outro se tentam melhoramentos dispendiosos. Estas causas já de si poderosas, acrescidas à carestia das subsistências e aos efeitos de más colheitas anteriores, obrigam o agricultor a avultados empenhos, cujo alto prêmio os aumenta em rápida progressão.

Ora, ainda que se houvesse posto um limite aos empréstimos à lavoura, o que não era possível, bastavam os prêmios acumulados dessa grande dívida para que o crédito mercantil montasse além do nível elevado a que já o tinha subido a crise de 1864. Acresceu, porém, a guerra, que, afora seus efeitos ordinários, produziu na situação econômica do país dois fatos graves.

Foi o primeiro precipitar o escoamento dos depósitos bancários para o tesouro, criando, assim, de repente no mercado um grande vácuo, que não podia ser logo preenchido. Daí a maior inanição de uma praça já oprimida e extenuada pelo desenvolvimento da crise remota.

O segundo fenômeno, e mais grave, foi a completa monetização do papel bancário, como um meio sub-reptício de fornecer recursos ao governo. Consideram em geral os economistas, e entre eles M. Chevalier, como papel-moeda as notas bancárias inconversíveis. Há talvez excessivo rigor nessa apreciação: ainda mesmo inconversível, a emissão de um banco representa certa massa de operações e, portanto, um acerto de valores, que abona o reembolso: a suspensão do troco pode indicar emigração de metais, mas não penúria de capitais.

Quando, porém, se lança em circulação papel que não representa uma transação mercantil, e, portanto, não é substituído por títulos e valores; quando a origem e causa de semelhante papel é unicamente a garantia e compromisso do governo, qualquer que seja a forma e o nome, aí estão reunidos todos os característicos dessa moeda simbólica.

O governo, pois, monetizou aquele algarismo já avultado da emissão, que ele extraiu do banco. Com esta desgraçada operação agravou extraordinariamente a crise; pois, contagiando a parte sã com o vírus da parte contaminada, dissipou a confiança já abalada no primeiro estabelecimento de crédito. Melhor valera, como opinou o luminoso parecer do conselho de Estado, a emissão franca e legal de papel-moeda.

Assim, absorvido de um lado pelas necessidades crescentes do comércio e lavoura, exausto do outro pela tromba sugante do tesouro, o Banco do Brasil foi coagido a distender ainda o já amplo círculo da emissão. O triplo estava excedido, antes mesmo da repercussão da crise inglesa; a progressão deve ter continuado e há de continuar.

Eis, portanto, a situação econômica em seus traços fisionômicos: – Absorção do crédito mercantil em larga escala pela nossa lavoura, que não tem outra fonte onde se nutra.

Este é o contorno geral.

– Abatimento do comércio, já pela opressão de grande massa de papel da lavoura, já por graves prejuízos incubados que minam confiança.

– Exaustão da seiva mercantil pelo tesouro, que não só atrai os capitais volantes tocados pelo pânico, mas oprime e deprecia o papel bancário monetizando-o.

Estes são os perfis. Outros se poderiam traçar ainda, porém de mínima importância e apenas gestos efêmeros que sempre acompanham as crises.

Tal é o mal; qual o remédio?

Acometo agora essa parte, a mais árdua do assunto: se a patologia das crises sociais, como das crises animais, reclama grande observação, o tratamento delas depende não somente de muita experiência, porém frequentes vezes de uma inspiração feliz. Grandes financeiros ingleses deveram o começo de sua reputação a uma dessas cartadas atrevidas no jogo econômico do país.

Antes de buscar o remédio próprio, não seria supérfluo escolher a espécie dele. Todos o mal, físico ou moral, cura-se por dois únicos meios. Um violento, incisivo, rápido; é o sistema da ablação. Outro brando, paliativo, gradual; é o sistema da cicatrização. Quando a úlcera for perigosa e atacar apenas um membro prescindível do organismo, ampute-se a parte ofendida. Se, porém, já o princípio mórbido grassou por todo o organismo, o único meio é depurar.

A nossa crise econômica é desta última natureza. Pode-se afirmar que não há no comércio brasileiro uma só fibra que esteja inteiramente sã e intacta. Torna-se, portanto, necessário restituir a vitalidade a esses órgãos, separando com suma prudência aquela arte inteiramente corrompida, que por ventura esteja contagiando outra. Salve-se quanto for possível e somente sacrifique-se o indispensável.

O meio de alcançar esse fim desejado, o próprio mal o está indicando. Se o traço saliente da crise, seu esboço, é a confusão dos dois créditos, mercantil e

agrícola, o corretivo eficaz deve ser a mediata separação daqueles instrumentos.

Organize-se efetivamente entre nós o crédito agrícola que só existe na letra morta da lei hipotecária, ou na embrionária gestação dos títulos da lavoura, que atopetam os canais da circulação mercantil. Tenha o crédito imóvel um centro poderoso, como tem no Banco do Brasil o crédito móvel.

Fundado nesta corte um grande banco agrícola brasileiro, seu efeito salutar se faria sentir imediatamente pelo transporte da avultada dívida da lavoura que enche a carteira do Banco do Brasil para a sua sede natural. Todos os lavradores de firma abonada achariam no recente estabelecimento protetor da agricultura, a longo prazo e melhores condições, os fundos necessários para remir suas letras. Se há desse papel agrícola alguma parte ruim, não creio que seja em proporção que imponha ao Banco do Brasil enorme prejuízo.

Livre dessa superfetação opressiva das letras da lavoura e da sucção do tesouro, o crédito mercantil entrará nos seus trilhos. A emissão, descarregada pelo transporte da dívida agrícola e saldo da conta do governo, se retrairá imediatamente a ponto de recolher-se breve à esfera nacional do duplo, e sem compressão para que aí mesmo encerrada sirva às necessidades do comércio. Restituído esse estabelecimento ao estado normal, a consequência será o troco em ouro, que ponha termo ao fabrico infinito de um papel-moeda disfarçado.

No sentido de manter o Banco do Brasil dentro da esfera mercantil e evitar que outra vez exorbite, parece indispensável a revisão do estatuto. Nenhum papel que não seja de procedência e natureza inteiramente comercial, salvo fundos públicos, deve entrar na carteira desse estabelecimento. O governo saldará sua dívida e se absterá para o futuro de desviar de seu emprego natural os fundos mercantis.

Mas esse banco agrícola, de vastas proporções, como é possível organizá-lo nas presentes circunstâncias?

Esta é a grande questão, aquela que logo surge à mente dos que estudam a atualidade; questão complexa, que envolve mais de uma dificuldade: a formação de tão avultado capital como se faz necessário; a confiança para que esse capital busque um emprego que tem sempre em todos os países repugnado; a oscilação constante do valor da nossa propriedade rural junta à incerteza de seu título; os hábitos dos nossos lavradores, difíceis de submeterem-se à pontualidade e exatidão de um novo regime.

Vou expor meu plano: e, se não me ilude uma fagueira esperança, creio que ele remove uns e atenua outros desses óbices, prestando ao mesmo tempo às

finanças do Estado um serviço que elas estão debalde reclamando do comércio inânido.

Emita o Estado uma série especial de apólices agrícolas do valor nominal de um conto de réis, podendo fracioná-las por metade ou quinto O portador desta apólice seja acionista do banco agrícola, com direito a um dividendo máximo de 8% garantido pelo governo até a quota de 6% amortizável no prazo de cinquenta anos.

O banco agrícola, cujo fundo é representado em títulos de dívida pública, terá o direito de emitir até o duplo desse fundo O produto de emissão não pode ser empregado senão em empréstimos diretos à lavoura, à taxa de 10% e segundo um cadastro anual organizado pelo estabelecimento e aprovado pelo tesouro. Como base do máximo do crédito aberto a cada lavrador, se atenderá ao termo médio de sua colheita anual, à vista das faturas de venda nos cinco anos anteriores.

O lavrador mutuário hipotecará ao banco sua propriedade; obrigando-se a remir a dívida e pagar o prêmio por anuidade, na proporção da colheita que obtiver; contanto que em vinte e cinco anos se haja libertado completamente. Deste modo atende-se às vicissitudes da safra, compensando os maus com os bons anos.

Suposto que o banco empregue imediatamente dois terços da emissão, reservando o resto para novos avanços futuros, perceberá sobre o fundo real das apólices um prêmio de 13%. Deduzindo 3% para os gastos da administração; 2% para um fundo de reserva destinado à amortização das apólices; se repartirá pelos acionistas 8%, máximo dividendo.

Haja, porém, alguma falha nesse cálculo, de modo que não se possa, feitas as deduções, dividir 8%. O Estado, que garantiu esse máximo até a quota de 6% concorrendo com 1, 2, ou 3% para preencher a falha, teria feito ainda assim uma operação magnífica. Isto é por uma concessão; pois estou convencido que o banco jamais deixará de pagar aos acionistas os 8%.

Aí está formado o capital e impellido para a lavoura, por um empréstimo do Estado, o qual, servindo-se dele, ao mesmo tempo lhe garante o mais rendoso dos empregos seguros na atualidade: fundos públicos de 8% ao portador. Quanto à oscilação da propriedade rural e aos hábitos inveterados dos lavradores, são respeitados pela ideia de assentar as anuidades e o prêmio sobre a colheita, que forma atualmente a base das transações agrícolas.

Se o banco vier a liquidar-se, o que só pode suceder por falta de exação dos devedores, o Estado como fiador pelo capital e emissão ficará sub-rogado nas

hipotecas e poderá cobrar por via executiva sua importância e juros. Esta cláusula é rigorosa, porém justa; a lavoura não pode esquivar-se a garantir o Estado quando este contrai grandes compromissos para auxiliá-la.

Releva notar que o benefício da instituição não deve restringir-se à Corte: cumpre que o resto do país, tão pouco desvelado pelo governo central, participe do impulso. Em toda província onde apareçam tomadores de apólices agrícolas em proporção razoável, é justo criar uma caixa ou agência sob as mesmas bases.

Duas importantes objeções se levantam ao exame deste projeto: a existência de uma emissão inconversível, com certo caráter de papel-moeda, o que é um mal presente e uma das causas atuantes da crise; e o abalrotamento de um mercado já repleto, por essa nova grande massa de papel que vem obstruir os canais da circulação.

Sérias são ambas as objeções e, em face da ciência, não houvera réplica; mas um estado anormal não comporta de repente o rigorismo da teoria.

Temos uma grande emissão inconversível; acabar com ela de repente fora uma calamidade. Equivalia a sufocar a praça, a tirar ao comércio a respiração. O cerceamento há de ser gradual. Ora, substituir grande parte desse papel inconversível e eivado já da desconfiança, por outro novo e vigoroso, é um primeiro benefício que alentará a circulação.

Acresce que o novo papel agrícola não pode rigorosamente ser considerado inconversível. O produto das anuidades pagas pelos lavradores corresponde a uma soma igual de notas emitidas; no fim de cada ano, pois, tem o banco com que retirar uma fração de sua emissão ou preparar-se para a próxima conversão.

Quanto ao regurgitamento produzido pelo novo papel bancário, já se advertiu que parte é apenas uma substituição do atual, pois a emissão do Banco do Brasil desceria ao duplo. Uma grande sobra haverá sem dúvida; mas tudo induz a crer não produziria o temido efeito de pejar os canais de circulação por modo que chegue a obstruí-lo.

Nas circunstâncias anormais em que se acha o país, é necessário não só manter por algum tempo a circulação exagerada que as circunstâncias fundaram, como até alargá-la ainda mais, a fim de que as transações realizadas e os valores empenhados possam se desenrolar sem perigo do movimento mercantil e retrair-se gradualmente.

De primeiro lance parece absurdo o princípio de dar alas ao que se empreende restringir; tal é porém a lei da natureza, nas revoluções físicas, da mesma forma que nas revoluções morais. Proponha-se alguém a destrinçar o enredo de um fio: se lhe prenderem a meada de sorte que o enleio não se afrouxe será vão o intento. Carece relaxar os nós para desatá-los, abrir os passes e estendê-los para retirar as pontas.

Idêntico processo reclama a atual circulação: o papel bancário é o fio urdido a que se deve dar largas para o desenlear. Fora desse meio, só há, para tais nós gordianos, a espada de Alexandre, que nem todas as mãos sabem empunhar, e nem todos os tempos suportam.

Atenda-se também a outras circunstâncias próprias para desvanecer os receios daquela sobra de papel bancário. Com a instituição do crédito agrícola regularizam-se os empréstimos da lavoura, assentando-os sobre uma base mais sólida e conhecida. Valores suspeitos, que atualmente circulam no comércio sem título bastante e somente pelo respeito a certas firmas, devem de adquirir na praça o direito de cidade e, portanto, a confiança geral.

A circulação é, pois, alentada com esta revalidação de valores já existentes, mas agora precários pela sua natureza incerta. Demais, deve o banco agrícola produzir na lavoura do país grande animação e movimento com a inoculação de avultados capitais que fomentem nova produção e desenvolvam a atual. Aí estão, portanto, margens largas, por onde se possa espriar o pretendido excesso de papel, sem receio de refluxo contra o mercado da corte.

Uma última razão.

O governo tem de emitir grande massa de papel-moeda: e infelizmente já se atentou contra a constituição lançando na circulação bilhetes ilegais ou com o cunho do tesouro, ou com o cunho do Banco do Brasil. Quando vós, ilustre Visconde, o acérrimo adversário do papel-moeda, chegastes no conselho de estado a reconhecer aquela dura necessidade, não há quem a possa contestar.

À emissão oficial me parece preferível a emissão agrícola, embora dupla.

A emissão oficial, ainda singela, pesaria tanto ou mais sobre o mercado que a outra. Por um lado se concentraria nos mesmos canais já repletos e se acumularia sobre o papel do Banco do Brasil, ainda onerado com a dívida da lavoura. Por outro não ofereceria a condição salutar da amortização gradual dentro do prazo de 50 anos, nem o apoio de uma larga base hipotecária.

Está feito o esboço do plano. Das linhas gerais se deduzem suas vantagens reais.

São elas:

Para o Estado, a melhor operação no sentido de alcançar de pronto fundos bem difíceis de obter no momento: um empréstimo, pelo qual nas piores condições só pagará 3% de juro e cuja amortização lhe custa apenas a concessão da emissão.

Para a lavoura, a organização do crédito agrícola, que libere essa indústria dos gravames atuais, fornecendo-lhe fundos suficientes ao prêmio razoável de 10%, e vigorando-a com a seiva do capital.

Para o comércio, o alívio de seu mercado, obstruído pela grande massa de papel de lavoura; o desafogo da pressão do governo sobre a esfera de suas transações; e como consequência o pronto restabelecimento do equilíbrio por uma liquidação moderada.

Para os particulares, um emprego rendoso e seguro de suas reservas, muitas agora retraídas pelo pânico, e improdutivas, ou eivadas de uma tendência manifesta para a dissipação. É fato reconhecido que, além da destruição de capitais, a crise tem causado a dispersão de muitos e impedido a formação de outros. Quem não confia no dia de amanhã gasta quanto ganha e perde o estímulo de adquirir. Sob o consumo, e a produção desce. As veias que alimentam os capitais se escoam para o estrangeiro.

Sobre estas vantagens cumpre adicionar uma, indireta e complexa, em benefício de todos, do tesouro como das indústrias e particulares. A consolidação do nosso estado financeiro atualmente tão precário, restaurando todas as forças econômicas do país, não somente há de robustecer as posses abaladas e firmar os valores; deve também preparar uma área franca e sólida para o desenvolvimento do novo sistema de contribuições, que venha combater os futuros déficits.

Deixo entregue a ideia ao financeiro; aproveite-a ele se a julgar útil, se não abandone-a à veia da corrente que tudo arrasta, de envolta com o lixo desta atualidade, para o profundo abismo do ontem.

Limitei-me à simples explanação. Nesta oficina do trabalho intelectual cada um tem sua especialidade, como na loja do artista. A ciência forneceu a matéria-prima, o pensamento, nosso gesso ou mármore.

A mim, aprendiz, coube a obra grossa, desbastar o cepo; a vós, mestre, o fino labor, a escultura do pensamento de que há de sair estátua da lei.

AO MARQUÊS DE OLINDA

*Accinge, sicut vir, lumbos tuos;
interrogabo te, responde mihi.
(JOB, CAP. 33, V. 3.o)*

*Accinge, sicut vir, lumbos tuos; interrogabo te, responde mihi.
(JOB, CAP. 33, V. 3.o)*

Nobre Marquês,

Os monumentos ressumbram sempre n'alma de quem os contempla um sentimento de calma veneração, travado embora de certo ressaibo melancólico, exsudação do passado.

Sois vós, Marquês, um monumento da pátria; múmia da história brasileira, que, em obediência aos antigos ritos, ainda espera, patente à admiração dos coevos, a marmórea pirâmide. E ordene Deus conceder-lhe compridos anos e vigor bastante para reparar neste mundo os males que há causado.

É, pois, cheio de veneração que me aproximo de vossa pessoa. Ao penetrar os umbrais de uma existência política tão longa e trabalhada, sinto invadir-me um santo pavor. Afigura-se ao torvado espírito que devasso a lúgubre solidão de um panteon histórico e profano o jazigo dos mortos.

Aqui, receio pisar as cinzas de Vasconcelos, José Clemente, Paraná, e outros operários ilustres da grande obra de 1837; além, singular alucinação, vejo destacadas no vácuo lívido as sombras venerandas dos liberais conduzidas por Evaristo, Feijó e Vergueiro. Levantam-se do túmulo espavoridas e esforçam desprender a mortalha da mão ímpia que a dilacera!

Não tema o ilustre ancião desacatos de minha palavra. Ignorante das fórmulas aristocráticas e nua de brilhantes atavios, sabe ela todavia o que deve aos nomes gloriosos de sua pátria e às cãs veneráveis alvejadas nas lides nacionais pelo bafo das vigílias.

Sobretudo serene vossa velhice uma convicção. Não sou, Marquês, algum fosseiro de ruínas, desses que se deleitam com o aspecto sinistro da devastação. Longe de aspirar à ingrata missão de sapador de reputações, meu empenho sincero tem sido reparar os estragos do tempo, buscando restituir aos vultos ilustres o que hajam perdido no geral desmoronamento destes últimos anos.

Nunca, nos longos dias de vossa grandeza, passada e presente, ouvistes esta voz desconhecida ressoar, quer entre a chusma que solicitava o vosso favor, quer de envolta ao coro que vos deprimia. Virgem da lisonja, como do vitupério, ela representa já o eco da História, respondendo ao brado da consciência alvoroçada.

Disse um dia Luís XVIII a seu ministro Talleyrand: “A ambição não envelhece.”

Tendes com o célebre estadista, Marquês, vários pontos de íntimo contacto. Reputava-o, acima de todos os talentos que possuía, a fina astúcia; granjeou-lhe essa prenda foros do espírito mais sagaz de toda a Europa. Não é cortejo dizer que disputais com vantagem igual fama nesta América Meridional.

Era o príncipe grande dignidade da igreja de Cristo, que abjurou sem o menor escrúpulo para mais tarde abraçar de novo. Vossa predileção pelas matérias eclesiásticas é bem conhecida; sois o defensor da disciplina católica. Por isso e, a modelo do bispo, foi sob vossa dominação que a religião do Estado viu-se, com escândalo público e assistência do governo, assaltada na praça publica pelo mercantilismo.

Talleyrand, exímio aluno dos jesuítas, formulou a doutrina dos mestres na repetida máxima diplomática que “a palavra foi dada ao homem para ocultar o pensamento”. Não lhe ficou somenos seu ilustre êmulo americano; coligiu os princípios famosos da seita em um axioma administrativo: “é preciso resistir ao rei para melhor servir ao próprio rei”.

Os dois teoremas se valem: alcance vasto, grande profundidade, íntimo conhecimento da fragilidade humana são traços que logo ferem o espírito em ambos. O primeiro, porém, é mais escolástico; o segundo, mais prático. Há, naquele, filosofia; neste, sólida experiência.

Pouco se alcança em vendar o pensamento com a palavra, quando ela tem de sair a lume nos fatos. Muito ao contrário, se o ato que se produz e traz um nome fica não obstante órfão do agente inteiramente anônimo.

Tal é o sublime efeito do axioma administrativo criado para uso da Coroa. Um exemplo: resolve-se a partida do monarca para Uruguaiana; o presidente do conselho declara na assembleia geral que o ministério resistiu, mas a vontade imperial era imutável!

Outro exemplo: um gabinete impossível insiste na sua retirada, diante do estrago assustador que ele tem feito no país. O soberano exige sua continuação;

o ministério resiste; mas o profundo respeito à majestade move os grandes estadistas a permanecer no poder, contra sua consciência!

Reduzido o ministro a simples mola de resistência, calca-se, e ela cede. Às vezes ouve-se o sutil rangido, outras nada se percebe. Por tal modo os fatos da administração trazem consigo esse cunho equívoco e dobre que cinza a opinião.

São tais atos resultados da resistência ministerial? Provêm da vontade superior imutável, ante a qual se inclina respeitosamente o gabinete? Serviu-se ao rei contrariando sua vontade, ou subserviu-se excedendo-a?

A ninguém é dado perscrutar semelhante arcano. Vós tecestes, Marquês, com perícia consumada, este labirinto de Creta, onde o Minotauro ceva-se de virtude e pundonor, como outrora de inocência e beleza. Primastes sobre o diplomata, que apenas conseguiu urdir tramas.

Há um ponto em que o paralelo ficou incompleto. Talleyrand serviu a uma revolução e três dinastias adversas. Não tivemos, e queira Deus não tenhamos jamais senão esta abençoada, que nos deu a Providência. Faltou-vos, pois, espaço para desprender os voos ao vosso talento superior. Quantos homens célebres não sofreram essa depressão fatal dos acontecimentos?

Em compensação de semelhante lacuna quis a sorte que realizásseis a palavra dirigida a Talleyrand pelo homem que mais lhe apreciou a astúcia. Apesar da grande velhice...

Perdão, Marquês. Bem sei que os velhos têm, como as damas, certo fraco; não gostam que se lhes toque na idade. Mas, para quem descobriu a eterna mocidade, os anos que se acumulam tornam-se, ao contrário, uma faceirice. Vós sois, Marquês, como a bela Ninon de Lenclos, que aos oitenta fazia conquistas e afrontava as moçoilas com o brasão de haver enfeitado três gerações de mancebos.

Chegastes à idade em que outrora os pecadores se faziam beatos e agora os estadistas escrevem suas memórias.

As memórias dos grandes ministros são um inventário útil de suas ações e um roteiro seguro para os novos publicistas. As vossas, como as de Guizot, deviam primar pela riqueza do assunto. Havendo pertencido a todos os partidos, modernos e antigos a datar da constituinte, vossa autobiografia deve ser um tesouro inexaurível de lição e conselho.

Todos, desde o republicano até o absolutista, acharão nesse novo evangelho político um tema, um exemplo, uma epígrafe, para adornar sua doutrina. Estas

máximas serão para o futuro como os textos do Direito Romano, que servem aos rúbulas indistintamente para provar o pró e o contra.

Para vós, porém, não chegou ainda o tempo das memórias; estais com as mãos na obra. A ambição não encaneceu em vossa alma, venerável Marquês; ao contrário, parece que frondou e refloriu com as neblinas do inverno.

Na robustez da idade, quando o espírito se arroja, apareceis na História do Brasil dando um testemunho admirável de abnegação e modéstia. Retirastes do ministério, impelido pela convicção da própria insuficiência. Mais tarde, chamado de repente à alta magistratura da regência, vos cercastes de brasileiros eminentes. Repousando na imparcialidade das altas funções, deixastes que os obreiros gloriosos trabalhassem na restauração do princípio da autoridade.

É em 1851 que a ambição fermenta. Ligeira divergência vos arredou do gabinete de 29 de setembro. Neste incidente comezinho dos governos representativos, lobrigou vosso amor-próprio doído um propósito da parte de antigos correligionários de apelar-vos da posição elevada que ocupastes outrora no Partido Conservador.

Inoculou-se no coração esse mau pensamento e germinou. Tempo depois, em 1857, deitou ele os primeiros frutos, acres e perniciosos, como toda ideia que tem a raiz no ódio ou despeito. A mão que durante três anos sentira oscilar o edifício político abalado pelos tremores demagógicos travou, então, dos fragmentos do Partido Liberal e os manejou como aríetes para derrocar aquelas possantes colunas que haviam amparado o império nos dias da provança.

O Partido Conservador era ainda possante: resistiu ao primeiro choque, mas ficou abalado. Recolhestes ao silêncio para refazer as forças e espreitar a ocasião. Faltou, então, o chefe que dirigisse o partido e o preparasse para a grande e próxima luta.

Tínhamos homens de talhe para a empresa, uns pela ilustração, outros pela popularidade: Itaboraí, Uruguai, Eusébio, Caxias, Pimenta Bueno. Mas a Providência, que já começava a desamparar-nos depois de abater Paraná, esmorecia o coração dos vivos.

Quando, em 1863, ressurgistes dos limbos de uma pasmosa mistificação, os conservadores não estavam em seu posto de honra para resistir-vos. Travastes da acha ministerial para devastar o partido estremecido.

Poucos anos depois, vossos auxiliares, meros colonos do poder conquistado com seu esforço, mortificaram por sua vez um amor-próprio tão susceptível.

Organizastes o atual gabinete para debelar a revolta dos liberais. Depois de os haver atado ao carro triunfal, conquistador os remeteu para os gladiadores. Não os salvou do anfiteatro o sacrifício pagão ao minotauro.

Deveis sentir, Marquês, imenso gáudio contemplando vossa obra. Enchestes com o vosso nome o livro do segundo reinado: rara é a página em que não figure ele no alto. Estreastes regente; era natural que acabásseis vice-rei. Poder moderador responsável, cobrindo o poder moderador irresponsável, representais o tronco rugoso e vetusto de oculta e possante estirpe.

Quem o dissera?

O ancião, carregado de anos, mais velho que o século e o império já fatigado das lutas ardentes, sobrepujou uma plêiade de varões fortes, ainda robustos na idade e talento. Enquanto estes truncavam por um pânico incompreensível o livro de sua vida ilustre, o ancião abriu nova era a uma existência que parecia já selada, como um testamento, para a história.

Vencestes, nobre Marquês; vencestes, como o velho Saul venceu Davi. Vosso orgulho deve estar satisfeito; mas a consciência há de ter sofrido lanhos profundos, daqueles que nunca cicatrizam.

A sisudez, que é o pudor da velhice, curtiu certo bem duras humilhações. Nelas sem dúvida se aguçou vosso espírito para o trocadilho e a argúcia, que ultimamente cultivava com desvanecimento.

Nos dez anos fatais, quanta calamidade não choveu sobre esta mísera pátria! A desmoralização do governo, a corrupção infrene, o descrédito público, a ruína das finanças, o aniquilamento da indústria e, finalmente, a guerra ladeada a uma pela vergonha e pela miséria!

Não vedes, através do enredo confuso dos acontecimentos, o fio misterioso da trama, que de liço em liço conduz à vossa pessoa?

Foi à sombra do nome ilustre do antigo regente e, com o influxo de suas palavras, que se consumou o extermínio ou o banimento de quanto havia de melhor e puro.

Levantaram-vos um pedestal; recebestes logo, à guisa dos deuses, um atributo expressivo. Como Júpiter se chamava Olímpico, e Plutão o Indomável; vós, Marquês, começastes a ser conhecido entre os inúmeros devotos pelo Venerando. Nada se fez então que não fosse colocado sob tão valioso patrocínio.

Data de 1857 a asseveração insidiosa que derramou-se no país de uma sonhada oligarquia, solapa essa com que se minou a opinião pública e as justas reputações nela cimentadas. Quem trouxe das altas regiões esta curiosa descoberta do círculo de ferro, senão vosso gabinete de 7 de maio? Quem primeiro deu o exemplo das mesclas ministeriais, com o intento de enxertar um em outro partido? Quem levantou de repente da obscuridade onde jaziam os homens sem experiência e traquejo que vieram desgraçar a pátria?

Tal é vossa obra, Marquês, nem toda de vossas mãos, porém a maior pane segundo o risco e esboço. Creio que era boa a intenção; demolistes na ideia de reconstruir melhor e mais duradouro. Não o alcançastes; faltaram as forças ou os materiais, senão ambas as cousas.

Até aqui a voz da história, a voz póstuma que há de falar da posteridade à vossa memória contrita. Eleve-se agora outra; a palavra severa da pátria, solícita da glória de seus filhos e aflita no seio da tribulação. Desprende a alma das contrariedades que a agitam neste momento, entrai em vós mesmo e ouvireis:

Accinge sicut vir lumbos tuos; interrogabo te, responde mihi.

Cinge tua consciência, ilustre velho, para responder à pátria que interroga: Fiz-te poderoso; da obscuridade em que nasceste te elevei à memória da posteridade. Agora, no último estádio dessa gloriosa carreira, persistes em sepultar para sempre teu nome sob as ruínas da pátria? Enchi-te de bens de toda a sorte; dei-te riqueza, poder, lustre, honras; distribuí contigo, filho pródigo, favores que bastariam para saciar a ambição de muitos. E, quando eu gemo e sofro, tu dormes à sesta e consentes que os convivas de teu banquete tripudiem sobre meu corpo exânime? É digno de um estadista de tua altura, de um brasileiro de teu caráter, esse papel mesquinho que estás representando de estribeiro-mor da política, incumbido de montar facções que me dilaceram e aprear partidos que me servem? A rija têmpera e fibra indomável que hás mostrado, com assombro de todos e vergonha desta mocidade indolente, não sentes que devam ter mais nobre emprego do que o serviço doméstico de teu amor-próprio ofendido?

Marquês! A pátria vos clama da profundidade da sua miséria. Ela tem direito de exigir a salvação do filho, seu primogênito de quantos lhe restam da benemérita geração de 1823.

Fazem trinta anos que congregastes ao redor do trono o Partido Conservador; e o país foi salvo. Então, só um órgão político era atacado: o princípio da autoridade. Atualmente, o mal invadiu o corpo social; a monarquia, a religião, a

liberdade, os costumes, a honra, a propriedade, todas as vísceras importantes estão ulceradas.

O instrumento de salvação, o mesmo que serviu em 1837, aí jaz atirado ao pó e desdenhado. É o grande Partido Conservador, numeroso até na imobilidade, forte ainda no abandono. Como a espada ilustre dos grandes capitães, ninguém ousa empunhá-lo por acatamento às gloriosas reminiscências.

Vossa mão, porém, Marquês, já lhe conhece o peso e o sestro. Erga-o ela do canto onde o arremessou e ponha-o ao serviço de uma causa santa. Fumem no altar da pátria, grata oferenda, as injúrias esquecidas, os ressentimentos apagados, os erros confessos.

A Providência, que em várias épocas se há revelado propícia à glória do nome vosso, traçou conceder-vos mais um favor subido e raro. Permitiu que pudésseis reparar os males de que fostes autor, nem sempre voluntário. Poucos estadistas receberam dela essa oportunidade de remir as culpas de seu passado. Uns são atalhados pela morte, outros se consomem no estéril arrependimento.

Dez anos de calamidade, dez anos, o período fatal de grandes catástrofes que a história comemora, a quarta parte de nossa existência dissipada, podem ser por vós resgatados nobremente em uma fração mínima de tempo.

Dez minutos de abnegação, Marquês, por aqueles dez anos de ambição! O país não exige muito. Uma palavra de conselho ao monarca por tanto desperdício do poder; e, em compensação, a serenidade da consciência e a gratidão nacional.

Sede como Nestor, de quem disse Homero que a eloquência divina fluía no areópago dos reis, como os frocos de neve desatam na límpida atmosfera. Desfie, assim, de uma consciência pura, o vosso conselho no coração augusto do soberano.

Recolhei no íntimo de vossa alma, como em um claustro, longe do burburinho e da miséria do mundo: conversai na solidão com as vozes íntimas; elevai-vos à esfera superior onde a mente se despoja das vestes manchadas ante o olhar da divindade.

Aí achareis a força de romper como esta situação que vos estringe como as serpentes de Laocoonte.

AO IMPERADOR: NOVAS CARTAS POLÍTICAS DE ERASMO

Nemini Cedo

PRIMEIRA CARTA

Senhor,

Não posso mais conter a veemência do sentimento que me assoberba. Uma voz funesta, que abala a nação até as entranhas; voz prenhe de calamidades percorre, neste momento, não já a cidade, mas o império.

E fostes vós, senhor, que a lançastes como um anátema ao país? Em princípio era um sussurro apenas que se esgueirava na sombra.

Agora já a opinião articulou distintamente esse verbo de revolução; o eco repercutiu no senado brasileiro.

Rompeu-se o véu.

Contudo, vacilo. Apesar da incompreensível coação em que desgraçadamente vos colocastes, não se concebe este estranho desfalecimento da majestade.

Será real que vossos lábios selados sempre pela reserva e prudência se abriram para soltar a palavra fatal? É possível que súbita alucinação desvaire a tal ponto um espírito sólido e reto?

Não creio, não posso, não devo crer.

Recebendo a nova incrível, a população ficou atônita. Voz nenhuma se elevou até o trono para exprimir-lhe o justo e profundo ressentimento do povo brasileiro: o espanto lhe embargara a fala. Porém que magnitude de eloquência nessa privação da palavra! *Quanta magna est inania verba*, exclamou Cícero observando o tumultuoso estupor do povo romano.

Escutai, senhor, o intenso respiro da nação: escutai-o antes que venha o estertor.

Rara vez, e só em circunstâncias muito especiais, pode a abdicação tornar-se um ato de civismo admirável. D. Pedro I, vosso augusto pai, logrou um lance destes, que o consagrou herói da paz e da liberdade.

Sua missão estava concluída, havia fundado a monarquia brasileira, e criado um povo. A Providência que o suscitara para a realização desse grande acontecimento não permitiu que pusesse o remate à sua obra, educando a nação, filha sua.

Era estrangeiro. Esta nacionalidade ardente e impetuosa que exuberava do nascente império o rechaçou a ele, seu fundador, e mais vigorosamente que a nenhum outro. Dura lei, mas natural; germe que rompe a semente; efeito que elimina a causa.

Quando o ciúme de origem atingiu a sua maior intensidade, D. Pedro I, português de nascimento, deixou de ser um monarca, para tornar-se um obstáculo, uma anomalia. A mais veemente das paixões populares, o patriotismo, sublevou-se contra o princípio estrangeiro encarnado na sua pessoa.

Reconhecer a fatalidade da revolução, render justiça aos sentimentos naturais, embora exagerados, de um povo, e submeter-se singela e nobremente, sem pesar como sem ostentação, aos desígnios da Providência: são atos de heroísmo e dignidade que a posteridade aplaude.

Esta situação não é a do Sr. D. Pedro II, felizmente para o Brasil. Americano, como seu povo, com ele nascido neste solo abençoado, cresceram ambos ao influxo das mesmas crenças e das mesmas ideias. Não existe, pois, neste reinado o germe das invencíveis repulsões, que operam o divórcio entre o monarca e a nação.

Em tais condições, longe de ser um ato meritório e uma sublime virtude, a abdicação transforma-se em crime de lesa nação. É um grande perjúrio pelo qual respondem os reis ante Deus no tribunal augusto da posteridade.

Esta linguagem será minimamente severa, e talvez imprópria de um súdito que se dirige ao soberano. Mas, senhor, quando o monarca chega a falir daquela majestade inviolável de que o revestiu a vontade nacional, o cidadão agravado no seu direito, oprimido em suas crenças, é um remorso vivo, que se ergue perante a régia consciência.

II

Penetremos, senhor, nos seios de vossa alma; não há nela, estou certo, coisa que se tema de afrontar a publicidade. Meditemos ambos com serenidade as ideias que porventura levaram vosso espírito reto a este desvio incompreensível.

É acaso a guerra, e seu desfecho incerto, o motivo da vossa deplorável intenção?

Figuro uma conjetura.

O pensamento inicial da política externa que nos arremessou de chofre à campanha de Montevideu e, logo após fatalmente, à luta porfiada contra o Paraguai; o germe desta vasta complicação que envolve o país foi por vós lançado na marcha do governo.

Não basta. Depois de encetadas as operações militares, quando a guerra se patenteou às vistas menos entendidas em toda a enormidade do sacrifício; a vós unicamente se deve a temeridade com que nos precipitamos sem refletir em uma situação irremissível; dilema cruel entre a ruína e a vergonha.

Em uma palavra; fostes o princípio e sois a alma da guerra. Vosso pensamento a inspirou; vossa convicção a alimenta; as forças vivas de vossa personalidade, todas estão concentradas nessa aspiração grande, imensa, única, da vitória: e a vitória significa Humaitá arrasado, Lopes deposto, franca a navegação ribeirinha.

Admito todas estas suposições, que vos apresentam como inteiramente identificado com a guerra. Que razão maior resulta porém desse concurso de circunstâncias, para converter o diadema estrelado de que a nação brasileira cingiu vossa frente em coroa de espinhos?

Julgo compreendê-la.

As reservas da paz, e também os recursos ordinários, estão há muito esgotados pelas despesas exorbitantes. A população, não afeita às lides guerreiras, se esquivará porventura de fornecer novos e maiores subsídios de sangue; especialmente para uma luta avara das glórias e nobres entusiasmos que somente compensam estes sacrifícios cruentos.

É possível, portanto, que em um momento de cansaço e prostração, o império exausto, não da seiva que é opulenta, mas das forças que se relaxam; é possível que deseje pôr um termo à luta e assim o ordene.

Semelhante possibilidade não há brasileiro que a não repila com veemência, quando entra no seu coração e tempera-se ao calor de um santo patriotismo. Mas também raro cidadão cordato alonga os olhos pelos foscos horizontes desta guerra desastrosa, que não sinta escurecer-lhe a vista e vacilar o espírito.

Então, esmorecido por esta vertigem, o mais heróico e brioso sente o horror do vácuo. Nada espera, nada pode. Sua razão, perturbada pela imensidade da crise, se recusa ao trabalho da meditação. Ele sente enfim que nenhum homem tem o direito de arrastar sua mãe pátria à ruína, para vã satisfação de seus brios revoltados.

Vozes já se ouviram neste sentido. São o balbuciar da opinião, infantil ainda, para exprimir a vontade nacional. Olhos de longo alcance se dilatam pelo futuro e volverão espavoridos de sua medonha vacuidade. Daí as manifestações tímidas pela paz, insinuadas a espaços no espírito público.

Assegura-se que esta perspectiva de um desfecho à luta, antes de realizados vossos nobres desígnios, vos sobressalta. Vedes nessa paz não consagrada pela vitória esplêndida uma falência da honra nacional, página maculada para a história brasileira. Repelis, portanto, a solidariedade deste ato, não quereis rubricar com o vosso nome o que julgais seria o triste documento de nossa vergonha.

III

Estes sentimentos, cuja exaltação não discuto agora, são próprios de um caráter nobre e generoso. Mas, senhor, esquecestes uma coisa que deve sempre estar presente e viva na consciência dos reis.

Vós, monarca, cingido do esplendor da majestade, vós, o primeiro no Estado, não tendes o direito que reside no ínfimo dos cidadãos, no mísero proletário, como no vagabundo coberto de andrajos. Não sois uma pessoa; não tendes uma individualidade, não há sob o manto imperial que vos cobre o eu livre e independente.

A nação que vos fez inviolável e sagrado vos privou da personalidade. O coração é para os reis um deus lar, que preside à vida doméstica e ilumina as doces alegrias de família. Desde que o monarca sai deste santuário, anula-se o homem nele, e fica somente o representante da soberania nacional.

Vossa honra é a da nação como ela a sentir; vossa dignidade, a do império brasileiro. Quando o povo entenda que chegou o momento de acabar a guerra, e exprima seu voto pelos meios constitucionais, haveis de pensar do mesmo modo, senão como homem, infalivelmente como soberano.

Em vós está encarnado e vivo o grande eu nacional. Imagem da soberania brasileira, todos os sentimentos da nação devem necessariamente refletir-se aí.

Não há nas questões externas do país duas honras a vingar, a honra do império e a honra do imperador. O que pleiteamos nos campos do Paraguai não é a vossa glória, nem o nome vosso; mas sim o nome e a glória do Brasil. A ele, pois, a ele somente e a ninguém mais compete resolver em última instância esta questão da própria dignidade.

Este que vos fala, obscuro cidadão, pudera, caso o povo brasileiro aceitasse a paz indecorosa, repelir a cumplicidade do ato, exprobrar à pátria semelhante fraqueza, e até mesmo deserdar-se dela, se para tanto não lhe falecesse o ânimo. Mas eu, senhor, na esfera de minha humildade, sou rei de mim mesmo; e o monarca no fastígio do poder é o súdito de grandes deveres: por isso mesmo que é depositário de altas prerrogativas.

O pacto fundamental jurado entre um povo e uma dinastia, vínculo consagrado pela religião e pela honra, não se rompe assim bruscamente e a capricho de uma vontade. Nasce deste ato solene direitos e obrigações mútuas para a nação e o soberano. O trono não é somente um berço feliz, é um túmulo também.

Se, por qualquer divergência na política, o soberano tivesse o direito de resignar a coroa, também a nação que elegeu a sua dinastia pudera ao menor desgosto cassar a delegação da soberania ao seu perpétuo representante. Tornar-se-ia, portanto, o pacto fundamental, a carta da qual deriva o império da lei, o mais arbitrário e caprichoso dos atos humanos.

Debalde o revestiram de tantas solenidades e o consagraram pelo sufrágio nacional, se bastasse o capricho de uma vontade para o aniquilar. Pois o direito que não tem o menor empregado de abandonar o respectivo cargo sem receber sua escusa havia de ser tolerado no magistrado supremo da nação, naquele que faltaria não só a todos os ramos da administração, mas a todos os poderes e a todos os direitos?

Senhor, sois o primeiro cidadão brasileiro; o primeiro não tanto pela supremacia, como pela grandeza do sacrifício. A melhor definição desse título, que herdaste, de imperador, vosso augusto pai a escreveu logo após, na constituição. Jurastes ser o defensor perpétuo do Brasil, não somente nos tempos felizes, na monção das glórias e prosperidades, mas sobretudo no dia da desgraça. O maior e o mais onerado dos servidores do Estado, para vós não há prazo, nem repouso.

Qualquer que seja o desfecho da guerra, não tendes o direito de separar vossa dignidade da causa nacional. Um rei que, por sua desgraça, praticasse ato semelhante faria à sua pátria a maior afronta, jogando-lhe com a coroa às faces.

E haverá algum tão isento de pecha, a ponto de supor-se maculado pelo fato de continuar no trono do país que desistisse de uma guerra desastrada?

Se existira este monarca sempre solícito pela honra nacional, sempre susceptível pela dignidade do nome brasileiro, esse mesmo não teria em caso algum o direito de abandonar na humilhação a pátria descaída, que sua grande alma bastara para reabilitar. Seria falta de generosidade, embora justificada pelo rigor de uma consciência austera.

IV

A honra das nações, como a honra dos indivíduos, não está sujeita aos acidentes da ordem física. Estes podem influir no resultado de uma empresa, na realização de uma ideia; mas não modificam a intenção. A honra é um sentimento, um princípio; e não como pensam muitos, um sucesso ou mera casualidade.

Desdoura-se a nação que sofre impassível as afrontas a sua dignidade, mas não aquela que se levanta como o homem de bem, para repelir o insulto, e defender seus brios. Não importa para a consciência a vitória; ainda sucumbindo, um povo que o amor nacional inflama é uma coisa respeitável e santa.

Quando a nação ofendida tem grande superioridade de recursos em relação ao outro beligerante, deve por certo mortificá-la em extremo a dificuldade da vitória. Mas se ela empregou os maiores esforços em sobrepujar a resistência; se deu provas de abnegação e heroísmo na reparação de sua honra ofendida; não fica desonrada curvando-se ante a impossibilidade.

Neste caso estaria o Brasil. O que um povo generoso, possuído de nobre estímulo e cheio de valor pode fazer, o nosso o tem feito, senhor; e não obstante os agravos recebidos de seu governo. O sentimento da nacionalidade brasileira manifestou-se com arrojos de indignação e heroísmo, que admiraram as nações de Europa e América.

O Brasil se improvisou guerreiro em poucos meses. O rude operário com uma constância surpreendente se fazia soldado no dia do juramento, e veterano no primeiro combate. O governo chegou a assustar-se dessa afluência de bravos que ao reclamo de honra corriam pressurosos a vingar a pátria; e estagnou-lhe o curso, embora depois se arrependesse.

Não será, pois, um acontecimento qualquer, por mais cruel ao nosso orgulho nacional, que há de macular o nome deste povo tão susceptível no ponto de honra, tão impetuoso nos seus brios. Se a Deus aprouvesse experimentar-nos

com uma terrível provança, deveríamos resignar-nos, pois seríamos vencidos por sua mão inexorável, em castigo de nossos erros. Mas a honra ficaria intacta.

Longe, pois, de uma persistência obstinada e intolerante para atingir o resultado que desejais, a prudência aconselha outro procedimento. Convém declarar de uma vez ao país toda a extensão do sacrifício que a guerra exige, e ele, que é o único soberano, e o único árbitro da própria dignidade, decidirá conforme a sua consciência de povo nobre e honrado.

Não receio que ele se degrade. Se deixar-se abater um momento pelo terrível concurso de calamidades, que filhos imprudentes concitaram, tenho fé robusta na reação próxima. O Brasil sabe perdoar as ingratidões, porém não esquece as afrontas. Neste ponto, confio mais em nossa pátria do que vós, senhor, que vos lembrastes de a desamparar ao menor desânimo.

Este meio de ir aos poucos arrastando o país além de sua vontade, de acenar-lhe agora com um vislumbre de vitória para lhe pedir mais levas; e logo após figurar próximo o desfecho, que sempre se remove para mais longe, essa falácia me parece, além de pouco decente para o governo, excessivamente perigosa.

Um dia pode o país iludido aterrar-se ante a medonha perspectiva do futuro e exigir contas severas daqueles que o levaram de olhos vendados através dos precipícios. E não há nada medonho e funesto como seja a irritação dos cegos; dos homens, como dos povos cegos. O desespero que gera a impossibilidade de ver a causa de seu mal os impele a desfechar golpes tremendos. Almas, às quais estão cerrados os horizontes, se esforçam por atingir com a fúria o que não podem atingir com a vista; e é tudo o que as cerca.

V

Na maior expansão do amor que vos consagro, senhor, peço a vossa meditação neste assunto capital.

À frente de nossas forças estão os mais experimentados e os mais ilustres dos nossos cabos de terra e mar; a situação estratégica não é recente, mas bem antiga, para achar-se convenientemente estudada. Digam, pois, aqueles generais ao governo, e este comunique ao país a verdade inteira das previsões relativas à conclusão ou prolongamento da guerra.

Se é impossível a vitória, o que eu recuso acreditar; acabe-se uma luta vã de glória e só repleta de misérias e dores. Quanto mais depressa repararmos as perdas sofridas, mais prontamente arrebataremos o triunfo que por ventura nos escape da primeira vez.

Devemos vencer, porém, como tudo o augura, e faltam apenas os meios precisos? Abra-se, então, o governo francamente com o país; mas com o país real, aquele cuja seiva alimenta o tesouro e o exército; não com esse país simulado, do qual são representantes os maiores e acérrimos inimigos do Brasil. Esses nada recusam, porque nada lhes custa. Demitiram a pátria, desde que a transformaram em feira do estrangeiro. É gente que não duvida vender aos almudes o sangue e o suor do povo por alguns côvados de galão. Nunca o verso do poeta francês teve mais perfeitos originais: *Pour l'amour du galon prêts à toute livrée.* (Laprade)

É a combater essa corrupção espantosa que deveis aplicar toda vossa atividade e dirigir as forças da nação. Não se ilustra pela vitória, nem pelas conquistas industriais, um povo que a desmoralização contaminou. A lepra do vício produz no corpo social úlceras hediondas, que não escondem algumas folhas de louro e uns remendos de púrpura.

Regenerai a alma da nação; confortai-a na virtude vacilante. Este, sim, é trabalho digno da insistência do soberano; desígnio no qual a inflexibilidade será, em vez de erro, dever. Recordai, senhor, o que vos disse outrora nestas palavras já esquecidas:

“Quando a nação não ouça a paternal admoestação e se aprofunde no vício, deturpando a virtude, elevando ao redor do trono maus caracteres e almas prostituídas, então.... seria a circunstância única em que um rei teria o direito de abdicar sem fraqueza, abandonando à justiça de Deus o povo que delinuiu” (*Cartas ao Imperador – 7.a*).

Nada, infelizmente, nada fizestes ainda para arrancar o país ao contágio funesto da sórdida cobiça e feia imoralidade. Ao contrário, vossa indiferença a respeito de tudo quanto não concerne à guerra e vossa obstinação a respeito dela toleram coisas incríveis para quem estima vosso caráter.

Tudo barateais, tudo concedeis; o bom conceito de vosso nome, o pundonor da pátria, a inviolabilidade da constituição, os princípios vitais da sociedade; tudo, contanto que venham em troca munições e soldados para fazer a guerra. Queira Deus que estas levas guerreiras, arrancadas do solo brasileiro por tal meio, não reproduzam o exemplo das hostes que o Rei Cadmus tirou da terra com os dentes e a torpe sânie de um dragão.

Senhor, afogam-me o coração as efusões do muito que tenho a dizer-vos. Não posso de uma vez arrojear essas abundâncias da alma, acanhada para seu grande patriotismo, fraca para sua dor ante os males da atualidade.

Voltarei à vossa presença. Compelem-me não só os grandes interesses do país e do trono, como a valentia dos meus sentimentos.

Para mim, senhor, representais uma fé. É luz que talvez bruxuleia, mas não se apaga. Velo nesta crença augusta, como no fogo vestal de minha religião política. No instante em que se ele extinguir, creio que ficará na cinza dessa combustão o meu último entusiasmo. E talvez não haja seve para reanimá-lo jamais!

Não se nutre esta fé na dedicação à vossa pessoa: o que a fortalece é o zelo pelo grande princípio representado no Sr. D. Pedro II; o amor à dinastia, gêmea da pátria, pois nasceram juntas; e acima de tudo o receio de que decepções amargas e sucessivas derramem no país o tédio pelas melhores instituições.

Sou monarquista, senhor, como sou cristão, com fervor e entusiasmo, do mais profundo de minha alma.

O tipo de homem livre, do cidadão independente, não é o republicano, que se apavora com a ideia de uma delegação permanente da soberania. Visionário político, sonhando um nivelamento repugnante à natureza tanto moral como física, ele julga-se humilhado em sua dignidade, pelo fato de reconhecer um monarca; e não duvida fazer-se humilde vassalo da plebe. Entretanto que envergonha-se de respeitar a soberania nacional em um indivíduo, a acata na multidão, só porque é multidão.

Dignidade de algarismo que não compreende o homem de convicções. O monarca vive pela força moral; no povo reside a força física. Qualquer destas forças é susceptível de degenerar, em ambas há o germe pernicioso da tirania, com a diferença, porém, do alcance. Um rei pode ir até a ferocidade do tigre, não passa além; mas a multidão é uma voragem, um abismo, um hiato imenso e pavoroso da atrocidade humana.

Equivale o republicano ao ateu em política. Nega o ente superior com receio de amesquinhar-se em face dele.

O verdadeiro cidadão, como eu o compreendo, o homem livre por excelência, é aquele que se não assombra com o aspecto da majestade. Ao contrário, regozija-se vendo uma cabeça no grande corpo social; tronco degolado se a não tivesse; arlequim se a tivera postiça.

A existência de um poder supremo e permanente que porventura abuse da força e atente contra seus direitos não perturba a serenidade daquela alma livre; é como o varão justo, que venera a onipotência do Criador, mas não trepida nunca!

O mais belo exemplo de liberdade na história dos povos é o do cidadão que acha na rigidez da consciência a força de arrostar com a majestade e falar ao soberano a linguagem da razão.

Possa minha palavra, ungida pela veneração que vos consagro, calar em vosso espírito e sufocar aí as injustas prevenções que levanta uma desconfiança recíproca entre a nação e a coroa. O momento da maior angústia para a pátria não era a ocasião própria para o soberano fazer garbo de sua abnegação pelas grandezas; mas sim para que patenteasse ainda uma vez a abnegação sublime de sua própria pessoa.

Vossos lábios cometeram pronunciando a palavra um lapso que a mente calma de certo já corrigiu. Disseram abdicação, quando a senha do dia para todos os brasileiros, e para vós primeiro que todos, é dedicação.

SEGUNDA CARTA (SOBRE A EMANCIPAÇÃO)

Senhor,

A fama é um oceano para a imaginação do homem.

Às vezes refrangem na límpida superfície do mar reverberações que fascinam. Desenha-se aos olhos deslumbrados um panorama esplêndido. Nas magnificências da luz, como na pompa das formas, excedem as maravilhas do Oriente.

Mas no foco brilhante dessa reverberação há infalível um espectro. O espectro solar é a sombra, a treva, a noite, que jaz no âmago da luz, como o germe do mal no seio do bem. O espectro da fama é o luto de uma virtude que sucumbiu, o fantasma da justiça imolada, a larva do remorso.

Vosso espírito, senhor, permiti que o diga, foi vítima desta fascinação. De longe vos sorriu a celebridade. A glória, única ambição legítima e digna dos reis, aqueceu e inebriou um coração, até bem pouco tempo ainda, frio e quase indiferente.

Correstes após. Mas, deslumbrado pela visão especular, abandonastes a luz pura, límpida e serena da verdadeira glória, para seguir o falaz clarão. Proteger, ainda com sacrifício da pátria, os interesses de outros povos e favonear, mesmo contra o Brasil, as paixões estrangeiras, tornou-se desde então a mira única de vossa incansável atividade.

São duras de ouvir para um monarca semelhantes palavras; mais cruéis ainda são de enunciar para um cidadão leal. Vossa alma, porém, carece destas verdades nuas para se rever nelas como em um espelho que reflita sua estranha perturbação.

Povo adolescente, senão infante; derramado por um território, cuja vastidão nos oprime; isolados, nestas regiões quase virgens, do centro da civilização do mundo; qual lustre e fama poderíamos, nós, brasileiros, nós, bárbaros, dar a um grande soberano que o enchesse de nobre orgulho?

Nossa gratidão nacional por um reinado justo e sábio, essa de todas a oblação mais sublime da pátria, comparada com a celebridade europeia, não passa de mesquinha e insignificante demonstração. Falamos uma língua que o mundo desdenha, não obstante sua excelência de mais rica e nobre entre as modernas. Nossa palavra não tem ainda aquele eco formidável do canhão que repercute longe no coração das nações.

Ouve-nos apenas, e imperfeitamente, um punhado de dez milhões de almas.

Para a imaginação ávida, a fama estrangeira tem decerto melhor sabor e outra abundância. O elogio, nalguma dessas línguas que se fizeram cosmopolitas, contorna o mundo e difunde-se imediatamente na opinião universal. Os quatro ventos da imprensa trans-portam aos confins da terra o nome em voga, que repetem centos de milhões de indivíduos. Disputam as artes entre si a primazia de ilustrar a memória do grande homem e perpetuar as mínimas particularidades de sua vida.

Serão satisfeitos vossos mais caros desejos, senhor, infelizmente para a pureza de vosso nome.

Já começastes a colher as primícias da celebridade, que tanto cobiçais. O jornalismo europeu rende neste momento ao imperador do Brasil aquelas homenagens da admiração pródiga e inexaurível, que saúda a ascensão de todos os astros da moda. O estrangeiro vos proclama um dos mais sábios e ilustres dos soberanos. Não há muitos dias leu o país o trecho da mensagem em que o presidente dos Estados Unidos, aludindo à franquia do Amazonas, vos considerou entre os primeiros estadistas do mundo.

Palavras ocas e sonoras, soalhas do pandeiro, que a fama, sedutora boemia, tange com requebros lascivos insultando a castidade do homem sisudo. Quem pensara que vossa alma sóbria se havia de render à vulgar tentação?

Não tardará o desengano. Libais agora as delícias da celebridade: breve sentireis o travo da falsa glória. Há de causar-vos nojo, então, esta fútil celebridade que a moda distribui a esmo por quaisquer novidades artísticas.

Um espírito robusto como o vosso não pode sofrer por muito tempo o jugo da vaidade. Reconhecereis que um monarca brasileiro, fosse ele o ídolo de seu povo e o melhor entre todos os reis da terra, havia de viver como sua pátria no crepúsculo de nossa civilização nascente.

É a lei providencial de todas as coisas que tem uma aurora e um ocaso.

Há alguns séculos a origem histórica de França e Inglaterra eram coisa obscura e indiferente: em nossos dias quem não preza os ilustres fundadores destas grandes nações! Quando nossa jovem civilização subir ao apogeu, também projetará sobre o passado, presente agora, um vivo clarão. É o raio dessa luz que há de iluminar o berço do povo brasileiro e o reinado dos soberanos virtuosos que o educarem para o bem.

II

Não existe para vós, senhor, outra fama lícita e pura, senão aquela póstuma, que é a verdadeira glória.

Já se foi o tempo em que os povos eram instrumento na mão dos reis, que os empregavam para obter a satisfação de suas paixões e a conquista de um renome vão. Agora que as nações se fizeram livres e de coisa maneável se tornaram em vontade soberana; são elas próprias a mais generosa ambição e a glória excelsa para os monarcas.

Outrora Alexandre, arrojando à Ásia seu pequeno povo e desbaratando-o para conquistar um mundo, foi o maior herói da antiguidade. O rei que tal coisa empreendesse atualmente de seu próprio impulso perpetraria um grande crime, sacrificando à sua glória pessoal os destinos de uma nação livre.

Maior entre os monarcas, neste século de liberdade, considero eu aquele, embora modesto e comedido, que possa ler no fundo de sua consciência íntegra a satisfação de governar um povo feliz. São estes os únicos heróis de nosso tempo, os grandes conquistadores da paz e da civilização.

Repassei na mente a vossa história, senhor. Durante um reinado de vinte e sete anos, em sua quase metade bastante agitado, lutando com duas rebeliões e a efervescência do espírito público; nunca vosso nome esteve como hoje sujeito à censura e até mesmo à exprobração. Outrora pululavam alguns torpes escritos que transudavam fel; eram as escórias de paixões ínfimas. As acusações atualmente se levantam no parlamento e no alto jornalismo.

Por que razão recrudescer este sintoma justamente quando nos trazem todos os paquetes as explosões do entusiasmo estrangeiro por vossa pessoa? Como se explica esse desgosto nacional por aquilo que ao contrário deveria orgulhar um povo?

Confrange o espírito público um ressentimento amargo. O país suspeita que os entusiasmos de além-mar não são espontâneos e desinteressados; mas sim obtidos à custa de concessões perigosas. Rasga-se o manto auriverde da nacionalidade brasileira, para cobrir com os retalhos a cobiça do estrangeiro.

São muitos os cortejos que já fez a coroa imperial à opinião europeia e americana. Reclama sério estudo cada um destes atos, verdadeiros golpes, e bem profundos, na integridade da nação brasileira. Um, porém, sobre todos me provoca neste momento, pelo seu grande alcance no futuro do país, como pelo grave abalo que produziu na sociedade.

A emancipação é a questão máxima do dia. Vós a descarnastes, senhor, para arremessá-la crua e palpitante na teia da discussão, como um pábulo às ambições vorazes do poder. Imediatamente o arrebatou essa facção que se intitula progressista, como os vândalos se diziam emissários celestes: *agi enim se divino jussu*.

A propaganda filantrópica, excitando vivas simpatias entre os povos civilizados, devia ser arma formidável na mão que a soubesse manear com vigor. Sentindo estiar a aura efêmera e caprichosa que em princípio os acolhera, os homens da situação conheceram a necessidade de amparar-se com a influência estrangeira. Era o meio de subtraírem-se à indignação pública, sublevada por seus desatinos.

Não hesitaram, pois; fizeram de uma calamidade ideia política. Dissecaram uma víscera social para atar a maioria.

Considerai, senhor, no alcance funesto deste acontecimento, se os espíritos refletidos vacilassem um instante na resistência, abalados pelo impulso do coração. Rompidos porventura os diques da opinião, a revolução se precipitara assolando este mísero país, já tão devastado. A ninguém é dado prever até onde chegaria a torrente impetuosa.

Felizmente o espírito são e prudente do povo, arrostando com a odiosidade dos preconceitos, acudiu pronto em defesa da sociedade ameaçada por falsa moral. Salutar energia que poupou à nação brasileira males incalculáveis e ao vosso reinado um epílogo fatal!

Pesa-me desvanecer a grata ilusão em que se deleita vossa alma. Libertando uma centena de escravos, cujos serviços a nação vos

concedera; distinguindo com um mimo especial o superior de uma ordem religiosa que emancipou o ventre: estimulando as alforrias por meio de mercês honoríficas; respondendo às aspirações beneficentes de uma sociedade abolicionista de Europa; e finalmente reclamando na fala do trono o concurso do poder legislativo para essa delicada reforma social; sem dúvida julgais ter adquirido os foros de um rei filantropo.

Grande erro, senhor, prejuízo rasteiro que não devera nunca atingir a altura de vosso espírito. Estas doutrinas que vos seduziram, longe de serem no Brasil, e nesta atualidade, impulsos generosos de beneficência, tomam ao revés o caráter de uma conspiração do mal, de uma grande e terrível impiedade.

A propagação entusiástica de semelhante ideia neste momento lembra a existência das seitas exterminadoras, que, presas de um cego fanatismo, buscam o fantasma do bem através do luto e ruína. Quanto pranto e quantas vidas custa às vezes o título vão por que almejam alguns indivíduos de benfeitores da humanidade!

Bem o exprimiu o ilustre Chateaubriand na máxima severa com que estigmatizou essa hipocrisia social: – “A filantropia, disse ele a propósito do tráfico de africanos, é a moeda falsa da caridade”.

III

Investiguemos, senhor, com a atenção que merece, este problema humanitário.

A escravidão é um fato social, como são ainda o despotismo e a aristocracia; como já foram a coempção da mulher, a propriedade do pai sobre os filhos e tantas outras instituições antigas.

Se o direito, que é a substância do homem e a verdadeira criatura racional, saísse perfeito e acabado das mãos de Deus, como saiu o ente animal, não houvera progresso, e o mundo moral fora incompreensível absurdo.

Não sofre, porém, séria contestação, essa verdade comum e cediça da marcha contínua da lei que dirige a humanidade.

O direito caminha. Deus, criando-o sob a forma do homem e pondo a inteligência ao seu serviço, abandonou-o à força bruta da matéria. A luta gigante do espírito contra o poder físico dos elementos, do sopro divino contra o vigor formidável da natureza irracional é a civilização. Cada triunfo que obtém a inteligência importa a solução de mais um problema social.

Nessa geração contínua das leis, criaturas do direito, a ideia que nasce tem como o homem uma vida sagrada e inviolável. Truncar a existência do indivíduo animal é um homicídio; suprimir a existência do indivíduo espiritual é a anarquia. Crime contra a pessoa em um caso; crime contra a sociedade em outro.

A escravidão caduca, mas ainda não morreu; ainda se prendem a ela graves interesses de um povo. É quanto basta para merecer o respeito. No tênue sopro, que de todo não exalou do corpo humano moribundo, persiste a alma e, portanto, o direito. O mesmo acontece com a instituição: enquanto a lei não é cadáver, despojo inane de uma ideia morta, sepultá-la fora um grande atentado.

A superstição do futuro me parece tão perigosa como a superstição do passado. Esta junge o homem ao que foi e o deprime; aquela arrebatada o homem ao que é e o precipita. Consiste a verdadeira religião do progresso na crença do presente, fortalecida pelo respeito às tradições, desenvolvida pelas aspirações a melhor destino.

Decorar com o nome pomposo de filantropia o ideal da ciência e lançar o odioso sobre as instituições vigentes, qualificando seus defensores de espíritos mesquinhos e retrógrados, é um terrível precedente em matéria de reforma. Tolerado semelhante fanatismo do progresso, nenhum princípio social fica isento de ser por ele atacado e mortalmente ferido.

A mesma monarquia, senhor, pode ser varrida para o canto entre o cisco das ideias estreitas e obsoletas. A liberdade e a propriedade, essas duas fibras sociais, caíram desde já em desprezo ante os sonhos do comunismo. Seria fácil demonstrar que vosso próprio espírito, filantropo no assunto da escravidão, não passa de rotineiro a respeito de religião.

Choca semelhante arrogância da teoria contra a lei. Ainda mesmo extintas e derogadas, as instituições dos povos são coisa santa, digna de toda veneração. Nenhum utopista, seja ele um gênio, tem o direito de profaná-las. A razão social condena uma tal impiedade.

A escravidão se apresenta hoje ao nosso espírito sob um aspecto repugnante. Esse fato do domínio do homem sobre o homem revolta a dignidade da criatura racional. Sente-se ela rebaixada com a humilhação de seu semelhante. O cativo não pesa unicamente sobre um certo número de indivíduos, mas sobre a humanidade, pois uma porção dela acha-se reduzida ao estado de coisa.

Mais bárbaras instituições, porém, do que a escravidão já existiram e foram respeitadas por nações em virtude não somenos às modernas. Não se envergonharam elas em tempo algum de terem laborado no progresso do gênero humano, explorando uma ideia social. Ao contrário, ainda agora lhes são títulos de glória essas leis enérgicas e robustas, que faziam sua força e serviam de músculo a uma raça pujante.

Houve jamais tirania comparável ao direito quirital dos romanos?

Entretanto foi essa instituição viril que cimentou a formidável nacionalidade do povo rei e fundou o direito civil moderno.

Que mais opressivo governo do que o feudalismo? Saiu dele, não obstante, por uma feliz transformação, o modelo da liberdade política, o sistema representativo.

É, pois, um sentimento injusto e pouco generoso o gratuito rancor às instituições que deixaram de existir ou estão expirantes. Toda a lei é justa, útil, moral, quando realiza um melhoramento na sociedade e apresenta uma nova situação, embora imperfeita da humanidade.

Neste caso está a escravidão.

É uma forma, rude embora, do direito; uma fase do progresso; um instrumento da civilização, como foi a conquista, o mancipio, a gleba. Na qualidade de instituição me parece tão respeitável como a colonização; porém muito superior quanto ao serviço que prestou ao desenvolvimento social.

De feito, na história do progresso representa a escravidão o primeiro impulso do homem para a vida coletiva, o elo primitivo da comunhão entre os povos. O cativo foi o embrião da sociedade; embrião da família no direito civil; embrião do estado no direito público.

Hão de parecer-vos estranhas estas proposições, senhor; talvez que à vossa mente prevenida se apresentem como a glorificação da tirania doméstica.

Percorrei comigo de um lanço a história da humanidade.

IV

No seio da barbaria, o homem, em luta contra a natureza, sente a necessidade de multiplicar suas forças. O único instrumento ao alcance é o próprio homem, seu semelhante; apropria-se dele, ou pelo direito da geração, ou pelo direito da conquista. Aí está o germe rude e informe da família, agregado dos fâmulos, *cætus servorum*. O mais antigo documento histórico, a Gênesis, nos mostra o homem filiando-se à família estranha pelo cativo.

Mais tarde a aglomeração das famílias constitui a nação, gens, formada dos homens livres, senhores de si mesmos. Em princípio, reduzida a pequenas proporções, tribo apenas, é pelo cativo ainda que a sociedade se desenvolve, absorvendo e assimilando as tribos mais fracas.

Se a escravidão não fosse inventada, a marcha da humanidade seria impossível, a menos que a necessidade não suprisse esse vínculo por outro igualmente poderoso. Desde que o interesse próprio de possuir o vencido não coibisse a fúria do vencedor, ele havia de imolar a vítima. Significara, portanto, a vitória na antiguidade uma hecatombe; a conquista de um país, o extermínio da população indígena.

As raças americanas cheias de tamanho vigor, opulentas de seiva, haurindo a exuberância de uma natureza virgem, estavam, não obstante, a extinguir-se ao tempo da descoberta. Entretanto, no Oriente, num clima enervador, sob a ação funesta da decadência física e moral, uma raça caquética e embrutecida pululava com espantosa rapidez.

Ignoram os filantropos a razão?

A América desconhecia a escravidão. O vencido era um troféu para o sacrifício. No selvagem amor da liberdade, o americano não impunha, e menos suportava, o cativo. No Oriente, ao contrário, a escravidão se achava na sua pátria. A guerra era uma indústria; uma aquisição de braços. O primeiro capital do homem foi o próprio homem.

Todas as vezes que houve necessidade de reparar uma solução de continuidade entre os povos, a escravidão se desenvolveu novamente a fim de preencher sua missão eminentemente social.

Primitivamente os povos caminharam pela conquista. Hordas bárbaras rompiam das florestas para o foco da civilização. O homem culto vencido fisicamente pelo homem selvagem, mas reagindo moralmente pela superioridade do espírito; eis o escravo antigo, mestre, sábio, filósofo.

Assim, desde as origens do mundo, o país centro de uma esplêndida civilização é, no seu apogeu, um mercado, na sua decadência, um produtor de escravos. O Oriente abasteceu de cativos a Grécia. Nessa terra augusta da liberdade, nas ágoras de Atenas, se proveram desse traste os orgulhosos patrícios de Roma. Por sua vez o cidadão rei, o *civis romanus*, foi escravo dos godos e hunos.

Modernamente os povos caminham pela indústria. São os transbordamentos das grandes nações civilizadas que se escoam para as regiões incultas, imersas na primitiva ignorância. O escravo deve ser, então, o homem selvagem que se instrui e moraliza pelo trabalho. Eu o considero nesse período como o neófito da civilização.

A salutar influência do Cristianismo adoçou a escravidão; e a organização da sociedade foi operando nela uma transformação lenta que terminou entre o nono e o décimo século. Entrou aquela antiquíssima instituição em outra fase, a servidão, que só foi completamente extinta com a Revolução de 1789.

O escravo deixou de ser coisa, na frase de Catão, ou animal, segundo a palavra de Varrão; tornou-se homem, como exigia Sêneca; mas o homem propriedade, o homem lígio, adstrito ao solo ou à pessoa do senhor feudal. Metade livre e metade cativo: uma propriedade vinculada a uma liberdade; eis a imagem perfeita do servo.

Havia quinhentos anos que se extinguiu na Europa a escravidão, quando no século XV ressurgiu ela de repente e no seio da civilização.

Por que razão?

Os filantropos abolicionistas, elevados pela utopia, não sabem explicar este acontecimento. Vendo a escravidão por um prisma odioso, recusando-lhe uma ação benéfica no desenvolvimento humano, obstinam-se em atribuir exclusivamente às más paixões humanas, à cobiça e indolência o efeito de uma causa superior.

Ressurgiu a escravidão no século XV suscitada pela mesma indeclinável necessidade que a tinha criado em princípio e mantido por tantos milênios.

Na cabeça da Europa, como lhe chama o grande épico lusitano, então cérebro do mundo civilizado, gerava-se o maior acontecimento da idade moderna, o que lhe serve de data, a descoberta da América. À essa raça ibérica, semiafricana, estava reservada a glória de lançar primeira a mão ao novo mundo e pô-lo ao alcance do antigo.

Pois aí, no seio dessa raça, devia renascer a escravidão europeia. Depois da expulsão dos mouros em 1440, efetuou-se o resgate de prisioneiros brancos por negros. Este foi o estímulo e o princípio do tráfico de africanos, que só devia terminar em nossos dias.

Não se podia melhor ostentar a lógica da civilização humana. Àqueles povos, futuros senhores de um mundo, obrigados a roteá-lo, eram indispensáveis massas de homens para devassar a imensidade dos desertos americanos e arrostar a pujança de uma natureza vigorosa. Estas massas, não as tinham em seu próprio seio, careciam de buscá-las: a raça africana era, então, a mais disponível e apta.

Se a raça americana suportasse a escravidão, o tráfico não passara de acidente, e efêmero. Mas, por uma lei misteriosa, essa grande família humana estava fatalmente condenada a desaparecer da face da terra, e não havia para encher vácuo, senão a raça africana. Ao continente selvagem o homem selvagem. Se este veio embrutecido pela barbaria; em compensação trouxe a energia para lutar com uma natureza gigante.

Também não havia outro meio de transportar aquela raça à América, senão o tráfico. Por conta da consciência individual correm as atrocidades cometidas. Não carrega a ideia com a responsabilidade de semelhantes atos, como não se importa à religião católica, a sublime religião da caridade, as carnificinas da inquisição. O tráfico, na sua essência, era o comércio do homem; a mancipatio dos romanos.

Sem a escravidão africana e o tráfico que a realizou, a América seria ainda hoje um vasto deserto. A maior revolução do universo, depois do dilúvio, fora apenas um descoberta geográfica, sem imediata importância. Decerto, não existiriam as duas grandes potências do novo mundo, os Estados Unidos e o Brasil. A brilhante civilização americana, sucessora da velha civilização europeia, estaria por nascer.

V

Não é, senhor, um paradoxo esta minha convicção da influência decisiva da escravidão africana sobre o progresso da América.

Os fatos a traduzem com uma lucidez admirável.

Renascida a moderna escravidão na Península Ibérica, pode-se afirmar que não medrou sobre o continente europeu. Ao contrário, foi de si mesma, pela influência dos costumes, como pela natural repulsão das duas raças, se

extinguindo. Não houve necessidade de derogar a instituição; ainda a lei permanecia, que já o fato desaparecera completamente.

Nas possessões ultramarinas, porém, e especialmente na América, o tráfico de africanos se desenvolveu em vasta e crescente escala. Não só Espanha e Portugal, já acostumadas com os escravos mouros, como as outras potências marítimas, Inglaterra, França e Holanda, se foram prover no grande mercado da Nigéria, dos braços necessários às suas colônias.

Como se explica essa anomalia de povos, repelindo na metrópole uma instituição que adotam e protegem, no regime colonial? Não era natural que a mesma salutar influência dos costumes e antipatia de origem atuassem nesses países, a não interpor-se uma causa poderosa?

Essa causa era a necessidade, a suprema lei diante da qual cedem todas as outras; a necessidade, força impulsora do gênero humano.

Na metrópole, os europeus não sofriam a falta do escravo, facilmente substituído, e com vantagem, na cidade pelo proletário, na agricultura pelo servo. Para as possessões americanas, porém, o escravo era um instrumento indispensável. Tentaram supri-lo com o índio; este preferiu o extermínio. Quiseram substituir-lhe o galé; mas já civilizado, o facínora emancipava-se da pena no deserto, e fazia-se aventureiro em vez de lavrador.

Não houve remédio senão vencer a repugnância do contato com a raça bruta e decaída. Um escritor notável, Cochin, estrênuo abolicionista, não pôde, apesar de suas tendências filantrópicas, esquivar-se à verdade da história. Deu testemunho da missão civilizadora da escravidão moderna, em sua obra recente, quando escreveu estas palavras: – “Foi ela, foi a raça africana que realmente colonizou a América.” (*Abolição da Escravidão – V. 2, pág. 74*).

Erram aqueles que atribuem o desenvolvimento do tráfico a simples condições climáticas. Se as admiráveis explorações dos descobridores não bastam para desvanecer esse prejuízo, diariamente se acumulam os argumentos contra ele. Quem já não observou a impassibilidade com que o trabalhador português arrosta o sol ardente dos trópicos, no mais rude labor?

Não. Esta família latina, que desdenha a ridícula abusão dos materialistas, tinha tanto como a família saxônia força e energia de sobra para rotar o solo americano. Outras foram as causas da insuficiência da raça branca em relação à primitiva colonização do Novo Mundo.

A população da Europa, longe de transbordar, como agora, era pouco intensa naquele tempo: seu território, embora pequeno, sobejava-lhe. Minguados

subsídios, portanto, devia prestar às novas descobertas; e estes mesmos estorvados pela dificuldade e risco das comunicações. Eram raras as viagens então; a emigração, nula.

Foi esta uma causa: outra, a degradação do trabalho agrícola em toda a sociedade mal organizada, que vive dos despojos do inimigo, ou dos recursos naturais do solo. A colônia era uma aglomeração de aventureiros à busca de minas e tesouros. Sonhando riquezas fabulosas, qualquer europeu, ainda mesmo o degradado, repelia o cabo do alvião como um instrumento aviltante. A lavoura na América parecia uma nova gleba ao homem livre.

Eis a necessidade implacável que suscitou neste continente o tráfico africano. Vinha muito a propósito parodiar a palavra celebre de Aristóteles: “Se a enxada se movesse por si mesma era possível dispensar o escravo.”

Três séculos durante a África despejou sobre a América a exuberância de sua população vigorosa. Calcula-se em cerca de quarenta milhões o algarismo dessa vasta importação. Nesse mesmo período a Europa concorria para a povoação do Novo Mundo com um décimo apenas da raça negra.

Não vêm de origem suspeita estes dados; são colhidos na obra citada de um ardente abolicionista. É certo que ele jogou com aqueles algarismos para demonstrar o desperecimento da raça africana na América: mas escapou-lhe a razão lógica e natural do número reduzido da população negra, apresentado pelas estatísticas modernas. Em três e meio séculos, o amálgama das raças se havia de operar em larga proporção, fazendo preponderar a cor branca. Três ou quatro gerações bastam às vezes no Brasil para uma transformação completa.

É, pois, uma grande inexatidão avançar que a raça africana nem ao menos prestou para povoar a América. Quem abriu o curso à emigração europeia, quem fundou a agricultura nestas regiões, senão aquela casta humilde e laboriosa, que se prestava com docilidade ao serviço como aos prazeres da ralé, vomitada pelos cárceres e alcouces das metrópoles?

Longe de enxergar a diminuição da gente africana pelo odioso prisma de um precoce desperecimento, cumpre ser justo e considerar este fato como a consequência de uma lei providencial da humanidade, o cruzamento das raças, que lhe restitui parte do primitivo vigor. Bem dizia o ilustre Humboldt fazendo o inventário das várias línguas ou famílias transportadas à América e confundidas com a indígena: “Aí está inscrito o futuro do Novo Mundo!”.

Verdade profética. A próxima civilização do universo será americana como a atual é europeia. Essa transfusão de todas as famílias humanas no solo virgem

deste continente ficara incompleta se faltasse o sangue africano, que, no século VIII, afervorou o progresso da Europa.

Chego à questão da sua atualidade.

Esse elemento importante da civilização americana, que serviu para criá-la e a nutriu durante três séculos, já consumou sua obra? É a escravidão um princípio exausto, que produziu todos os seus bons efeitos e tornou-se, portanto, um abuso, um luxo de iniquidade e opressão?

Nego, senhor, e o nego com a consciência do homem justo, que venera a liberdade; com a caridade do cristão, que ama seu semelhante e sofre na pessoa dele. Afirmo que o bem de ambas, da que domina como da que serve, e desta principalmente, clama pela manutenção de um princípio que não representa somente a ordem social e o patrimônio da nação; mas sobretudo encerra a mais sã doutrina do evangelho.

Espero em outra carta levar esta convicção ao vosso espírito, não obstante a fatal abstração, que o retira da miséria nacional, para engolfá-lo nas auras da celebridade.

TERCEIRA CARTA (SOBRE A EMANCIPAÇÃO)

VI

Senhor,

A repulsão e o amálgama das raças humanas são duas leis de fisiologia social tão poderosas como na física os princípios da impenetrabilidade e coesão.

Integralmente, raças diversas não podem coabitar o mesmo país, como não podem corpos estranhos ocupar simultâneos o mesmo espaço. Os indivíduos, porém, que formam as moléculas das diferentes espécies aderem mutuamente e se confundem em nova família do gênero humano.

Ninguém desconhece, todavia, quanto é lenta essa coesão ou amálgama de raças. Demanda séculos e séculos semelhante operação etnográfica; e traz graves abalos à sociedade. A tradição e o caráter, que formam a originalidade de cada grupo da espécie humana, não se diluem sem aturado e contínuo esforço.

Desde que, por uma necessidade suprema e indeclinável, a raça africana entrou neste continente e compôs em larga escala a sua população; infalivelmente submeteu-se à ação desse princípio adesivo, ao qual não escapou ainda uma só família humana.

Eis um dos resultados benéficos do tráfico. Cumpre não esquecer, quando se trata desta questão importante, que a raça branca, embora reduzisse o africano à condição de uma mercadoria, nobilitou-o não só pelo contacto, como pela transfusão do homem civilizado. A futura civilização da África está aí nesse fato em embrião.

Mas, senhor, que força maior sufocou a invencível repulsão das duas espécies humanas mais repugnantes entre si, a ponto de as concentrar no mesmo solo durante trezentos e cinquenta anos?

A escravidão; a aliagem artificial, que supre e prepara o amálgama natural. Sem a pressão enérgica de uma família sobre a outra, era impossível que a imigração europeia, tão diminuta nos primeiros tempos, resistisse à importação africana dez vezes superior. Acabrunhada pela magnitude da natureza americana, entre dois inimigos, o negro e o índio, a colônia sucumbira sem remédio.

Situada, assim, a questão dentro de seus verdadeiros limites na ciência social, a conclusão decorre logicamente. Resolve-se a escravidão pela absorção de uma raça por outra. Cada movimento coesivo das forças contrárias é um passo mais para o nivelamento das castas, e um impulso em bem da emancipação.

Chegado o termo fatal, produzido o amálgama, a escravidão cai decrépita e exânime de si mesma, sem arranco nem convulsão, como o ancião consumido pela longevidade que se despede da existência adormecendo. Mas, antes do seu prazo, quem fere mortalmente uma lei derrama sangue, como se apunhalara um homem.

A história, grande mestra, para os que a estudam com o necessário critério, confirma todos estes corolários da razão. Nas memórias da escravidão moderna está registrado o sumário crime dos governos que guilhotinaram essa instituição, para obedecer à fatuidade de uma utopia. De uma utopia, sim; pois outro nome não tem essa pretensão de submeter a humanidade o direito a uma craveira matemática.

Porque somos livres agora nós filhos de uma raça hoje superior, havemos de impor a todo o indivíduo, até ao bárbaro, este padrão único do homem que já tem a consciência de sua personalidade! Não nos recordamos que os povos nossos progenitores foram também escravos e adquiriram, nesta escola do

trabalho e do sofrimento, a têmpera necessária para conquistar seu direito e usar dele?

Enlevo dos espíritos filantrópicos! O catolicismo da liberdade, como o catolicismo da fé,   o último verbo do progresso: união da espécie humana e sua máxima perfei o. Aspiremos a esse esplêndido apogeu dos nossos destinos; mas não tenha alguém a ridícula pretensão de o escalar de um salto antes de tempo.

Dois fatos muito salientes de aboli o contrastam na história da escravidão moderna; a das colônias inglesas em 1833 e o das colônias francesas em 1848.

O primeiro se realizou com abalo, mas sem grandes catástrofes. Ao atrito do frio caráter sax nio a popula o negra se tinha limado. O homem do norte   originalmente industrial; sua mesma pessoa representa uma indústria, uma elabora o constante das forças humanas contra as causas naturais de destrui o. Ele disputa a vida ao clima, e a nutri o ao gelo.

Esse cunho vigoroso da materialidade o colono inglês imprimira na sua escravatura. O negro não era já mero instrumento em sua mão; porém um operário ao qual só faltava o estímulo do lucro. Quando realizou-se a emancipa o, os escravos, se não estavam completamente educados para a liberdade, possu m pelo menos os rudimentos industriais que deviam mais tarde desenvolver-se com o trabalho independente. A essa madureza deve-se o estado próspero da popula o negra depois da aboli o.

Houve dor e sangue, porque amputou-se um membro vivo da sociedade, uma institui o útil ainda; porém a cicatriz não se demorou muito e o organismo se restabeleceu. A passagem do trabalho escravo para o trabalho livre se efetuou com a divisão das terras e a vigilância da autoridade.

Nas colônias francesas muda a cena; a aboli o toma um aspecto triste.

A raça latina   sobretudo artística; a indústria, que, para o filho do norte começa com a infância do progresso, para o filho do sul, representa a virilidade. Outros estímulos, que não o c modo e o útil, impelem o caráter ardente dessa família do gênero humano: ela aspira sobretudo ao belo e ao ideal. Com uma grana tão delicada, não podia certamente a raça latina polir com rapidez a rude crosta do africano: este permanecia um instrumento bruto na sua mão.

Por isso, a emancipa o, além da desordem econômica e das insurrei es, acarretou a desgraça e ruína da popula o negra. Ainda não educada para a liberdade, entregou-se   indolência,   miséria e   rapina. Com razão se disse

que a abolição da escravidão ali importara a abolição do trabalho. Ainda agora faltam às colônias francesas os braços que demanda a agricultura.

Onde estão os que, embora cativos, mantinham essa indústria? Aflitiva interrogação, a que não atende a filantropia, mas a estatística responde com fúnebre algarismo.

VII

Não há exemplo, senhor, de um país que se animasse a emancipar a raça africana, sem ter sobre ela uma grande superioridade numérica.

Quebrar o vínculo moral, quando não existe a intensidade necessária para absorver e sufocar o princípio estranho, seria o suicídio. Nenhum dogma de moral ou preceito de filantropia ordena semelhante atentado de uma nação contra sua própria existência. A primeira lei da sociedade, como a do homem, é a da sua conservação. A sentença ímpia que se ouviu na Europa, “morram as colônias, mas salve-se o princípio”, revela que a filantropia tem, como todos os fanatismos, sua ferocidade. Contudo, a morte da colônia não passava da amputação de um membro. Haverá no Brasil quem exija, para salvar o princípio, a morte do império, a sua ruína total?

E será esse brasileiro?...

A Inglaterra e França não emancipariam a população negra de suas colônias se não se achassem nas condições de proteger eficazmente ali a raça branca. A força moral da metrópole e seu poder militar eram suficientes para prevenir e sufocar a insurreição. Figure-se qual fora depois da abolição o destino da Jamaica ou da Martinica abandonada por suas respectivas nações!

Os Estados Unidos, não obstante haverem já estreado de longa data a emancipação, só a completaram recentemente, quando, sua população livre excedia cerca de oito vezes a escravatura. Segundo o recenseamento de 1860, sobre trinta e um milhões de habitantes, quatro apenas eram cativos. Nessa proporção o antagonismo de raça se atenua; quando não se desvaneça pelo respeito natural da pequena minoria inferior em todo o sentido.

Entretanto, o fato da abolição do trabalho escravo no sul da confederação, decretado por violenta guerra civil, ainda não se deve considerar consumado. A miséria e a anarquia apenas começam a desdobrar-se naquele país, ontem florescente; ninguém sabe das cenas de horror que porventura servirão de peripécia ao drama sanguinolento.

O Brasil está muito longe de uma situação favorável como aquela. Sobre uma população de dez milhões de habitantes, um terço é de cativos, rezam os cálculos mais restritos. Segundo o relatório da sociedade abolicionista de Inglaterra, o censo da escravatura no universo em 1850 dava ao nosso país um algarismo superior ao da União Americana. Havia ali, então, 3.178.000 escravos; nós tínhamos 3.250.000. Concedendo que a população escrava dobre em um período de 50 anos, período longo para o clima, ela se elevaria hoje à cerca de quatro milhões ou 3.900.000 sem contar a importação dos meses que ainda durou o tráfico depois de 1850.

É certo que no sul dos Estados Unidos, área da escravatura, esta se achava em igual proporção; cerca de quatro milhões sobre um total de dez. Foi por esse motivo que o sul em peso, como um só homem se levantou contra a abolição. Foi o norte, com seus treze milhões de habitantes livres, que exigiu a reforma e a impôs.

Os algarismos são na frase do escritor especialista, que já referi, testemunhas impassíveis; relatam a verdade, sem deixar-se influir da paixão e interesse. Esse mesmo testemunho imparcial da estatística invoco eu agora, em favor do império ameaçado de uma grande calamidade.

Há alguém de boa-fé que aconselhe a emancipação em um Estado, cuja população não tem a capacidade suficiente para sopitar o elemento subversivo? Não equivalera semelhante desatino à loucura do homem que lançara fogo ao morteiro, para abafá-lo com a mão?

Dois indivíduos atentos às suas ocupações, confiados na proteção das leis, são acaso força bastante para conter a sanha de um inimigo, irritado pela anterior submissão, movido por instintos bárbaros, e exclusivamente preocupado desse desígnio sinistro, que ele supõe seu direito, e considera justa reparação de um agravo?

Nas dobras desse futuro sombrio, o espírito mais firme se desvaira. Melhor é distraí-lo de semelhante perspectiva.

Ainda outro algarismo, que vem depor como testemunha neste processo da emancipação precoce. Em 1859 a escravatura dos Estados Unidos se distribuía por 347.525 possuidores. Desse número apenas 7.929 possuíam mais de cinquenta escravos: entretanto que os proprietários de um até dez escravos montavam a 254.268.

No Brasil não se levantou ainda, que eu saiba, qualquer estatística acerca deste objeto. Pretende-se legislar sobre o desconhecido, absurdo semelhante ao de construir no ar, sem base nem apoio. Alguns fatos, porém, muito salientes, que

por si mesmos se manifestam independentes de investigação, podem fornecer dados para um paralelo, embora imperfeito.

É incontestável que a máxima parte da nossa escravatura se concentrou depois da extinção do tráfico nas províncias do Rio de Janeiro, São Paulo, Minas, Rio Grande do Sul, Bahia e Pernambuco. Pode-se afirmar que nesta área está atualmente circunscrito esse elemento do trabalho em nosso país.

A proporção local de um terço deve, pois, dilatar-se nestas seis províncias à medida que se restringe em outras, de onde com o tempo foi emigrando a escravatura. Com efeito, se, em nove províncias, Amazonas, Pará, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, S. Catarina, Goiás e Mato Grosso, cujas informações estatísticas discriminam a condição, há anos passados um cativo correspondia termo médio a 10 habitantes, atualmente maior deve ser a diferença. Pode-se, pois, conjecturar que, naquela área, onde se condensou o elemento servil, as duas populações estejam ao menos em justa equação. A respeito da província de S. Pedro, já em 1848, a presidência o afirmava.

Estes cálculos assentam nas melhores informações que possuímos sobre a população do império. Recentemente um trabalho recomendável, publicado a propósito da exposição universal, elevando a população livre do Brasil a 11.780.000 habitantes, reduziu a escrava ao mesquinho algarismo de 1.400.000. Só a província do Rio de Janeiro tem aquele número ou quase.

Parece-me nocivo esse desejo de encobrir a verdade ao estrangeiro. Podem perguntar-nos o que fizemos de 3.250.000 escravos que possuíamos em 1850 e do seu crescimento natural de um terço ou 1.083.333. Onde estariam os 2.933.333 infelizes, que, não alforriamos, nem exportamos?

Eis o perigo da simulação; ela apresentaria o cativo de nosso país sob um aspecto bárbaro e deletério: assanharia as iras filantrópicas dos sábios europeus.

Pesa ainda sobre esta situação grave um fato. A pequena lavoura não se desenvolveu em nosso país. Circunstâncias peculiares à agricultura brasileira, exigindo forças consideráveis para o roteio e amanho da terra, obstaram a exploração do solo por capitais diminutos. Os principais ramos de nossa produção, aqueles que provêm quase exclusivamente do braço escravo, saem dos grandes estabelecimentos rurais, engenhos ou fazendas.

Nem sequer, portanto, as duas espécies de população se penetram e intercalam mutuamente, de modo a neutralizar a repulsão instintiva de cada uma. Na área das seis províncias mencionadas, destacam-se aquelas aglomerações de

escravos que solvem a continuidade da outra casta; e formam núcleos poderosos de insurreição, comprimidos unicamente pelo respeito da instituição.

Rompa-se este freio, e um sopro bastará para desencadear a guerra social, de todas as guerras a mais rancorosa e medonha.

Julgais que seja uma glória para vosso reinado, senhor, lançar o império sobre um vulcão? Ainda quando a Providência, que tem velado sobre os destinos de nossa pátria, a tirasse incólume de semelhante voragem, nem por isso fora menos grave a culpa dos promotores da grande calamidade.

VIII

Determinar os efeitos reais dos atos de abolição que sucederam-se desde fins do século passado até estes últimos anos me parece um estudo importante para a solução do difícil problema da escravidão.

Os primeiros Estados, que deram o exemplo dessa medida, foram Pensilvânia e Massachusetts em 1780, decretando a emancipação gradual. Mais seis Estados acompanharam aquela iniciativa à pequena distância. Em 1820 o censo manifestou que a escravidão estava completamente extinta nessa parte da confederação.

Entretanto, o número dos escravos da União que, em 1790, ponto culminante do período abolicionista, era de 693.397, apresentava, naquela data da extinção, em 1820, o algarismo enorme de 1.536.127. Em trinta anos tinha a escravatura mais que duplicado e, sob a influência de medidas repressivas, como a proibição do tráfico e a emancipação.

O movimento abolicionista estendeu-se pelas repúblicas americanas: Buenos Aires em 1816; Colômbia e Chile em 1821; Bolívia em 1826; Peru, Guatemala e Montevideu em 1828; México em 1829; Uruguai em 1843; finalmente a Inglaterra em 1833 e a França em 1848 para suas colônias. Tantos golpes sucessivos desfechados na escravatura parece que deviam reduzi-la imenso.

Pois a estatística demonstra o contrário. Nesse período de cinquenta anos, a soma dos cativos foi constantemente crescendo. No princípio deste século, pouco mais havia de dois milhões de escravos em toda a superfície da América; em 1850 orçava o número por sete milhões e meio, dos quais o maior quinhão pertencia ao Brasil e aos Estados Unidos!

Explica-se naturalmente esta aparente anomalia, que tanto acabrunhava a sociedade abolicionista. A escravidão ainda não estava morta; os esforços dos

diferentes governos para extirpá-la da América eram impotentes. Conseguiram apenas deslocar o trabalho servil.

Quando os Estados da União decretaram a extinção gradual, a escravidão refugiou-se naturalmente nos Estados próximos onde era mantida; e ali se propagou de modo a invadir o território que dela estava isento. Se o norte da União não tivesse margem por onde escoar-se a sua população escrava, talvez que a visse refluir sobre si, como aconteceu com a Carolina.

O mesmo serviço prestou o sul da União ao México, assim como as colônias de Espanha, França e Inglaterra, às repúblicas vizinhas. Advirta-se que, nestas, não existindo uma agricultura regular, a escravatura era insignificante no tempo da abolição. De passagem mencionarei uma circunstância digna de séria meditação. Todas as repúblicas abolicionistas foram dilaceradas pela anarquia: enquanto o Brasil se organizava com uma prudência e circunspeção admirável.

Não só pela intensidade e volume ganhou a escravidão com aqueles atos de abolição; mas também no princípio e substância. Moral como economicamente, a instituição triunfou de seus adversários; sobretudo depois dos dois últimos fatos, das colônias inglesas e francesas.

O tráfico, anteriormente frouxo, por causa da superabundância de braços, desenvolveu-se rapidamente desde 1833; e lançou no Brasil e Cuba milhões de africanos. Por outro lado, a instituição se enraizou ainda mais profundamente nos países onde não a atingira o movimento abolicionista.

Nos Estados Unidos não perdurara ela por tantos anos, a despeito da superioridade industrial e numérica do norte e do fervor da propaganda abolicionista, se não fosse a preponderância que assumira nos espíritos, depois das últimas e infelizes tentativas. Também no Brasil há muito tempo que a obra da emancipação se adiantara, sem a convicção gerada por aqueles acontecimentos da necessidade indeclinável do braço africano para a agricultura colonial.

Uma verdade ficou bem averiguada.

Como todas as instituições sociais que tem radicação profunda na história do mundo e se prendem à natureza humana, a escravidão não se extingue por ato do poder; e sim pela caduquice moral, pela revolução lenta e soturna das ideias. É preciso que seque a raiz, para faltar às ideias a seiva nutritiva.

E de onde principalmente derivava para a escravidão essa linfa e substância?

Bem o sabeis, senhor. Da Europa e, com especialidade de Inglaterra, França e Alemanha, tão abundantes de filantropos como de consumidores dos nossos produtos. Não fomos nós, povos americanos, que importamos o negro de África para derrubar as matas e laborar a terra; mas aqueles que hoje nos lançam o apodo e o estigma por causa do trabalho escravo.

Sem esse enorme estômago, chamado Europa, que anualmente digere aos milhões de gêneros coloniais, a escravidão não regurgitaria na América, nem resistira à repugnância natural dos filhos deste continente. Mas era preciso alimentar o colosso; e satisfazer o apetite voraz do grande sibarita.

O filantropo europeu, entre a fumaça do bom tabaco de Havana e da taça do excelente café do Brasil, se enleva em suas utopias humanitárias e arroja contra estes países uma aluvião de injúrias pelo ato de manterem o trabalho servil. Mas por que não repele o moralista com asco estes frutos do braço africano?

Em sua teoria, a bebida aromática, a especiaria, o açúcar e o delicioso tabaco são o sangue e a medula do escravo. Não obstante, ele os saboreia. Sua filantropia não suporta esse pequeno sacrifício de um gozo requintado; e, contudo, exige dos países produtores que, em homenagem à utopia, arruinem sua indústria e ameacem a sociedade de uma sublevação.

Neles desculpa-se. É fácil e cômoda a filantropia que se fabrica em gabinete elegante, longe dos acontecimentos e fora do alcance da catástrofe por ventura suscitada pela imprudente reforma.

Mas não se compreende, senhor, que brasileiros acompanhem a propaganda; e estejam brandindo o facho em torno da mina.

IX

A razão social convence os abolicionistas da necessidade de deixar a instituição da escravatura preencher seu tempo e extinguir-se naturalmente pela revolução das ideias.

Mas, refratários à própria consciência, buscam eximir-se à verdade. Alegam que, abandonada a si mesma e aos instintos humanos, será eterna; porque os hábitos de indolência que ela cria na casta dominante e a ignorância em que vai sepultando a casta servil são novas raízes que a instituição de dia em dia projeta no solo onde uma vez brotou.

Não se pode caluniar mais cruelmente a humanidade, senhor. Admira que espíritos possuídos de uma ideia tão degradante da criatura racional se

arroubem em sonhos de um progresso instantâneo. É pedir muito ao ente de que se faz tão miserável conceito.

Se houvesse uma raça infeliz, capaz de permanecer eternamente na escravidão pelo fato de não consentir a outra em emancipá-la; então seria um princípio social aquele absurdo outrora sustentado, da fatalidade dessa instituição e desigualdade das castas. Não há, porém, contestar, todo povo, toda família humana acaba cedo ou tarde por conquistar a liberdade como a ave implume por devassar o espaço.

É a Europa o melhor exemplo dessa verdade a respeito da escravidão moderna. Não se extinguiu o fato nesse continente, antes de abrogada a lei? Não chegou a instituição ao seu termo fatal, apesar da pretensa indolência e da ignorância difundida na população?

No Brasil mesmo, a despeito da suprema necessidade que mantém esse mau regime de trabalho, já penetrou na classe proprietária a convicção da injustiça absoluta do seu domínio. Um espírito de tolerância e generosidade, próprio do caráter brasileiro, desde muito que transforma sensivelmente a instituição. Pode-se afirmar que não temos já a verdadeira escravidão, porém um simples usufruto da liberdade, ou talvez uma locação de serviços contratados implicitamente entre o senhor e o Estado como tutor do incapaz.

A lei de nosso país considera o escravo como coisa ainda; porém o costume, a razão pública, mais poderosa que todas as leis escritas, pois é a lima que as vai gastando a todas e cinzelando as novas; a razão pública já elevou o cativo entre nós à condição de homem, embora interdito e sujeito.

O primeiro direito da pessoa, a propriedade, o escravo brasileiro não só o tem, como o exerce. Permite-lhe o senhor a aquisição do pecúlio, a exploração das pequenas indústrias ao nível de sua capacidade. Com esse produto de seu trabalho e economia rime-se ele do cativo: emancipa-se e entra na sociedade. Aí nenhum prejuízo de casta detrai seu impulso: um espírito franco e liberal o acolhe e estimula.

O mais sagrado dos contratos civis, o matrimônio, também está ao alcance do escravo em nosso país. Ele forma sua família; o senhor a respeita e a garante. A moralidade que falta ainda não provém da escravidão, mas da ignorância peculiar às classes ínfimas. Nesse ponto a lia social, ingênua ou cativa, se confunde.

Embora todas estas garantias se tenham estabelecido fora da lei, contudo a opinião, que, de dia em dia, robustece, as mantém e consolida. Se a cobiça ou

perversidade pesa alguma vez com o rigor do direito sobre um infeliz, a indignação pública imediatamente corrige o desmando.

Os atos de caridade praticados frequentemente em nosso país, para arrancar ao cativo vítimas da brutalidade e obstar que se rompa o vínculo de família por um fracionamento inevitável de propriedade, são brados contra os moralistas, detratores da sociedade brasileira.

Que exprime, que revela essa transformação benéfica da escravidão no Brasil, especialmente nos últimos quinze anos?

Não estão aí bem patentes os sinais da decrepitude, os indícios do declínio rápido dessa instituição em nossa pátria? Não lobrigam já nos longes do horizonte os espíritos de vista larga a alva de uma completa redenção; luz serena que surge naturalmente e mais propícia do que o clarão avermelhado de um incêndio?

A decadência da escravidão é um fato natural, como foi a sua origem e desenvolvimento. Nenhuma lei a decretou; nenhuma pode derogá-la. Se a abafarem ainda vivaz, bem pode ser que só consigam concentrar-lhe as forças para maior reação.

Não é menos injusta a outra imputação feita à humanidade, de que o cativo não lima as raças bárbaras nem lhes infiltra os raios da civilização.

Uma raça não se educa e instrui como um indivíduo.

Este é uma partícula destacada, que, submetida à ação multiplicada de uma vasta civilização representada pela generalidade dos habitantes, depressa se lapida. A raça, porém, é massa compacta, que ocupa larga superfície e opõe ao progresso forte resistência.

Para educar uma raça são necessárias duas coisas: grande capacidade e vigor do povo culto para imergir a massa bruta e insinuar-se por todos os poros: longo tempo para que se efetue essa operação lenta e difícil.

A raça africana tem apenas três séculos e meio de cativo. Qual foi a raça europeia que fez nesse prazo curto a sua educação? Com idade igual todas elas jaziam imersas na barbaria: entretanto, para os filhos da Nigéria, já raiou a luz, e raiou na terra do cativo.

É a verdade. Essa família do gênero humano, em cuja tez combusta a tradição mais antiga do mundo lê um estigma da maldição divina, e eu vejo apenas o símbolo da treva moral em que havia de perdurar: essa família infeliz esteve

sempre condenada ao desprezo e ao animalismo, desde Cam, seu progenitor, até Colombo, que a devia remir descobrindo a América, sua terra de promessa.

Haiti, São Domingos, a Libéria são outras tantas balizas dessa nascente civilização africana bebida no Novo Mundo, durante a peregrinação. As colônias europeias, que se fundaram na costa da Nigéria, não tiveram outra origem senão o tráfico, umas para o favorecer, outras para o reprimir.

Se algum dia, como é de esperar, a civilização projetar-se pelo continente africano adentro, penetrando os povos da raça negra, a glória desse imenso acontecimento, amargue embora aos filantropos, caberá exclusivamente à escravidão. Foi ela que preparou os precursores negros da liberdade africana.

O Brasil, de que mais especialmente devo ocupar-me, nossa pátria, senhor, não terá concorrido eficazmente para a civilização da grei humana que submeteu a seu domínio?

Fora injustiça negá-lo.

Ainda não éramos um império, mas nascente colônia, e já dávamos ao mundo exemplos sublimes. Um herói negro inscrevia seu nome glorioso na história brasileira; seus irmãos o acompanhavam formando esse regimento invencível que, por mais de século guardou o nome de Henriques, em memória do cabo ilustre. A munificência real e a gratidão pública porfiavam nas honras tributadas a esses bravos.

Desde então, não se enriquecem diariamente as classes mais distintas de nossa sociedade com os talentos e as virtudes dos homens de cor? Se os primeiros negros, que em 1440 foram dados em resgate a Portugal, ficassem nos pátrios areais, não contaria a raça africana entre seus descendentes cidadãos ilustrados, porém só magotes de brutos, como os que feiravam os reis de Congo e de Luanda.

Se nossa população fosse mais compacta; se a imigração a tivesse abundantemente nutrido; se não protelasse tanto o ciúme da metrópole nosso tirocínio colonial; os resultados da educação pelo cativo seriam ainda mais brilhantes. Teria a raça europeia amplitude bastante para absorver em seu seio a escravatura, disseminar rareando-a por todo o país e, assim, melhor desbastar-lhe a rudez.

Mas, senhor, meio século de tempo e dez milhões de habitantes para este imenso império, o que são?

Um átomo no espaço; um bochecho d'água no oceano. Nada mais.

Destes exemplos succulentos se nutre a minha profunda convicção da natural e não remota extinção da escravidão em nosso país.

A época precisa não é dado ao publicista averiguar, e ainda menos ao legislador decretá-la. Depende do incremento da população, que é o princípio regulador da origem, como do termo da instituição.

Povos guerreiros, mas escassos, serviram-se da escravidão como uma leva de operários e um aumento artificial de população. À medida que avultava o número dos habitantes livres, o cativo foi decaindo. Em chegando à absorção, o escravo torna-se traste de luxo, de instrumento industrial que era. Nesse período extremo, o odioso envolve a instituição e a sufoca. O labéu, então, reverte para o senhor: a infâmia é para esse título desprezível.

Quando o nível da população livre sobre a escrava se elevar consideravelmente, de modo que esta fique submersa naquela, a escravidão se extinguirá logicamente no Brasil. Ela entrará naquela fase de luxo e aversão. Até então, porém, é um elemento essencial do trabalho neste vasto país.

QUARTA CARTA (SOBRE A EMANCIPAÇÃO)

Senhor,

Não estranhareis, senhor, que me alongue em assunto de si tão vasto.

Livros, não cartas, reclamava seu completo desenvolvimento. Mas se em outro tempo faliem-me as forças para tal empenho, míngua a vontade agora. Já não tenho espírito para o estudo, pois todo é presa da aflição e tristeza nestes dias de tribulação.

Permiti-me, pois, que discorra à discrição da ideia.

O nível da população livre sobe pelo aumento desta, como pela redução da escravatura.

Esta redução motiva um dos aleives levantados pelos filantropos contra a instituição. Dizem que a espécie humana não se multiplica no cativo; nobreza que partilham algumas espécies irracionais. A comparação basta para espancar o sofisma. A vida selvagem e a poligamia deviam ser para o gênero humano, como para o animal, o estado mais prolífico.

Que a escravidão fosse estéril no Oriente, onde se mutilavam os homens e arrebanhavam as mulheres em serralhos, não se contesta. Mas, na América, onde a raça africana longe de degenerar, ao contrário, se temperou sob a influência de um clima suave; negar a sua espantosa reprodução seria uma cegueira pertinaz.

Quem ignora a indústria da criação de escravos que tamanho desenvolvimento alcançou nos Estados Unidos e abasteceu exclusivamente desde o princípio deste século o mercado do sul? O tráfico foi ali insignificante desde 1808; a maior importação, a que se fez depois de 1843 para o Texas, essa mesma não avultou.

Entretanto, a marcha ascendente da escravatura americana sobe nesta escala admirável.

Em 1790 a existência era de 693.397. Em 1800, de 892.400, crescimento de 28%. Em 1810, de 1.190.930, crescimento de 33%. Em 1820, de 1.536.127, crescimento de 29%. Em 1830, de 2.007.913, crescimento de 31%. Em 1840, de 2.486.138, crescimento de 24%. Em 1850, de 3.178.055, crescimento de 29%.

Onde se viu uma tão espantosa reprodução da espécie humana? O menor período para a duplicação da população europeia é de 34 anos, em Bade. Na mesma União Americana, a população do Norte, apesar dos subsídios importantes da imigração, só dobra por quartéis de século.

O Brasil não tem estatística para que os números, inflexíveis dialéticos, exibam a mesma irrefragável evidência da vasta reprodução da raça africana. Mas cada um de nós tem a prova no seu lar, que povoam as crias, não obstante o mau vezo das mães nas grandes cidades.

De resto, cumpre advertir em uma circunstância. A licença dos costumes prepondera na escravatura, como nas classes ínfimas da sociedade, que vivem com ela confundidas. Na parte livre, porém, os frutos dessa desordem crescem; enquanto escapam à parte escrava. O vigor prolífico do homem cativo não aproveita a sua casta; o da mulher, mesmo em larga porção, entra na população livre, ou pelas casas de expostos e alforrias no batismo, ou pelo resgate frequente do pai ingênuo.

Tranquilizem-se os filantropos; a escravidão no Brasil não esteriliza a raça nem a dizima. A redução provém desses escoamentos naturais, que se operam pela generosidade do senhor, pela liberdade do ventre e também pela remissão. Diariamente esses meios se desenvolvem à medida que sobe o nível da civilização com o argumento da classe livre.

Dois são os modos de incremento para a população livre, a geração e a acessão. Limitada ao primeiro, unicamente, só tarde conseguira ela atingir a capacidade necessária para absorver a escravatura ou preencher o vácuo deixado por esta. É necessário que a coadjuve o segundo meio, a acessão, ou incorporação de população estranha.

Essa incorporação pode ser de castas estranhas já existentes no país, mas separadas por sua barbaria e condição. Neste caso estão as hordas selvagens dos indígenas que vagam em Amazonas, Mato Grosso, Goiás e outras províncias; e também a parte emancipada da casta servil, que se anexa e assimila ao todo da população.

A maior acessão de habitantes, depois que se desenvolveram as vias de comunicação e a Europa regurgita de população, é sem dúvida a imigração. Foi ela que pôs termo à escravidão nos Estados Unidos e há de operar a mesma revolução no Brasil. Sem esse transbordamento do mundo antigo; sem essa locomoção das massas que a indústria facilita; o braço servil teria de laborar por muitos séculos a América.

A imigração é a grande artéria que despeja novo sangue vigoroso no organismo do país enervado pelo trabalho escravo. É ela que restabelece o temperamento da população e lhe restitui a robustez.

Notai, senhor, que eu falo da emigração, e não da colonização: tão fecunda é aquela quanto estéril esta. A colonização, se escapa de uma especulação escandalosa, degenera em servidão, opressiva como a escravidão, e mais turbulenta do que ela; já a chamaram, e com justiça, escravidão branca.

A propósito de imigração, quero apresentar-vos, senhor, uma consideração triste.

Filhos da velhice de um povo, educados neste canto do mundo sem ar e sem luz, sem o ar da liberdade e a luz da civilização; conquistamos nossa independência em 1823, quinze anos apenas depois que cessou a nossa clausura com a franquia dos portos ao estrangeiro.

Entrando na sociedade das nações, tomamos logo, do primeiro passo, lugar entre as mais livres. Ainda na fase agitada da organização, conseguimos, não obstante, desenvolver nossos recursos e trilhar a senda do progresso. Enquanto, em torno de nós, as repúblicas de origem espanhola eram dilaceradas pela anarquia, o império se consolidava pelo trabalho.

As provas de honestidade que deu o país nascente no instante de sua emancipação, indenizando Portugal de uma parte de sua dívida, não se

desmentiram. Apesar das perturbações inevitáveis de suas finanças mal organizadas, o Brasil foi sempre um Estado probo, que honrava sua firma nas praças da Europa.

Um espírito liberal a respeito da nacionalidade animava o povo brasileiro e sua legislação. Oferecemos hospitalidade cordial a todas as religiões, como a todas as escolas; e isso no tempo em que estas ideias de liberdade e tolerância não eram aceitas por muitos dos principais países da Europa. A naturalização dependia de fácil processo; e a constituição (art. 6, § 1.o), hoje infelizmente interpretada, nacionalizava a prole do residente estrangeiro.

Entretanto, senhor, que fazia a Europa enquanto enviávamos esforços para mostrar-nos dignos da civilização? Enviava-nos acaso as sobras de sua população industriosa, à míngua de recursos, para coadjuvar a obra de nosso desenvolvimento, fartando-se na abundância deste solo?

Oh! Que não! Prescindindo de nossos irmãos de origem, os portugueses, que vinham trazidos por tantas afinidades; só aparecia no Brasil de outras nações certo número limitado de comerciantes, que estacionavam na cidade, e alguns viajantes que retribuía nossa cordial hospitalidade com a maledicência. Parva satisfação de ridicularizar uma sociedade infantil, como se as crianças nascessem falando; e os povos, já civilizados.

A Germânia, essa grande fábrica de homens, *humani generis officinam*, como a chamou Jornandez, arrojava o aluvião de sua raça opulenta para a América do Norte. O Brasil, se quis, teve de pagar bem caro alguns centos de colonos que não indenizaram com seu trabalho o mal que fizeram a nossa reputação suas queixas injustas.

Que decepções temos sofrido, senhor. O homem do norte, o puro saxônio, o atleta da indústria, portento de atividade, em aportando ao Brasil, parece que perde seu espantoso vigor e cai numa prostração incompreensível! Para fazer desse indivíduo um trabalhador, é preciso agasalhá-lo bem, abrir-lhe boas estradas para que penetre no interior e ali preparar-lhe a casa com todos os aprestos necessários a uma cômoda existência.

Entretanto, o filho da raça latina, o explorador português, nos tempos coloniais, arrojava-se destemidamente ao deserto; levava consigo não somente seu caminho, que ele abria através da floresta; como sua casa que levantava com algumas palmeiras no lugar escolhido. Assim foram criadas as nossas povoações do interior.

Dirão que havia na América do Norte muitas atrações para chamar os europeus: a língua, a índole, a religião, os usos. Não o contestamos. A emigração é uma

corrente entre a Europa e a América. São baldados os esforços para desviar seu primeiro curso antes do prazo. Quando os Estados Unidos abarrotarem de população, o Brasil receberá os transbordamentos.

Mas se não nos arrogamos o direito de pedir contas à Europa do destino de sua emigração e do vácuo imenso que deixa neste império; se nos resignamos a caminhar gradualmente com os subsídios do nosso velho Portugal; parece que devíamos estar isentos dos reproches da filantropia europeia a respeito da escravidão.

Com efeito, quem manteve a escravidão no Brasil desde a nossa independência? Quem desenvolveu o tráfico depois de 1835? Quem, especialmente depois da extinção daquele comércio ilícito em 1852, conservou o trabalho escravo em nosso país?

A Europa, e somente a Europa. É a verdade, senhor; e eu sinto não ter uma dessas vozes, que o gênio faz estrondosa, para repercutir bem longe, no seio do Velho Mundo, velho moralista à guisa de Epicuro.

Se aquele grande viveiro de gente houvesse nestes últimos quinze anos enviado ao Brasil um subsídio anual de sessenta mil emigrantes, número muito inferior à imigração americana, a escravidão teria cessado neste país. Venha ainda agora esta torrente de população e, em vinte anos ou menos, afirmo que o trabalho escravo estará extinto no império, sem lei abolicionista, sem comoção nem violência.

Prevejo o subterfúgio por onde se hão de escapar. Dizem que a escravatura repele a imigração branca; e citam o exemplo dos Estados do Norte da União Americana em paralelo com os do Sul. Erro completo. A avultada imigração daquela parte da Confederação foi causa e não efeito da abolição da escravatura. A teoria de repulsão do trabalho livre pelo escravo é um grande absurdo. Vale o mesmo que a torrente, força ativa e enérgica, dizer à terra, à resistência inerte – “retirai-vos que eu quero passar.” A onda cava e abre seu álveo; é o que faz o trabalho livre em país de escravos. Assim já vai sucedendo no Amazonas, Ceará, Rio Grande do Norte e outras províncias.

Portanto, em vez de consumir seu tempo a caluniar nossas intenções e deprimir os costumes brasileiros, melhor promovera a filantropia europeia suas vistas humanitárias, ocupando-se em desvanecer as injustas prevenções levantadas contra o império americano.

Não é ao monarca do Brasil, a vós, senhor, que se devia dirigir a sociedade abolicionista de França: a causa moral e econômica do trabalho livre está ganha

há muito tempo em vosso espírito e coração, como na consciência de vosso povo. A aplicação é somente o que falta para a tornar uma realidade neste país.

Se o Sr. Laboulaye visitasse o Brasil, havia de palpar esta verdade. Não depende de nós, que não fabricamos população, mas dos imigrantes, unicamente, a aplicação do trabalho livre no Brasil. A eles, pois, aos europeus convença a sociedade abolicionista da necessidade de buscarem nosso país, a fim de aliviar a humanidade da pecha da escravidão. Estabeleçam a propaganda neste sentido; mostrem ao interesse individual o império como ele é e darão ao grande princípio da liberdade um triunfo generoso e incruento. A escravidão cairá sem arrastar à miséria e à anarquia uma nação jovem.

XI

Há um terror pânico da unanimidade que assalta os espíritos fracos.

Essa resistência da unidade contra a multidão os apavora e acabrunha. Abatem suas convicções à pressão da totalidade; e deixam-se arrastar atados à cauda do prejuízo, como da verdade.

A causa da emancipação em nosso país fez caminho rápido por este meio, graças àquele pânico. Muitos espíritos se assustaram seriamente com a ideia de que o Brasil era atualmente o único país onde a escravidão existia no seio mesmo da pátria, sem o caráter colonial; e brevemente seria talvez o único onde vivesse uma instituição universalmente execrada.

Esta ideia, bem ataviada pelos filantropos, devia comover o ânimo nacional. Nenhum povo brioso consentiria em ficar na última fila das nações cultas, quase confundido com os Estados semi-bárbaros do Oriente, objeto de aversão para a humanidade. No desígnio de resguardar-se de semelhante humilhação, ninguém, homem ou povo, hesitaria em sujeitar-se aos maiores sacrifícios.

Será verdade, porém, senhor, que a escravidão, reduzida exclusivamente ao Brasil, o arraste àquela posição aviltante? Daremos nós prova de barbaria e iniquidade mantendo a instituição, apesar de sua completa abolição no resto do mundo?

Decididamente, não.

Antes de qualquer consideração, não se esqueça a natureza da escravidão em nosso país, tal como a fizeram, acinte da lei, os costumes nacionais e a boa índole brasileira. A condição do nosso escravo, comparada com a do operário europeu, é esmagadora para a civilização do Velho Mundo.

Os Estados Unidos, nação poderosa, com perto de um século de existência política e um desenvolvimento espantoso da indústria, só agora conseguiram extirpar o trabalho escravo do sul de seus estados. As mais poderosas nações da Europa, Inglaterra e França, grandes já quando estávamos no limbo do desconhecido, só neste século, e no segundo quartel, obtiveram purgar suas colônias do elemento servil.

Ao Brasil, pois, é que se há de estranhar a demora neste supremo esforço, quando ainda está ele na infância, contando apenas quarenta e quatro anos de existência política depois de três séculos de isolamento e abandono?

Tanto vale escarnecer da criança porque não se tornou homem ainda!

Não temo, senhor, para nossa pátria, que lhe venha desonra de conservar a escravidão por algum tempo, ainda depois de geralmente abolida. Seremos os últimos a emancipar-nos dessa necessidade; mas há quem possa atirar-nos a pedra por esse pecado da civilização?

Se esse povo existe, de consciência limpa, ele que se levante. Será acaso a França?

Não é possível. A França, que aboliu a escravidão de suas colônias em fins do século passado, no momento em que fazia ao mundo a pomposa declaração dos direitos do homem, e retratou-se restabelecendo-a poucos anos depois para só extingui-la em 1848; a França não tem o direito de levantar a voz neste assunto. Conservar escravo o homem que nasceu tal é uma instituição; reduzir à escravidão pessoa livre é um crime.

Será acaso a Inglaterra?

Oh! Essa menos que nenhuma outra! À soberba indignação britânica permiti-me opor a palavra sensata de um homem ilustre, que se foi mau político, em sentimentos cristãos ninguém o excedeu. Chateaubriand, defendendo sua pátria contra a filantropia inglesa, como eu agora defendo a minha contra a filantropia francesa, escreveu o seguinte:

“A Inglaterra tinha medo que o tráfico de africanos, a que ela renunciara com pesar, caísse nas mãos de outra nação; queria forçar França, Espanha, Portugal e Holanda a mudar subitamente o regime de suas colônias, sem indagar se estes Estados haviam chegado ao grau de preparação moral em que se podia dar liberdade aos negros, abandonando ao contrário à graça de Deus a propriedade e a vida dos brancos”.

Em seguida recorda, como todos os *tories* [conservadores] ilustres, Londonderry, Wellington, Canning, durante 30 anos adversários firmes da moção de Wilberforce; de repente se haviam eletrizado pela liberdade dos africanos; porque essa liberdade era a ruína completa das colônias e navegação das nações marítimas, suas competidoras. O egoísmo se embuçara com a filantropia.

A Inglaterra, que no tempo de Cromwell tolerou a venda de escravos brancos na América; e ainda hoje admite o chicote como instrumento de castigo em sua Marinha, depois de haver proibido no art. 17 do Bill abolicionista de 28 de agosto de 1733, a respeito do negro, essa pena “que degrada a dignidade humana”; a Inglaterra devia rasgar quanto antes o Bill Aberdeen, que é antes uma nódoa viva no seu passado do que uma prepotência contra uma nação fraca.

Se estas duas nações não podem lançar-nos a pedra, menos qualquer outra da Europa. O velho mundo tem em seu próprio seio um cancro hediondo que lhe rói as entranhas: é o pauperismo. O aspecto repugnante desta miséria em que jaz a última classe da sociedade, a degradação dessas manadas brutas, apinhadas em esterquilínios; rebaixa e avilta a humanidade mais do que a antiga escravidão.

Valem-se os filantropos, apanhados em flagrante, da liberdade e encarecem este dom além da realidade. Se a independência fosse o destino do homem, o selvagem seria o mais civilizado e próximo da perfeição. A liberdade é o meio, um direito; o fim é a felicidade, e desta o escravo brasileiro tem um quinhão, que não é dado sonhar ao proletário europeu. De que serve ao pária da civilização a liberdade que a lei consagra por escárnio, quando a sociedade a anula fatalmente por sua organização, criando a opressão da miséria?

Se não há na Europa, devorada em suas entranhas, haverá acaso na América, povo que nos lance a pedra?

Por ventura os Estados Unidos orgulhosos da recente abolição? Não creio. Era preciso esquecerem as atrocidades ali cometidas contra os escravos; as caçadas de negros a dente de cão; os prejuízos selvagens de raça; enfim todo esse cortejo odioso da escravatura americana, da qual por crassa ignorância, dividem com o Brasil a responsabilidade.

Os Estados Unidos tem bastante em que se ocupar com o fermento de suas paixões políticas, e o aluvião de uma escravatura recentemente liberta; para se darem à utopias filantrópicas, enlevo dos espíritos devolutos.

Serão as repúblicas da América que nos exprobre a conservação da escravatura?

Talvez, porque não podem sofrer a superioridade do império. Abolindo no momento da emancipação o trabalho servil, esses povos, embriagados de liberdade, sufocarão sua pequena indústria, especialmente sua lavoura rudimentária. A agricultura é um elemento essencialmente conservador; eliminando-o, as repúblicas americanas se abandonarão à anarquia.

Esses países convulsos, laborados pela guerra civil, consumidos pela febre revolucionária, talvez reprochem ao Brasil haver seguido outra direção. De feito, o império, resistindo às seduções da liberdade, preservou sua agricultura. Graças a este esforço pode mostrar-se probo e sisudo, honrando sua firma na Europa; e assegurando a seus filhos uma pátria nobre e digna.

Uma só página da história das repúblicas do centro e sul da América é bastante para calar a voz que se levante aí contra a escravidão no império.

Caminhe, pois, o Brasil desassombrado. Não se deixe tomar de pânico ante a opinião geral. Em todos os países, ainda os mais civilizados, há uma última raiz do passado; entre nós é a escravatura, como na Europa é o pauperismo.

XII

É o momento de considerar a abolição a respeito da forma e da oportunidade.

Contra as considerações que desenvolvi, sem dúvida, surgiram em vosso espírito objeções deduzidas do projeto em via de elaboração. Não pretende o governo a abolição imediata, porém, sim, depois de finda a guerra. Nessa mesma ocasião a medida não será instantânea, porém gradual e a longo prazo.

Assim, previne-se o risco de um grande abalo na sociedade e modera-se a perturbação econômica. A substituição do trabalho servil pelo trabalho livre se realiza proporcionalmente; à medida que um se retrai, o outro se dilata. Meditei todas estas razões e muitas outras que se podem produzir em favor do sistema. Não hesito, porém; eu o condeno.

Se um governo, desconhecendo a natureza da escravidão, se propõe extingui-la por ato legislativo; neste caso, sempre desastroso, eu lhe aconselharia antes o meio pronto, súbito, instantâneo, como uma calamidade menor. Era uma amputação dolorosa; se o enfermo não sucumbisse, a chaga iria cicatrizando, e ele ficaria mutilado, porém tranquilo.

Mas essa operação lenta, excessivamente dolorosa, torna-se insuportável: quanto mais longa, mais perigosa. A sociedade não pode permanecer dez ou vinte anos em guarda constante contra a insurreição minaz que uma faísca basta para levantar. A comoção causada por esse perigo surdo, mas presente a toda hora, perturba a existência de um povo.

É ilusória a esperança de uma substituição lenta. No momento em que plainasse sobre o país uma lei de emancipação qualquer; toda a casta sujeita se colocaria à sombra dela, para deduzir daí seu direito indisputável. Pouco importavam as condições; tudo se resumia no grande princípio, no reconhecimento solene de sua liberdade.

Desvanecido o prestígio da instituição, cada um desses indivíduos seria um adversário disputando seu direito ao opressor; e coagindo-o a consagrá-lo em sua plenitude. A geração nova, libertada no ventre, era a primeira a revoltar-se para arrancar ao cativo seus progenitores. E quem teria o direito de estranhar neles o estímulo nobre do amor filial?

Não esqueçam as simulações. Já tivemos o exemplo a respeito do tráfico: todos os indivíduos novamente importados eram lançados à conta do tempo em que era lícita essa aquisição. Assim hão de retroagirem ao cativo os nascimentos acontecidos já no período de liberdade. Mais um elemento para a combustão.

A Inglaterra adotou a respeito de suas colônias o sistema gradual. Criou um estado intermédio entre a escravidão e a liberdade, que designou com o nome de aprendizagem, durando entre quatro e seis anos. “Transição perigosa, diz Cochin, que expunha as colônias à desordem, a propriedade, à ruína, a liberdade, a uma derrota sanguinolenta e onerosa.” (Vol. I, pág. 377).

Com efeito, se não fosse o grande poder da Inglaterra, vigilante e alerta durante essa operação arriscada, a explosão da liberdade, imprudentemente agitada, mas não desabafada, houvera exterminado as colônias. Assim mesmo, sob o sistema de proteção da metrópole, a convulsão durou anos e tomou algumas vezes aspecto medonho.

Que será do Brasil, senhor, em uma crise semelhante, não fora da influência dela, mas no foco mesmo da agitação, atribulado pelo mal interno, obrigado a atender a todos os perigos, sociais e políticos? Já lançastes, senhor, vosso espírito a essa terrível conjectura e sondastes estes refolhos dos acontecimentos?

Confesso-vos que essas profundezas do futuro me causam vertigens. A única transição possível entre a escravidão e a liberdade é aquela que se opera nos costumes e na índole da sociedade. Esta produz efeitos salutares: adoça o

cativeiro; vai lentamente transformando-o em mera servidão, até que chega a uma espécie de orfandade. O domínio do senhor se reduz, então, a uma tutela benéfica.

Esta transição, fora preciso cegueira, para não observá-la em nosso país. Viesse ao Brasil algum estrangeiro, desses que devaneiam em sonhos filantrópicos nas poltronas estufadas dos salões parisienses, e entrasse no seio de uma família brasileira. Vendo a dona da casa, senhora de primeira classe, desvelar-se na cabeceira do escravo enfermo; ele pensaria que a filantropia já não tinha que fazer onde morava desde muito a caridade.

Estudando depois a existência do escravo, a satisfação de sua alma, a liberdade que lhe concede a benevolência do senhor; se convenceria que esta revolução dos costumes trabalha mais poderosamente para a extinção da escravatura do que uma lei porventura votada no parlamento.

Todas as concessões que a civilização vai obtendo do coração do senhor limam a escravidão sem a desmoralizar. O escravo não as erige em direito para revoltar-se, como sucede com os mínimos favores de uma lei; ao contrário, tornam-se para ele benefícios preciosos que o prendem ainda mais à casa pela gratidão. Esse cativo, se for libertado, permanecerá em companhia do senhor; e se tornará em criado.

O liberto por lei é inimigo nato do antigo dono; foge a casa onde nasceu. O ódio da raça, que se havia de extinguir naturalmente com a escravidão, assanha-se ao contrário daí em diante. Tal será a sua ferocidade que uma casta se veja forçada pelo instinto da conservação a exterminar a outra.

Bem sabeis, senhor, a sorte deplorável dos cativos, que, por sua morte, Washington deixou libertos. Pereceram na miséria. Não ignorais também que Jefferson, entristecido com estes exemplos, não se animou a realizar de plano sua ideia da emancipação geral, limitando-se a prepará-la pela reexportação dos africanos, de que procede a atual república da Libéria.

Não resta dúvida. A abolição gradual é mais nociva do que a abolição instantânea. Para esta a nação concentra suas forças durante a operação e repousa logo do grande choque. Há perigo, e perigo sério, mas rápido, passageiro.

Entretanto, senhor, se neste assunto confio principalmente na revolução íntima dos costumes e ideias da sociedade, não descreio, contudo, da ação da lei sábia, que exerce nos preconceitos uma influência benéfica, por isso mesmo que é indireta e branda. Como vício constitucional do império, não pode a escravidão

ceder a remédio: mas convém submetê-la a um certo regime, a uma higiene administrativa.

Carece de grave meditação o complexo de medidas tendentes à preparação moral e econômica do país para o trabalho livre. Se eu nutrisse esperança de que minhas ideias a este respeito captariam vossa atenção, as explanara decerto. Poupo ao meu espírito mais um desengano.

De todas estas considerações que aponte e que, bem desenvolvidas, davam matéria para um livro, a suma é esta: para a casta sujeita, ainda não educada, a emancipação, nas circunstâncias atuais, é um edito de miséria pelo abandono do trabalho, e de extermínio por causa da luta que excita entre as duas raças.

Para a casta dominante, especialmente a agrícola, importa a ruína pela deserção dos braços e impossibilidade de sua pronta substituição; importa igualmente o perigo e sobressalto da insurreição iminente.

Para o Estado significa a bancarrota inevitável pelo aniquilamento de sua primeira indústria, fonte da riqueza pública; e como consequência o crédito nacional destruído, a nossa firma desonrada no mercado estrangeiro.

E chama-se a isto filantropia? É esta oblação feita da melhor substância nacional, amassada com lágrimas e sangue de uma população inteira, que se deseja votar à caridade?

Rio, 26 de julho 1867
ERASMO

QUINTA CARTA
(SOBRE O DONATIVO IMPERIAL)

Senhor,

Resolvevistes desde já ceder para as urgências do Estado a contar de março vindouro a quarta parte de vossa dotação.

Dirigistes para este fim uma carta ao Sr. Zacarias, que a leu perante a Câmara dos Deputados com a devida solenidade.

Creio que o nobre presidente do conselho figurou aí como simples órgão da nação, a quem naturalmente se referia vosso pensamento, praticando esse ato de abnegação.

Como cidadão, que ainda me consentem ser deste império, e um dos contribuintes do orçamento, tenho uma parte, embora tenuíssima, na vossa generosidade. Não devo, pois, conservar-me indiferente.

Já a imprensa, em nome da opinião pública, vos retribuiu com bonitos e merecidos elogios. No parlamento a leitura de tão importante documento foi saudada com ferventes aplausos.

Quero eu também responder-vos por minha conta própria.

Não aceito, senhor, o vosso donativo; e até vos contesto o direito de o fazer. Se tomais por uma exorbitância este meu modo de pensar, lede a constituição, que vos fez imperador.

A dotação, conferida pela nação ao monarca, bem como aos membros principais da dinastia, não é uma remuneração de serviços, como o ordenado do funcionário público.

Pelo trabalho de governar, decerto não vos daria o Brasil oitocentos contos de réis anuais; e menos ainda os cem contos que recebem as augustas princesas, sem a mínima ingerência no governo do país.

É o decoro do trono e a dignidade da nação, como diz-nos a lei fundamental (art. 108), que determina a dotação. Foram estas razões, inteiramente alheias à vossa pessoa, que elevaram à soma atual o pequeno apanágio de vosso augusto pai.

Assinando a quantia de oitocentos contos de réis para vosso tratamento anual, arbitrou a Assembleia Geral o grau de lustre e pompa da coroa brasileira. Desde, pois, que cedeis uma parte dessa dotação, não alienais vosso dinheiro ou uma parte de vosso patrimônio; mas, sim, um quinhão do decoro do trono e da dignidade nacional, coisas que não pertencem ao Sr. D. Pedro II, pois é delas mero depositário. Pode um empregado ceder em benefício do Estado uma parte ou mesmo todo o vencimento, porque dá do seu; oferta à pátria necessitada algumas bagas de suor, algumas horas de fadiga. Mas vós, senhor, vós, cuja existência inteira foi dedicada à felicidade deste povo, não tendes o direito de ser pródigo de semelhantes migalhas.

É sabedoria e prudência que a nação espera de seu monarca e lhe pede com ânsias. Quanto às espórtulas pecuniárias, que lhe jogam em paga de sua paciência evangélica, afirmo que ela as rejeita.

O povo brasileiro tem dado provas de nimidamente sofredor. Não se contam já as humilhações que ele há suportado impassível desde o princípio desta guerra. Mas, se esquece seus brios, ainda não desceu felizmente à vileza de os regatear.

Estes duzentos contos, que renunciáveis, são muito para vossa casa desfalcada e sempre mal gerida: são demais para os infortúnios que vossa mão beneficente alivia. São nada, porém, para a nação oberada com uma despesa enorme e um desfalque estupendo.

Ah, senhor! Se quereis ser generoso para com esta nossa pátria, tão deserdada do amor de seus filhos e tão órfã de seu monarca, não é atirando-lhe aos centos de contos de esmola que lograreis essa glória. Não! Será pondo um termo a esse esbanjamento desordenado que tem exaurido todas as reservas do país e vai sorver os últimos recursos do futuro.

Não são os vossos duzentos contos de réis que hão de suprir o vácuo aberto no orçamento por uma administração imprevidente e desasada.

Não há de ser a quarta parte de vossa dotação que nutra o manancial de ouro já estanque, para de novo despejar aos jorros nas repúblicas do Rio da Prata.

Não é o vosso óbolo que virá garantir o crédito público, profundamente abalado, e a probidade do império brasileiro, ameaçado de uma bancarrota infalível.

Não chega, enfim, senhor, a vossa espórtula para restituir à família do operário e do lavrador a finta onerosa, ou a vida do chefe imolada, não à defesa da honra nacional, seria um dever sagrado, mas ao capricho de alguns indivíduos, o que é uma iniquidade.

De que serve, portanto, senhor, privar-vos de certa decência indispensável ao trono; ou mesmo da íntima satisfação de enxugar uma lágrima e mitigar uma dor?

Em vossa mão compassiva e boa demais esta soma terá melhor destino. Talvez se transformasse nos orvalhos santos da caridade, a rociar as aflições que penetram nessa mansão tranquila de S. Cristóvão.

A beneficência é uma das pompas da majestade e prima entre as mais brilhantes; compõe ainda melhor que os esplendores e as galas o decoro do trono. Quando a realeza se unge nesta virtude, mostra-se o legítimo representante da soberania nacional, porque é também o representante da Providência, que inspira o coração magnânimo dos povos.

Fazer da caridade uma espécie de atribuição exclusiva da Igreja e de seus vigários, como já pretenderam no Parlamento brasileiro, seria uma extravagância, se não fosse infelizmente coisa pior; um efeito do grosseiro materialismo que pervaga o país de todos os lados.

Porventura uma parte dessa quantia renunciada por vós não tivera aquele sublime destino, porém um emprego menos acertado, como o de nutrir certas cobiças e vaidades parasitas do trono. Todavia, era apenas uma prodigalidade de vossa parte, uma bondade mal usada.

Entretanto, abandonados ao governo, esses duzentos contos vão ser um foco de imoralidade e corrupção. Carneça atirada ao tempo, que a podridão logo decompõe, não tarda cobrir-se de um enxame de vermes à ceva.

Quanta paixão sórdida não vem acender esse punhado de ouro atirado sobre o tapete verde do orçamento? Quanto embuste e mentira não custará ao pudor político, já expirante, a dissipação desta migalha?

Em nome da dignidade do país e da honestidade do governo, senhor, retirai o presente funesto!

Se houvesse necessidade real dessa quantia de duzentos contos de réis, para desempenhar algum serviço indispensável da administração, ainda assim não carecera o governo da quarta parte de vossa dotação.

Bastava-lhe uma pequena emissão de títulos ou condecorações para levantar prontamente soma igual, senão superior. Vinte baronatos ou cinquenta comendas, eis, senhor, quanto justamente vale o vosso donativo ao Estado.

Que mal faria ao país, já tão inçado da praga, mais cinquenta fidalgos despachados pela graça de seu dinheiro? No tempo em que se tiram galés de Fernando de Noronha para confiar-lhes a guarda do pavilhão nacional, torna-se, com efeito, indispensável enobrecer aqueles que não perpetram roubos nem assassinatos.

A não ser assim, que diferença houvera entre um facínora e um homem bem procedido?

No mesmo instante em que, para dissipar umas baforadas republicanas sopradas lá do Serro, essa decantada Acrópole mineira; o nobre Presidente do Conselho usava de vossa carta, como de um argumento de algibeira, sabeis o que se rumorejava pela cidade?

Falava-se na quarta missão extraordinária, que vosso insigne governo com um gênio admirável acabava de inventar, para ir a Buenos Aires consumir a nossa vergonha diplomática e desentranhar mais uma guerra do ventre fecundo desse monstro chamado a política platina.

Compreendeis bem, senhor, o alcance e a profundidade desta fatal coincidência?

Talvez não, porque uma névoa sinistra de certo tempo a esta parte tolda vossa mente e lhe empana a reconhecida lucidez. Desde 1863 vedes o país através das evaporações maléficas de uma política desgraçada; a política da vaidade.

A coincidência de vossa carta com os boatos de nova missão tem, senhor, esta medonha significação, que gela a medula do país.

No instante em que uma das augustas mãos estende à pátria aflita o óbolo de duzentos contos; a outra, obstinada e imprudente, joga na banca política uma nova cartada de duzentos mil contos, páreo que o povo brasileiro terá de pagar, suando sangue e dinheiro.

Em maio de 1864 uma primeira embaixada se inventou, que partiu com aparato para o Rio da Prata. Não soube então o país qual era seu fim. Creio que nem o próprio monarca brasileiro ou seu gabinete o sabiam; devo crer, senhor, porque a alternativa seria cruel.

Só hoje conhece o Brasil o custo dessa filigrana diplomática. Duzentos mil já consumidos; e soma igual, senão maior, para continuar a obra-prima do progressismo, cujo remate, ficai certo, senhor, há de ser um grande opróbrio, como foi seu princípio um grave crime.

Segunda missão foi enviada a Montevideú. Obteve esta com tino superior aplacar a labareda açulada nas margens do Prata; porém uma centelha voara pelos ares, que produziu a explosão no seio do Paraguai.

A Missão Paranhos foi condenada pelo governo. A lógica o exigia. Seu chefe, se não tinha alcançado tudo, conseguira o possível. Não lhe era dado, nem a outro qualquer, suprimir o passado implacável e evitar o futuro sinistro que já acodia com espantosa velocidade.

A situação, que em 1863 se gerara no ventre do absurdo, devia, para ser coerente, punir o importante serviço prestado ao país por aquela missão.

Passemos a esponja sobre isto.

Seria nada o arreganho de Lopes se o Brasil fosse Brasil naquele momento, se o Império se possuísse. Mas, infelizmente, desde maio de 1862, senhor, que o hávieis reduzido a *anima vilis*, à besta destinada para as experiências de uma nova e incompreensível política.

Que estímulos e brios podia ter uma nação rebaixada à condição miserável de arcabouço ministerial, para a aprendizagem dos impúberes estadistas? De que exerções de força e atividade, era capaz um povo enervado por governos fracos e completamente alheios à ciência da administração?

O gabinete de 12 de agosto, que reprovava o ato diplomático 20 de fevereiro, selou com seu nome o documento mais vergonhoso de toda esta guerra, o Tratado da Tríplice Aliança. Quando meus olhos perpassam essa página.... suja é o nome; essa página da diplomática brasileira, sinto torvar-se o ânimo. Involuntariamente ocorre-me a ideia de um homem assalariando ao preço da dignidade dois espadachins para instrumento de sua vingança!

Foi este pensamento ominoso que levou a Buenos Aires a terceira missão extraordinária, pomposamente designada pelo vulgo de embaixada. Não é possível calcular seu preço com exatidão, mas estou convencido que ela nos custará ainda mais caro que a primeira.

Em chegando a época da liquidação, quando tivermos de somar os cheques pagos por conta do crédito aberto a duas repúblicas insolváveis; então, se poderá orçar o verdadeiro importe dessa aliança, consignada ao Brasil pelo gabinete de 12 de agosto.

Portanto, senhor, se quereis ser generoso para nossa pátria, em vez de reduzir vossa dotação, o que a nada monta, impedi essa quarta missão, que apavora o espírito público, desde os primeiros e vagos anúncios; obstai à nova importação de calamidades que se há de realizar por meio dessa embaixada, como se realizou em 1864 e 1865.

Se fizerdes isso, não serão duzentos contos, mas duzentos milhões que ofertareis ao Estado. Não poupareis ao Brasil vinte barões ou cinquenta comendadores, que em tanto anda a quarta parte de vossa dotação; poupareis uma infinidade de vidas e outra miséria maior, se é possível, sobre esta miséria que nos aflige.

Quereis levar mais longe ainda a vossa generosidade e ser magnânimo e esplêndido como costumavam os antigos imperadores da Ásia?

Despedi este ministério, que o país tem pago com tamanha usura. Cada um dia de sua vida custa mais ao Brasil do que vossos duzentos contos; porque lhe

custa não somente ouro e sangue, a carne e os ossos; mas a honra, o brio, a dignidade, cuspidas a todo o instante pela bava da ambição.

Praticásseis vós este esforço, que não seriam os aplausos da Câmara encomendada, nem as palavras rituais da imprensa, a receber essa prova de amor e abnegação de vossa parte. Seriam as bênçãos sinceras de todo o país, as efusões de uma população inteira, sentindo que a mão poderosa e solícita de seu monarca a suspendia às bordas do abismo onde vai desabar.

Eu vos suplico, senhor, pelo vosso dever primeiro, por nossa pátria depois e pela dinastia finalmente, que vossa pessoa, bem sei não vos preocupa!

Eu vos suplico com todas as potências de minha alma; salvai o Brasil e com ele os penhores de sua integridade.

Não acabaria com meu coração que vos ele pedisse para mim o que fosse. Esquiva-se quanto pode de o fazer aos que lhe estão iguais. Mas para minha pátria, para este Brasil tão angustiada, quanto desquerido dos filhos que mais lhe devem; para este império, ainda fraco e tolhido, onde eu tenho um cantinho humilde que não trocara pelas maiores celebridades e grandezas do mundo; para este solo, que Deus abençoou e malsinam os homens; não tenho pejo de suplicar-vos, senhor.

Ou vós, ou a revolução. Fora daí nada existe neste imenso vácuo do presente.

Muitos increpam semelhante insistência, que, não obstante, se conservam impassíveis. Estranham que se peça ao monarca a salvação do país, como se o monarca fosse inventado para outra coisa, senão para representar a missão de uma providência nacional. Entretanto, eles que censuram nada obram, nada absolutamente.

Estáticos à margem dos acontecimentos, que se despenham do alto e fogem com deslumbrante velocidade; assemelham-se às aves aquáticas, taciturnas e sombrias, quando se quedam à beira do rio, com os olhos fitos na correnteza das águas.

Às vezes o viajante que devassa estas paragens ouve um pio triste e lúgubre a reboar no seio da melancólica solidão. É o grito sinistro de alguns pássaros, que anuncia a borrasca; depois tudo cai e sepulta-se no profundo silêncio; e o rio, toldado pela vasa, continua a correr em demanda do oceano, túmulo insondável de quantas catástrofes!

Não encontrais em vossa marcha, senhor, a mínima resistência. Ao sobrececho imperial curvam-se as venerandas cabeças dos cidadãos encanecidos no

traquejo dos negócios públicos. O Senado brasileiro, onde outrora se quebraram as ondas revoltas da anarquia, já não opõe diques à torrente da corrupção. Vosso ministério pode apresentar-se ali com os fardões cobertos de sangue brasileiro e estender a mão, que o Conselho dos Anciãos lhe abandonará a bolsa e os destinos da pátria.

Raros, dois ou três, se tanto, ficariam imóveis nas curules, como os padres conscritos quando Cesar lhes pedia a ditadura.

O Senado não teme as iras do leão, mas sim a hidra que se enrosca na sombra. Erro fatal que teremos de expiar cruelmente. A única maneira de evitar a revolução da anarquia, que se está cevando com os desatinos da atualidade, seria a revolução da lei, a resistência constitucional dos poderes do Estado a quem a nação confiou a grave e suprema atribuição conservadora.

Negar ao governo pão e água, recusar-lhe abertamente o orçamento e abrir a luta franca e leal com a coroa era a atitude do Senado neste momento culminante. Tereis, então, de resolver, senhor, se as instituições do país deviam de ser imoladas ao vosso gabinete.

Neste caso, a nação ficava sabendo com que podia contar. Caíam as máscaras da comédia constitucional e entrávamos em pleno arbítrio. Ou receberíeis, como Napoleão III, a nova investidura nacional e poderíeis, então, dispor deste Brasil com direito perfeito, como coisa vossa; ou a nação, acordados os brios da prisca liberdade, vos faria conhecer a sua vontade imutável e havíeis de obedecer-lhe como seu primeiro cidadão e seu primeiro súdito

Mas o Senado, em quem estavam postos os destinos do país, encadeou a revolução legal e deixou subir o nível da arbitrariedade e prepotência. Há de chegar às bordas e extravasar. O que ficará, depois do aluvião?...

Deus o sabe.

Só vós, senhor, tendes em vossa mão o cravo da roda fatal: porque só vós existis neste país, como poder, como força, como opinião. É triste para um cidadão, filho de um povo livre, confessar estas coisas; mas são verdades que transbordam sem querer d'alma, e é preciso que transbordem para não afogá-la.

Se por momentos um homem, uma voz, um eco mesmo se levanta para opor-vos, não de frente – quem ousara? – mas de longe, através do Ministério, uma resistência oficial; é efeméride política de breve momento. Dura ainda a surpresa de semelhante energia, que já ela de todo se desvaneceu.

Rumorejam baixo uns sussurros misteriosos. Aludem a certos colóquios; citam-se palavras sibilinas. E toda a população acha natural que o homem se incline, a voz emudeça e o eco se dissipe.

Tendes, senhor, para tudo, daqueles argumentos de que fala D. Basílio: – *certi argumenti à cui non si resiste* –; o dilema terrível da pistola e da bolsa; da graça e da desgraça. Nomeais ministros contra a vontade; alcançais enviar ao Rio da Prata, como embaixadores, pessoas de perfeito juízo, coisa inverossímil. De um homem sisudo, de um caráter severo, tirais de repente, não sei por que alquimia, um aventureiro político ou um estadista poltrão.

Enfim, senhor, fazeis do preto branco: e até aquele milagre incrível, que excedia à onipotência do parlamento inglês, de fazer de um homem mulher, e de uma mulher homem, para vós, é nonada.

Mulheres haveis feito de quase todos estes cidadãos, que cercam o trono e, em vez de resistir-vos para vos salvar contra vossa própria obstinação, se contentam de chorar contritas no regaço imperial as misérias da pátria, sentindo-se consoladas depois deste desabafo.

Não há meses, vimos estadistas ilustres, e alguns dos mais famosos sacerdotes da liberdade, empenhados em fazer constitucionalmente um varão de uma senhora, somente para vos ser agradável. Se não conseguiram de todo, foi porque pairou nos ares uma dúvida a respeito do contentamento que vos traria esta fineza.

O ministro de vossa íntima confiança, o Sr. Zacarias, com quem estais em tão perfeita correspondência epistolar, opôs-se. Então, suspeitaram que a prudência do rei houvesse derogado a ternura do pai.

Estas divagações, próprias de um espírito alvoroçado, me afastam do assunto. Ainda vos não disse todo meu pensamento a propósito da vossa carta. Não acrescentou essa generosidade um ponto sequer à vossa reputação. Bem conhecidas e justamente apreciadas são a singeleza de costumes e a sobriedade de vida, que distinguem o monarca brasileiro.

Ao contrário, pelo modo por que o praticastes semelhante ato vos prejudicou no ânimo público. Não havia necessidade dessa solene confissão, feita em pleno parlamento, dos desarranjos da casa imperial. Se vosso desinteresse não estivesse acima de qualquer suspeita, diriam que era um pretexto fornecido para a recusa do donativo.

Sobretudo, fostes mal inspirado tornando em galardão a um indivíduo um ato vosso de patriotismo.

Napoleão III, a quem a França se doou pelo sufrágio universal, escreve cartas lisonjeiras a seus ministros e até lhes envia mimos de brilhantes. Mas ainda não se animou a fazer da miséria pública um pedestal à glória equívoca de Rouher!...

20 de setembro

ERASMO

SEXTA CARTA

(SOBRE A GUERRA)

Senhor,

A paz é uma grande vergonha....

O coração brasileiro se congela ao som desta palavra cruel. Reflui o sangue açoitando as faces do cidadão brioso, que se estremece pela honra nacional.

A paz é um ato de miséria....

O Brasil, a segunda nação da América, destinado à primazia do mundo, abater seu estandarte ante o arreganho de um pequeno déspota, quase selvagem?

Não há filho deste império que se não possua de horror ante a possibilidade de semelhante opróbrio.

A paz é uma vilania...

Não tem alma um povo de onze milhões de almas que não esmaga a insignificante republiqueta por falta de um exército de cinquenta, de cem, de duzentos mil soldados. Povo pusilânime, avaro de seu sangue e desamparado do sentimento de sua dignidade!

Eis o que murmura dentro de vossa alma a voz do pundonor, o pátrio orgulho.

Mas, senhor, há coisa pior que a paz. Há outra vergonha, outra miséria, outra vileza superior a essa. É a guerra como a tem feito vosso governo.

Não se concebe que o Brasil possa em condição alguma sofrer maiores humilhações do que tem curtido sob a influência maléfica da política internacional inaugurada em 1864.

Esta é também, senhor, a convicção do país.

Entre dois males terríveis, entre a vergonha da paz e a ignomínia da atualidade, ele prefere a menor. Dói-lhe muito deixar incólume a afronta do Paraguai; porém dói-lhe mais cruamente ainda servir de alvo ao insulto de seus aliados e ao menoscabo do mundo.

A guerra sob a política dominante tornou-se impossível. Compenetrai-vos bem desta verdade, que é implacável, senhor. Curvemos a cabeça ao peso da fatalidade. Não há resistir-lhe.

Este gabinete não consegue mais do país o exército indispensável para o nosso triunfo; não alcança um subsídio sequer de dez mil homens para suprir as falhas de nossos batalhões.

Ponham em jogo todos os meios, a sedução como a violência; serão baldados.

Nenhum brasileiro empunhará as armas para submeter-se às ordens de um general estrangeiro, que escarnece impunemente de nossa pátria.

Nenhum cidadão deixará sua família ao abandono para esterecer nos pântanos do Paraguai, testemunha impotente de nossa degradação.

Nenhum homem de brio arriscará a vida inutilmente para receber em prêmio de seu heroísmo sob a forma de medalha uma ração de opróbrio e desonra.

Não há mais quem sacrifique uma só gota de sangue para defender a dignidade de um país, que seu próprio governo é o primeiro a aviltar e prostituir.

Não há mais quem sinta ferver em sua alma os entusiasmos generosos da honra nacional, desde que a sepultaram nos arquivos de Buenos Aires em tratados e notas de perpétuo estigma.

Não há mais um filho que se estremeça ao grito da pátria ofendida; porque a pátria já não existe. Puseram no lugar dela um mercado de condecorações, um prostíbulo da glória nacional.

Qual nobre estímulo há de levar agora os brasileiros ao Paraguai? Tudo se poluiu; tudo se profanou. Ao heróico defensor do pavilhão nacional, o Brasil desgraçadamente já não tem outro meio de o distinguir, senão alquilando-lhe o valor e a intrepidez pelo custo de alguns escravos! À mocidade generosa, que se arrancasse dos cômodos da abastança

e dos prazeres dessa floração da vida para correr em defesa do emblema nacional, o lugar nobre que lhe reserva o governo é ao lado do galé, como seu companheiro de grilhão!

Deus! A que profundidade já chegou a perversão do senso moral neste desgraçado tempo?

E o partido que reduziu o país a tal extremo, que espancou todos os princípios da probidade política assim como do santo patriotismo, ousa invocar o povo brasileiro, em nome da dignidade nacional, que ele próprio fria e calculadamente abateu, fazendo tapete dela à arrogância gaúcha do Rio da Prata?

Mas há de ter do país a resposta que merece; uma gargalhada de mofa! A defesa da honra nacional já não está agora nos campos do Paraguai, não. Transferiu-se para aqui, para esta cidade, corte do império, coração atrofiado deste povo infeliz.

Daqui partiu todo o mal; o miasma funesto desta guerra; a praga ainda mais terrível da Tríplice Aliança; todo este ramo de peste, enfim, que nos tem custado tantas vidas, tanto ouro e..., o que é mais duro, tantas afrontas!

Daqui vão ainda e irão as ordens para as constantes humilhações que diariamente chovem sobre o país, como para submeter às provas evangélicas sua admirável longanimidade.

E, por fim, senhor, quando esta política fatal tiver esgotado a série extensa das transações indecorosas, porá a esse tráfico da honra nacional, mareada pela ambição do poder, um remate digno da obra: a paz!

Não tenhais dúvida, senhor.

Eles, que atualmente se intumescem com a ênfase de um fofo patriotismo e bramam contra a mera possibilidade de pôr um termo digno à interminável campanha, prescindindo da vitória; eles mesmos seriam os mais fervorosos a abraçar-se com a paz, se vissem nela encarnada a sua ambição.

Querem a guerra presentemente, a guerra a todo o transe; porque esta significa o pleno arbítrio, a onipotência administrativa, a indulgência magna de todos os erros e de todos os crimes. A esta palavra mágica nada se opõe; o país entregou-se manietado ao governo.

A guerra presta ainda ao ministério de 4 de agosto um serviço relevante. Apavora os estadistas eminentes que poderiam salvar o país com seu tino e energia. Há alguns que repelem até a possibilidade de serem chamados ao poder, porque receiam a responsabilidade tremenda desta situação.

Esse monopólio do governo, garantido ao atual gabinete pela repugnância de uns e incapacidade de outros, é um dos proventos da permanência deste estado de coisas. Não convém de forma alguma aos progressistas mudar a situação, resolvendo a questão eterna.

Mas, senhor, repita o país amanhã na praça, em alta voz, o que já vai dizendo em casa, à meia voz, de timão e barrete. Bata o pé ao governo e exija a paz, que o marcial gabinete de 4 de agosto, de pronto conciliador e filantrópico, aceitará aquela solução.

Virão a lume os princípios da civilização, o amor da humanidade e toda essa larga provisão de filosofia cristã, que tanto serviu para as festas da capitulação de Uruguaiana. Cantar-se-ia em todos os plectros a vitória incruenta da diplomacia!

Não duvidariam apor as armas do Brasil com as armas do Paraguai, n'algum papel com figura de tratado, digno reverso da Tríplice Aliança!

É possível que haja brasileiros capazes desta enormidade? Mas, senhor, esses de que vos falo não são brasileiros, são ambiciosos. Sua pátria é o governo; mantendo-se aí, dão a maior prova de civismo e abnegação.

Eis a que nos conduzirá infalivelmente a insistência do atual gabinete. No fim de uma campanha vergonhosa, uma paz humilhante. Ao cabo de tantos sacrifícios de toda a casta, a consagração da afronta por meio de uma estipulação indecorosa.

Neste caso antes começar pelo fim.

Poupar-se-ia o tempo, o ouro e até mesmo a dignidade tão longamente enxovalhada. Em vez de formar um livro triste na história pátria, a questão paraguaia ficaria apenas como um ponto negro, que o heroísmo brasileiro não tardaria ofuscar com os esplendores de outras glórias mais puras e dignas.

Cego e obstinado, o gabinete se recusa à convicção de sua impotência. Acredita que pode ainda levantar um exército e com ele arrebatá-lo por fim o triunfo. Na efusão de regozijo nacional pela justa reparação, esperam os ministros obter da magnanimidade do povo a absolvição de tantos erros.

Como se a história, implacável e severa, não os aguardasse nos umbrais da posteridade para precipitá-los naquele nono círculo do Dante onde se convulsam os parricidas.

Esse exército que se exige do Rio da Prata, e sem o qual parece impossível desfechar o golpe decisivo, onde o haverá o governo?
Do patriotismo?

Impossível, repito; porque ele não existe mais, senhor. Da violência?

Grande temeridade; colocada a questão nesse terreno, desde que se calam os brios nacionais, clama o instinto da conservação individual.
Do ouro?

No tempo em que as guerras eram questões dos reis, que as faziam por sua conta, se toleravam os exércitos mercenários. Combatiam pelo capitão que lhes pagava; nada mais justo. Neste século, porém, tornando-se as guerras questões dos povos, não parece decente que eles confiem a mãos estranhas a defesa de sua honra.

Demais, o ouro escasseia; muito há que o anunciou o termômetro infalível de Buenos Aires. Sobrasse ele, porém, que não acharia emprego; carece o país daquelas sobras de população, ou nacional, ou estrangeira, que em falta de outra exploram a indústria da guerra.

Apontam outra fonte, como aquela, de onde pode o governo tirar um forte exército de vinte ou trinta mil homens. Asseguram que a medida já foi resolvida em conselho e se realizará apenas encerrada a sessão.

São vinte mil contos de réis pelo menos, para um país que já lançou mão do papel moeda, na importância de cinquenta mil, como o único meio de prevenir a bancarrota. É cerca de um terço mais no presente orçamento, já onerado com um déficit bem considerável.

Mas arrede-se a questão de dinheiro, que está na superfície; acha-se no âmago a questão máxima, incandescente, medonha, a questão cratera, que, desde um ano a esta parte, está em ebulição no seio do país.

Quisera, senhor, dirigir uma só pergunta aos vossos conselheiros, àqueles que vos inspiram semelhantes ideias:

Se eles pertencessem a uma casta sujeita e, de repente, se achassem investidos da força pública no país de sua opressão; qual seria o primeiro irresistível impulso de seu coração?

Defender a pátria alheia, pretendida sua desde a véspera unicamente; ou reclamar igualdade para seus irmãos, seus pais e seus filhos ainda sujeitos?

É preciso contar com os instintos naturais do coração humano e não entregar o gládio da justiça nacional à mão capaz de espedaçá-lo para fazer dele um punhal contra o império.

E os cidadãos privados de repente de sua propriedade, embora mediante indenização; as lavouras desertas dos braços que a trabalhavam; os estabelecimentos rurais alvorotados com a execução da medida; a nova massa recrutável sôfrega por caber toda no limitado algarismo da desapropriação; toda essa perturbação social, toda essa efervescência das fezes vivas; não é coisa que mereça do governo algum desvelo?

Não é digno do país, sem dúvida, esse pacto de sangue com os deserdados da liberdade. Dizer-lhes: “Se quereis ser homens, arriscaí a vida em defesa daqueles direitos, daquela independência e dignidade, de que por necessidade vos privamos. Não quereis ser carne para o látigo, sede, pois, carne para o canhão.”

Os manes dos veneráveis autores da constituição devem estremecer vendo o uso que esta geração pretende fazer daquela sábia e prudente disposição por eles escrita no código de nossas liberdades. Nunca pensaram decerto que pudesse ela autorizar tamanha imprudência.

Escravos combateram na independência. Mas como? Por impulso próprio, por entusiasmo espontâneo, esposando a causa de seus senhores. Assim mostraram-se dignos da liberdade que tão heroicamente defendiam.

Réus de polícia saíram dos cárceres e pelejaram pela causa do Brasil. Mas por quê? Eram réus da liberdade, vítimas do despotismo; embora criminosos, sofriam a opressão de leis iníquas e bárbaras, contra as quais tinham também o direito de combater.

De resto, se houve alguma coisa de censurável, então, evitemos a reincidência, antes do que alardeá-la. Não façamos de um erro da juventude um crime da virilidade.

Suponho que o projetado exército de trinta mil homens se levanta; marcha para a campanha do Paraguai; e toma de assalto as fortificações de Curupaiti e Humaitá, aniquilando assim o último reduto de Lopes.

Quando voltasse triunfante aquele exército, integralmente composto de outra raça, não teria ele o direito de dizer-nos a todos, a vós, como a qualquer cidadão: “Esta pátria vos não pertence, pois que a não pudestes defender. Somos nós, os filhos da vitória, coroados dos louros do combate, somos nós os verdadeiros cidadãos do império brasileiro, que elevamos por feitos heróicos a

uma posição respeitável. Arredai-vos para que tomemos posse dos destinos deste país, ganho por nosso valor.”

E que responder a essa formidável apóstrofe? Arcabuzá-los?

Impedi, senhor, a realização deste plano funesto. Não querendo o imperador, nada se faz: o país inteiro sabe disto e consente. Abandonou-se completamente ao seu monarca, não pelo sufrágio universal, como a França, mas pela geral indolência. É uma felicidade para ele haver quem o dispense da fadiga de pensar, de querer e de obrar.

A vitória com semelhante exército é mais degradante do que a derrota. Antes o Brasil vencido por Lopes, isto é, pelos obstáculos insuperáveis da natureza aproveitados pela arte, do que vencido pela nossa fraqueza, pelo menosprezo da própria dignidade.

Portanto, senhor, se, apesar da desmoralização do atual gabinete e da impossibilidade de prosseguir na campanha, persistis em sustentá-lo, neste caso, em nome do país, eu vos peço a suspensão das hostilidades.

Mandai que nossas forças recolham às fronteiras. Uma divisão de encouraçados pode continuar nas águas do Paraná a hostilizar o inimigo. Tratemos de organizar o exército de Mato Grosso, o que devera ter sido o nosso primeiro cuidado; e sem fazer a paz, como quem abandona uma empresa mal delineada, reservando-se o direito de renová-la mais tarde com sucesso, faríamos uma pausa ao menos nas calamidades do presente.

Fora indigna decerto celebrar a paz com o Paraguai; nem há brasileiro que sofra a só ideia de semelhante baixaza. Não é indecoroso, porém, abandonar esse povo infeliz à tirania de Lopes na qual persiste e reconhecer o império a impossibilidade de penetrar agora no antro do déspota.

O maior capitão da antiguidade, Alexandre, não conseguiu abater a resistência de um povo bárbaro, os citas, e, por isso, não ficou mareada a sua glória, a que a providência havia assinado mais altos destinos do que o desbarato de algumas hordas selvagens.

Roma, já orgulhosa república, derrotada pelos samnitas, curtiu a vergonha de ver passarem seus exércitos pelas forcas caudinas. Mais tarde, poderoso império, duas vezes tentou invadir a Pártia e duas vezes foram destroçados seus numerosos exércitos.

Em 1498 o imperador Maximiano I, então o maior soberano da Europa, sentiu quanto o sentimento da independência fortalece um pequeno povo. Oito vezes batido em oito meses pela Suíça, foi coagido a desistir da projetada conquista.

Inglaterra não penetrou no coração da Índia de um jato. Foi depois de uma luta porfiada, a preço de muito sangue, que ela fundou sua dominação asiática. Também a França teve de suportar enormes sacrifícios e sucessivas derrotas, antes de conquistar sua colônia de Argélia.

O poder colossal da Rússia por longo tempo se quebrou ante a coragem indômita das tribos caucasianas. Desde 1839 até nossos dias o intrépido Shamil zombou dos exércitos aguerridos do autocrata.

Ultimamente França, a Palas armada da Europa, retirou suas forças do México sem haver conseguido a completa submissão do país. Não foi ao infeliz Maximiliano, mas a Napoleão III, que Juárez destronou do sólio mexicano.

E dirá alguém que Roma, Alemanha, Rússia, Inglaterra e França ficaram desonradas perante a posteridade, porque recuaram ante a impossibilidade, a fim de recolher as forças e superar de um impulso os obstáculos naturais?

Os remoinhos e as barrancas do Paraguai valem sem dúvida os desfiladeiros de Clusio, as geleiras da Suíça, o clima deletério da Índia, as estepes da África e os despenhadeiros do Cáucaso.

Há estadistas, senhor, que adejam pelas alturas e se prendem como os insetos às teias de aranha. A estes parecerá sem dúvida uma coisa inaudita e espantosa essa suspensão de uma guerra, sem as fórmulas consagradas pelos estilos, sem o conveniente aparato da diplomacia, tão funesto ao país.

Bem compreendeis, senhor, que não devemos sacrificar a dignidade nacional por tais filigranas de ouro falso. Ainda quando a Europa, mesmo nos tempos modernos, não houvesse dado o exemplo de cessação das relações internacionais entre nações inimigas, podíamos nós admiti-lo; nós que não reconhecemos nenhum equilíbrio americano e não consagramos, portanto, o princípio da intervenção.

Mas não creio que o Brasil tenha chegado a um tal estado de inanição, para suspender a guerra e deixar impune o Paraguai; o que se observa é somente prostração e torpor; é abatimento causado pela obsessão deste gabinete, que sufoca a nação, como um pesadelo horrível.

Retire-se esta opressão, e o país há de recuperar as forças inertes, os brios abatidos. O império será outra vez o Brasil da independência, o Brasil de 1851.

Um novo gabinete, composto de boas inteligências, e, sobretudo, de corações de lei, é a única salvação possível para a honra nacional comprometida no Paraguai e para as instituições pátrias, ameaçadas aqui, no seio mesmo do país. Um novo gabinete, rico de energia, será o cravo da revolução, o freio da anarquia.

Apressai-vos, senhor, a bridar o monstro que avança. Escolhei homem capaz de o domar; senão, é inevitável a devastação do império. Iludi-vos, se pensais que teremos outro 42 ou 48. Infelizmente não há de ser o desespero de um partido que prorrompa; mas o desprezo formidável de uma sociedade inteira.

O novo gabinete deve ser exclusivo em política, filho de um só partido, e compacto em uma só vontade. O contubérnio de opiniões diversas é uma prostituição como qualquer outra; não será lastrando mais a corrupção e envolvendo nela os homens ainda puros que se há de servir à causa nacional.

Se os estadistas brasileiros não podem salvar a pátria, senão por este meio, eu respondo por ela, sem receio de ser desmentido: “Por tal preço não queremos a salvação. Venha, então, o terrível batismo com que a Providência nos há de purificar da mácula; para que outra vez sejamos nação, pois agora quase não temos direito a esse título!”.

É preciso que o novo gabinete tenha bastante civismo para arrostar as dificuldades da guerra, se for necessária a sua continuação, e afrontar com as odiosidades e prevenções da paz, caso se torne esta indeclinável. O partido que trepida diante dessa grave responsabilidade e carece de reparti-la com outros não é partido, mas um acervo de ambições, que por bem do país conviria aniquilar.

O partido conservador está designado pela lógica dos fatos como o depositário da situação. Não tem a cumplicidade desta guerra; não o tolhem compromissos do passado. Entraria no poder com a imparcialidade do juiz.

Se o partido conservador recusar o sacrifício, serei o primeiro, senhor, a proclamá-lo traidor à pátria e a pedir a sua dissolução, como uma necessidade pública e uma justa punição.

Pese bem o imperador as circunstâncias do país. O atual gabinete criou uma situação ambígua e indefinível; a guerra, com todas as vergonhas da paz, porque não vencemos, nem mesmo combatemos; a paz com todos os encargos da guerra, porque o ouro jorra de contínuo para o sul, de envolta com o soro do sangue brasileiro.

ÚLTIMA CARTA

I

Senhor,

No silêncio a que recolhi, assalta-me agora uma inquietação. A situação parece ter feito uma pausa.

Aquela prodigiosa atividade que se manifestara logo depois do encerramento das câmaras aplacou. Apenas de espaço a espaço o ministério lança uma demissão, para dar sinal de existência e fazer uma ridícula ostentação de poder. Raios de Júpiter tonante que não fulminam, mas bastam para derreter os homens de cera desta quadra.

Ao mesmo tempo em que se nota esse torpor da situação, correm entre a população umas vozes recônditas. Dizem elas que o ministério começa a encontrar alguma resistência de vossa parte na realização de certas medidas. Colhidas as rédeas, o fogoso baio mastiga o freio, corcova, mas afinal submete-se à mão ágil do domador. *Fortius utere loris*, como disse Ovídio.

Aqueles que se incumbem de espalhar estes rumores mencionam fatos, referem circunstâncias que trazem os visos da verdade. Outrora eu repeliria sem exame semelhantes revelações, como inventos de reposteiro; mas convicções minhas tão profundas se têm submergido nesta atualidade, tantas vezes fui obrigado a duvidar dos outros e de mim mesmo, que recebo tudo hoje em dia, não somente como possível, mas como provável e natural.

Nemo mortalium omnis horis sapit. Nenhum mortal é sábio a todas as horas, diz o antigo escritor. Vossa reconhecida prudência pode bem ter sua hora de fadiga e repouso. Nessa porventura, escaparam as confidências, indiscretamente referidas. A verdade é que as vozes palacianas e os atos do ministério coincidem frequentes vezes.

Se, pois, realmente haveis criado estorvos à marcha do gabinete, eu tenho razão de me inquietar e entristecer. Não sou capaz do um gracejo quando vos falo e sobre tão grave assunto como o destino de nossa pátria. Sinceramente, senhor, o menor óbice à marcha triunfante desta política de corrupção me enche de angústia.

No desalento que infunde o estado miserando do país, uma esperança me confortava. O mesmo ímpeto com que se arrojou sobre nós a calamidade fazia crer em sua breve duração. Através das ruínas do geral desmoroamento, divisava eu já os obreiros da lei e da justiça edificando o futuro. Enfim, o Brasil parecia chegado à última fase da dissolução, e podia-se bem repetir a palavra de Talleyrand: “É o começo do fim.” *C’est le commencement de la fin.*

A corrupção constitui infelizmente uma lei da natureza, indispensável ao desenvolvimento da matéria como da vida humana. Quando a eiva ataca no âmago uma existência e não é mais possível extirpar o vício, a podridão, de mal que era, se torna em bem. Ela representa o primeiro período da transformação, a decomposição dos corpos. Na massa pútrida se desenvolve o germe de novas existências.

Da maior depravação da humanidade surgiu a moral sublime do Cristianismo, que veio regenerar os povos. A grande revolução política da idade moderna foi gerada em França pela devassidão da realeza. Todas as nações, onde uma vez se perverteu o espírito público, só conseguiram restaurar-se depois do auge da corrupção.

Ao Brasil deve acontecer a mesma coisa.

Desde que os elementos sociais entraram em fermento e não houve mão poderosa para lhes restabelecer a seiva degenerada, a natureza há de prosseguir em sua marcha infalível. O corretivo da desmoralização sairá de seu próprio seio; quando não haja mais nada a corromper, e a dissolução tenha-se operado no país todo, entraremos necessariamente no período embrionário de uma nova existência política, em uma era de reorganização.

Não pudestes, senhor, ou não quisestes arrancar nossa pátria à esta provança cruel. Para que interromper agora o curso lógico dos acontecimentos, suscitando dificuldades a este ministério? Se o fizerdes, será um mal, sem dúvida, o maior que possa ainda acabrunhar este país.

Obstar atualmente aos progressos da corrupção é tantalizar a esperança da regeneração, protraindo a calamidade irremediável. Menos cruel há de ser o flagelo rápido e breve, embora sumamente doloroso, do que essa parcimônia bárbara, que vai graduando o sofrimento e distribuindo-o à razão. Os autos de fé em Espanha e Portugal excedem no horror aos combates dos gladiadores no anfiteatro romano.

Compreendo que, no silêncio da noite, quando as preocupações políticas repousam um instante e a consciência do homem vem sentar-se à cabeceira do

leito imperial; compreendo que se confranja vosso coração honesto, recordando os fatos mais salientes da atualidade, os mais flagrantes escândalos deste fatal progresso.

Que espetáculo contristador o do ginásio político, onde os atletas disputam o prêmio da corrida, não pela força e destreza física, mas pela elasticidade da consciência! Como os lutadores antigos ungiam o corpo nu, para melhor resvalarem entre as mãos do adversário, estes campeões ungem o caráter do óleo da impudência para o tornarem flexível e maleável.

Assistindo a estes indecentes jogos, haveis de sentir, senhor, um remordimento no íntimo. Logo depois outro, quando divisais os caracteres sisudos, que voltam o rosto e buscam um refúgio no remanso da vida privada. A lembrança dos decretos que à tarde rubricastes, nomeando para os cargos mais elevados homens impossíveis, vos pungirá dolorosamente a consciência.

Mas cumpre recalcar estes impulsos tardios. A revolução da natureza se há de consumir fatalmente; nem é mais possível abortá-la. Os fatos que repugnam a vossa razão não passam de efeitos da causa permanente. Os caracteres repulsivos que sobem do fundo são a vitalidade da putrefação.

Não é quando a corrupção fermenta que os vermes aparecem na superfície?

Deixai, senhor, que eles se repastem no espojo da sociedade brasileira. Concedei tudo quanto vos pedirem os ministros, nada recusai. Passe o flagelo; precipite-se impetuosamente. Há de ser formidável o choque; porém, o que dele escapar ficará são e livre do perigo.

Não me aflige atualmente, como cidadão, algum novo atentado que o governo acrescente à série, já tão imensa; nem a ruína de alguma instituição vital que se desmorona, ou abatida pelo arbítrio, ou minada pela prostituição; nem o baque de algum caráter são que de repente vacila e esbroa carcomido pelo vício; nem mesmo o culto fervoroso que a multidão presta ao bezerro de ouro e a seus sacerdotes.

Qualquer destas desgraças ou destas vilezas já não me abalam. Sim, impacienta-me, senhor, ouvir ainda falar com seriedade em lei e justiça: ver manifestar o vulgo certa fugaz indignação pelos escândalos que o afrontam; encontrar, embora raros, alguns caracteres firmes que não se querem render ao espírito da época; sentir robustas, apesar de tolhidas, algumas virtudes envergonhadas, que se receiam de aparecer.

São fibras sãs desse organismo em decomposição: partes intactas, que a eiva não alcançou. Estremeço, pensando quantos dias ainda serão precisos para que

se complete a obra de dissolução, quanto sofrimento curtirá o país durante essa elaboração do vício que vai corroendo lentamente e, assim, preparando a matéria para outra organização.

Se todos estes homens que ontem eram reputados firmes, constantes, enérgicos e cheios de abnegação têm de sofrer o contágio funesto, para que tantas decepções, umas sobre outras, a magoar a mesma chaga? Caiam de um jato todos esses vultos outrora respeitáveis, tombem como ruínas do passado, aos ímpetos do tufão. Quem ainda crê lamentará essa grande catástrofe; talvez não lhe resista e sucumba também; mas não sentirá decerto gangrenar-se-lhe a alma.

Se estas virtudes, que ainda vivem latentes na sociedade brasileira, devem-se extinguir uma por uma, gastas ao atrito da especulação infrene, não é melhor soçobrar de uma vez? Cada tradição venerável, cada princípio da moral que se rompe são novas angústias para as que lhe sobrevivem. Assim não somente se aniquila a geração presente, como se agorenta a futura.

Do alto do trono, que é a primeira eminência social, se divisa mais longe do que no plaine rasteiro em que me acho. Mas, pela mesma razão da altura, a vista que abrange largas distâncias não lobriga os traços distintos de cada objeto e somente seu escorço. Esta ilusão alimenta em vosso coração uma esperança que eu já bani completamente.

É preciso viver no foco dos acontecimentos e observar o cinismo com que se descursa a ignóbil fisionomia desta época para avaliar quanto já nos aprofundamos pelo mal.

II

Acredito, senhor, que desejais modificar a atualidade e, sem dúvida, realizareis vossa intenção, apenas concluída a guerra.

Suponho que essa obra da restauração do país seja empreendida e executada com energia correspondente à intensidade da crise. Sucumbindo Lopes, demitis logo o atual ministério, que estragara a vitória, com certeza, e escolheis novo, capaz de utilizar em benefícios reais o prestígio de nosso triunfo.

Procurais homens de caráter íntegro, de energia e prudência, talhados para a situação difícil que devem resolver.

Mas esses homens, onde estão eles, senhor, onde os ireis buscar? Para desorganizar este país e desbaratar quarenta anos de sua existência política,

achastes com facilidade muitos vícios. Mas, quando chegar o momento da reparação, duvido que encontreis no império sete virtudes cívicas dignas deste nome e repassadas daquela fortaleza que não se dobra, antes reage vigorosamente contra os obstáculos.

Este fato não depõe contra o caráter brasileiro, mas contra a índole pervertida desta época.

Nunca, nas circunstâncias mais difíceis de nossa existência política, faltaram homens para dominar os acontecimentos e preservar o país da ruína. As ideias nobres acharam sempre ardentes apóstolos entre o povo brasileiro e, mais de uma vez, regou este solo americano o sangue dos mártires da lei, da justiça e da liberdade.

Da antiga geração que assistiu a estas lutas ainda restam alguns e dos mais dignos representantes.

Contudo, estes, menos talvez que outros, responderão ao vosso apelo. Geralmente supõem que a idade os fatigou; e a velhice, assim como encolheu a cútis do rosto, também lhes rugou as almas, confrangendo-as para dentro.

De alguns é verdade. Conta-se que um senador romano, Consídio, respondera às ameaças de César por esta maneira: “Com a muita vida se me gastou o medo.” Ao contrário do senador romano, há senadores brasileiros cuja consciência responde as censuras do povo: “Com a idade se me gastou a coragem.”

Outros, porém, estão ainda, apesar dos anos que se acumulam, em sua integridade moral; não decaíram do que foram no princípio de vosso reinado. Seriam os mesmos homens se não lhes faltasse uma coisa, a fé, que há muito os desamparou. E a fé, vós bem o sabeis, senhor, é a saúde da alma; o espírito que não a tem, seja de homem ou de povo, está enfermo.

Cidadãos que lidaram com tamanho esforço para formar o sistema representativo no Brasil, como o Visconde de Itaboraí ou o Barão de Muritiba; que muitas vezes fizeram violência do caráter generoso para combater seus compatriotas em defesa de uma ideia, vendo aluir-se de repente, como um sopro, aquela obra tão árdua, devem ter perdido para sempre a fé nos homens e nas coisas deste país.

Obreiros do passado, eles conhecem o chão sobre que trabalharam e sabem que o mesmo é edificar sobre a areia que organizar uma instituição neste país. Tudo aqui é efêmero, rápido e precipitado como os ímpetos da ambição que dirige nossos destinos.

Estes cidadãos, portanto, não desempenhariam a missão de regenerar o Brasil. Havia de faltar-lhes o ânimo de extirpar da sociedade brasileira as raízes do cancro. Para obter esse fim, seria indispensável dilacerar as entranhas do país, produzir uma dor profunda, e, quem sabe, derramar sangue dos membros decepados.

Estas coisas, um homem de ânimo reto só as realiza quando estimulado pela esperança de promover o bem de sua pátria.

Tal esperança não existe presentemente em cidadão algum; só eu ainda a conservo, mas é a esperança na força da corrupção, a certeza da reação que muito convém precipitar, ateando cada vez mais a imoralidade.

Chamasse o imperador um destes estadistas; reclamasse de seu reconhecido patriotismo que assumisse a direção do Estado, dedicando-se à restauração das finanças, à correção dos costumes, a moralização da autoridade e ao restabelecimento da lei. O que vos eles responderiam não sei; mas, se pudésseis ler na página aberta da sua consciência, havíeis de achar estas palavras:

“Para que nos sacrificaremos a nós e aos poucos homens bem intencionados que ainda nos restam? Para que, se essa resistência ao mal que invade o império somente serviria de recrudescê-lo? Para que reconstruir sobre um solo vulcânico se não for para dar pasto ao gênio da destruição? Embora conseguíssemos salvar o império e resgatar o futuro, já que o presente está irremediavelmente perdido, não lograríamos com isto senão uma nova decepção. Um homem aparecerá, surgido subitamente dos limbos de sua vaidade, que aniquilará em cinco anos a obra de quarenta anos de sacrifício e dedicação. Esse homem, esse Heróstrato político do porvir, não se chamará Marquês do Olinda ou Zacarias. Que importa o nome? Há de existir por aí alguma mediocridade audaz ou alguma vaidade irritadiça que espera nos bastidores o momento de entrar em cena.”

A geração moderna, senhor, também não forneceria homens para realizar vosso desígnio, se o tivésseis, de salvar o país. Estes não curtiram o desengano dos predecessores, não viram sua própria obra desprezada e abatida; não receberam o escárnio e a apupada dos mesmos a quem elevaram. Mas, por outro lado, nasceram para a política ou se educaram por ela, quando já havia desaparecido o ardor da luta, que vigora o entusiasmo e arraiga as convicções.

Cidadãos raquíticos, falta-lhes aquele civismo que se bebe na infância com o leite materno e o bafejo da pátria. Uma sociedade decadente é uma terra exausta, só produz caracteres tíbios, virtudes meãs, que bastam para os tempos ordinários, mas não resistem ao ímpeto das más paixões desencadeadas. Sem o

exemplo e o entusiasmo, que são o ar e a luz do espírito, o patriotismo sai fanado.

Não contesto que existam ainda homens bons em qualquer dos partidos, até mesmo entre os progressistas. Mas estes atingem o heroísmo, quando conseguem preservar-se a si mesmos da geral depravação. Os severos escrúpulos da probidade, estes já se dissiparam inteiramente; seriam ridículos na presente época. Muito fazem os que resguardam o âmago de sua consciência dos insultos e provocações da atualidade.

Bem compreendeis, senhor, que tais caracteres não são para tamanha empresa, qual a de regenerar o país. Elevados ao poder por vossa escolha, subirão ao ministério unicamente para se perderem. Aquela reserva de honestidade que eles acumularão fora das posições seria logo consumida no governo; acabariam esbanjando uma reputação, talvez laboriosamente adquirida.

Afinal, estes sete infelizes, atados ao pelourinho do ministério e flagelados pelo escárnio público, desceriam do poste; e o que teria ganho o país com tão bárbaro suplício? A mutilação de alguns nomes estimados, algumas tradições respeitáveis dilaceradas. Portanto, maior pasto à corrupção, de cujo seio deve sair nova era.

Não é preferível, senhor, deixar que estes homens bons se rendam à influência desmoralizadora e acompanhem o cortejo triunfante do progressismo? Levados por um espírito de tolerância e moderação, induzidos pela opinião geral, eles não se imbuem do mal, nem se devotam a ele; apenas condescendem em acompanhá-lo, trocando-se mutuamente certos favores.

Já que tudo se há de perder, ao menos fiquem estes membros quase sãos para prender o futuro ao passado. A geração que há de vir não lançará ao vento as cinzas poluídas de sua progenitora. Algumas lápidas humildes restariam, onde os filhos pudessem venerar a memória dos pais. Poucos nomes, embora modestos, formarão um elo que ligue os nomes de Feijó, de José Bonifácio, de Carneiro de Campos, Vergueiro, Marquês de Caravelas, aos nomes dos futuros Paula Souza, Uruguai, Torres e Eusébio.

Se, porém, insistis em colocar no poder estes homens bem reputados, organizando assim a resistência à corrupção, a consequência é que o vício acabará invadindo e apossando-se destes caracteres. Em vez de uma tolerância, haverá completa submersão. De simples convivas do mal descerão a seus lacaios e servirão com o guardanapo no braço o banquete progressista.

Refleti bem, senhor, antes de dar semelhante passo.

III

Quero afagar uma esperança que sinceramente não tenho. Figuremos, senhor, a possibilidade de uma perfeita adesão entre a gente boa. Todas estas virtudes meio gastas pela atualidade conseguem, unindo-se e guardando-se umas as outras, formar como os soldados macedônios uma falange; a falange da honestidade política.

Julgais que ela possa combater a atualidade?

O governo durante estes últimos anos criou no país hábitos que não se extirpam facilmente. Foi açulando a cobiça que a presente situação chegou a galgar o poder e ganhou força para derrocar dois partidos vigorosos, o conservador e o liberal. Sob esse nome de progressismo criou-se a política cerebrina dos melhoramentos materiais, cujo dogma é dilapidar.

Em todos os tempos e países, há um espírito de especulação que assalta a riqueza pública e particular; que põe em sítio todos os interesses legítimos da sociedade. Mas estava reservado a esta época sem nome erigir a especulação em princípio de governo, fazer da empreitada uma política, arrebanhar em partido os homens da ganância e da cobiça.

Como foi, senhor, que se organizou essa coisa que nos governa? Algumas ambições sem escrúpulos, contidas em princípio pela inrepresentantes da nação, todas estas posições respeitáveis, às quais se chegava pelo talento e merecimentos, eles as puseram em almoeda e a baixo preço. Quem teve alguma esperteza e bastante impudência correu a lançar no leilão político; e raro foi o que não arrematou bom lote.

Mas estes estadistas e administradores parvenus careciam de um cortejo que os acompanhasse; de uma plateia que os aplaudisse; de todas estas manifestações ruidosas com que atualmente se fabrica uma opinião.

Aquela parte leviana da mocidade, que mais facilmente se deslumbra com os ouropéis, e a espuma dos dois partidos foram atraídas imediatamente pelas teorias do progressismo. As crianças quase que saíram dos cueiros para as cadeiras da Câmara dos Deputados e para as poltronas ministeriais. Se isto não é exato fisicamente, vós sabeis, senhor, e ninguém melhor do que vós, que moralmente é a verdade.

A leviandade improvisou uma guerra, com a mesma facilidade com que se jacta de improvisar discursos no parlamento. Foi um lote do leilão político; era indispensável educar pela diplomacia os chefes de partido feitos recentemente;

para esse fim entregou-se manietado este pobre império ao novo embaixador para que dispusesse dele, como coisa vil.

Mas essa guerra, que para um governo sensato seria uma calamidade, tornou-se para os gabinetes progressistas um elemento de força. Ela abriu às escâncaras o tesouro nacional; os ministros enterraram as mãos e tiraram ouro às braçadas. O Exército combatente formava-se mal e lentamente; mas o exército dos fornecedores, esse se apresentava brilhante e denodado. A guerra escancarou também o cofre das graças. O governo pode lançar às enxurradas títulos e condecorações por todo o país: elas chegaram à mais baixa cotação moral; em dinheiro, porém, subiram progressivamente. Com dois contos de réis um aventureiro se condecorava com a fita que vós trazeis ao peito como grão-mestre das ordens brasileiras.

Tudo se transformou em especulação. Os vários ramos do serviço público o governo os considerou meios de dependência e popularidade. Colonizar significa enriquecer os empreiteiros desse comércio de gente; melhoramentos materiais, programa que eletriza a muitos, são as riquezas tão rápidas quanto avultadas que se erguem escandalosamente sobre a miséria pública, a pretexto de progresso.

Eis a perfeita gênese do Partido Progressista; é a gênese do verme que se forma da decomposição.

Considerai agora, senhor, nas consequências infalíveis de uma mudança política; ainda mesmo quando a gente honesta, estreitamente unida, rodeasse o novo gabinete para defendê-lo. Cuidais que a situação criada por vossa vontade e sustentada pela opinião sã pudesse resistir à impetuosidade do ataque?

Vã esperança.

O progressismo, apeado do poder, chamaria a postos todos os abusos e desregramentos, que o novo gabinete seria necessariamente obrigado a coibir, sob pena de não ser um gabinete probo. À frente de seu poderoso exército de fornecedores, de empreiteiros, de arrematantes, de pretendentes; de toda essa corte de especuladores, que, infelizmente, em nosso país, é a única gente ativa e decidida; os homens de época levariam tudo por diante. Derrotado o ministério, vos dariam a lei.

Qual seria o caráter gasto, o indivíduo corrompido, que de bom grado renunciasse à esperança de subir gradualmente da urna popular aos conselhos de coroa? Qual a mediocridade pretensiosa que se quisesse submeter ao merecimento real, depois de tê-lo oprimido pela arrogância e impudência? Qual

o aventureiro que não arriscasse tudo para restabelecer o domínio dos pingues contratos e avultadas subvenções?

Não estamos vendo o que passa diariamente? Mal percebe o governo que o entusiasmo pela política progressista vai diminuindo, manda anunciar uma especulação qualquer, ou estrada de ferro, ou telégrafo elétrico, ou companhia de navegação. Imediatamente os pregoeiros das glórias ministeriais, açulados pela nova pitaça, começam de novo a entoar louvores aos estadistas ilustres.

Ouve-se frequentemente dizer que o comércio apoia a presente situação.

O comércio são alguns indivíduos, ou mais atilados, ou mais decididos, que dirigem o pensamento dos outros. Se os negócios lhes correm bem, o país está em plena prosperidade; carecemos de concórdia e harmonia: tudo é mel na política. Se, porém, transtornam-se os planos, o império abisma-se; o incêndio lava nos quatro cantos; cada círculo é um olimpo coruscante donde chovem raios.

Entristece, em verdade, senhor, ver o abuso que se faz neste país da palavra praça. O antigo forum de Roma, onde se decidiam os destinos do povo-rei, não tinha a importância que se dá atualmente no Rio de Janeiro ao edifício da Rua Direita. É o grande músculo, o coração desta capital desde que se inaugurou a era progressista. Aí está a vontade, a força retriz da população fluminense.

Ideia que não saiu da praça, ou lá não foi receber o batismo, não vinga. As notícias aí vão tomar o cunho oficial; aí se fazem e desfazem reputações de estadistas e até de jurisconsultos ou literatos, com a mesma facilidade e pelo mesmo modo com que se entabulam as negociações de fundo público. Há corretores para umas como para outras transações.

Outrora, quando estávamos mais perto da verdade constitucional, os ministérios se organizavam no parlamento ou na casa dos chefes de partido. Atualmente, no domínio desta facção, que à calamidade de sua existência acrescenta a de chamar-se imperial, saem de São Cristóvão. Brevemente, senhor, passará essa incumbência para, a Praça do Comércio. E, de feito, se os gabinetes são escolhidos para ela, melhor é que os escolha logo a seu contento. Nossa pátria, senhor, assemelha-se a uma Cartago, sem aquela soberba aristocracia mercantil, cheia de orgulhoso patriotismo e inflexível tenacidade, que, ainda sucumbida, fazia estremecer Roma vencedora. Foi na volta de África, depois da sujeição da república rival, que o severo Catão proferiu sua memorável palavra, como uma medida de salvação publica: – Delenda Carthago.

Se Catão nos visse, fazendo política na praça do comércio, e sua Roma fosse tão fraca, a ponto de arrepear-se de nosso poder; ele não diria aquela palavra, mas outra mil vezes mais implacável e mais cruel. Em vez de destruir, corromper; em lugar do ferro, que trucidava, o ouro, que envenenava.

Quando o progressismo fosse apeado do poder, bastava-lhe correr à praça e levantar, como futuro programa salvador, a promessa de um grande esbanjamento da renda pública. O comércio sisudo se esquivaria, porque o caráter do bem neste país é a timidez. Mas o resto, exíguo embora, gritaria por todos; e, na manhã seguinte, pela imprensa, amplificaria com todas as figuras a suposta manifestação popular.

IV

O corpo social tem como corpo humano um temperamento; são os costumes públicos.

Se este temperamento se deprava, logo sobrevêm as desordens do organismo; só tarde e depois de grave perturbação, volta a perdida energia. Muitas vezes, para obter esse resultado, é necessário um revulsivo doloroso: a sedição, a anarquia, a ditadura.

O domínio progressista, devido à vossa nímia complacência, não atuou unicamente sobre a política; sua decidida influência na sociedade, na vida privada está bem patente. As máximas de governo adotadas nestes últimos tempos foram insinuando na domesticidade do cidadão ideias e tendências até agora desconhecidas.

O parlamentar sem escrúpulos nem convicções, que se faz servo de todos os governos, unicamente pelo prazer de envergar a libré e figurar agalado nos salões do poder; o político cheio de cobiça, que errou sua natural vocação de agiota e, em falta de outra mercadoria, põe no balcão as maiores torpezas e escândalos nunca vistos; o ministro, com veleidades de honrado, que, para conservar-se no poder, não duvida associar-se a indignos instrumentos, ainda recentemente por ele próprio enlameados; o mancebo, que, de repente, se eleva na obscuridade à mais alta posição, unicamente pela precocidade da imprudência, virtude da virilidade, e também pelo subido mérito da impostura; o funcionário público sem dignidade, servidor humilde e ardente apologista de todo o ministro que lhe abre pelas verbas secretas novas, porém equívocas fontes de receita, para ostentar um tratamento sobreposse; o negociante, que, em vez de desenvolver sua atividade no campo livre da indústria, anda farejando pelas cercanias do poder algum pingue contrato de fornecimento; todos estes e outros tipos salientes da atualidade, pensais acaso, senhor, que

não se debuxam fora da política e não ferem os olhos dessa parte da sociedade alheia à luta dos partidos?

A família assiste sem querer a essa representação da comédia perigosa. Ela vê a súbita riqueza de um marido, a grandeza improvisada de um pai, a glória brilhante de um filho ou de um irmão e, comparando estes sucessos maravilhosos com a mediania e obscuridade que a cerca, naturalmente investiga a causa e a descobre.

São os escrúpulos da probidade, a independência do caráter, a coerência do procedimento, a nobreza d'alma que varrem da testada da casa, como cisco, honras, empregos, títulos, lucros.

Sem estes preconceitos condenados, o talento esquecido gozaria de reputação, de influência e prestígio.

Desde então a família, o regaço do homem de bem, com uma solícitude infatigável, se aplica a destruir a uma e a outra as suscetibilidades dessa alma. E quantos são os de têmpera rígida a ponto de resistir a esse atrito constante do amor?

Afinal, os santos escrúpulos, que formam como que os liames da consciência ou as fibras do caráter, se relaxam e distendem. Rompe-se um, depois outro, e outro, até o último. A alma robusta e firme, que repelia com indignação as mais brilhantes seduções do mal, agora flácida e lânguida, recebe quanto lhe deitam, amolda-se a qualquer pressão.

Eis, senhor, o fenômeno que se observa em geral na vida doméstica deste país. Eis o segredo de todas estas defecções de caracteres, que diariamente registra a opinião pública. Obituário lúgubre este, mil vezes mais que o outro; pois são as almas que apodrecem e se esfacelam.

O governo, cômico de sua força, se deleita com o triunfo: ele acredita que todos terão sua hora. Hoje é o deputado que se rende para ser ministro; amanhã, o senador que namora o Conselho de Estado.

Há dois meios de tentação, o primeiro, insuflando a vaidade, foi o de Satanás; o segundo, humilhando o merecimento; este o inventou o ministério de 3 de agosto.

Em todas as épocas há, com maior ou menor sucesso, uma propaganda do mal, uma proliferação das más paixões. Mas, para viverem na sociedade, carecem os vícios de fugir à luz, ou se disfarçar com as vestes da virtude.

Atualmente nota-se o contrário. O vício é impudente, cheio de arrogância e soberba. Longe de ocultar-se, ostenta sua força. A primeira e mais brilhante conquista do progressismo foi desacreditar a honra e ridicularizar a moralidade. O homem de bem era outrora, nas épocas de maior corrupção, perseguido e supliciado: temiam-no. Hoje em dia, aos que mostram certos escrúpulos, apupam e desprezam.

Nem, pois, este estímulo nobre de ser respeitado existe mais para a gente boa. Ela é apresentada como intolerante, mesquinha, hipócrita, cheia de inveja e ódio. A verdade que profere toma o nome de calúnia; os receios que manifesta pela causa pública são filhos da falta de patriotismo. Almas pequenas e sórdidas não compreendem as vistas largas do progresso, os esbanjamentos cesarianos dos dinheiros públicos, a ciência profunda de governar pelo ventre.

Restava uma diminuta opinião que não estava contaminada: aí no seio dela respeitavam-se ainda os homens conspícuos, os cidadãos íntegros.

Não sofreu a paciência de alguns progressistas deixar que subsistis-se semelhante escândalo: trataram de desacreditar esse conceito da gente séria. Fizeram-se outros, imitaram os bons, não por necessidade ou remorso, mas unicamente por luxo de simulação, por uma espécie de ginástica moral, para mostrarem a elasticidade do vício.

Indivíduos de um passado vergonhoso ao último ponto, nomes que há algum tempo ardiam nos lábios ao pronunciá-los, de repente, se embrulham na carta de presidente ou em qualquer outro decreto, como em uma esclavina e lá vão fazer romaria piedosa de imparcialidade, de justiça e honradez. Chegam a uma província acabrunhada pelas violências do antecessor e, como não há eleição a vencer, nem mais reação a efetuar, fácil torna-se conciliar a boa vontade dos perseguidos. Sobre a chaga aberta o cautério é alívio.

Assim granjeiam estes indivíduos, até mesmo entre seus adversários honestos, uma falsa reputação de inteireza, que não passa da crosta. É a escara de alguns dias, talvez de alguns meses, sobre a úlcera de muitos anos: é uma sonolência, uma fadiga do vício, que durante certo período recobra as forças para recrudescer.

A gente boa não reflete e, para fazer prova de imparcialidade, acredita na falsa regeneração. Entretanto, os caracteres sisudos, retraindo-se ao contato daqueles nomes repelentes, se esquivam e procuram cada vez mais submergir-se na obscuridade. Repugna-lhes uma reputação que os nivelaria com os vultos da situação; preferem ser esquecidos a andarem de envolta na lembrança com as celebridades da época.

Je ne connais qu'un metier a decrier, celui de Dieu. Esta exclamação, que acho agora na minha memória, guardada desde muito tempo, é, se me não engano, de Charles Nodier. Podia-se aplicar à França daquele tempo; ao Brasil de hoje, não. Com efeito, senhor, já não desacreditamos a Providência, pondo sob a invocação do santo nome, em um império católico, esta grande perversidade política, chamada a situação progressista?

Antes não ter religião, do que tê-la para santificar semelhantes desatinos.

De todas as resistências que havia de encontrar no país a mudança da política, a mais tenaz e mais profunda seria, sem dúvida, esta dos novos costumes implantados na sociedade brasileira pela situação atual. No lar brasileiro, onde outrora pendiam com as alegrias da família, os penates da religião e do amor, só há presentemente um ídolo: o bezerro de ouro.

Aí, todos os dias se formam almas progressistas, que devem mais tarde substituir os corifeus da atualidade. Pouco importa se as circunstâncias as batizam de conservadoras ou liberais; o germe é essencialmente neutro. São caracteres ambíguos, que, mais tarde, revelarão sua natureza híbrida.

Como vencer estes ímpetos da cobiça que lastrou por toda a população?

Na mão dos progressistas, o poder é formidável, porque derrama ouro com profusão e não hesita na escolha dos meios. Mas o poder, cingido ao orçamento, adstrito à lei, tolhido pela consciência, em vez de força, havia de ser uma carga onerosa na mão de homens bem intencionados.

Portanto, esse gabinete, a quem porventura incumbísseis a regeneração impossível do país, cairia acabrunhado; e os homens necessários, os vultos gigantes da situação, voltariam ao governo com vigor maior e novas audácias.

V

Acode-me uma ideia.

Acaso são os receios de perturbação da ordem pública os motivos que determinam a mudança ainda imperceptível de vossa política?

Sabeis minha opinião a respeito da resistência armada, mesmo quando justificada. Já uma vez disse ao povo brasileiro, pressentindo seu desespero ante as angústias do presente:

“A revolução armada é, no Brasil, o que tem sido em toda a parte, a febre da liberdade, febre maligna, que traz a vertigem, o delírio, e finalmente a consumpção.”

Mau cimento, o sangue! Tudo quanto com ele edificam os povos revoltados ou os governos opressores não perdura: desmorona-se logo. Ideia que triunfa um instante pela razão da força, a menos que não consiga embrutecer a sociedade, abate-se e para nunca mais se erguer.

Ninguém, pois, mais do que eu condena a revolução. Ela é, não somente, um crime dos homens, mas, sobretudo, uma grande inépcia dos partidos.

Mas, senhor, tal é o estado a que chegamos que esse grande mal de outras eras, a revolta, se antolha para muitos a crise salvadora do império. Nenhum cidadão circunspecto a deseja; porém nenhum a teme. Esperam resignados esta última provança, como se esperam as convulsões periódicas dos elementos, fenômenos terríveis, mas inevitáveis da natureza física.

Somente se aterram ante a ideia da revolução os que subiram rapidamente com a onda da corrupção e temem que ela, refluindo, os envolva e arraste. Estes olham unicamente para cima e, embebidos na contemplação do céu, acreditam que tudo vai bem cá pelo chão humilde em que rastejamos, nós, o povo brasileiro.

Parece-me estar vendo o sorriso interior com que assistis às miríficas expansões de moderação e ordem por parte de muitos de vossos conselheiros. Bem sabeis que esses Netunos políticos não vibrariam o tridente nem intimariam às vagas populares seu *quos ego*, se não tivessem o interesse de preservar a galeota empavesada de galhardetes e flâmulas, que os conduz sobre mares de rosa para a festa do poder.

Pouco importa que o incêndio, lastrando pelo império, clame por água; que a fome e a miséria assanhem o desespero da população, embora nimamente paciente. Eles não veem isto, não o compreendem mesmo, porque vivem nas eminências, onde os recursos materiais, assim como as satisfações do espírito, nunca mínguem de todo. Com paciência igual à deles em suportar o desquite do poder, não devem o agricultor, o comerciante e o operário sofrer as misérias do tempo?

Que implacáveis ironias, senhor, tem a história contemporânea de nossa pátria!

Houve um deputado, que, se adestrando para sua virilidade política de homem de Estado, levantou-se há cerca de quatro anos na tribuna do parlamento brasileiro, para demonstrar, com uma arrogância de pedagogo, o direito da

revolução. O país pasmou ao ver essas controvérsias acadêmicas no seio da representação nacional e no prólogo de uma crise que já se anunciava muito grave.

Correram os tempos. Atualmente, quando o espírito de resistência armada começa a latejar no seio da população entorpecida; quando algumas ambições desvairadas tripudiam na praça pública sobre o cadáver da opinião, a ver se o agitam; quando, enfim, a revolta parece que assoma nos umbrais do presente, a Providência, juiz severo, mantém no poder o mesmo homem de estado que evocou dos abismos do passado o espectro sanguinolento.

Sublime lição este painel histórico da atualidade! A revolução e seu apóstolo que se afrontam! Ela erguendo-se pavorosa, ameaçadora, armada do direito que lhe outorgou o gênio da política brasileira; ele, pálido, trêmulo, mas emboscado nas alturas do poder para espedaçar essa mesma cruenta justiça popular, que favoneou há quatro anos apenas!

Se a sorte fizesse do Sr. Zacarias um revolucionário, fora lógica e razoável. Mas com que direito exigir dos acontecimentos que se comportem sisudamente, quando os homens capricham em se ridicularizar? Insultada pelos ambiciosos, a fortuna se torna mordaz e inflige desses escárnios terríveis. De um revolucionário faz de repente um ditador; de um Graco um Sila.

Prevenir o tumulto por meio de concessões hábeis, se não fosse já um impossível, seria em todo o caso um erro grave.

A agitação perturba, mas depura. O que ainda há de são na sociedade brasileira poderá salvar-se. A opinião sensata cobrará forças para regenerar o país, desde que for rudemente abalada. Hoje em dia, o bem está enervado, carece de um tônico. No estado a que chegou o

Brasil, parar significa morrer. É preciso que a nação passe por todas as fases da decadência, desde a prostração até o delírio, para que recupere o vigor primitivo.

Quereis, senhor, prevenir a revolução? E com que direito? vos pergunto eu.

Sim, com que direito um homem, seja ele monarca, se interpõe aos desígnios da Providência? O presidente do conselho conjurou a revolução para erguer-se ao poder nas suas asas. Chegado ao poder a desafiou por uma série de erros e arbitrariedades. Agora que a revolução acode como a missionária da cólera divina, querem mandá-la embora como um lacaio importuno?

Talvez já não seja possível.

Deixai passar o carro da revolução; não procureis contê-lo, senhor. Seria uma grande, uma terrível calamidade. Por enquanto, felizmente, não há ódios profundos socalcados no coração do povo, nem o desespero interno a laborar nas classes pobres.

Essa revolução que aí vem e se anuncia é apenas o desabafo da indignação, a pateada à farsa política. Nêmesis do desprezo público, ela não empunha a foice exterminadora, nem ceifa os homens. Suas armas são o escárnio e a assuada com que há de flagelar os réus desta ignominiosa situação. Ouvir-se-á o rumor de uma estrondosa gargalhada do povo. Então, vereis uns vultos espavoridos fugindo ao motejo das turbas.

Nada mais.

Se, porém, abafarem essa revolução do desprezo, algum tempo sopitada, ela irromperá fremindo, palpitante de ódios açulados e de sofrimentos atrozes. Não será mais o riso do povo que expulse os autores de nossas calamidades; porém a fúria indomável da multidão a cevar-se, como besta fera, na sociedade brasileira.

Portanto, senhor, dai rédeas ao ministério. Quanto mais breve provoque ele o motim, com seus erros, menos sofreremos.

O primeiro enxurro nunca abala o edifício social; apenas varre o lixo que se amontoou na superfície do poder. São as represas desse escoamento natural das paixões populares que produzem os grandes aluviões, como o de 1640 na Inglaterra e de 1789 em França.

Quem dissera, senhor, que homens encanecidos nas ideias de ordem e respeito à autoridade, capazes de todos os sacrifícios para manter a tranquilidade pública, haviam de chegar a um transe como este, aflitivo, de desejar o tumulto para evitar a revolução; de chamar o motim para defendê-los contra a anarquia.

Se é certo o que me contam, tendes o ouvido de Dioniso, não feito de tubos de metal, mas da gente que vos cerca; não para a tirania, antes para conhecer a opinião. Contudo, já vos terão chegado os ecos da linguagem que proferem os moderados de ontem?

Parecem energúmenos e não têm consciência disso. O fracasso da sociedade que se desmorona é tão grande, que eles pensam murmurar quando vociferam. Caem de lábios prudentes palavras que horripilam e, não obstante, ali fica neles estagnado um sorriso impassível. Sarcástica indiferença de quem já zomba da desgraça!

Assim tinha de acontecer. Desde que colocaram os homens entre duas calamidades, é justo que prefiram a menor. Se não de sucumbir apodrecendo, ralados pela indignação, flagelados na alma, antes acabar logo com a vida este suplício.

Eis a linguagem que se ouve por toda a parte.

Mas, senhor, depois de haver escrito estas palavras, permiti que vos dirija uma pergunta. Credes realmente na possibilidade de uma revolução? Pensais que ainda haja neste país vitalidade para estas reacções criminosas, porém enérgicas?

Pois eu, como já vos disse, só acredito na vitalidade espontânea da corrupção; só dela espero regeneração.

Não convém perturbar esta gestação da natureza; ao contrário, é preciso nutri-la. Se ainda há por aí alguma coisa a estragar e algum homem a prostituir, chegue-se depressa este adubo à semente da nova geração.

VI

Senhor,

Aqui ponho fim à minha missão na imprensa. Esta é a última carta, a derradeira palavra que vos dirige o escritor desconhecido.

Apareceu ele em fins de 1865 e desaparece hoje para sempre da imprensa brasileira. Se a não honrou com os esplendores do talento, ao menos aí deixa uma memória estimada pela franqueza e sinceridade.

Quem foi Erasmo estou convencido que o sabeis. O coração do homem de bem é uma pedra de toque para as pessoas que dele se aproximam. Desde os primeiros tempos, distinguistes dos assomos do despeito e da ambição a palavra de um cidadão leal, amigo do soberano, porém súbdito principalmente da verdade e da justiça.

Não lhe conheceis o nome e para quê?

Esse nome não tem serventia no mundo político. Não podem fazer dele nas circunstâncias atuais nem um escândalo, nem um martírio. Seria uma questão de letras; fútil curiosidade e mais nada.

Se, para dirigir-me à majestade do Sr. D. Pedro II, envolvi-me no mistério, não foi por temor. Ninguém neste país ignora que as audácias contra a pessoa inviolável não só não têm o menor perigo, como são títulos à grandeza. A generosidade do imperador sabe vingar-se!

Assim, quando alguma vez a pena se embebia de verdades mais austeras, hesitei. Receava ofender-vos a vós, inofensivo; não queria que minha palavra parecesse uma cobardia ou um cálculo: duas coisas, cada qual mais repreensível.

Só a força da convicção me obrigava a produzir exteriormente o pensamento; mas então jurava a mim mesmo aprofundar-me cada vez mais na humilde obscuridade para me esquivar a qualquer tênue raio de vossa magnanimidade ou a algum erradio vislumbre de popularidade. Creio que o consegui e, com esta íntima satisfação, entro no nada donde saí.

Foi a consciência que me aconselhou o mistério. Para falar-vos com a franqueza precisa, era necessário ter um nome respeitado, cheio de prestígio e autoridade. Faltando-me esse título, só me restava o da verdade. A ideia é essencialmente democrática: ela nivela o trono com o povo.

Fiz-me ideia, portanto, para ter o direito de interrogar a majestade. Se houvesse ameaça de perigo no empenho que tomei, ou eu não me lançara a semelhante cometimento, pois me falia coragem, ou saberia afrontar a publicidade. Mas o perigo estava justamente na sombra, no isolamento, onde eu permanecia.

Aí, senhor, entregue às forças próprias, sem conselho e sem conforto, vendo abrir-se em torno um vácuo imenso para a fé que tinha nos homens: aí, duvidando muitas vezes de mim, único entusiasta no meio da geral descrença; lutei, senhor, lutei contra a opinião e contra mim mesmo.

Há gente para quem o perigo é somente a ofensa física ou o golpe que fere o corpo e a bolsa. Materialismo que prostitui a coragem, como tem prostituído outros sentimentos do homem. A vida e a propriedade, bens preciosos quando servem a um fim nobre, tornam-se coisas vis, se prestam unicamente para depravar o homem e corromper-lhe a alma.

Arrostar a corrupção é, em tempos como estes, mais generoso e heróico esforço do que, nas épocas revolucionárias, afrontar a morte e o exílio. Inebriados pelo entusiasmo, as vítimas da tirania sobem ao patíbulo coroadas de flores e entoando a canção patriótica. Mas a vítima da imoralidade está sujeita a cada instante a falsear diante da sedução, deixando-se arrastar às gemônias da desonra e do opróbrio.

Não é difícil, a quem tem nobres e legítimas aspirações, resistir aos afagos do poder corruptor quando a solidariedade dos homens de bem lhe serve de apoio. Mas, se tomada de um pânico invencível, a gente honesta se extraviou e, por uma complacência censurável, cerca os audazes, então se faz necessária uma grande força e constância para preservar-se do contágio.

Que doloroso espetáculo o da atualidade!

Aos que tombam e se escorjam no pó, a multidão os cobre de aplausos e ovações. Atualmente é glorioso cair; quase infame recatar-se. Cada caráter que vacila e se abate no circo é um triunfador. As turbas o levantam e carregam aos ombros em troféu. Os homens sisudos, que têm a fraqueza de servir a popularidade, fazem cauda ao cortejo.

Esses triunfadores se atraem uns aos outros, onde quer que se achem. O instinto da conservação os aproxima e identifica. Eles se personificam em um só e mesmo eu, que, por escárnio, chamam gênio e virtude. Não há nada mais comum neste tempo do que os ambiciosos que se estreitam e fazem bíceps e trifauces para ameaçar a sociedade brasileira.

Obscuro cidadão, posso, querendo, me submergir na vida privada ou refugiar-me na tranquila mansão das letras, como fez o velho Milton depois de uma vida gasta em defesa das liberdades pátrias. Com o direito de escolher o modo de servir o meu país, não estou privado de subtrair-me à influência perniciosa da política.

Mas vós, senhor!... Que terrível suplício! Assistir como testemunha impassível à decadência deste grande império, que Deus formou para os mais altos destinos! Contemplar de braços cruzados a degeneração desta raça predestinada, a quem a Providência primeiro abriu a imensidade do oceano!

Tântalo-rei, encadeado a esse tártaro da política, desejareis uma nação e encontrareis apenas...

Natio comeda est, disse Juvenal.

Adeus, senhor. Eu me retiro deixando a vez à sátira, que é a eloquência do presente. Só tomam ao sério as coisas e os homens desta época os charlatães que se apascentam nela. O cidadão cordato ou chora ou gargalha.

O tempo não é para Erasmo; mas para Jeremias ou Rabelais; para o trenó ou para o sarcasmo. *Ride si sapiis*: diz, como o poeta, a história contemporânea a todo o observador grave que se esforça por estudá-la.

Adeus, senhor. Se, nos dias da próxima tribulação, vos parecer conveniente que a voz frágil deste escritor se levante em defesa das instituições e do Sr. D. Pedro II, sua expressão viva, o achareis entre os raros amigos da adversidade: entre os que já não esperam nem temem.

Nada vos devo. Se, por seu trabalho, o indivíduo que fui recebeu outrora a honra de servir oficialmente seu país, não é isto favor. Que o fosse, vosso governo o apagou embaciando o lustre dessa glória legítima. As aspirações mortas em flor já pagaram à usura aquela distinção.

Aprendi, sim, a venerar-vos como um homem de bem e um príncipe virtuoso. Fora preciso testemunhar fatos muito graves, para despedir-me de uma crença que me acompanha desde tantos anos. Não sei mesmo se vossos defeitos de rei não são inerentes às vossas qualidades de homem.

O homem, porém, é nada em um trono constitucional. A excelência do sistema representativo está justamente nessa virtude de anular a individualidade do monarca e neutralizar, por conseguinte, suas paixões. Não há, não pode haver mau imperador, sob o domínio da constituição brasileira. Tibério ou Felipe II, submetidos a ela, seriam impotentes para o mal.

O imperador constitucional é um princípio e, portanto, representa sempre o bem. Não pode falir, dizem os ingleses. Só erra quando o povo é ruim, os ministros, péssimos e a opinião, nula. Neste caso, eu creio que o despotismo é mais que uma justiça, é uma fatalidade.

Há exemplos de povos que reclamam um tirano com veemência qual nunca sentiram pela liberdade. Roma, abeberada de anarquia, teve a luxúria da tirania: atirou-se desgrenhada e ébria como uma bacante aos braços dos triúnviros e ditadores: de Mario a Sila, de Sila a Pompeu, de Pompeu a César, de César a Augusto, até que achou os Neros e Calígulas para a cevarem de torpezas e crueldades.

A história nos ensina esta grande verdade, que devia ser profundamente gravada na consciência de todas as nações, e eu a deixo aqui, na página final, como um símbolo para os brasileiros:

“A LIBERDADE NOS PAÍSES CONSTITUCIONAIS NÃO DEPENDE DO REI, E SÓ DO POVO. MUDAR O REI NÃO É ATO DE JUSTIÇA, MAS UMA VINGANÇA MESQUINHA E UMA INÉPCIA DO POVO QUE NÃO SABE GOVERNAR-SE.”

15 de março de 1868
ERASMO

VOTO DE GRAÇAS:

DISCURSO QUE DEVEIA PROFERIR NA SESSÃO DE 20 DE MAIO O DEPUTADO J. DE ALENCAR

NOTA

Resolvi imprimir o discurso que devia proferir da tribuna da câmara dos deputados, na discussão do voto de graças, cujo encerramento é um dos maiores escândalos parlamentares à que tenho assistido.

Prevalecendo-se da circunstância mínima de não estar eu presente quando me tocou a primeira vez de faltar, arrebataram-me a palavra de que ainda não usei em um só debate político, na presente legislatura.

Não posso afirmar que o discurso proferido fosse textualmente como sai escrito. Trasladei-o para o papel ao chegar da câmara, com a mesma isenção com que tencionava orar.

Todavia é natural que o estilo se ressinta do travo da pena, a qual és sempre mais tarda do que a palavra. Em compensação meu estado de saúde não me permitiria tão longo fôlego na tribuna.

Tenho deixado de pronunciar discursos de outro valor que não há neste: e nunca fiz cabedal dessas idéias abafadas ao nascedouro. Não é pois o desvanecimento da obra, que moveu-me a dar corpo ao pensamento que havia de ser discurso'; e somente um justo e nobre esforço contra a violência que sofreu hoje a tribuna parlamentar.

20 de Maio de 1873
J. DE ALENCAR

DISCURSO

O Snr. J. de Alencar. — O sacrifício que faço neste momento, os acentos desta voz roufenha, ecos da ruína de uma existência, que tenho consciência de haver gasto na imprensa e na tribuna, ao serviço do país; este supremo esforço, é a protestação mais enérgica e solene que eu posso levantar contra a abstenção dos dissidentes e liberais neste debate, abstenção anunciada pelos órgãos legítimos aqueles partidos, e contra a adesão que ontem o nobre presidente do conselho, e agora um ilustrado membro de com missão do voto de graças, prestarão a essa tática parlamentar.

Se alguma vez eu tive a nobre ambição de granjear a atenção desta augusta câmara, neste momento reconheço que não devo pedir, nem posso justamente esperar sua benevolência. Maior sacrifício do que eu faço, para enunciar-me nesta tribuna, seria talvez necessário para me ouvir.

Basta-me, senhores, que esteja aqui bem próximo de mim "*(designa a mesa do taquígrafo)* o jornal, que é um dos ouvidos da nação. Ali, naquelas folhas esparsas, pôde esta voz débil e cansada depositar meu pensamento sobre a marcha dos negócios públicos; e a imprensa, se ele o merecer, dar-lhe-á o órgão poderoso que rompe a distância e devassa o futuro.

Ouve-me o país. Esta augusta câmara pôde repousar das fadigas de uma discussão, que apenas em começo já esgotou sua atenção.

Nos governos representativos, senhores, o parlamento não é somente uma oficina de fazer leis; deve ser, e ainda mais, o santuário da opinião nacional, o grande crisol onde se apura a política do país e se elabora a governação do estado. Não podemos ser legisladores unicamente, senão também apóstolos, incumbidos de propagar a fé política, pois antes da lei está a ideia, que é como a sua semente.

Somos aqui os missionários da nação, enviados para doutrinar o povo no evangelho da liberdade constitucional. É sobretudo essa propaganda que distingue o parlamento nos governos representativos dos antigos conselhos áulicos, e constituo a força respeitável da tribuna. Restaurai a opinião pública neste Brasil, onde ela já foi tão vivaz e robusta, que eu vos mostrarei, senhores, donde se governa o país, se é dessas cadeiras ministeriais, hoje degraus do trono, se aqui destes bancos rasos, que, em os rodeando o povo, valem um pedestal.

Nos tempos em que o Brasil tomou a peito o sistema representativo, foi daqui, destes balaustres, e não daí dessas poltronas, que os Feijós, os Evaristos, os Honórios, intimavam aos ministérios a vontade do partido a quem pertencia a situação, e dirigiam pela força de sua palavra e prestígio da opinião a marcha dos negócios públicos.

Outros tempos foram aqueles, senhores, em que a maioria parlamentar, constituía a alta representação de um partido político, revestida do incontestável direito de intervir diretamente na formação dos gabinetes. Acaso a cabeça, que deliberava e decidia, transformou-se agora em cauda, arrastada ao sabor de todos os caprichos, não dos ministros, mas de quem 60 neste país tem o *fiat*, para a luz como para a treva, para a verdade como para o erro?

Respeito muito esta augusta câmara para admitir semelhante inversão; antes devo crer que tão compenetrada se acha ela do desejo bem manifestado pelo país, de consignar-se aos cuidados de seu augusto soberano, aliviando-se do pesado ônus de governar-se; que evita criar a menor dificuldade à marcha dos gabinetes imperiais, portadores da vontade soberana.

Nutrindo tão profunda convicção acerca da suma importância da tribuna parlamentar, e da poderosa influência que ela deve exercer na política do país, entendo que a abstenção no debate é sempre uma deserção à causa pública, e não deve jamais ser empregada pelos partidos como recurso de oposição. Nos países de opinião, não pôde com efeito haver maior evasão do que a do silêncio. A palavra que desaparece da tribuna é o general que foge quando toca a rebute.

Por isso, como o inválido, mal ferido nas pelejas, que arrastando-se com esforço, açode ao sinal de avançada, e no seu ardor ainda acha forças para atirar ao inimigo tiros desgarrados, e cair no campo da honra; venho eu, também inválido e trazido por igual sentimento do dever, lançar algumas palavras sem nexos, grito de uma convicção sincera e robusta, que já não tem infelizmente as suas armas de combate.

Admirou-me em extremo que o nobre presidente do conselho, aplaudisse a atitude de meu nobre amigo, órgão da dissidência, e entrevisse na anunciada abstenção uma reforma de muito alcance, que estancando a abundância da palavra, tornaria menos estéril o período legislativo. Parlamentar provado em uma longa e brilhante carreira, filho da tribuna, onde conquistou as suas esporas d'ouro, e todas as honras que adornam o seu nome e não valem seu merecimento, não compreendo o eclipse de tão ilustrado estadista.

Ignora S. Ex. que si há alguma cousa de fecundo nos países livres é a tribuna parlamentar? Que esse alúvio de palavras, que os inimigos da discussão julgam atiradas ao vento, concreta-se era opinião, em lei, em programa político de uma situação? Que a verbosidade, de que tanto desdenham certos espíritos positivos, para não dizer materialistas, é o direito do povo, que paga com o suor de seu rosto as galas imperiais e os fardões dos ministros, e portanto deve ter a licença de desabafar pela voz do seus representantes, ainda que apoquente um tanto a paciência dos que o *fintam*, em ambos os sentidos no antigo e moderno?

A tribuna e a imprensa, lembre-se o nobre presidente do conselho, são as duas artérias onde se toma o pulso à nação para conhecer-lhe a força e a vitalidade. No momento em que ambas, ou esta só calar-se; no momento em que se abra o silêncio em torno dessas poltronas; o sinal do tempo será visível. Cairá a calma sinistra que precede o temporal e na qual o rumor se prepara para ser trovão. Está bem clara a alegria. A palavra que sopita-se aqui é clamor lá fora.

Justificando sua atitude não somente nesta discussão, como no decurso da sessão finda, o ilustre órgão da dissidência não mostrou nesta evolução o tino estratégico que eu lhe reconheço. Em verdade efetuando a retirada de sua falange, o distinto marechal do futuro, ultimamente promovido a marechal do presente, descobriu inteiramente o flanco ao governo.

Seu discurso não foi mais do que um índice rápido de muitas das importantes questões da atualidade, que estão reclamando, especialmente desta tribuna popular, meditado e amplo debate, porque sobre elas paira suspenso o espírito público, esperando o conselho e a doutrina dos imediatos representantes da nação.

Cinco meses, disse o ilustrado órgão da dissidência, foram dissipados pela câmara sob a direção e responsabilidade do gabinete de 7 do Março; e uma só de tão urgentes necessidades públicas não está satisfeita. É uma triste verdade, que veio pôr o remate à imprudência da dissolução da antecedente legislatura. Dissolver uma câmara, a que apenas restavam três meses de cansada existência, para sustentar um gabinete que hoje, um ano depois, com cinco meses de trabalhos legislativos, não avançou uma polegada do ponto em que se achava a 22 de Maio do ano passado; não é por certo o exercício de uma atribuição constitucional, mas um luxo de arbítrio, uma ostentação desse absolutismo de fato, que o povo brasileiro outorgou à coroa, era remuneração da constituição que a coroa outrora outorgou ao povo.

Tanto mais de notar é semelhante fasto da majestade, quanto não foi inspirado pelo desejo de manter no poder uma política, mas unicamente pelo capricho de satisfazer ao amor próprio de um homem; porque, senhores; este ministério que desde o primeiro dia de sua formação tem mudado tantas vezes de pele, este ministério cameleão, se resume na pessoa do presidente do conselho, que serviu durante alguns meses de regente responsável. Foi para pagar este serviço, que dissolveu-se uma câmara, sem mais cerimônia, do que é preciso para fabricar um barão, ou nomear um varredor da imperial capela.

Quem é responsável perante o país pelo ano inutilmente consumido; pelos morticínios que se deram nas eleições feitas sob a funesta impressão de um golpe de estado; pelo abuso de se governar durante dias sem lei do orçamento, recolhendo-se aos cofres públicos, não impostos, mas verdadeiras extorsões; e sobretudo, senhores, por esta convicção funesta que ficou na consciência nacional de que a maioria parlamentar não tem mais o direito de negar sua confiança a um ministério do *especial agrado*?

O gabinete que neste país, obtém o cargo de porta-sinete; isto é, que merece a honra de trazer na salva, ou no bolso, a mutra imperial, esse gabinete por força

que tem por si as sumidades, como as teve o ministério de 7 de março; e quando por um caso inaudito lhe falharem algumas, como está sucedendo agora na eleição direta, quem sabe se por não ter ainda aparecido o sinete grande, com guarda; não é isto obstáculo. Inventam-se sumidades, para o que há lá nas altas regiões os utensílios e os materiais necessários.

Faz-se uma sumidade com dois pergaminhos, ou peles de carneiro, entre as quais se enfaixa um talento ou senão uma múmia maior de quarenta anos, com os postigos que ela já tem, e outros que se lhe adicionam, como sejam comendas, títulos, fitões, chaves d'ouro, e mais fraudulagens. Os dois pergaminhos, não careço dizê-lo, são as cartas de senador, e de conselheiro de estado.

Até agora para se ter à mão e já preparada a massa de que se fazem as sumidades, havia o cuidado de conservar no senado um viveiro, de onde se tiravam a medida da necessidade as mudas para o conselho de estado, cujo effectivo nunca foi preenchido.

Acaba-se porém de inventar um processo mais expedito para o fabrico desse produto político, chamado sumidade. Improvisa-se uma província sob a invocação de algum santo, ou aumenta-se o número dos deputados de outra; e aí está uma nova fornada de senadores.

À vista disto quem contestará que o imperador do Brasil não tem como o rei de Inglaterra, a prerrogativa de criar pares? Há apenas uma pequena diferença no modo: lá o rei nomeia diretamente; aqui o imperador recomenda ao parlamento o projeto, o que em bom português significa a sanção prévia da infalível futura lei: nomeia ele mesmo um presidente, que o ministério endossa para o público; e depois escolhe natural e suavemente um dos eleitos do povo, sem ironia, pois o povo é ele, único e verdadeiro soberano deste país.

Nesta escolha, uma das prerrogativas de que a coroa é mais ciosa, e com razão, porque aí está um dos dentes da alavanca de Archimedes, empregam-se vários sistemas, conforme a conveniência. Umas vezes rifa-se a curul na copa de um chapéu. Outras descobre-se um princípio constitucional, em virtude do qual um homem honesto não pode ser senador, porque teve a facilidade de aceitar uma cadeira nos conselhos, onde sobe-se na razão inversa do nível moral. Logo depois derroga-se esse princípio para escolher senador, justamente o ministro que se fez eleger, mas com prévia licença e consentimento.

Quando a grimpá colocada no cimo da torre, varia tão amiúde e em rumos tão opostos, é sinal, dizem os mareantes, de que o vendaval anda pelas nuvens, e não tarda a remoinhar sobre a terra.

O Snr. J. de Alencar. — Com o poder de improvisar sumidades, qualquer gabinete favorito, pode vir a este recinto armado com um tridente de papelão como o 7 de março intimar à câmara o formidável *quos ego* de 22 de maio! Não é pois a esterilidade destes cinco meses, o maior mal que sofreu o país; e sim o golpe mortal que desfechou a coroa no governo parlamentar, quando vos proibiu, a vós representantes da nação de entender com a formação ou mudança dos gabinetes; reduzindo esta câmara a uma simples chancelaria.

O Sr. presidente. — Devo observar ao nobre deputado que não é curial qualificar a câmara de chancelaria.

O orador. — Tem V. Ex. toda a razão. A chancela e também a cancela não estão aqui, mas no senado, onde a esta hora o nobre ministro do império recebe a correção do rascunho do orçamento que saiu desta comissão temporária.)

O Snr. J. de Alencar. — Mas à esses cinco meses de esterilidade, lamentados pela dissidência, a essas vacas magras que anunciam ao nosso Egito uma praga de gafanhotos, opôs acaso a oposição conservadora outras tantas vacas gordas?

Porque motivo, quando o governo e sua maioria, outrora se dizia a maioria e seu governo, caía na inércia, que é o primeiro ministro deste país; porque motivo, não fecundastes, vós, oradores eminentes, as sessões vazias, semeando no espírito público, neste solo que se deve arar sem descanso, a vossa palavra eloquente?

Não, senhores, permiti que o diga um amigo e companheiro vosso em muitas lides parlamentares, embora separados, desde que tomastes o rumo do governo. Não tendes razão. A esterilidade desta sessão, esterilidade absoluta que não deu nem fruto nem flor, corre também por vossa conta; e mais talvez pela vossa do que pela do ministério.

A vós oposição, competia animar as discussões desta câmara- trazer perante esta tribuna os ministros que se haviam acastelado no senado; chamar a estas galerias o povo que as abandonara fatigado de não ouvir mais do que uma troca de cumprimentos e finezas, bem semelhantes aos sorrisos dos antigos aruspices. Quem faz os gastos da representação, tem direito de exigir mais alguma cousa.

Si os desgostos profundos da vida privada, não desobrigam o cidadão de cumprir seu dever, não é menos certo que tiram ao homem político a serenidade de espírito de que ele necessita para bem apreciar a marcha dos negócios públicos. O catonismo romano não é desta sociedade, inspirada pela sublime religião do Cristo.

Arredado deste recinto por motivos sabidos, não pude ocupar a tribuna nas discussões políticas da sessão anterior, senão teria interpelado a ilustrada dissidência pelo abandono em que deixava os grandes interesses nacionais.

Era triste realmente, senhores, ver como corriam aqui os mais importantes debates, no meio destes bancos ermos, na presença de alguns amigos dedicados do orador que tinham por dever acompanhá-lo no seu primeiro discurso, como nos atos solenes da vida; ou de três impertérritos freqüentadores das galerias, que aí fazem domicilio para não serem obrigados à termo.

Onde está, perguntei eu muitas vezes, entrando nesta solidão, onde está a dissidência, que prezando-se de representar a verdadeira lei do partido conservador, não devia deixar apagar-se nunca o fogo sagrado? Que significação tem este silêncio da parte de um partido, que exautorado dessa categoria por um decreto imperial, deve trabalhar incessantemente para desforçar-se do esbulho que sofreu, de seu nome, de suas ideias, de seus chefes, e até de suas tradições?

Mudo na imprensa, e mudo na tribuna, deixava passar triunfante o carro do gabinete, no meio da procissão dos barões e comendadores da tarifa; ao som marcial da música dos batalhões, cujo soldo se aumentou; e seguido pelas ovações da imprensa pública e privada ao serviço do dono do erário.

Não tenho presente o catalogo que fez o ilustre órgão dissidente, das necessidades públicas mais urgentes, e que deixaram de ser providas pela maioria da câmara. Só tocarei pois nas principais rubricas.

Figura em primeiro lugar a reforma eleitoral, e é de razão porque está na moda dizer-se que delia depende a regeneração do sistema representativo; como se não fosse absurdo regenerar uma cousa que ainda está por gerar; ovo que saiu goro apesar de incubado por duas revoluções, o 7 de Setembro e o 7 de Abril.

Senhores. Pasma quando vejo consumados estadistas, homens traquejados na rotina da nossa governança, fazerem tamanhos gastos de erudição e eloquência para mostrar as virtudes da panacea eleitoral, pois não posso crer que estejam mistificando o país.

Na curteza de minha inteligência, penso que o elemento essencial de uma eleição é o povo, sem o qual são de todo ponto supérfluos os melhores processos de votação, bem como as mais sólidas garantias da liberdade das urnas.

Ora, senhores, vivemos em um país povoado por guardas nacionais, militares, recrutas, empregados públicos, empreiteiros, concessionários, comendadores, barões, toda a espécie de titulares; e finalmente pela grande raça dos pretendentes. Povo, na legítima acepção do termo não existe; dele apenas restam vestígios em alguns raros caracteres independentes, como são entre outros, os briosos cearenses que me enviaram à este recinto, dando um brilhante exemplo de civismo.

Em um país povoado por esta forma só há um eleitor, e é aquele que abrindo a mão semeia a terra de cidadãos condecorados, fardados e privilegiadas, os quais tem a seu cargo representar de nação, conforme o programa ministerial. Direta ou indiretamente, com censo ou sem ele, o resultado será o mesmo.

A propósito, devo tocar em um incidente da discussão, que se prende intimamente com o meu assunto.

Referiu-se há pouco o nobre deputado pelo Rio-Grande do Sul (o Sr. Dr. Flores) à uma expressão enunciada nesta casa acerca da sua eleição; e considerou como afronta aos brios de seu partido dizer-se que ele e seus colegas oram os *representantes das espadas* de Herval e Pelotas.

Confesso que enxerguei nímia susceptibilidade nesse ressentimento. Si há representantes das baionetas, dos trabucos, e até do canhão, que pela primeira vez funcionou agora na campanha eleitoral do Aracati; me parece que aos deputados liberais do Rio-Grande do Sul em vez de uma sátira, fez-se um cumprimento.

Mas, senhores, a que vem disputarmos a origem de nosso mandato, e a legitimidade da eleição que nos trouxe a este recinto, quando a verdade reconhecida e incontestada, é que todos estamos aqui unicamente pela vontade soberana de quem nos pôde despedir, como inoportunos, quando « assim o exigir a salvação do estado? Ora a salvação do estado» segundo Voltaire, pôde depender de uma cirandagem. Quem sabe, diz aquele escritor, qual seria hoje a face do mundo sem o argueiro que meteu-se na uretra de Cromwell?

A ilustre deputação liberal do Rio-Grande, cuja presença neste recinto eu aplaudo, até co: no uma reparação da injustiça que sofreu em 1866 de seus correligionários, tem consciência de haver obtido um triunfo mui brilhante, derrotando por grande maioria os candidatos do governo.

Não pretendo escurecer a sua vitória, embora seja notório que o partido liberal do Rio-Grande do Sul teve em seu favor o desgosto do partido conservador traído ali, como em toda a parte, por seus chefes. Nem de outra forma se

explica o silêncio que durante a eleição se fez em torno do nome de Joaquim Mendonça.

Também eu, senhores, tive meu triunfo, pequeno, modesto, sem ruído, nem ovações, mas de um valor inestimável, porque o inspirou a mais nobre independência, e a generosa solidariedade com o infortúnio, virtude tão rara nos tempos de hoje. Alguns prestantes amigos, cujo nome eu calo, para não expô-los aos rancores de adversários, mas que todo o Ceará conhece, consideraram uma empenho de honra a minha reeleição e ela se fez.

Mas esses meus dedicados e prestantes amigos, conseguiriam seu intento, se por ventura o poder armado de ponto em branco se resolvesse a expugnar a minha candidatura? Bastava-lhe transmitir a palavra de ordem ao presidente, o qual prescindindo das influências locais e dos votantes, mandaria fazer uma eleição a bico de pena.

O mesmo aconteceria com os ilustres generais rio-grandenses. São vultos legendários, cingidos de glória, cercados de amigos e admiradores; mas de influência política só tem o reflexo que lhes consente o grande dispensador da popularidade neste país, onde o povo namora especialmente o galão, o ouropel, o brasão, e as teteias. Quisesse o poder, e as espadas ilustres que talharam tantas páginas de glória ao Brasil, não cortariam uma folha de almoço que servisse para um diploma.

Podem os nobres deputados persistirem nesse “engano d'alma ledo e cego”; quanto a mim solenemente declaro com a mão na consciência, que sou deputado, como sou cidadão, pela vontade onipotente, porque si ele não o tivesse resolvido assim em sua alta e inescrutável sabedoria, eu não voltaria à este recinto, nem permaneceria um momento neste país de cujo pó sou feito.

Lavra-se o decreto de banimento de um indivíduo mais facilmente do que se exautora um povo livre de sua soberania. O nobre ministro da justiça, que teria o maior prazer em referendar este decreto, por bem do meu descanso, facilmente obteria desta augusta câmara um *bill* de indenidade, se, com a ingenuidade que o caracteriza, não se julgasse autorizado a tomar esta medida pela disposição de alguma futura lei. Foi este pelo menos o sistema com que ele se defendeu aqui das encomendas que de sua, ou de mais alta recreação, andou fazendo de códigos e outra bagagem legislativa.

É por essa convicção de que a pátria, a casa, a profissão, a imprensa e a tribuna, tudo devemos à quem por tolerância nos permite estes favores; que tanto me esforço de dia em dia por mostrar os perigos da fatal absorção das forças vivas do país, reduzido à uma gleba. O povo, que desaprendeu de resistir ao seu rei,

não saberá defendê-lo na hora do perigo, nem guardará o trono, que deve ser o paládio de suas liberdades.

Não me quero desviar da senda que tomei, acompanhando o discurso do ilustrado órgão da dissidência.

Os termos da questão eleitoral, esta augusta câmara os conhece. Levantou-se nos círculos políticos desde certo tempo a esta parte uma opinião em favor da *eleição direta censitária*, que se apregoa como o salvatério. Em torno dessa opinião agrupam-se dissidentes e liberais, que se acham assim formando um só e mesmo partido, unidos pelo vínculo poderoso de tão importante reforma política.

A posteridade, se tiver pachorra para ocupar-se com este reinado das bagatelas, a posteridade ficará estupefata, vendo formar-se no seio de um país, mirrado pelo governo pessoal, um partido rico de talentos, que se propõe a regenerar o sistema representativo por meio de uma caricata aristocracia!

O censo, senhores, não é outra coisa mais do que o predomínio do dinheiro, da posição, do emprego, das honras, de todos esses acidentes ou acessórios sobre o agente, sobre o homem. Suprime-se o cidadão, e põe-se em seu lugar o estafermo, que traz um título, uma carta ou um recibo.

Este absurdo chamado censo, que por uma ironia da gramática soa como o vocábulo usado para exprimir o critério da razão; essa anomalia, tem existido em muitos países, porque o homem, senhores, é uma criança, que, ao tatear os primeiros passos, tropeça muitas vezes no erro antes de alcançar a meta, a verdade.

Nações saídas do ventre do feudalismo, ou preadas pelas garras do absolutismo em um lanço audaz, ensaiaram o sistema representativo nas condições anormais de um censo, que a pouco e pouco vão anulando. Nenhuma, porém, já deu o exemplo do regresso da democracia à aristocracia.

Tal obra estava reservada para o Brasil, para a jovem democracia americana, e devia ser consumida pelo partido liberal. Esse nobre partido, que em todos os tempos e entre todos os povos foi sempre o precursor das grandes conquistas do povo, abandonando a causa santa do progresso para se pôr ao serviço da rotina europeia! *Magni nominis umbral* Mas não se trata agora de instruir o processo deste grave erro que cedo, bem cedo, há de ser expiado. Meu propósito neste momento é outro.

Quando uma questão se apresenta sob o aspecto que tomou a reforma eleitoral, e subleva os partidos do país, embora em sentido diverso, todas as

forças políticas aí se concentrara. Torna-se a questão mãe; o problema do presente, de cuja solução depende o futuro do país.

Elevada a esta categoria, nenhuma questão se pode encerrar nos estreitos limites da discussão especial e técnica. Por força que se há de dilatar além do cadinho legislativo; invadir todos os órgãos da publicidade; e dominar a atenção pública. É o tema infalível de todos os debates; porque é a preocupação constante do país.

Na sessão anterior, esperei que a magna questão absorvesse a discussão do voto de graças. Era aqui perante os imediatos representantes do povo, que interpelado a respeito de suas intenções devia o gabinete fazer as importantes declarações, que o senado ouviu.

Não ocupava eu ainda o meu lugar, que esta augusta câmara deixou vago cerca de mês e meio, tolhendo o meu direito e privando de toda a representação a província do Ceará. A não ser este esbulho da palavra, eu não teria guardado para este momento o meu reparo.

A abstenção da dissidência imitada pelos liberais, deu lugar a que senado, corpo conservador, tomasse a iniciativa em uma reforma do mais alto alcance político, em uma reforma do qual nos somos a mais popular e portanto a mais nacional das personificações.

Essa página de nossos anais parlamentares, que escreveu a câmara vitalícia na discussão da penúltima falia do trono; se pelo talento e eloquência honra à tribuna brasileira; como documento político é a autêntica da degeneração do sistema representativo, lavrada pelos padres conscritos desta era da decadência.

Não é de hoje, senhores, que a ginástica política revirou em nosso país a pirâmide, imagem do governo representativo na frase de Brougham, equilibrando-a sobre o ápice, com o auxílio das duas escoras do senado e do conselho de estado. É ali nessas aulas régias, que se iniciam as reformas, e se imprime a direção ao país.

Pode ter um brasileiro o mais elevado talento e especiais dotes políticos. Se não pertence a câmara vitalícia não passa de um *pau de laranjeira*. É a carta de senador que faz dele um medalhão, um candidato a organizador de gabinete, um homem-situação.

Deixando escapar aquela ocasião devia a dissidência recobrar o tempo perdido, ainda mais tendo para a discussão a base do projeto já apresentado à câmara. O

meio eficaz de trazer quanto antes esse projeto ao terreno da discussão, ou de matá-lo à nascença, era o debate da falia do trono.

O silêncio pode ser um manejo; nunca porém será um estímulo parlamentar, que ative as reformas.

Se tivesse forças aproveitaria o ensejo para enunciar minhas ideias sobre a magna questão. Perguntaria aos apologistas do censo, com que direito pretendem eles exautorar do voto a massa dos cidadãos brasileiros que os enviou a este recinto. Mostraria não com retalhos de escritores, mas com os fatos que a decantada eleição direta produzirá os mesmos resultados, com a única diferença de ser mais cara. Custará mais sangue ao país; mais corrupção ao governo; e mais dinheiro aos candidatos.

Também tratou o ilustrado órgão da dissidência da reforma municipal, merecendo-lhe reparo que o atual gabinete deixasse esquecidos nos arquivos da câmara, trabalhos já adiantados.

Quando se inaugurou esta situação, tive a honra de achar-me ao lado do nobre conselheiro, no gabinete de 16 de julho. Mais tarde por motivos que o país conhece retirei-me do poder; e o meu nobre colega lá ficou, para ser testemunha e referendário da punição de minha revolta.

Desde este momento quebrou-se a nossa solidariedade política. Eu votei-me ao ostracismo, para mostrar o caso que fazia das posições de favor. S. Ex. continuou a dirigir os negócios do país por uns seis meses, que não lhe acrescentaram um óbolo de glória, mas ao contrário marearam a reputação de firmeza e rigidez do gabinete de 16 de julho.

Esperava-nos porém o nivelador mor; e hoje os brilhantes projetos de S. Ex. estão cobertos da mesma poeira que enterrou os meus. O gabinete de 7 de março deu à sua reforma municipal o mesmo destino que à proposta da guarda nacional. Devo aqui lavar uma ressalva. Na opinião do ilustre órgão da dissidência, todos nós conservadores somos responsáveis pelo desfecho desta situação.

Quanto a mim declino. O chefe do gabinete de 16 de julho, que era também chefe do partido conservador, absolveu-me de toda a responsabilidade ficando no poder quando eu me retirei.

Desde esse momento a responsabilidade pesa unicamente sobre os que o acompanharam, deixando-me em unidade nesta casa.

Si como era de seu dever, os membros do gabinete de 16 de julho, resistissem ao acinte que estava deliberado contra seu colega, e deixassem o poder para vir ao parlamento combater o governo pessoal; a situação conservadora inaugurada em 16 de julho não tomaria o rumo que a trouxe a esta atualidade. Talvez houvera expirado, mas com honra, deixando ao país o exemplo salutar de um partido que rejeitara o poder para manter sua dignidade.

Cora o fim de pôr em relevo a importância da reforma municipal citou o ilustre órgão da dissidência., as palavras de Tocqueville, o qual chamou o município de escola política. Permita-me porém sua S. Ex. dizer-lhe que essas palavras poderiam aplicar-se à França; mas não ao nosso país, onde o município será quando muito colégio ou liceu. A escola políticas é a paróquia, onde o cidadão aprende a cartilha eleitoral elegendo o seu juiz de paz.

Prescindindo porém desta questão onomástica, é de lamentar que o ilustrado órgão da dissidência se mostre tão impaciente de desacreditar a sua escola política, e precisamente quando a pretende melhorar. O que é a eleição censitária senão a formal condenação do município?

Passando à instrução pública, censurou o nobre deputado o luxo da construção de palácios para escolas. De feito é de estranhar essa ostentação em aulas de meninos, quando algumas das escolas onde se aprende o ofício de ministro andam por casas velhas e alugadas.

Mas não era o ilustre ministro do império do gabinete de 16 de julho o mais próprio para fazer semelhante censura, ele que foi o Rouher dessa ostentação napoleônica. Ainda não esqueceu a carta que a S. Ex. dirigiu o nosso augusto soberano, recusando uma estátua em projeto, e manifestando o seu desejo de que fossem os donativos, oferecidos para aquele fim, aplicados à instrução pública, e construção de edifícios próprios para escolas.

Correu imediatamente a subscrição, e nela apareceram os nomes de alguns cidadãos desinteressados que de repente sentiram-se possuídos de entusiasmos pela instrução pública, apesar da indiferença que mostraram sempre pela sua. Abriu-se um novo balcão à venda dos títulos; e confeccionou-se a tarifa dos preços.

Estes atos já não são do período ministerial do distinto órgão da dissidência; mas foram os corolários naturais da carta napoleônica.

De vez em quando o nobre ministro do império transforma em barão ou comendador algum fuão, pelos serviços relevantes prestados à instrução pública. Na Europa, si ocupam-se em ler estes despachos, hão de pensar que o

novo titular é um sábio, uma notabilidade nas ciências ou letras. Entretanto o grande mérito do ilustre fidalgo foi unia prodigalidade de dez contos de reis.

A instrução pública é sem duvida, senhores, a luz que se derrama no seio do povo; mas si essa luz sair do foco impregnada do fumo espesso da corrupção, longe de irradiar a civilização, ao contrário difundirá o brilho sinistro, que se desprende das sociedades decadentes, como fogo fátuo.

Não pode ser útil uma instrução propagada por esta forma Lembre-se o defensor perpetuo do Brasil que ele está envenenando com o filtro da lisonja, a infância que há de ser o povo de sua dinastia. Quanto não fora preferível deixar que os idolatras da majestade oferecessem os seus aneis e manilhas para fundir a estátua de ouro, do que repartir esse tesouro em bolsas de trinta dinheiros?

Nos palácios construídos pela vaidade, aprenderá o menino, pois lh'o estão ensinando as colunatas e florões, que neste país o grande problema social é a riqueza. O dinheiro tudo compra. Com ele se adquirem as honras que valem hoje mais que as virtudes; pois tem o curso forçado e o cunho imperial.

A esta nação culta que se está preparando para o futuro, eu prefiro o povo brasileiro, ignorante e rude como foi na sua infância política, mas austero e sóbrio. Esta futura raça de empreiteiros fidalgos para quem o mundo é um grande mercado; vale acaso a gloriosa geração da independência que aprendia francês nos ergástulos da Bahia, tendo por mestre o grande Antônio Carlos?

Tocou por último o ilustre órgão da dissidência na questão incandescente, como são todas as que abalam a fé e as tradições de um povo.

Convém, senhores, não confundir um incidente com o fato. A questão religiosa não é o duelo caricato do jesuitismo e da maçonaria, dois espectros do passado, que ressurgiram dos sarcófagos para esgrimirem neste século da publicidade e da imprensa, com a velha ferramenta.

Se aí ficasse o conflito, o Brasil nada tinha a perder. A caridade não carece do triângulo simbólico para se exercer neste país liberal; e a roupeta da companhia longe de revestir a igreja de prestígio, lançaria sobre ela a impopularidade do instituto de Santo Ignácio.

Respeito a maçonaria, como respeito todas as instituições que trabalharam e sofreram pelo progresso da humanidade. Sem memorar agora os grandes serviços que ela prestou era outros países, oferecendo um asilo aos perseguidos, e fomentando o espírito de fraternidade, que foi o percussor da democracia moderna; nós brasileiros não podemos jamais esquecer que as lojas maçônicas serviram em nossa pátria de primeira oficina da liberdade; foi aí de

trolha e avental, que os pedreiros livres da terra de Santa Cruz aprenderam a construir o grandioso monumento de nossa independência. O apostolado foi o prólogo da gloriosa revolução de 7 de setembro.

Mas, senhores, esses tempos passaram; estamos no século da luz, onde nada há de grande, de legítimo, de belo e santo senão o que recebe em plena publicidade a sanção da opinião, era que os templos de Salomão se transportaram das casas lóbregas e misteriosas para o jornal, a tribuna, o púlpito e o livro.

A maçonaria tornou-se anacronismo. Deixemos jazer nos arquivos do passado essa gloriosa relíquia; não exponhamos aos motejos da turba aqueles símbolos respeitados, o avental, a trolha, a esquadria e o compasso, insígnias do sacerdócio da arte e do trabalho.

Que importa que a excêntrica Inglaterra ainda tome ao sério esta antigalha, bem como a escandalosa cabeleira de seu chanceler e o traje característico da guarda escocesa? A Inglaterra é a respeito de costumes uma velha não ancorada no meio do século XIX.

Quereis cultivar a mais bela das virtudes, a caridade; quereis trabalhar na obra santa da instrução do povo: para que a maçonaria, se tendes a rocha viva da sociedade; para que o segredo em face de publicidade; para que a trolha, quando aí está o tipo?

O cristianismo oferece à vossa sociedade invocações muito mais belas do que a do pedreiro livre, hoje que já não há servos, nem é vileza o ofício mecânico.

Foi também, senhores, uma instituição respeitável a companhia de Jesus, e a posteridade já lhe teria rendido justiça, atestando o poderoso impulso que ela imprimiu à civilização moderna, se não fosse a ridícula exumação que tacanhos espíritos tentaram fazer da roupeta negra para cobrir com ela uma trêfega ambição.

Não falta quem recorde os crimes e atentados atribuídos aos jesuítas. Mas não se recordam esses das hecatombes de vítimas humanas sacrificadas ao mais santo dos direitos, o liberdade? A companhia de Jesus foi regicida, como o longo parlamento em Inglaterra e a convenção francesa. Se a primeira criou o Paraguai, onde as funções de geração era ia reguladas a toque de sineta, que depois degenerou em toque de trombeta, segundo o barão de Jacuí; a liberdade gerou esse monstro hediondo, chamado comuna, que aboliu o casamento, glorificando a prostituição, o que de certo é mais tristemente ridículo do que a retreta paraguaia.

Por Francia e os dous Lopes, que lúgubre catalogo não vos apresenta a história da comuna francesa nos poucos meses de sua existência?

A condição da humanidade é esta, senhores, que em todos os seus atos, como em todas as suas instituições, se encontram sempre os dous pólos da criatura racional: o pó e a luz, a matéria que se corrompe e o espírito que se purifica.

A democracia não deve agredir tão severamente o instituto de Santo Ignácio, que foi ura de seus precursores. Quem senão os jesuítas, organizou a resistência ao absolutismo nos países de raça latina? Quem difundiu primeiro entre o povo a instrução, que é o abecê da liberdade? Quem reivindicou no Brasil os foros da raça indígena?

A questão religiosa é outra e de maior gravidade. É a reação que se levanta na igreja contra o espírito do século e a civilização moderna, a gloriosa filha do cristianismo.

Essa reação não passa de um rebote da decadência do poder temporal do papa. Sentindo escapar-lhe o último baluarte do reino da terra, o clero revolta-se contra essa revolução providencial, e tenta por todos os meios envolver na teia da disciplina eclesiástica o regimen temporal da sociedade.

A responsabilidade do estado a que chegaram as cousas pesa sobre o governo, que não coibiu a tempo as invasões do espiritual; que tornou dependente a criação das paróquias da audiência dos bispos; que tolerou a nomeação de cônegos feita pelo bispo de Goiás; que, finalmente, permitiu aos pastores dos povos, aqueles que Jesus Cristo escolhera entre os pescadores e os operários, se considerarem príncipes de uma igreja, cujo dogma é a humildade.

Mas o principal responsável é aquele que escolheu a dedo, *ex digito gigans*, os mais ardentes sectários da reação papista os alunos de Roma, para confiar-lhes a direção espiritual dos brasileiros. Aí estão os frutos dessa solicitude, que, ambicionando tudo fazer, prepara para o país um feixe de calamidades.

Cumpra que o poder legislativo acuda com as necessárias providências. Regulai o casamento civil; declarai as atribuições temporais dos bispos e párocos; fazei dos príncipes da igreja singelos pastores sem dom, nem foro grande; defini claramente a prerrogativa a que se tem dado com impropriedade o nome de padroado, pois não é outra coisa senão a soberania nacional, que adotou o catolicismo como religião do estado. O mal urge. A sociedade está abalada na consciência, e na família, que são como o cimento e o granito do edifício humano. Se confiais do governo, atado à remora do conselho de estado, quando mal pensardes a mina estará iminente.

A primeira refrega já se fez sentir no Recife.

Lembrai-vos que o embate imprime às duas forças convergentes um impulso violento. A controvérsia religiosa já deu, este funesto resultado: de um lado a heresia, do outro o fanatismo. Dificilmente achareis um espírito cordato, súbdito reverente do estado e da igreja, que os estreite ambas em sua fé.

Tais foram as questões que apontou o ilustrado órgão da dissidência, mas unicamente para arredá-las da discussão, celebrando com o gabinete o convênio do silêncio. Outra seria a minha atitude na tribuna, si não estivesse privado de abrir largo debate sobre tão vitais interesses do país.

A contradição entre as nossas posições, resulta do diverso aspecto sob o qual se apresenta para cada um de nós a presente situação.

O ilustrado órgão da dissidência é chefe de uma falange, que aspira ao poder, e deve por conseguinte disputá-lo aqui nesta arena. Para esses partidos governamentais os reptos parlamentares são assaltos d'armas, em que os mestres de esgrima combatem com floretes de gala, abotoados na ponta por pelotas de camurça. Não carecem de ferir-se; basta que "se toquem imprimindo na farda ou na casaca a marca do giz, até que o juiz da sala declare vencedor um dos dois campeões.

Bem ao contrário eu com a paciência de um trapista, todos os dias vou cavando mais fundo o fosso que me separa desse poder degenerado, que não pode satisfazer ambições nobres, è ao qual por certo não chamaria Guisot, si o conhecesse, o mais digno e glorioso emprego da atividade humana. Este arremedo do poder, em vez de o disputar, eu o combato, mas seriamente, e não com jogos de espada preta. Entendo que os destinos de um país são cousa gravíssima para servirem de assunto a uma representação parlamentar. Tome cada um, desde o cimo até a base, o seu quinhão de responsabilidade. *Luat cum corto suo.*

Si em qualquer ensejo não seria justificável o silêncio, neste momento ele teria a gravidade de uma adesão tácita, de uma respeitosa homenagem prestada pelo parlamento ao cesarismo.

Seria quase uma genuflexão.

Esse documento lido na sessão solene de encerramento e abertura do parlamento, no meio das galas afonsinas de que é costume cercar-se a majestade nesse dia, não foi mais do que a solene inauguração da obra do cesarismo começada há muitos anos e finalmente coroada.

Até agora a questão do governo pessoal, muitas vezes por mim posta nesta tribuna, era arredada e as vezes de um modo menos cortês, pelos amigos da realza, que a lançavam à conta do despeito.

O que se entende por despeito? Esse impulso d'alma é uma revolta, e pôde vir do interesse, como dos brios. Considerar dominado pela cobiça de honras e poder o homem que tornou-se impossível é um absurdo. Pelo sentimento da própria estima, não contesto. Mas este que eu chamarei o despeito da dignidade, honra; nem eu conheço mais esplêndido brasão de nobreza, do que esse que vem de Deus.

Já não sou eu porem, senhores, já não é a minha palavra isolada – *Vox clamans in deserto*, que se levanta para acusar a existência do poder absorvente. É ele próprio quem baixa a assembleia geral dos representantes do povo, cercado de todo o seu esplendor, para receber a investidura solene.

Convicto de sua onipotência, ante a qual dissipam-se as veleidades de resistência, não carece de 18 brumário nem de 4 de dezembro. Basta que se manifeste para receber a consagração nacional. Augusto aceitando o supremo poder que lhe deferiu o povo romano, recusou modestamente o título de *dominus*.

Rompendo o véu da ficção constitucional, em virtude da qual o soberano falia à ansembleia como chefe do poder executivo, exercido pelos ministros, o último discurso da coroa figura no trono a própria pessoa inviolável, assegurando ao parlamento que *procura desempenhar seus deveres com todo o amor que vota a nossa pátria*.

Desde que a majestade se dignou dirigir a palavra a assembleia geral, deu-nos à nós, representantes do povo, o direito de responder à esse tópico, não por uma vã paródia, ou mero cortejo, mas com a sinceridade, que é a mais pura homenagem do cidadão a seu rei.

É assim que eu vou responder, dirigindo-me a aquele trono onde está para nós simbolizada a majestade:

“Creio, senhor, no amor que votais à nossa pátria. Sois o primeiro entre seus filhos, deveis ser o primeiro a amar, a defender, a respeitar a mãe do povo brasileiro. Estou convencido que não trocaríeis o vosso trono singelo, apesar da velha roupagem bragantina, pela mais poderosa coroa da Europa.

“Ao sestro de nossa terra, de estimar em maior valia o que é estrangeiro, não escapais de todo, honrando mediocridades europeias e desdenhando os talentos e caracteres brasileiros A candeia fumarenta vista de longe em

horizonte escuro figura estrela que rutila no céu; enquanto que o astro mais brilhante parece ao telescópio terra combusta.

“Também creio, senhor, que seja vosso constante desvelo a fiel execução da lei fundamental, pois não há nem melhor recompensa para os sacrifícios da majestade, nem maior glória para um rei.

“Mas, as atribuições supremas, as prerrogativas constitucionais, permiti que o diga, debalde esforçareis por desempenhá-las, enquanto as não conhecerdes.

“Si há tirocínio longo e difícil é este da realeza; e vos ainda não o fizeste em quarenta e três anos de reinado. Falta-vos o mestre dos reis, que é o povo; mas um povo livre, cômscio de seu direito, e disposto a exercer a soberania.

“É esse povo quem forma os homens políticos, d'entre os quais podeis escolher livremente os ministros; para não suceder que primeiro se conheça o ministro do que o homem.

“As palavras solenes que proferistes ante a assembleia geral revelou a duvida que assombra vosso espírito, senhor: Os ecos da opinião, que lavra surdamente e mal ousa murmurar, já repercutiram em vossa consciência.

“Interrogastes a nação pelo órgão de seus representantes; a nação pelo mesmo órgão deve responder-vos a verdade, e não um banal cumprimento que não lustra a vossa coroa.

“Tomo eu pois a palavra em nome dela, para dizer-vos daqui" desta posição que eu ocupo e cujos deveres procuro desempenhar com todo o amor que voto a nossa pátria"; daqui desta tribuna que é uma das ameias da constituição:

“Estais iludido, senhor. Sereis um soberano ilustre, porém não sois um soberano constitucional. Mais difícil é para um príncipe fazer-se grande rei, do que tornar-se o maior súbdito da nação e o primeiro soldado da liberdade.